



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MEMÓRIAS RESENTIDAS: ESCOLA PÚBLICA DE
ITOUPAVA NORTE SUBSTITUÍDA PELO GRUPO ESCOLAR
PROFESSOR JOÃO WIDEMANN (BLUMENAU, 1930 – 1950)**

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES

FLORIANÓPOLIS, 2019

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES

**MEMÓRIAS RESSENTIDAS: ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA
NORTE SUBSTITUÍDA PELO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO
WIDEMANN (BLUMENAU, 1930 – 1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Universidade do Estado de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestra em História.

Orientadora: Dra. Cristiani Bereta da Silva

**FLORIANÓPOLIS
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Neves, Anne

Memórias Ressentidas : Escola Pública de Itoupava Norte
substituída pelo Grupo Escolar Professor João Widemann
(Blumenau, 1930 - 1950) / Anne Neves. -- 2019.

184 p.

Orientadora: Cristiani Bereta da Silva
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2019.

1. Escola. 2. Memória. 3. Nacionalização. 4.
Ressentimento. 5. Blumenau. I. Bereta da Silva, Cristiani. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES

“MEMÓRIAS RESENTIDAS: ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE SUBSTITUÍDA PELO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO WIDEMANN (BLUMENAU, 1930-1950)”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientadora:

Cristiani Bereta da Silva
Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Méri Frotscher Kramer
Doutora Méri Frotscher Kramer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Participação por recurso audiovisual)

Membro:

Luciana Rossato
Doutora Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de junho de 2019.

À minha mãe, que mesmo sem saber, me inspirou como mulher.
Não pelas prateleiras da feminilidade,
mas pela manifestação da força feminina.

À minhas filhas, Lívia e Alane.
Que eu possa ser também fonte de inspiração e
porto seguro para essas duas mulheres.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar qualquer agradecimento preciso dizer que pretendo que essa escrita possa minimamente registrar a densidade de tudo que vivi até aqui. Já não durmo a dois dias, não pela ansiedade devido a aproximação da defesa dessa dissertação, mas porque todos os minutos possíveis foram cruciais para que esse trabalho pudesse ser concluído. Essa etapa que envolveu a elaboração da narrativa tomou conta da minha vida e apenas pôde ser encaminhada porque a professora Cristiani Bereta da Silva estava comigo. Foi a mulher que me orientou/acompanhou até esse momento dizendo que era possível, que precisávamos olhar para frente, um passo de cada vez.

Ter o privilégio de percorrer esse trajeto com a Cristiani não apenas enriqueceu minha pesquisa devido toda a sua experiência na área e grandiosa competência como historiadora, mas possibilitou a oportunidade de conviver com essa mulher que demonstra viver com gosto, afirmando seus posicionamentos sem deixar escapar a leveza das relações. Nesse momento, pensei em continuar a escrita, sem o uso do ponto final, só para que ela lembrasse de José Saramago, que conheci de maneira superficial por meio de suas observações cuidadosas dos textos: “Nossa, agora baixou o Saramago aqui”. Isso para chamar minha atenção referente as longas frases repletas de vírgulas.

Mesmo quando for ausência, sua presença terá ficado inscrita na minha nova forma de ser, após uma formação/vivência tão intensa. Terminei expressando o que já faz parte da minha comunicação com ela: Cristiani, obrigada por caminhar comigo.

Durante toda a trajetória da pesquisa, as fontes, as análises, as concepções teóricas, as falas das/os colegas e professores/as do Programa de Pós-Graduação em História foram assumindo valor nas salas de aula onde ensino História. Todos os aprendizados permitiram alterar minha percepção de mundo, inclusive como docente e sobretudo meu relacionamento com a pesquisa histórica.

O que dizer das aulas com a professora Silvia Maria Fávero Arend, mulher doce na fala, mas intensa nos posicionamentos, nos saberes, aprendi tanto com ela e me sinto orgulhosa por ter cruzado o seu caminho. Quantas risadas com professora Maria Teresa Santos Cunha, não porque sua aula fosse apenas diversão, pelo contrário, cada fala vinha carregada de conhecimento, mas também de humor, muito importante para quem chegava geralmente um pouco atrasada após horas de deslocamento no trânsito de uma cidade à outra. A professora Cláudia Mortari revolucionou meu olhar, aguçou em mim outras formas de pensar a História e

minha relação com o mundo. Quantas manhãs cheguei na sala atordoada, sem saber no que pensar, pela densidade das leituras que ela me oportunizou. E assim foi com a professora Nashla Dahás, mulher com uma presença desafiadora, meticulosa com as palavras, que sempre anunciam outras perspectivas de sentir. Aliás, essa é a melhor definição, as aulas com ela me fizeram sentir. Os outros professores que tive o prazer de encontrar, cada um de sua forma deixou marcas na minha formação que foram além do tempo que estiveram comigo em alguma reunião, grupo de estudo, nas palestras ou na cantina durante o café.

O agradecimento as minhas professoras da banca de qualificação e agora da defesa, novamente mulheres incríveis. Professora Méri Frotscher Kramer que já tinha tido o prazer de conhecer como pesquisadora, por seu cuidado com as fontes, com a história de Blumenau e do Vale do Itajaí. Sua leitura e contribuições no meu trabalho me horam muito. A professora Luciana Rossato, sempre comunicativa, acolhedora com suas conversas, minuciosa em sua análise da primeira versão do trabalho. Evidenciou questões que tinham passado despercebidas e que puderam ser revistas agora para o trabalho final. A professora Silvia Maria Fávero Arend que leu meu trabalho com a sensibilidade à flor da pele, valorizando as pequenas relações escolares recordadas pelas alunas.

Desejo manifestar meus agradecimentos também para a professora Cristina Ferreira, que não esteve comigo na trajetória do mestrado, mas permitiu que eu sentisse os primeiros sabores da pesquisa histórica como sua bolsista de iniciação científica no período da graduação, além de me confiar outras parcerias.

É também momento de agradecer ao professor Antero Reis, que me orientou durante o estágio de docência e compartilhou comigo suas aulas, permitindo que as trocas de experiências enriquecessem minha formação.

As/os colegas da turma deixaram saudade. Lembro de sair de Blumenau ansiosa para chegar e poder dialogar pois, mesmo trabalhando em um espaço educativo, a comunicação com os colegas de trabalho na maioria das vezes é limitada, pela própria dinâmica do funcionamento da escola ou porque talvez o espaço escolar está esvaziado de diálogo. Em especial preciso evidenciar a Stella, a Márcia, o Lucas, o Igor e o Gilvan, aliás, o Gilvan se tornou um amigo que sempre esteve a disposição para ajudar a esclarecer minhas inúmeras dúvidas, com humor, acolhimento. Preciso também nominar aqui a Priscila Oliveira, mulher que admiro muito por ter assumido os desafios da vida com coragem.

As/os companheiras/os do Laboratório de Ensino de História – LEH, pessoas cheias de potência, cada uma construindo seu caminho. Fazer parte desse grupo de estudos permitiu

encontros muito prazerosos, repletos de risadas, choros, acolhimento perante as frustrações do momento político que vivemos.

Merece todo o meu agradecimento o diretor da Escola de Educação Básica Professor João Widemann, Cornélio Pereira dos Santos Neto. Sua sensibilidade perante as dificuldades que um/a professor/a tem para concluir um percurso formativo foi essencial para que eu pudesse concluir o meu.

É preciso ainda manifestar agradecimentos para as/os profissionais dos arquivos públicos que consultei, pelo atendimento e dedicação com meus pedidos de pesquisa. As funcionárias do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em especial para a professora Sueli Petry, que sempre demonstrou interesse no encaminhamento da pesquisa contribuindo com muitas ideias de trajetos possíveis para percorrer. Também as pessoas do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina, do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas, do Arquivo Histórico de Joinville, do Arquivo Público de Timbó Professor Gelindo Sebastião Buzzi, da Fundação Cultural de Pomerode, da Fundação Indaialense de Cultura, da Biblioteca Municipal de Blumenau Dr. Fritz Müller, da Casa de Brusque.

Agradecer as pessoas fora da universidade, das instituições de pesquisa ou do campo profissional se torna um desafio, não porque tenho muitas pessoas para agradecer, mas porque são agradecimentos que não podem ser manifestados sem ressalvas. Digo isso pois, certamente precisei contar com algumas formas de ajuda, fundamentais para conclusão desse processo formativo. Contudo, a forma que as coisas aconteceram evidenciaram o que significa para uma mulher assumir seus desejos, preferências em uma realidade cultural marcada pela cultura do machismo, quase como algo intrínseco nos comportamentos das pessoas.

Minha mãe, Adelina Teresinha Peixer, é a pessoa mais guerreira que conheço e me ensinou que é sempre possível, até mesmo quando parece ser melhor deixar de lado, ainda assim, fazer é sempre a única opção. Sem essa mulher não teria conseguido porque foi ela que assumiu os cuidados das netas como um compromisso de vida. Aquele cuidado de sobrevivência, comida, banho, sono, tudo que fosse preciso. No entanto, não foram poucas as vezes que me fez sentir culpada por estar fora, estender a viagem, ficar pouco tempo em casa por conta das demandas de trabalho e estudo. Dizer isso aqui é manifestar um desabafo e não significa demonstrar mágoas, entendo que ela é uma mulher que carrega marcas de uma vida de lutas, trabalho incessante para o sustento dos dois filhos como mãe solteira e talvez por isso, tenha considerado que eu não deveria seguir esse caminho de sobrecarga. Eu a amo, e sei que

posso contar com seu apoio sempre que for preciso, seu vínculo com minhas filhas é profundo e agradeço imensamente por sua presença em nossas vidas.

Não poderia deixar de agradecer a minha sogra, Beatriz Cecília Müller, que também colaborou com os cuidados das netas, nem sempre de forma espontânea, mas certamente demonstrando amor por elas. Ao meu sogro, Voldinei Neves, que esteve na retaguarda em alguns momentos, nunca manifestando um não como resposta.

Meu marido Dioney Neves, um companheiro de vida, com quem construí tudo que somos e tudo que temos. Um homem que assumiu comigo desafios não apenas no campo prático das contas para pagar, dos bens para adquirir, mas nos enfrentamentos que deixaram marcas como o nascimento prematuro da Lívia, nossa primeira filha, os dois cânceres de pele maligno e agressivos que ele diagnosticou nas vésperas do nascimento dela. Momentos em que era apenas nós dois. Tenho certeza da sua luta contra a cultura machista na qual foi criado, por seu comprometimento com atividades domésticas, com o acolhimento das filhas, com a participação em brincadeiras ditas de “meninas”. Entretanto, nesse período em que precisei me afastar era preciso mais atenção, disposição para se colocar na linha de frente, o que nem sempre aconteceu de maneira espontânea e livre de conflitos.

Obviamente estou manifestando minhas angustias como mulher, profissional, mãe, esposa, que ao longo de dois anos precisou lidar com a redefinição de tarefas, a forma de organizar o tempo. Alterar a percepção em relação a si e como era preciso assumir outros encaminhamentos para ser uma mulher que faz o que ama e não deseja ser julgada ou punida por suas escolhas.

Decidi terminar essa reflexão com a parte mais importante, o agradecimento às minhas filhas como uma forma de registro deixado para a posteridade. Primeiro agradeço por as ter comigo, por suas vidas, de alguma forma, em um plano cheio de mistérios, algo ou alguém permitiu que elas me escolhessem e eu sou imensamente grata por isso. Minhas meninas, as mulheres que eu desejo criar para assumirem as vidas nas próprias mãos, sem permitir ou se permitir o envolvimento com relações impositivas, desrespeitosas, violentas. Mulheres que já demonstram o quanto fazem a diferente no mundo que vivem.

A Lívia, hoje com 10 anos, uma menina atenciosa e meiga, mas com a língua afiada, sempre tendo algo para dizer, se fazer presente. Talvez seja como diz o ditado popular “a fruta não cai longe do pé”. Uma devoradora de livros, que gosta de rosquinha coberta com chocolate, tem medo de dormir sozinha e ainda não usa calça jeans: “porque aperta e incomoda”.

A pequena Alane com 4 anos, cheia de vida pulsando em cada peraltice, porque essa é a verdadeira pestinha, aventureira, cheia de si. Costumo dizer que é uma exibida, adora desfilar

e ser observada, rebocar o rosto com seus muitos estojos de maquiagens, além dos meus que ela sorrateiramente retira do armário e quando percebo as frases são sempre as mesmas: “foi sem querer”, “era só um minutinho”.

Terminar o Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, tem uma dimensão que vai muito além da formação acadêmica. Foram dois anos de vibração, com muitos desafios, mas com a certeza de que fiz tudo para viver esse tempo com a maior intensidade.

NEVES, Anne Caroline Peixer Abreu. **Memórias Ressentidas: Escola Pública de Itoupava Norte substituída pelo Grupo Escolar Professor João Widemann (Blumenau, 1930–1950).** 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

RESUMO

Este trabalho investigou o movimento da nacionalização do ensino na Escola Pública de Itoupava Norte, localizada no município de Blumenau/SC, durante as décadas de 1930 e 1940; e suas reverberações na substituição dessa escola pelo Grupo Escolar Professor João Widemann na década de 1950. A escolha do nome de um velho/antigo professor chamado João Widemann para representar uma nova/moderna escola, balizou as análises permitindo que fosse possível relacionar a atuação desse professor, entre os anos de 1931 e 1937, com as tensões que envolveram uma escola em área de colonização estrangeira, subvencionada pelo poder público, mas que continuava vinculada a Sociedade Escolar que tinha sido fundadora daquela “escola alemã” ainda no século XIX. A memória, mobilizada como história, na inauguração do Grupo Escolar, anunciou o interesse em demarcar a presença desse professor e de tudo que ele representava referente aos conflitos desencadeados pelo projeto nacionalizador, em Blumenau e região do Vale do Itajaí. Como um assunto que remetia a silêncios, após o término do Estado Novo em 1945, os efeitos da nacionalização foram revestidos de modernidade para (re)significar o presente da escola, sem abandonar o passado que precisava servir de alicerce para o futuro. Trabalhar com a noção de tempos estratificados em camadas sedimentadas, que permitem sustentação para uma estrutura, mas que reconhecem as singularidades de cada tempo, foi prerrogativa fundamental para apresentar um estudo que procurou se opor a visão de que existiam apenas dois lados para pensar a campanha de nacionalização: repressores ou reprimidos. Ou ainda, a memória como oposição binária: coletiva ou individual, oficial ou da comunidade. Nesse sentido, foi a História do Tempo Presente que possibilitou perspectivas teóricas e encaminhamentos metodológicos para viabilizar essas discussões, que mobilizaram a história oral em diálogo com os documentos escritos variados. Como contribuições dessa pesquisa para a campo historiográfico e educacional, estão as análises referentes as diferenças entre as escolas impactadas pela nacionalização do ensino em Blumenau, principalmente, no que diz respeito a categoria de escola pública; outro aspecto, envolve a demonstração de como a educação foi utilizada como campo de embates políticos em torno da nacionalização; também a configuração da percepção sobre “anos tensionados”, entre 1931 e 1937, em que eram anunciadas diferentes “versões” para o projeto nacionalizador; além dos apontamentos em relação a noção de modernidade que revitalizou a ideia de Blumenau tendo acima de tudo uma população voltada para o trabalho. Ainda é pertinente apontar, os indícios que foram apresentados sobre as tensões encapsuladas na relação do município de Blumenau com o governo do Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Escola Pública de Itoupava Norte; Nacionalização do Ensino; Professor João Widemann; Memória, Estratos do Tempo.

NEVES, Anne Caroline Peixer Abreu. **Memórias Ressentidas: Escola Pública de Itoupava Norte substituída pelo Grupo Escolar Professor João Widemann (Blumenau, 1930–1950).** 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

ABSTRACT

This work investigated the movement of nationalization of education in the Itoupava Norte Public School, located in the city of Blumenau/SC, during the 1930s and 1940s; and its reverberations in the replacement of this school by the Professor João Widemann School Group in the 1950s. The choice of the name of an old/old teacher named João Widemann to represent a new/modern school, allowed the analysis to be possible to relate the performance of this teacher between the years 1931 and 1937, with the tensions that involved a school in a foreign colonization area, subsidized by the public power, but still linked to the School Society that had been founder of that "German school" in the nineteenth century. The memory, mobilized as history, at the inauguration of the School Group, announced the interest in demarcating the presence of this teacher and all that he represented referring to the conflicts triggered by the nationalization project in Blumenau and the region of the Itajaí Valley. As a matter of silence, after the end of the New State in 1945, the effects of nationalization were clothed with modernity to (re) signify the present of the school, without abandoning the past which needed to lay the foundation for the future. Working with the notion of stratified times in sedimented layers that support a structure, but which recognize the singularities of each time, was a fundamental prerogative to present a study that sought to oppose the view that there were only two sides to think the campaign of nationalization: repressive or repressed. Or, memory as binary opposition: collective or individual, official or community. In this sense, it was the History of Present Time that enabled theoretical perspectives and methodological referrals to enable these discussions, which mobilized oral history in dialogue with the various written documents. As contributions of this research to the historiographic and educational field, are the analyzes referring to the differences between the schools impacted by the nationalization of the education in Blumenau, mainly, with respect to the category of public school; another aspect, involves the demonstration of how education was used as a field of political clashes around nationalization; also the configuration of the perception about "stressed years", between 1931 and 1937, in which different versions were announced for the nationalization project; besides the notes in relation to the notion of modernity that revitalized the idea of Blumenau having, above all, a population focused on work. It is still pertinent to point out, the clues that were presented about the encapsulated tensions in the relation of the municipality of Blumenau with the government of the State of Santa Catarina.

Keywords: Public School of Itoupava Norte; Nationalization of Education; Professor João Widemann; Memory, Strata of Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagen 1: Escola de Itoupava Norte na década de 1910.....	43
Imagen 2: Mapa de Blumenau organizado por José Deeke. Levantamentos topográficos até o ano de 1928.....	45
Imagen 3: Balsa transportando carga e pessoas pelo rio Itajaí-Açú entre as localidades de Itoupava Seca e Itoupava Norte.....	46
Imagen 4: Estudantes e professor em frente da Escola Pública de Itoupava Norte, em Blumenau/SC – 1927.....	54
Imagen 5: Anúncio de jornal da Indústria Kuehnrich na década de 1930.....	62
Imagen 6: Desfile em Blumenau para comemorar a visita de Plínio Salgado, líder nacional da Ação Integralista Brasileira – AIB.....	65
Imagen 7: Relação de alunos que não falavam o português na Escola Pública de Itoupava Norte em 1944.....	69
Imagen 8: Professora Alice Pauli da Silva com os/as alunos/as no pátio da Escola Pública de Itoupava Norte por volta de 1945.....	75
Imagen 9: Quadro de pintura do aluno Lesso Imthuin apresentando a comunidade da Escola Pública de Itoupava Norte.....	79
Imagen 10: Programação da festa em homenagem ao Brasil enviada pela professora Alice Pauli da Silva em maio de 1944.....	86
Imagen 11: Professor José Moskorz na lateral direita dos/as alunos/as no pátio da Escola Pública de Itoupava Norte por volta de 1948.....	88
Imagen 12: Professora Maria Cecília Moskorz na lateral direita e alunos/as na Escola Pública de Itoupava Norte no início da década de 1950.....	91
Imagen 13: Professor João Widemann e sua família possivelmente nos fundos da Escola Pública de Itoupava Norte em 1931.....	98
Imagen 14: Jornal <i>Mitteilungen</i> informando escola, localidade e nome do professor responsável. Em destaque o nome do professor Hans Widmann e a localidade da escola.....	110
Imagen 15: Jornal <i>Mitteilungen</i> noticiando a inauguração do novo prédio da Escola do Rio do Testo Salto com a presença do professor Hans Widemann.....	106
Imagen 16: Trecho do Relatório de Inspeção Escolar elaborado pelo inspetor estadual Celso Rila em dezembro de 1935.....	110

Imagen 17: Termo de Visita na Escola Pública de Itoupava Norte em abril de 1936.....	116
Imagen 18: Verso do Termo de Visita na Escola Pública de Itoupava Norte em abril de 1936.....	119
Imagen 19: Funcionários da Tecelagem Kuehnrich em frente a empresa possivelmente entre 1937 e 1947.....	120
Imagen 20: Relação de escolas subvencionadas em Blumenau no ano de 1937.....	125
Imagen 21: Relação de escolas subvencionadas em Blumenau no final do ano de 1938.....	126
Imagen 22: Relação de Escolas Estaduais localizadas no município de Blumenau em abril de 1934.....	128
Imagen 23: Ponte Irineu Bornhausen sobre o rio Itajaí-Açú ligando as localidades de Itoupava Seca e Itoupava Norte.....	144
Imagen 24: Casa onde funcionou provisoriamente a Escola Pública de Itoupava Norte entre o início de 1956 até a metade de 1957.....	149
Imagen 25: Grupo Escolar Professor João Widemann no dia da inauguração em 1 de dezembro de 1957.....	151
Imagen 26: Exposição do acervo escolar na comemoração dos 60 anos da Escola de Educação Básica Professor João Widemann em 2017.....	153
Quadro 1: Professores da escola da localidade de Itoupava Norte desde o ano de sua fundação até o ano de alteração do nome da escola.....	24
Quadro 2: Lista de mulheres que estudaram na Escola Pública de Itoupava Norte e foram entrevistadas para a pesquisa.....	26
Quadro 3: Quantidade de alunos matriculados na escola da localidade de Itoupava Norte de acordo com o ano.....	46
Quadro 4: Configuração das escolas com as subvenções e intervenções do poder público a partir da década de 1910.....	59
Quadro 5: Apresentações associadas a nacionalização do ensino na programação da Semana Educativa promovida em Blumenau.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS

AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

AIB – Ação Integralista Brasileira

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

IDCH – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas

NSDAP – Partido Nacional-Socialista Alemão

PLC – Partido Liberal Catarinense

PRC – Partido Republicano Catarinense

PSD – Partido Social Democrático

SC – Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE NO PERCURSO DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM BLUMENAU/SC.....	42
1.1 O movimento nacionalizador do ensino anunciado na década de 1910 e sua reverberações.....	42
1.2 A cidade de Blumenau vista como uma ameaça nas décadas de 1930 e 1940.....	61
1.3 A Nacionalização do ensino manifestada nas relações escolares da Escola Pública de Itoupava Norte.....	67
1.4 Recordações de experiências inscritas nos sujeitos na Escola Pública de Itoupava Norte: “festinhas em movimento na cultura escolar nas décadas de 1940 e 1950.....	72
1.5 A escola com espaço de disputas nem sempre anunciadas.....	91
2 UM PROFESSOR SOB SUSPEITA: A PRESENÇA DE JOÃO WIDEMANN NA ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE NA DÉCADA DE 1930.....	97
2.1 Elementos da trajetória de João Widemann como professor.....	97
2.2 Inspeção escolar na Escola Pública de Itoupava Norte.....	108
2.3 Nacionalização do ensino e os inspetores escolares.....	121
2.4 Integralismo e as escolas em Blumenau.....	135
2.5 Anos tensionados para as escolas e a nacionalização do ensino: 1930-1937.....	139
3 ENTRE O NOVO E O VELHO: A NACIONALIZAÇÃO PRESENTE NA CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO WIDEMANN EM 1957.....	143
3.1 Grupo Escolar Professor João Widemann: planejamento e a execução da obra.....	143
3.2 A escolha do professor João Widemann para denominar o Grupo Escolar: campo de disputas pela memória.....	151
3.3 A modernidade apaziguadora: o progresso revestindo um passado presente.....	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

Elaborar a escrita de uma introdução significa racionalizar a organização do trajeto percorrido na pesquisa. Essa é uma explicação sistemática, apropriada para os meios acadêmicos, mas que não dá conta da complexidade dessa atividade que considero ser em primeiro lugar subjetiva. Digo isso porque mobilizar reflexões para entender por quê, como, o que permitiu minha chegada até o momento dessa escrita nem de longe é algo que se pode fazer sem envolver emoções que estão emaranhadas e pulsam sem estar em harmonia. Talvez seja assim mesmo. A harmonia parece não privilegiar a vibração que se faz necessária para buscar, ousar, criar, recuar, errar e permeando tudo isso, sentir. Porém, um sentir na intensidade na percepção de David Lapoujade (2017), capaz de deixar tudo a flor da pele e permitir que aconteça incômodos, desarranjos possibilitando que o movimento da pesquisa se torne uma experiência e ultrapasse o significado utilitarista de um trabalho que servirá para uma diplomação.

Durante a realização das disciplinas, muitos foram os diálogos em sala de aula, e mesmo fora dela, com os colegas, as professoras, referentes as preocupações, anseios, frustrações, satisfações envolvendo os processos da pesquisa. Por vezes ouvi: “esse não é o trabalho da sua vida”. Obviamente é preciso concordar que de acordo com os encaminhamentos profissionais existem possibilidades que outras pesquisas sejam desenvolvidas. No entanto, entendo que o compromisso estabelecido com essa pesquisa, com os sujeitos com quem interajo, assume nesse presente significados éticos, estéticos, afetivos que me fazem discordar e considerar que esse é sim, o trabalho da minha vida de *agora*. Possivelmente, por entender que a pesquisa adquire uma dimensão de vida, acabei decidindo por pesquisar elementos da história da escola onde mantenho vínculos não apenas institucionais, mas também afetivos, principalmente, motivados pelas relações com os alunos e as alunas que pautam meu comprometimento como professora de História.

Desde 2007 atuo como professora de História efetiva da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, e mais do que um vínculo profissional, estar em sala de aula foi adquirindo centralidade na minha vida. Essa trajetória permitiu múltiplas experiências em vários lugares e unidades de ensino diferentes, até que em 2014 assumi a vaga na Escola de Educação Básica Professor João Widemann, que é atualmente a maior escola pública estadual em termos de estudantes matriculados da Gerência Regional de

Blumenau. A escola está localizada no município de Blumenau/SC e desde sua fundação inserida no bairro Itoupava Norte, onde mantenho residência fixa, fator determinante na escolha dessa instituição como lugar de atuação.

Com relações mais consolidadas na escola, por fazer parte da comunidade escolar, decidi pelo envolvimento nos planejamentos e preparativos iniciados com o ano letivo de 2017 referente as comemorações do que se considera os 60 anos de fundação dessa instituição de ensino.

Perante essa demanda de trabalho, estabeleci uma aproximação com alguns poucos documentos que estavam armazenados no depósito escolar e agora começavam a ser desencaixotados por funcionários da escola. Observei uma expectativa de que aqueles papéis e fotografias revelassem um passado cronologicamente descrito e acabado, pronto para ser exposto e enaltecido. Nas falas propagadas nos encontros pelos corredores, na reunião realizada para tentar efetivar uma comissão de organização dos festejos, na interação com a pessoa escolhida como sendo de “confiança” do diretor para “cuidar” do pequeno acervo, ficaram evidentes concepções avessas sobre a História. Isso porque, existia uma completa indiferença por seus métodos de análises, trabalho com as fontes e elaboração das narrativas demonstrando o quanto era preciso investir para “desnaturalizar” o acervo escolar.

Algumas ideias passaram a circular na escola pautadas nos documentos que após anos de solidão, voltavam à cena e inspiravam projetos por vezes audaciosos, no sentido de sua execução e financiamento, que estavam sendo considerados capazes de “despertar o passado” como forma de enaltecer o presente. Surgiu, por exemplo, o projeto para criação de uma plotagem na parede lateral da escada com as fotografias existentes no acervo, que seriam ampliadas ou ainda a escrita de um memorial “resgatando” o histórico da escola desde 1957, ano considerado como data oficial para a origem daquela instituição de ensino que foi chamada de Grupo Escolar Professor João Widemann.

Além dessas ideias, várias outras foram lançadas, mas a questão é que elas estavam fundamentadas no entendimento da história como algo fixo e passível de ser encerrado de forma incontestável. Os documentos existentes no depósito escolar foram tratados como provas capazes de anunciar verdades absolutas que precisavam apenas serem reveladas e expostas para a população e o público. Todos seriam informados sobre aquele passado prestes a ser midiatisado através da comemoração que aguardava apenas data para ser divulgada. Estava sendo elaborado o que pode ser chamado de “passado

prático”¹, quando a história é utilizada com propósitos de justificar ideias, ações que estão acontecendo no presente e precisam ser edificadas como legítimas.

Envolvida com esse cenário considerei necessário assumir um engajamento perante o que comprehendi serem “distorções da História”, observação que motivou minha escolha por assumir um encontro paralelo com os documentos. Desde então, algumas reflexões começaram a transformar aquela investigação em uma problemática de pesquisa e aqueles documentos em fontes históricas.

Com esse entendimento o acervo escolar foi interrogado e questionamentos foram sendo elaborados na medida que, como afirma Carlos Bacellar (2015, p.63) “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. A escrita carrega representações de mundo, potencializa o que se quer lembrar, mas também esquecer, pois é possível escrever para afirmar ou negar acontecimentos, propagar ou deixar nebuloso, são muitas as possibilidades que a escrita e suas intencionalidades permitem.

Perante aquela conjuntura voltada para os festejos de 60 anos da escola, desejei realizar uma “operação de estranhamento e desfamiliarização”², nas palavras de Elias Thomé Saliba (2015, p.323), na busca de evidenciar uma pluralidade de sentidos por vezes só possíveis através das entrelinhas, o que chamo de dobradas.

Significa dizer que aquela comemoração seria observada como uma paisagem, que segundo Milton Santos (2014, p.67-68), “pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que ele abarca”. No entanto, a noção de visível não envolve apenas a capacidade de enxergar com os olhos, mas diz respeito a disposição de percepção. Ainda pelas concepções de Santos (2014), a paisagem não pode ser considerada estática, imutável, já que é a posição e a intenção do olhar que delimita aquilo que se apresenta como realidade momentânea e cambiante. Com as próprias palavras do clássico geógrafo a “dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos [...] A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada [...]”. (SANTOS, 2014, p.68).

¹ Conceito incorporado pela historiadora Cristiani Bereta da Silva em seus estudos sobre o processo de nacionalização e o ensino de história no período varguista (1930 – 1945), e que foi problematizado nas análises do pensador britânico Michael Oakkeshott (1966, p.102-103). Seu significado configura o uso do passado como um instrumento que opera para justificar práticas no presente, legitimar discursos e projetos políticos de grupos ou sujeitos.

² O historiador Elias Thomé Saliba considera a discussão sobre estranhamento desenvolvida por Carlo Ginzburg apresentada nas obras: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, 2001 e *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, 2007, para pensar a importância de analisar o documento nas entrelinhas.

Todo esse movimento que vivenciei no espaço escolar provocou alguns questionamentos, inicialmente referentes à data considerada de fundação da atual Escola de Educação Básica Professor João Widemann que afirmava a existência da escola com 60 anos. Também ao indagar quem era João Widemann identifiquei que se tratava de um professor, imigrante da Alemanha, que atuou na escola conhecida na época como Escola Pública de Itoupava Norte³ entre os anos de 1931 e 1937.

Os documentos do acervo escolar informaram que essa escola aparentemente criada na década de 1950 com o nome desse professor, estava substituindo uma escola primária isolada que já existia na localidade de Itoupava Norte, pelo menos desde a década de 1930, período em que João Widemann foi professor na escola.

Entretanto, com os primeiros movimentos de investigação em outros arquivos foi possível compreender que se tratava de uma “escola alemã”, fundada na segunda metade do século XIX, o que permitiu afirmar que se tratava de uma das primeiras escolas fundadas na colônia Blumenau⁴. Saber que era uma escola criada por uma Sociedade Escolar ainda no período da colônia, significou estabelecer uma relação com a discussão referente a nacionalização do ensino nas áreas de colonização estrangeira. Nesse sentido, a pesquisa precisava entender o que aquela mudança de nome por meio da escolha do professor João Widemann para ser homenageado duas décadas mais tarde do período que ele havia atuado na escola, tinha a ver com uma escola que deixou de ser particular para se tornar pública.

Com essas primeiras percepções, vários questionamentos foram sendo formulados: quais os arranjos e propósitos para a troca do nome da escola e a escolha do nome do professor João Widemann? Se esse professor atuou na “velha” escola, por que ocorreu uma inauguração apresentando a escola como “nova”? Começava a ficar latente

³ Importante comunicar que o nome da mesma escola, por vezes, foi escrito de formas diferentes nos variados documentos pode aparecer: Escola Pública de Itoupava Norte, o mais usual e que será utilizado com maior frequência na narrativa. Porém, existem outras formas como Escola Isolada Estadual de Itoupava Norte, Escola Estadual de Itoupava Norte, Escola Estadual Mista de Itoupava Norte. O que ocasionava maior preocupação no que diz respeito às diferenças de escrita do nome envolvia o período quando se tratava de uma escola particular ou quando referenciava a escola como pública. Esse impasse já foi resolvido pois as investigações confirmaram que no período do recorte temporal da pesquisa a escola era subvencionada pelo poder público. Aparentemente o recurso era de responsabilidade do governo do Estado de Santa Catarina, mas essa questão não pode ser afirmada pois, pode ter recebido subvenção municipal ou mesmo federal e depois, ter sido direcionada para a responsabilidade do governo estadual. Por uma escola metodológica decidi respeitar a escrita do nome da escola como apresentada nos documentos quando estiver analisando as fontes escritas e realizar a menção destas no corpo textual. Em todos os outros momentos que denomino a escola, padronizei o uso da expressão: Escola Pública de Itoupava Norte.

⁴ A cidade de Blumenau foi fundada inicialmente como uma colônia planejada pelo alemão Hermann Bruno Otto Blumenau para receber imigrantes alemães a partir de 1850.

a ideia de que novo/velho não diziam respeito apenas à dimensão cronológica, mas especialmente ao entendimento do que se desejou lembrar, exaltar e o que era providencial negar e até mesmo esquecer.

De acordo com as datas que inicialmente se apresentaram, ficou inviável não relacionar essas reflexões com os impactos da campanha de nacionalização promovida no governo de Getúlio Vargas (1930–1945) e que foi fortemente encaminhada pelo viés da educação em Santa Catarina, que tinha Nereu Ramos como interventor. O ensino em língua estrangeira e qualquer referência cultural que não fosse a nacional foi oficialmente proibida a partir de 1937 o que atingiu diretamente as escolas em Blumenau e região do Vale do Itajaí, onde devido a imigração alemã, muitas escolas possuíam vínculos com o ensino em alemão.

Dialogar com questões da história local, especialmente, a campanha de nacionalização (1937–1945), nem de longe é uma discussão branda, pelo contrário, esse é um assunto nefrágico para a sociedade blumenauense, repleto de lembranças e esquecimentos, ambos por vezes intencionais a partir da percepção dos “lados”. Em outras palavras, considerar ou não a campanha nacionalizadora necessária, além de como foi ou deveria ter sido realizada para uma área de colonização alemã⁵, onde a língua e outros aspectos da cultura estrangeira eram praticados cotidianamente na esfera pública e privada.

Entre aqueles que foram enquadrados como traidores ou patriotas estão as pessoas e suas vidas, com seus interesses, paixões, sociabilidades, que foram encapsuladas na composição de um jogo político, que se configurou pela noção do dominador e dominado, vencedor ou vencido.

Portanto, assumi como possibilidade a elaboração de estratégias desenvolvidas pelos sujeitos no cotidiano, pensando o significado de estratégia por meio dos estudos do historiador Giovanni Levi (2000), o que permite compreender que cada sujeito e os grupos em que se encontram inseridos num processo de dominação, são capazes de engendrar práticas, sentidos que deixem marcas efetivas na realidade em que vivem.

Outras pesquisas sobre a história local elaboradas por estudos de pesquisadores que moram na cidade ou mesmo de pessoas de outros lugares que se dedicam ou já discutiram a nacionalização e foram ou não testemunhas: acadêmicos, memorialistas,

⁵ Na região de Blumenau também se desenvolveu a colonização italiana, porém, a localidade analisada nesse estudo era formada majoritariamente por moradores de origem alemã ou descendentes já nascidos em território brasileiro.

escritores de literatura, documentaristas, jornalistas, já evidenciaram que inúmeras escolas de Blumenau e região foram fechadas com o processo de nacionalização do ensino tanto no ano de 1917 quanto em 1938. Para voltar a funcionar tiveram que se adequar às normas determinadas pelo governo operacionalizadas por leis federais, estaduais e também municipais que normatizaram sobre a forma de ensinar e de fiscalizar as escolas.

Durante os anos da graduação em História quando atuei como bolsista de iniciação científica estive envolvida com pesquisas que demonstraram como o movimento nacionalizador das décadas de 1930 e 1940 tinham afetado aspectos da cultura e das sociabilidades em Blumenau, por exemplo, com o fechamento dos Clubes de Caça e Tiro⁶.

As “versões” envolvendo a campanha de nacionalização em Blumenau ainda circulam e, por vezes, emergem na mídia, principalmente local, relacionadas a alguns acontecimentos que remetem a esse período ou expostas como “pano de fundo” para algum assunto geralmente evidenciando a perspectiva dos traumas na população blumenauense e também do Vale do Itajaí.

Ao definir minhas análises tendo como marco temporal o período entre a atuação do professor João Widemann na Escola Pública de Itoupava Norte e a inauguração do Grupo Escolar com seu nome na década de 1950, foi possível interagir com um conjunto de fontes amplo, mas que não estava agrupado ou organizado. Pelo contrário, foi um trabalho de investigação árduo.

O que as documentações apresentaram foi que pelo percurso da educação, estão configuradas outras possibilidades de compreensão das relações políticas e culturais, sendo esse um campo de estudos que acabou negligenciado por várias pesquisas históricas porque a educação e a escola foram por muito tempo estudos marginalizados quando se tratava de investigar a política. Por vezes, considerados incapazes de lançar feixes de luz em discussões que envolviam articulações de poder na esfera pública e mesmo nas relações que atravessavam a escola e alcançavam a vida privada.

Com a renovação da história política (RÉMOND, 2003), a educação e a escola começam a ser entendidas como possibilidades do fazer político, não como consequência das relações institucionalizadas nas leis e ações governamentais, mas na organização da

⁶ Os Clubes de Caça e Tiro surgiram no contexto de fundação da Colônia de Blumenau com a chegada de imigrantes de origem alemã e estavam inseridos em várias comunidades que eram formadas em localidades do território colonial organizando a prática de elementos da cultura alemã como: o tiro ao alvo, a bocha, o bolão, as festas do rei do tiro.

própria escola, no seu cotidiano manifestado por meio de uma cultura escolar, nos sujeitos que atuam nela e interagem com a comunidade que, por sua vez, mobiliza a escola para intermediar as demandas sociais daquela população.

Se a Escola Pública de Itoupava Norte não fosse analisada tendo em vista a concepção de uma história política renovada, provavelmente, não teria sido possível estabelecer diálogos entre as percepções dos inspetores escolares e suas contribuições por meio dos relatórios de inspeção envolvendo as manifestações políticas na cidade. Também os entrelaçamentos entre a nacionalização do ensino e o movimento integralista em Blumenau não teriam emergido, além das relações em alguns momentos tensos entre o poder público municipal e estadual. Até mesmo analisar as movimentações políticas que se manifestaram entre 1930 e 1937 envolvendo a nacionalização do ensino em Blumenau, antes do período marcado pela chamada campanha de nacionalização que também atingiu a educação nas áreas de colonização estrangeira ou com o termo utilizado na época, alienígena⁷.

Essa pesquisa permitiu observar que o período entre 1930 e 1937 recebeu pouca atenção da historiografia pensando nas discussões sobre nacionalização do ensino. Geralmente toda a década de 1930 é compreendida como parte da campanha de nacionalização, percepção que se mostrou inválida pelas minhas análises. Por isso, entendo esse período como “anos tensionados”, primeiro porque ficaram enquadrados como parte homogênea da chamada “Era Vargas”, depois devido as tensões que permeiam esses anos que estão entre um golpe de Estado e uma ditadura.

Não bastava essa trama que precisou ser tecida, por vezes, costuradas com retalhos, existia a questão do nome da escola alterado em 1957 e que fazia lembrar o professor João Widemann. Algumas perguntas precisavam de respostas: por que o professor Widemann? Qual seu “destaque” como professor dessa escola? Havia outros professores que poderiam ter tido o nome monumentalizado? E por que não isso não aconteceu?

Esse trabalho de identificação foi difícil devido a inúmeras lacunas na conexão de documentos que foram encontrados de forma aleatória, em atas escolares, relatórios de prefeitos, traduções de jornais alemães, livros de memórias. Todas essas dificuldades não anularam como um todo o esforço. Para desenvolver tal tarefa, organizei um conjunto de fontes após pesquisar e selecionar, que foi se mostrando complexo durante a caminhada.

⁷ Expressão frequentemente utilizada na escrita tanto na legislação quanto na imprensa das décadas de 1930 e 1940.

Assim, como entende Carlos Ginzburg (1989, p.177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

Foi viável estabelecer uma relativa sequência dos docentes o que contribuiu para pensar tanto a presença quanto a ausência do professor João Widemann e também o trabalho nacionalizador de alguns professores.

Quadro 1: Professores da escola na localidade de Itoupava Norte desde o ano de sua fundação até o ano da alteração do nome da escola

Nome do/a professor/a	Categoria do vínculo com a escola	Período⁸
Wilhelm Rischbieter	Particular	1864
José Teichmann	Particular	1915 – 1917
Fernando Steinhauer	Aparentemente Pública	1927
Edeltraut Riediger	Pública	1929 – 1940
João Widemann	Pública	1931 – 1937
Alcida Machado	Pública	1934
Alice Pauli da Silva	Pública	1941 – 1946
Auta Balland Shorke	Aparentemente Pública	1944 – 1946
Maria Cecília Moskorz	Pública	1947 – 1957
José Moskorz	Aparentemente pública	1947 – 1957
Orlandina dos Santos	Aparentemente pública	1955

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Por serem fontes de naturezas diferentes, os documentos precisavam ser analisados de maneiras particulares, além de promover o diálogo entre eles, respeitando suas limitações como fontes históricas⁹. Esse não foi um trabalho fácil, necessitou de muitas idas e vindas para permitir a fluidez do diálogo, por vezes, afastando alguns documentos, aproximando outros. Por exemplo, a interação entre documentos escritos e a história oral permitiu que fosse possível reconhecer algumas mulheres entrevistadas nas

⁸ As datas apresentadas referem-se aos anos que foram identificados nas fontes pesquisadas. Cabe observar que em alguns momentos mais de um professor atuava na escola.

⁹ Cabe mencionar que será respeitada a grafia contida nos documentos analisados quando forem efetuadas transcrições diretas no corpo do texto.

atas escolares e perceber como a memória é mobilizada perante a intenção de lembrar ou esquecer.

O trabalho de garimpar os arquivos históricos, não apenas ampliou o conjunto documental, mas também permitiu renovar as energias da pesquisa, ou melhor, as minhas pois, a cada contato com outros documentos ficava configurada a necessidade de rearticular as possibilidades de avançar, desviar, retomar, abandonar o percurso investigativo que estava sendo traçado. A cada momento os encontros entre as fontes eram articulados para que professores e inspetores se comunicassem, que alunos e alunas expressassem sua participação nas atividades escolares e outros vestígios pudessem ser anunciados por meio das reflexões e análises que seriam narradas.

Como já mencionado brevemente, a história oral também foi mobilizada nesse estudo assumindo uma dimensão de destaque durante a trajetória de pesquisa, inclusive, por ser entendida como metodologia pertinente aos estudos no campo da História do Tempo Presente. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira (2017) esse campo historiográfico no Brasil começa a ser apresentado pelo percurso da história oral que lida com as testemunhas vivas. Para Henry Rousso (2016) se trata de uma das balizas da História do Tempo Presente porque o sujeito ainda pode “contar” suas experiências e também contestar o pesquisador que aciona essas experiências como fonte.

Trabalhar com a história oral para permitir que as recordações fossem narradas e emitissem enunciados, possibilitou que subjetividades aflorassem por meio da oralidade expressada pelas pessoas entrevistadas. Imprimiu na pesquisa uma dimensão de vida que literalmente ainda pulsa e insistiu em ser comunicada de múltiplas formas, não apenas pela fala, mas pelos gestos, pelas expressões faciais, pelo silêncio, ou seja, aquilo que podia ou não ser dito. Para Alessandro Portelli, (2016, p.21) a expressão da fala não pode ser compreendida apenas como ato de comunicação, “a oralidade, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais culmina na densidade e na complexidade da própria linguagem”.

A história oral permite testemunhos sobre acontecimentos que, por vezes, foram e ainda são apresentados exclusivamente pela via dos documentos oficiais e escritas institucionalizadas ou mesmo configura conhecimentos que não podem mais ser acessado de forma escrita. As memórias e suas narrativas comunicadas por alunas que estudaram na Escola Pública de Itoupava Norte contribuem para a compreensão de cenários cotidianos, forjados nas relações estabelecidas pelos atores sociais, que nem sempre se fundamentaram por normas legais. Manifestações culturais, encontros, confrontos,

também efetivaram memórias, muitas delas preservadas em emoções e práticas salvaguardadas no subterrâneo, encobertas por outros contornos e depositadas entre os diversos sedimentos que compõem as múltiplas temporalidades.

Apesar de toda a importância para a composição da pesquisa e da narrativa, a história oral não pode ser tomada de forma essencialista. Como argumenta Verena Alberti (2004, p.46) “[...] não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa daquilo que aconteceu no passado”. Desta forma, essa pesquisa entende como primordial promover a colisão das variadas fontes históricas que foram analisadas considerando a importância do respeito as particularidades e sensibilidades de cada conjunto documental, mas procurando relacionar e imbricar os vestígios como forma de narrar possíveis significados para o passado e suas implicações no tempo presente.

Foram entrevistadas cinco mulheres que viveram experiências na Escola Pública de Itoupava Norte porque foram alunas, além de outra entrevistada, a senhora Rosvita Muller, que morava no bairro e esteve presente nos festejos de inauguração do Grupo Escolar Professor João Widemann em 1957. Quatro dessas entrevistadas pertenciam a comunidade de Itoupava Norte porque tinham nascido na localidade e outras duas haviam mudado para o lugar, inclusive, vindas de outras cidades.

Quadro 2: Lista de mulheres que estudaram na Escola Pública de Itoupava Norte e foram entrevistadas para a pesquisa

Nome da entrevistada	Relação com a comunidade	Período que estudou na escola ¹⁰
Elfi Thompsem	De origem	Entre 1943 e 1945
Marilena Teresina Godizigiogesek	De fora (distrito de Massaranduba/SC)	Entre 1949 e 1950
Verônica Stank	De origem	Entre 1946 e 1949
Melânia Laitske	De origem	Entre 1948 e 1950
Maria de Lourdes Pereira	De fora (município de Rio do Sul/SC)	Entre 1945 e 1948

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

¹⁰ Importante observar que essas são datas prováveis pois, as entrevistadas não tinham certeza das datas envolvendo o período que tinham estudado na escola, apenas datas como referência. Também pelos documentos não foi possível localizar as entrevistadas para poder assegurar datas específicas.

Os diálogos desenhados no movimento das quatro entrevistas¹¹ realizadas não se encerram com o desligar do gravador nem mesmo com a distância física entre entrevistador e entrevistado, eles transitam. Não apenas porque as narrativas que compuseram as entrevistas foram transcritas, instrumentalizando um acervo que ficará sob minha guarda e poderá ser compartilhado. O principal é que se trata de um laço indissolúvel, que não pode ser pensado como uma experiência individual e sim coletiva, pois foi nessa relação que as recordações foram significadas e as primeiras imagens projetadas por meio da escuta.

Toda essa trajetória de pesquisa contribuiu para que fosse reorganizada as indagações iniciais em torno da seguinte relação: Escola Pública de Itoupava Norte – Nacionalização do ensino – Professor João Widemann – Grupo Escolar Professor João Widemann. Em outras palavras, o professor Widemann passou a ser posicionado como o elo entre os dois momentos da escola, que aparentemente assumia sentidos distintos, percepção que comecei a questionar por meio das investigações.

Digo isso porque, cabe perguntar: realmente se tratou de uma relação tão ritmada? Uma escola isolada, que teve um professor valorizado por sua relevância na comunidade sendo homenageado com seu nome representando aquela escola escolhida para ser redefinida pelos ideais modernizadores? O que a atuação do professor João Widemann na Escola Pública de Itoupava Norte tem a ver com a nacionalização do ensino que era praticada na época? Entendi que esse “cenário”, apresentado como casual por meio da memória oficial, precisava ser observado com estranhamento buscando “desmontar as peças” já organizadas para compreender suas funções fora do cenário já estabelecido, e então, analisar os propósitos para os arranjos forjados naquela cena.

Outras perguntas assumiram centralidade como: que escola era essa conhecida como Escola Pública de Itoupava Norte? Começou a funcionar na localidade de Itoupava Norte sendo uma escola pública? Qual a relação do professor João Widemann na comunidade escolar? A atuação do professor Widemann na escola era como professor público ou particular? Quais os elementos que caracterizam a trajetória desse professor? Como foi sua atuação na Escola Pública de Itoupava Norte? O que essa atuação representou para que seu nome fosse escolhido como patrono do Grupo Escolar que foi inaugurado? Como a comunidade e a cidade assumiram os significados dessas mudanças?

¹¹ Todos os trâmites determinados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC foram cumpridos e o parecer final do órgão autorizou a realização das pesquisas de acordo com as informações apresentadas no processo.

Por que festejar a fundação da escola a partir da criação do Grupo Escolar Professor João Widemann desconsiderando uma trajetória de 130 anos em detrimento de uma história de 60 anos? De que forma, a história forjada na década de 1950 mobilizou e autorizou a memória que seria oficializada?

O acervo documental existente na escola composto por poucas fontes escritas e iconográficas, permitiu acessar a ata envolvendo a criação do Grupo Escolar em 1957. A ata do lançamento da pedra fundamental de 1955, que marcou a incorporação completa da escola pelo governo catarinense com a doação do terreno por parte da Sociedade Escolar que havia fundado a escola em 19864 e o início da construção do novo prédio escolar. Também constam três fotografias referentes ao recorte temporal da pesquisa que envolvem a escola antes da nova sede na década de 1950. Uma com os alunos e a professora Maria Cecília Moskorz em frente à escola e ainda uma fotografia da sala de aula provisória durante as construções do novo edifício. Estão arquivados outros dois documentos cartoriais com os registros de doação do terreno por parte da Sociedade Escolar e da prefeitura municipal para o governo estadual.

As fontes escritas permitiram iniciar as análises referentes à inauguração do Grupo Escolar na década de 1950 e por serem documentos oficiais foram reconhecidos no senso comum como “verdadeiros” e “incontestáveis”. São neles que até hoje a comunidade escolar se fundamenta para referenciar a fundação da escola como tendo acontecido em dezembro de 1957. No entanto, por meio deles é possível observar lacunas referente a esse acontecimento de inauguração e a forma repentina que o nome do professor João Widemann é apresentado para renomear a escola. Além disso, a oficialidade que está incutida nesses documentos aciona prováveis interesses e motivações que precisam ser caracterizadas para que a investigação não corra o risco de naturalizar determinados significados.

No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), alguns documentos permitiram a pesquisa sobre a inauguração do Grupo Escolar, os movimentos administrativos para o início da obra, além de possibilitar a compreensão sobre o mosaico de escolas em Blumenau, especialmente nas décadas de 1910 e também de 1930 e 1940.

Também foi realizada uma investigação minuciosa nos documentos como os relatórios dos prefeitos do período pesquisado pois, mesmo o acervo não estando completo devido à falta de relatórios referentes a determinados anos das décadas de 1930 e 1940. Nesses registros constam aspectos associados à organização da educação no município envolvendo o número de escolas, matrículas, professores, além das

contribuições para a análise das relações políticas e econômicas entre o poder público municipal e o governo do Estado de Santa Catarina no que diz respeito aos investimentos financeiros para infraestrutura, material didático, pagamento de professores e interferências no funcionamento das escolas. Os relatórios também registram descrições relacionadas aos acontecimentos festivos, construções e reformas dos prédios escolares, inclusive da própria Escola Pública de Itoupava Norte. Investigar os relatórios de prefeitos significa trabalhar com documentos oficiais que tinham intencionalidades no que se desejava deixar evidenciado, mas também permite perceber o que se deixou de apresentar, possibilitando indagar os motivos dessas ausências.

Outros documentos de ordem institucional acessados no arquivo municipal como as indicações, os requerimentos, os ofícios enviados e recebidos pela Câmara de Vereadores de Blumenau na década de 1940 e 1950, permitiram identificar encaminhamentos burocráticos sobre as negociações para a aquisição do governo estadual dos bens da escola que ainda estavam na posse da comunidade escolar. Mesmo sem a existência de uma série documental, associando os documentos já foi possível perceber que esse não foi um processo rápido e livre de rusgas no campo político municipal, possivelmente envolvendo interesses partidários. Também esses documentos demonstraram tensões entre os interesses municipais e o governo do Estado de Santa Catarina.

Os periódicos de circulação local adquiriram importância sendo possível identificar notícias sobre as comemorações associadas a escola nas décadas de 1950, envolvendo a presença de membros do governo estadual, destacando a figura do governador do período. A “visita do governador”, assim por vezes nomeada, era descrita enfocando os lugares por onde ele se deslocava e seus discursos ou mesmo dos políticos que o acompanhavam. Um discurso, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2015, p.223-224) significa uma produção oratória direcionada para um público tendo esse sido ou não pronunciada em público e que ficou registrado em forma de memórias, por escrito, sendo veiculado em variados suportes materiais e mais recentemente virtuais. Segundo Albuquerque Júnior (2015, p.225) os discursos são entendidos como fontes para os historiadores “por implicarem uma intervenção pública de alguém, uma saída à cena de um personagem que, com suas palavras, pretende causar algum tipo de efeito, algum tipo de acontecimento”. Com uma narrativa que se apresentava como legítima, a imprensa parece ter contribuído para que a história da “nova” escola e seu “novo” nome fossem

naturalizados como uma característica da evolução trazida pelo progresso que era implantado na cidade.

Foram investigados em arquivos de Florianópolis, especialmente o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), documentos como os comunicados do governo do Estado catarinense para as prefeituras ou mesmo para as escolas, os relatórios de governadores sobre a instrução pública, as atas de reuniões promovidas pelo departamento de educação, os relatórios de inspetores, além de outros tipos de documentos pertinentes às práticas do governo do Estado de Santa Catarina junto às escolas do município de Blumenau. Por meio dessas fontes foi possível inferir sobre os alcances dos mecanismos de controle direcionados para as escolas incluindo os professores ou professoras e outros funcionários no que diz respeito a Escola Pública de Itoupava Norte. Pesquisar no assentamento funcional adquiriu destaque pois, possibilitou conhecer a trajetória de alguns professores pela via institucional, o que contribuiu para pensar a relação oficial desses professores com a nacionalização do ensino. Acessar as atas de associações escolares na década de 1940 e 1950 permitiu uma aproximação com o cotidiano da escola, identificar nomes, práticas de pessoas que vivenciaram a Escola Pública de Itoupava Norte e (re)elaboraram sua cultura escolar.

Com esse material pesquisado se mostrou frutífero a análise comparativa entre esses documentos sendo viável observar continuidades narrativas entre a Escola Pública de Itoupava Norte e as determinações governamentais ou entre o movimento articulado no interior da escola para encaminhar os conhecimentos associados a nacionalização, mesmo que as experiências quase nunca se encontram evidenciadas na superfície dos documentos, e mesmo que ali estivessem, não poderiam ser tomadas como a realidade capturada pelas palavras, precisariam de questionamentos.

Para articular a narrativa desse estudo mobilizei cinco categorias de análise entendidas como pilares teóricos e capazes de permitir o diálogo com as fontes históricas analisadas: estratos do tempo, memória, experiência, cultura escolar, cultura política.

Pensar esse estudo por meio da concepção de **estratos do tempo**, elaborada por Reinhart Koselleck (2014) foi um movimento transformador pois, essa perspectiva permitiu compreender que o tempo histórico possui camadas que foram sendo sedimentadas e juntas sustentam uma estrutura formada por esses sedimentos. A medida que novas camadas vão sendo formadas, as anteriores ficam mais compactadas e servem de base para as camadas seguintes. Aquilo que é novo e está sendo associado a essa

formação, significa a singularidade que cada tempo possui, mas que vai interagir com “outros tempos” que auxiliam no fundamento daquela estrutura.

Com os estudos de Koselleck (2014, p.25), as noções comuns que são utilizadas para expressar as distâncias entre os tempos históricos: longo, médio e curto prazos, são pensadas pela concepção de estratos do tempo que permite a relação entre eles pautada nas “diferentes velocidades de mudança”. Isso significa que por mais curto que seja o tempo analisado, para compreender as experiências que foram manifestadas é necessário conhecer o que existe de repetibilidade, para então, declarar que algo aconteceu.

Nesse sentido, todo o passado possui um presente que dialoga com o presente do presente por meio da repetição, movimento necessário para que a estrutura conserve a segurança mesmo com o que se manifesta de forma singular. “Estratos de tempo que sempre se repetem estão contidos em todas as ações singulares e em todas as constelações únicas, executadas ou suportadas por seres humanos igualmente singulares e únicos”. (KOSELLECK, 2014, p.13). E, ainda, devem ser relacionados com [...] as experiências acumuladas por indivíduos e gerações contemporâneas”, sendo importante refletir sobre as noções de experiência e geração pois, o tempo de uma geração permite que certos comportamentos, ritos, costumes estejam ativos e possam ser em menor prazo ensinados e, portanto, repetidos. (KOSELLECK, 2014, p.23; 34-35).

Desenvolver um estudo no campo da História que entende a **memória** como fundamental para as problematizações que estão sendo tecidas significa incorporar discussões epistemológicas que relacionam memória e história e que inclusive provocam inquietações sobre os sentidos da História e suas narrativas. Isso porque, memória e história borram suas fronteiras já que não se mostra possível conhecer literalmente seus limites mesmo quando se deseja demarcar seus territórios.

Com essas perspectivas, refletir sobre um passado por meio das memórias dos sujeitos que elaboram narrativas das suas recordações envolve lidar não com uma descrição dos acontecimentos a partir da ideia de que conforme foram lembrados e expressados representam a verdade, mas operar com os sentidos da memória, ou seja, suas ruzgas, dobras e também com os silêncios. Ou ainda lidar com o esquecimento, que de acordo com Paul Ricoeur (2007, p.111) não faz oposição à memória, como se costuma pensar, pois como seria possível lembrar do “esquecimento se esquecêssemos verdadeiramente?”

Na escolha do aporte teórico os intelectuais relacionados permitem a compreensão da memória como elaboração e não algo inato, genuíno, o que não pode ocasionar um

entendimento dicotômico sobre as memórias, como se assumissem o lado do bem ou do mau. Não se trata disso. As memórias potencializam a subjetividade que está imbricada na maneira que cada pessoa possui de lembrar, esquecer, sentir, expressar as experiências, salvaguardar objetos, comemorar, e nunca desprovidas de intencionalidades, desejos, que irão permitir contornos às formas que essas memórias serão projetadas, sendo elas anunciadas publicamente ou não.

Como referência fundamental para esse estudo Paul Ricoeur (2007) evidencia que a memória não pode ser objetificada. Ela não está dada como uma coisa inerte para ser manipulada, pelo contrário, a memória é movimento, ação, remete ao ato de “fazer”, ou seja, assumir participação na operação de lembrar. “O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’”. (RICOEUR, 2007, p.71).

É no presente que a memória é açãoada e a recordação é elaborada, por vezes composta de ressentimento que pode ser entendido, segundo Pierre Ansart (2004) pelo encapsulamento de sentimentos e representações como os rancores, as invejas, o espectro da morte, os desejos de vingança, os ódios, sendo legítimo para ser analisado quando considerado pela perspectiva das relações entre os afetos e o político. Porém, é preciso ponderar que os ressentimentos não se expressam apenas através de manifestações agressivas, violentas, mas também permeiam as memórias individuais e coletivas de maneira nebulosa fundamentando práticas que visam afirmar ou não determinadas recordações até mesmo por meio de comemorações.

Outro diálogo pertinente é promovido por Jacy Alves de Seixas (2004) sobre relação entre memória e história onde é problematizado o interesse da história em aprisionar a memória em lugares, sentidos que legitimam apenas o aspecto voluntário da memória desconsiderando a memória involuntária que é entendida como fantasiosa. Desta forma, por vezes, a memória não é reconhecida por sua dimensão de sensibilidade sendo meramente racionalizada.

Também como contribuição importante no campo da memória e as manifestações dos ressentimentos está o estudo de Sandra Jatahy Pesavento (2004) que discute o Rio Grande do Sul na perspectiva das sensibilidades por meio de dois vetores: o ufanismo e o ressentimento. Pesavento (2004) que se tratam de duas categorias relacionais e que o ressentimento é constituído quando essa exaltação da identidade regional é negada pelo nacionalismo da Era Vargas (1930–1945), até porque ocasionou frustrações por se tratar

de um presidente gaúcho que travou uma campanha de nacionalização contra os regionalismos.

Assumir um entendimento sobre **experiência** que permitisse mobilizar reflexões entrelaçadas com a concepção de memória foi um desafio. Tinha como preocupação que a palavra experiência adquirisse significado e não fosse manuseada de forma superficial, até leviana. Digo isso porque, por vezes, fazemos usos de palavras com a intenção de articular uma narrativa sem procurar compreender quais os possíveis efeitos que elas possuem de forma mais profunda para as discussões que estão sendo propostas.

Considero pertinente pensar a experiência por meio do percurso da sensação, daquilo que é presença e sentido não apenas no corpo físico, mas também no corpo sensível. Era importante que pudesse mobilizar uma noção de experiência que permitisse compreender o por que determinados acontecimentos sejam evidenciados pela narrativa ou pela via da memória com as recordações, e outros não.

Com essas indagações emergindo e fazendo movimentar minhas reflexões encontrei refúgio em alguns intelectuais sendo dois deles que considero de grande importância. Inicialmente nas concepções de Hans Ulrich Gumbrecht (2010) com suas ideias de “efeitos de presença” e “efeitos de sentidos” como sendo aquilo que deixa marcas por meio das relações entre os sujeitos e as coisas. Em seguida, entrei em contato com as percepções de Jorge Larrosa (2017) que entende a experiência como sendo aquilo que “nos toca”, “nos passa” quando existe disponibilidade em forma de passividade para que se inscreva a marca da experiência.

As concepções do historiador Reinhart Koselleck (2006, p.306-308) também fundamentam esse trabalho com a categoria experiência e sua relação imbricada com a categoria expectativa, já que uma não pode ser entendida sem a outra. Não são categorias de conhecimento indicativas de uma específica realidade histórica, mas são “capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, isso porque, são inerentes à condição humana e, portanto, sem elas a história não seria possível “sequer ser imaginada”.

Pensar a experiência e a expectativa significa estabelecer vínculos entre passado e futuro (KOSELLECK, 2006), sem que eles se encontrem temporalmente. Essa configuração é permitida pelo viés do presente. A experiência movimenta o passado no presente pela via da recordação que é sempre elaborada. A expectativa, voltada para o futuro, também é acionada no presente como aquilo que pode ser, mas ainda não é e pode não vir a ser. Envolve “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a

análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem". (KOSELLECK, 2006, p.310).

Uma experiência pode sugerir uma expectativa, porém não pode assegurar que se concretize pois, "aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo". (KOSELLECK, 2006, p.312). Não se trata de prever o futuro usando o passado por meio de concepção de repetição da história, mas de pensar que expectativas só podem se fundamentar em experiências, o que não significa que para alcançar o que foi projetado existe um caminho linear e imóvel. As experiências se "aglomeram" constituindo "estratos do tempo" (KOSELLECK, 2006, p.311), aonde elas se acomodam ou não, mas se fazem presentes, porém, passíveis de movimentos ocasionados pelas tensões, as vibrações que compõem as relações humanas.

Para pensar a **cultura escolar** as reflexões de Agustín Escolano Benito (2017) são pertinentes pois, a escola que esse pensador busca conhecer é apresentada de dentro para fora, sendo um campo à ser problematizado em seus mais íntimos momentos através da práxis que é legitimada como fonte da cultura escolar. Sua compreensão de cultura perpassa por alguns referenciais, que ressoam no significado de relações humanas onde o indivíduo forja suas subjetividades por meio de rituais, símbolos, costumes que fornecem coesão de grupo à vida social, porém, nesse processo é preciso considerar que estão consolidadas formas de normatização, controles, não apenas configurando a estrutura social, mas também atuando no cotidiano comunitário, que inclui a escola. (ESCOLANO BENITO, 2017, p.110). Assim como o sujeito é considerado centro das análises, a cultura escolar assume um caráter metamórfico quando se torna "memória biográfica e social" (ESCOLANO BENITO, 2017, p.25), ultrapassando os "muros" da escola para ecoar em outras esferas da vida em temporalidades diferentes.

As discussões de Escolano Benito (2017) também acionam as abordagens de Michel Foucault para tratar dos materiais de origem escolar porque entende que é necessária uma análise com o olhar da arqueologia como um movimento que entende os objetos, as edificações, o equipamento ergológico, que fazem parte da materialidade da escola, não de maneira obsoleta, mas, sim, pulsante em seus significados e representações, que ressoam na memória de cada sujeito a partir de suas relações com as coisas. (ESCOLANO BENITO, 2017, p.225). Desta forma, o autor considera que o "novo sujeito, que nasce da conjunção entre memória e arqueologia, é sob esse ponto de vista o

elemento estruturante de toda a cultura da escola, que adquire, assim, uma dimensão antropológica". (ESCOLANO BENITO, 2017, p.224).

O autor argumenta que foram incorporados na escola dispositivos burocráticos implementados pelo Estado, com a intenção de controlar, normatizar, regulamentar o cotidiano da escola, em muitos lugares do mundo, introduzindo em determinados momentos ideais nacionais, voltados para o enaltecimento da nação. Conforme a definição de Escolano Benito (2017), contornando a dinâmica interna da escola que desenvolveu sua cultura empírica, foi estabelecida a cultura acadêmica e estruturada a cultura política. As duas últimas tentaram por muito tempo suprimir o valor da experiência, descredibilizando os estudos que envolviam o movimento prático e funcional da escola, considerado superficial e sem influência teórica, entendido como arcaico.

Essas percepções de Escolano Benito (2017) não pretendem excluir as culturas política e acadêmica pois, isso iria desconfigurar a noção de cultura escolar que ele articula. Em suas análises vai problematizar os sentidos dessas culturas e as formas como estão imbricadas, caracterizando o sentido de cultura escolar. A cultura empírica é compreendida como a prática, o fazer na escola, ou seja, aquilo que deriva das experiências e valoriza saberes na maioria das vezes reconhecidos como não sendo válidos, pois não foram rationalizados pela academia. Já a cultura acadêmica diz respeito aos conhecimentos produzidos pela rationalidade dos chamados especialistas e que com o passar do tempo foram supervalorizados, minimizando o valor da cultura empírica. A cultura política está relacionada as relações que a escola estabelece com o governo através de sua estrutura institucional, inserida em um conjunto de normas tanto para seu funcionamento interno quanto voltadas para a inserção da escola na sociedade.

Nessa perspectiva, a cultura escolar não está estagnada ou imobilizada, ao contrário, adquire movimento e só pode ser pensada por meio das experiências dos sujeitos que permitiram significar, nesse caso, a Escola Pública de Itoupava Norte imersa na campanha de nacionalização do ensino. Isso porque, as experiências não podem ser encapsuladas, elas escapam dos contornos idealizados, das fronteiras que desejam delimitar o alcance dos sujeitos, sempre terá uma brecha, ou seja, uma possibilidade que nem sempre é percebida, pois não está evidenciada, declarada, mas depende da sutileza para ser encontrada.

Ainda como categoria de análise apresento a **cultura política** mobilizada para dialogar com uma história política que se configura nas últimas décadas alargada, que ora se expande e ora se contrai nos seus encaminhamentos de reflexão, desencadeando a

renovação desse campo de estudos. De acordo com René Rémond (2003, p.32), a história política entendida como tradicional foi considerada suspeita por muitos pesquisadores durante algum tempo o que ocasionou o descaso com esse campo de estudos. Para o historiador, em certa medida, as desconfianças eram legítimas devido a predominância de estudos restritivamente voltados para as instituições nacionais, as leis e suas formas de fiscalização, os sujeitos detentores do poder governamental.

A ideia de renovação da história política ainda para Rémond (2003, p.32) perpassa pela compreensão de que “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”. Desta forma, atravessa os sujeitos, seus grupos, as memórias, os espaços sendo ou não institucionais, as relações cotidianas na esfera pública ou privada. Isso significa dizer que a política não pode ser entendida nem como um espectro que tudo ronda e essencialmente comanda, soberana da condição humana, nem como um elemento a ser extraído puramente dos acontecimentos ou ainda para fazer uma afirmação exclusivamente por esse viés.

Por meio dessa conjuntura a cultura política vai sendo desenhada não apenas com um único traço, mas com diferentes traçados já que foi embebida pelo contato com outras áreas do conhecimento como a sociologia, antropologia, psicologia, entre outras, (RÉMOND, 2003, p.29) possibilitando desenhos variados e ainda em constante produção. Trata-se de uma categoria que é entendida de várias formas, mas é possível considerar que em comum está a ideia de que o político pulsa de maneira imbricada com outros aspectos da vida humana, incluindo as culturas.

A discussão pertencente às análises de Serge Berstein (1998, p.363) contribui para esse estudo pois, comprehende “as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro”. Desta forma, a Escola Pública de Itoupava Norte está sendo pensada como possibilidade de investigação da cultura política organizada não apenas na tessitura das relações escolares, mas também projetada para o cotidiano da comunidade por meio de experiências dos sujeitos que não se findavam no interior do espaço escolar.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018) apresenta seu entendimento sobre a cultura política por meio da ideia de acomodação. Sem uma análise cuidadosa, o termo pode ocasionar desconfortos por aparentar conformismo, inércia; porém, considera que em alguns momentos da história brasileira ocorreram negociações entre determinados

grupos que permitiram acomodar práticas que foram sendo repetidas como forma de conservar as conveniências políticas já estabelecidas.

Com todas essas categorias acionadas comprehendo ser possível fundamentar as análises que foram realizadas e estão permeando os três capítulos que adquirem contornos apresentados na sequência.

O primeiro capítulo, denominado: *Escola Pública de Itoupava Norte no percurso da nacionalização do ensino em Blumenau/SC*, apresenta análises que procuram compreender como essa escola encaminhou sua trajetória imersa na conjuntura voltada para a nacionalização do ensino promovida pelo governo de Getúlio Vargas entre as décadas de 1930 e 1940 e quais as possibilidades articuladas para emergir, por vezes, através das brechas, do controle estabelecido pelas leis e ações nacionalizadoras.

A Escola de Itoupava Norte seguramente até o ano de 1917 era uma escola particular alemã, criada por uma Sociedade Escolar na localidade de Itoupava Norte a partir da metade do século XIX. Como outras escolas em Blumenau/SC também foi fechada em 1917 devido a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula decretada pelo governo do estado. Não foi possível identificar a data de reabertura da escola, apenas que em 1927 já se tratava de uma instituição identificada como Escola Pública de Itoupava Norte, recebendo algum tipo de subvenção do poder público.

Em 1929 começa a atuar na escola como professora complementarista a funcionária do governo do Estado de Santa Catarina Edeltrant Riediger e em 1931 o professor João Widemann, também funcionário do governo estadual que assume o cargo como adjunto trabalhando com a professora Edeltrant. Essa breve explanação demonstra que uma das formas de subvencionar a escola foi destinando recursos financeiros para a contratação dos professores, não tendo sido possível verificar de onde partiu a iniciativa para esse encaminhamento, ou seja, se foi a comunidade escolar que solicitou auxílio financeiro ou o poder público ofereceu, talvez impôs essa subvenção.

Como uma escola atrelada ao governo, era fiscalizada de forma mais ativa antes mesmo da implantação do Estado Novo (1937–1945) tendo que lidar com a presença dos inspetores escolares e as burocracias como os termos de visita, os relatórios descrevendo as observações do inspetor sobre o funcionamento da escola, o comparecimento nas reuniões com a inspetoria escolar.

O que se tornou compreensível com as pesquisas foi que a Escola Pública de Itoupava Norte, a partir da década de 1940 começa a ter professores efetivamente envolvidos com a nacionalização do ensino aparentemente caminhando de acordo com as

leis e determinações do estado. Em 1941 assume o trabalho de professora na escola a funcionária do Estado de Santa Catarina Alice Pauli da Silva e após sua saída em 1947, a responsabilidade pelo funcionamento da escola fica com a também funcionária do estado professora Maria Cecília Moskorz que tem o auxílio do seu marido José Moskorz, a princípio não identificado como funcionário público. Até o momento da completa incorporação da escola pelo governo estadual para se tornar um Grupo Escolar em 1957, era o casal Moskorz que continuava a frente da instituição entregando posteriormente a direção para Traude Haertel.

Compreender a trajetória da escola no percurso da nacionalização do ensino tendo como chave de análise a cultura escolar e a memória possibilita refletir sobre a conjuntura que permitiu a mudança do nome da escola de Itoupava Norte para ser chamada de Professor João Widemann.

Nesse capítulo especialmente se dialoga com a memória dos sujeitos por meio da história oral que permite mobilizar experiências recordadas sobre as vivências na Escola Pública de Itoupava Norte nos anos de 1940. Essas experiências são entendidas como representativas da cultura escolar, não com a finalidade de decifrar a vida na escola, mas refletir de que forma os sujeitos vivenciaram o cotidiano escolar com suas permanências no que diz respeito ao funcionamento de uma escola, mas também com as alterações inevitáveis promovidas pelas leis nacionalizadoras que foram incorporadas na cultura escolar não por conformismo, incapacidade de reação ou mesmo sem a indignação por parte dos sujeitos, mas porque seus encaminhamentos no cotidiano da escola permearam as práticas, as relações existentes que, de muitas formas, precisaram ser modificadas para continuar.

Entre o controle implementado pelas ações e leis nacionalizadoras e as vivências das crianças existe um campo a ser explorado que não está sendo analisado pela ótica do vencer ou perder, e sim por meio das experiências que movimentaram presença e sentidos de ser e estar naquela cultura escolar.

Ao pensar o movimento da escola a intenção não foi privilegiar a verticalização das relações. É evidente que toda a instituição escolar possui sua estrutura hierárquica, e no contexto da campanha de nacionalização do ensino em Santa Catarina essas articulações foram fortemente estimuladas. No entanto, a proposta desejou perceber a escola de dentro para fora, privilegiando as relações cotidianas, que não estão livres das relações de poder, mas que são (re)elaboradas de acordo com as possibilidades encontradas nas brechas, por meio de estratégias, onde signos e práticas implementadas

pela ação governamental receberam outras roupagens, por vezes, entendidas como mais apropriadas para a dinâmica escolar.

Na construção do **segundo capítulo**, intitulado: *Um professor sob suspeita: a presença de João Widemann na Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1930*, o objetivo foi articular elementos da história do professor João Widemann até sua presença como professor adjunto na Escola Pública de Itoupava Norte a partir de 1931. Existem poucos vestígios sobre a vida profissional desse professor que chega no Brasil pelo porto de São Francisco do Sul/SC em 1902, se declara agricultor e que tem como destino a cidade de Joinville/SC. Alguns anos depois pode ser encontrado na cidade de Brusque/SC onde se casa e atua como professor em uma escola particular alemã luterana no ano de 1909. Somente é possível voltar a verificar sua presença por meio de documentos em 1916 sendo professor em uma escola particular alemã de origem luterana na localidade do Rio do Testo, região pertencente a Blumenau naquela época.

Em 1931 se torna funcionário público, de acordo com o assentamento funcional do Estado de Santa Catarina. Sua primeira e única atuação como professor estadual é na Escola Pública de Itoupava Norte onde exerceu a profissão até o início de 1937 quando é exonerado a pedido. Essa exoneração, mesmo tendo sido oficialmente solicitada por João Widemann, não aconteceu livre de tensões. Em dezembro de 1935, o inspetor escolar da região de Blumenau, Celso Rila, adverte o professor Widemann por considerar que estava havendo pouco empenho para ensinar os alunos a falar o português e que perante o inspetor o professor tinha expressado algumas palavras em alemão. Um ano depois desse processo, o professor João Widemann oficializa a sua exoneração.

Após a saída da Escola Pública de Itoupava Norte em março de 1937, se torna funcionário da Companhia Kuehnrich S/A, empresa que fica localizada no bairro de Itoupava Norte, próximo a escola. Manteve esse vínculo empregatício até agosto de 1947 sendo esse o mês e o ano do seu falecimento.

Os acontecimentos que marcaram a história do professor João Widemann durante a nacionalização do ensino em Blumenau não representam um caso isolado, outros professores foram afastados de suas funções de ensino devido ao uso da língua alemã ou até mesmo por terem relações com grupos nazistas ou integralistas formados na região. No entanto, o que chama atenção é que dentre outros professores e professoras que atuaram na escola, justamente o professor fiscalizado pelos mecanismos da nacionalização do ensino, vinte anos após deixar a escola, tenha recebido a homenagem

de ter seu nome escolhido para representar o Grupo Escolar criado em substituição da escola anterior.

Para compor esse capítulo foram explorados os documentos oficiais que apresentam indícios da trajetória do professor João Widemann, além dos relatórios dos inspetores escolares que fiscalizaram a Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1930. Essa documentação possibilita compreender potenciais tensões que existiram em uma escola subvencionadas pelo poder público, mas que ainda possuía vínculos com a Sociedade Escolar que havia criado a escola.

No **terceiro capítulo** chamado de *Entre o novo e o velho: a nacionalização presente na criação do Grupo Escolar Professor João Widemann em 1957*, as discussões propostas envolvem a criação e nomeação do Grupo Escolar Professor João Widemann inaugurado oficialmente em 01 de dezembro de 1957 substituindo a Escola Pública de Itoupava Norte.

A construção desse Grupo Escolar, que foi apresentada pelos discursos oficiais como uma obra em nome do progresso, mas que também tinha relações com as implicações da nacionalização estimulada e promovida em Blumenau nas décadas de 1930 e 1940 durante o governo de Getúlio Vargas. A própria escolha do nome da “nova” escola revelado publicamente apenas no dia da inauguração em 1957 está envolta de questionamentos e aciona para a cena pública um “velho” professor – João Widemann, que é apresentado como aposentado, nada sendo mencionado sobre a censura pública e o pedido exoneração do cargo.

Ao que tudo indica as lideranças políticas e comunitárias escolheram para homenagear um imigrante alemão, que não era nativo da comunidade escolar, trabalhou apenas alguns anos na escola, além de pouco conhecido no âmbito municipal, o que parece inicialmente ir na contramão do projeto nacionalista que buscava incutir nos anos anteriores a valorização da cultura nacional e a exaltação de seus representantes.

Além dessa obra, outras transformações de infraestruturas foram desenvolvidas no bairro de Itoupava Norte, acompanhando o clima de modernização que havia sido implantado em Blumenau, principalmente a partir da década de 1950 buscando inserir a cidade no movimento progressista para estabelecer relações mais estreitas com o restante do estado catarinense buscando deixar para trás a imagem de uma região isolada. O bairro recebeu a obra de construção da ponte que permitiu abandonar o uso da balsa para atravessar o rio Itajaí-Açú, também a implantação de iluminação pública em algumas ruas da região, o calçamento de parte da principal via pública.

Perante esse cenário, a escolha do nome da escola está sendo problematizada a partir dos possíveis sentidos que ela ressoa naquela configuração de um bairro e uma cidade onde era anunciado o progresso como forma de se reconhecer moderno, mas que não abriu mão de invocar referenciais culturais até pouco tempo censurados e considerados pertencentes a um passado que deveria ser silenciado. Desta forma, se torna importante compreender o por que esse progresso que estava sendo anunciado como o afastamento do antigo, do retrógrado foi confrontado com a escolha de um nome “velho” para a principal escola da região.

Nessa perspectiva, é viável pensar que mesmo após o fim do governo de Getúlio Vargas a nacionalização continuou fomentando incômodos e estando latente na cultura política local, se manifestando em forma de ações no espaço público que simbolizavam ressentimentos de forma encapsulada.

Para a construção desse capítulo os periódicos que anunciaram as mudanças no bairro com a construção do Grupo Escolar foram analisados para observar as articulações e as pessoas envolvidas nos acontecimentos. Também os relatórios municipais, algumas atas da Câmara de Vereadores, além de documentos do acervo escolar como ata de fundação contribuem para pensar esse movimento.

1 ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE NO PERCURSO DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM BLUMENAU/SC

1.1 O movimento nacionalizador do ensino anunciado na década de 1910 e suas reverberações

Analizar elementos que caracterizam e posicionam a Escola Pública de Itoupava Norte imersa na nacionalização do ensino entre 1930–1945 significa permitir outros alcances para a discussão que envolve os efeitos da nacionalização nas escolas em áreas de colonização estrangeira, especialmente alemã, em Santa Catarina. Isso porque, referente a Blumenau/SC, não foi identificado nenhum estudo que tenha investigado uma instituição escolar de maneira mais elaborada, o que mantinha nebuloso alguns aspectos sobre o funcionamento dessas escolas e suas relações com o poder público, que não devem ser entendidas como unilaterais, mas pautadas em constantes negociações e muitas tensões.

A Escola de Itoupava Norte seguramente até o ano de 1917 era uma das escolas particulares alemãs que atuavam no município de Blumenau, ou seja, não era enquadrada na categoria de escola pública. Criada pela Sociedade Escolar¹² da localidade de Itoupava Norte, na segunda metade do século XIX, de acordo com o memorialista José Ferreira da Silva (1972), está entre as primeiras escolas fundadas na Colônia Blumenau, no ano de 1864¹³. Como fonte mais antiga para a consideração dessa data de fundação existe o relato escrito em 1918 por Max Humpl, morador e professor do lugar conhecido como Altona (Itoupava Seca), que descreve a presença na outra margem do rio de uma escola:

[...] as pessoas que aí moravam fundaram e construíram no ano de 1864 a partir de recursos próprios e literalmente com as próprias mãos e pés (eles mesmos pisoteavam a argila) a escola de Itoupava Norte, com o auxílio do carpinteiro Fritz Kögler. O primeiro professor dessa escola foi Wilhelm Rischbieter [...]. A escola de Itoupava Norte tinha, na verdade, muitos problemas com a

¹² As Sociedades ou Comunidades Escolares eram associações formadas por moradores em várias regiões de Blumenau, desde o período da Colônia Blumenau. Os associados pagavam determinados valores que eram destinados para a construção, ampliação e manutenção das atividades escolares. Entre as despesas estavam a estrutura física da escola, os materiais didáticos, os salários dos professores, etc. Muitas dessas organizações funcionaram por décadas até deixarem de ser responsáveis por qualquer aspecto envolvendo os bens materiais da escola. Tudo indica que a Sociedade Escolar Itoupava Norte encerrou suas atividades em 1955 quando realizou a doação do terreno onde estava situada a Escola Pública de Itoupava Norte para o governo estadual.

¹³ Essa informação também consta no livro comemorativo sobre o Centenário de Blumenau (1950, p.287).

frequente troca de professores, mas continuou existindo, tendo sido reformada em 1904, e ampliada em 1914, através da construção de uma residência para o professor, e ainda hoje [1918] está em funcionamento. (KRAMER e KRAMER, 2015, p.96-97).

Procurando ter maiores evidências da existência da escola ainda no século XIX, foi possível identificar através de notícias publicadas no jornal local *Blumenauer Zeitung*¹⁴, que em 16 de maio de 1885 a Sociedade Escolar já estava se manifestando a procura de um professor: “O Distrito de Itoupava Norte procura professor para o ensino de 20 crianças. Os interessados devem dirigir-se ao senhor Anton Hartel”. Além dessa publicação, outras chamadas dessa Sociedade foram realizadas nos anos de 1887, 1891, 1898¹⁵.

Imagen 1: Escola de Itoupava Norte na década de 1910



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia postada no Grupo Fechado do Facebook chamado “Antigamente em Blumenau”, em 10 fev. 2013¹⁶

¹⁴ Jornal publicado em Blumenau em língua alemã até 02 de dezembro de 1938.

¹⁵ Todas essas chamadas no jornal local *Blumenauer Zeitung* se encontram traduzidas na pasta de Educação, Artigos diversos, documento 01.

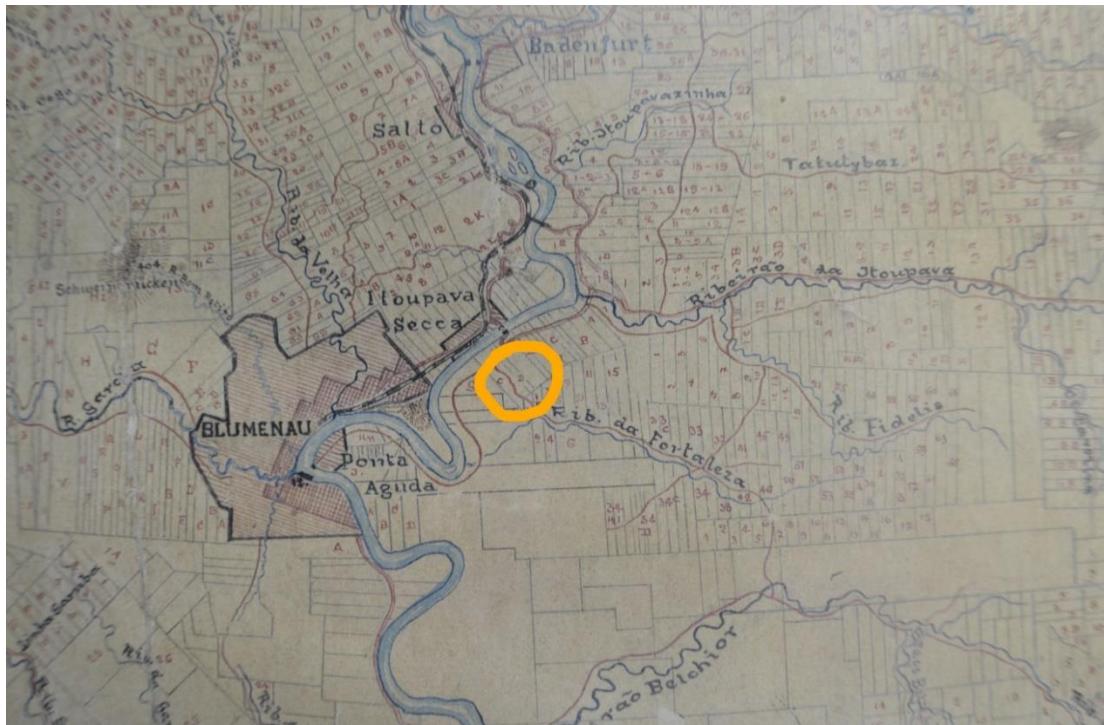
¹⁶ A fotografia foi retirada de um grupo fechado no facebook denominado “Antigamente em Blumenau”, que reúne pessoas interessadas em aspectos históricos da cidade e região do Vale do Itajaí. A imagem foi referenciada como sendo a Escola de Itoupava Norte na década de 1910. Pelas descrições da escola, pode-se supor de que seja mesmo fotografia da escola. A imagem foi acessada em 26 out 2018.

Considero pertinente conhecer e apresentar esses elementos para caracterizar a formação da Escola de Itoupava Norte e permitir a percepção de que era uma escola que seguia o modelo das chamadas “escolas alemães”: vigorava o uso da língua alemã, o programa de ensino também incluía elementos das diretrizes curriculares alemães, alguns professores eram contratados diretamente na Alemanha, a infraestrutura era construída pela comunidade escolar. A maioria delas ficava distante da área demarcada como central em Blumenau, chamada de sede ficando conhecidas como escolas isoladas, já que estavam espalhadas pelo antigo território de Blumenau. Muitas surgiram, por exemplo, associadas a Igreja Evangélica Luterana instalada naquele povoamento. Compartilho do entendimento apresentado pelos estudos do historiador João Klug (2003) de que mesmo com essas características em comum, cada escola atuou inserida em uma realidade adquirindo contornos singulares em sua trajetória.

No caso da Escola de Itoupava Norte, os documentos encontrados demonstram que não havia uma relação direta com alguma organização religiosa, pelo menos de maneira evidenciada. Além disso, funcionava como uma instituição de ensino mista, ou seja, sem a separação entre meninos e meninas, que estudavam no ensino primário, na forma de classes multisseriadas e em alguns períodos tendo as classes desdobradas (em dois turnos).

A localidade de Itoupava Norte, referenciada de muitas formas nos documentos como um povoado, um distrito, uma área rural, está situada na margem esquerda do rio Itajaí-Açú e foi ocupada inicialmente por imigrantes de origem alemã que no início, ainda na segunda metade do século XIX, se instalavam na margem direita do rio, na localidade chamada de Itoupava Seca, para depois acessar as terras do outro lado do rio. Os moradores que passaram a viver na Itoupava Norte, desenvolveram diversas atividades econômicas direcionadas para agricultura, criação de animais, casas comerciais de gêneros alimentícios. Uma indústria também foi criada em 1926, chamada a princípio de Tecelagem Kuehnrich e mais tarde de Teka. Inicialmente fabricava acolchoados, depois camisas e a partir das últimas décadas até a atualidade artigos de cama, mesa e banho. Também em torno do lugar em que funcionava a escola, foi fundado em 1929 o clube de futebol: América Futebol Clube, além do salão de dança da família Mogk que foi transformado em um cinema, chamado de Cine Mogk.

Imagen 2: Mapa de Blumenau organizado por José Deeke. Levantamentos topográficos até o ano de 1928

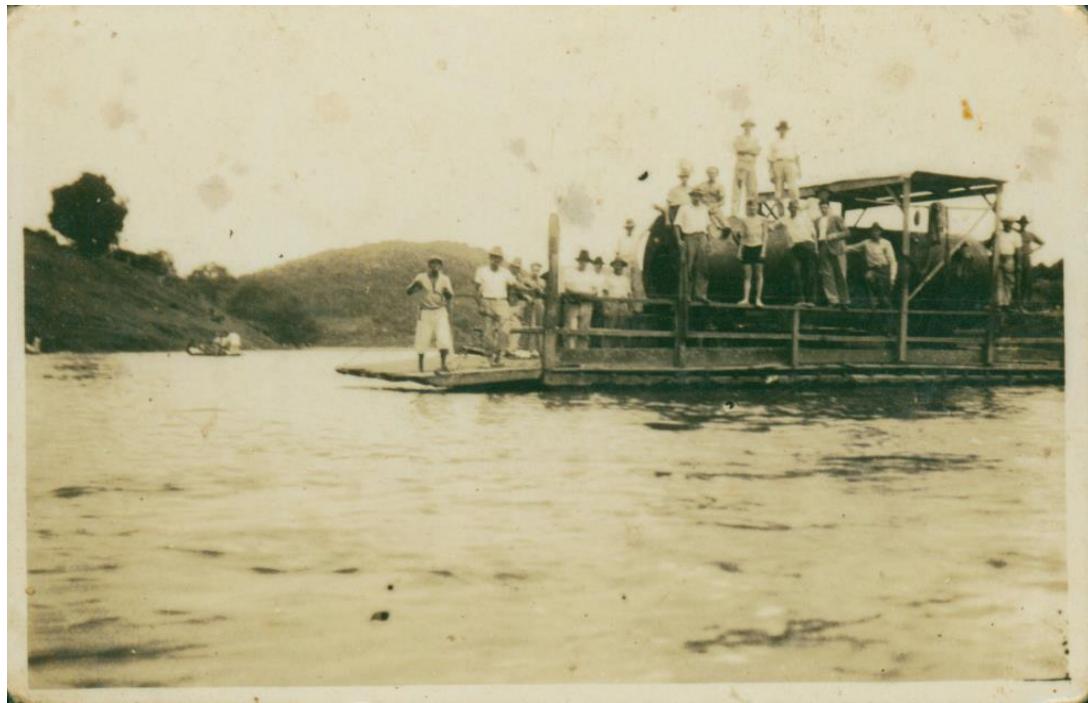


Fonte: Mapas, AHJFS (O círculo laranja foi meu acréscimo para demarcar superficialmente a localidade de Itoupava Norte onde a escola foi fundada)

Parte do território de Itoupava Norte já aparece no mapa da Colônia Blumenau¹⁷ de 1864 e o lugar apenas podia ser acessado com a balsa, sistema de transporte que funcionou até a década de 1950 quando uma ponte foi construída. Também em 1956 adquiriu a categoria de bairro sendo realizadas diversas obras de infraestrutura nesse período, incluindo a construção de um novo prédio escolar em 1957, considerado mais moderno, questão que será abordada no terceiro capítulo.

Imagen 3: Balsa transportando carga e pessoas pelo rio Itajaí-Açú entre as localidades de Itoupava Seca e Itoupava Norte

¹⁷ A Colônia Blumenau foi fundada em 02 de setembro de 1850 pelo imigrante alemão Hermann Bruno Otto Blumenau, que adquiriu uma grande extensão de terras do governo de Santa Catarina, na região conhecida atualmente como Vale do Itajaí. O sistema de loteamento atraiu os chamados colonos que vieram não apenas do território que formou a Alemanha, a Polônia, mas também a partir de 1875, de regiões da Itália.



Fonte: Autor desconhecido. Fotografia bairro Itoupava Norte, AHJFS, s/d

Poucos vestígios foram encontrados referentes a Escola Pública de Itoupava Norte até a década de 1930, mas já é possível afirmar, por meio da história oral, que era uma escola pequena pelo tamanho da construção da casa onde estava as duas salas de aula. Os documentos escritos apontam que número de alunos matriculados era relativamente elevado para a época. Nos relatórios administrativos de prefeitos dos respectivos anos referenciados na tabela foram apresentados os números de matrícululas:

Quadro 3: Quantidade de alunos matriculados na escola da localidade de Itoupava Norte de acordo com o ano

ANO	Nº de matrículas
1904	50
1915	22
1916	42
1917	49
1936	66
1941	90
1942	83
1955	126

Fonte: Relatórios administrativos de prefeitos (AHJFS). Elaboração da própria autora, 2019

Como outras escolas em Blumenau e também em outros lugares de Santa Catarina, a Escola de Itoupava Norte foi impactada pelas leis e ações nacionalizadoras direcionadas para as escolas em 1917 após o Brasil assumir posição contrária a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Conforme o relatório administrativo do município de Blumenau (1917, p.32) essa e outras escolas foram fechadas devido a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula, decretada pelo governo do Estado, a partir da Lei nº 1.187 de 5 de outubro de 1917 e pelo Decreto nº 1.063 de 8 de novembro daquele ano.

A nacionalização operacionalizada na década de 1910 se tratou de um movimento legalizado, mas que além das leis impositivas parecia demonstrar uma preocupação, inclusive pedagógica, com o processo de incorporação dos estudos nacionais, principalmente, a língua portuguesa. O professor Orestes Guimarães, que a partir de 1911 comandou as ações no estado de Santa Catarina, apresentava a compreensão de que as mudanças não ocorreriam de forma imediata e que seria necessário investir na formação dos professores e aparelhamento das escolas com materiais didáticos que estimulassem pensamentos e práticas nacionalistas. (LUNA, 2000).

Por ser uma região onde predominou a colonização estrangeira (alemã e italiana), Blumenau recebeu iniciativas associadas a regulamentação do ensino e a presença de uma instituição escolar na sede do município representante do ensino público, criada em 1913 – Grupo Escolar Luiz Delfino. Algumas escolas começam a ser subvencionadas com recursos financeiros incluindo materiais didáticos, por exemplo. Em 1917, o governo estadual implantou a Escola Complementar, em anexo ao Grupo Escolar, direcionada também para habilitar professores no uso da língua portuguesa.

Estudos referentes a chamada primeira campanha de nacionalização do ensino entre as décadas de 1910 e 1920 praticada em Blumenau estão ainda por ser realizados, mas as investigações para esse trabalho demonstraram que os encaminhamentos legais ocasionaram desconfortos em Blumenau, provocando disputas de poder entre lideranças locais e autoridades do governo do Estado de Santa Catarina, responsáveis pela fiscalização da educação, das escolas, dos professores no município.

Um momento de tensão envolveu o início do ano letivo de 1916. Conforme o decreto estadual de 1º de fevereiro desse ano¹⁸, ficou determinado que todas as escolas do Estado, incluindo as particulares ou subvencionadas deveriam iniciar as atividades de ensino apenas em 1º de março de 1916. (OFÍCIO RECEBIDO, 2 fev. 1916, APESC). De

¹⁸ O documento analisado não referenciava o número do decreto e não foi possível localizar.

acordo com Francisco Margarida, chefe escolar do 18º Distrito Escolar, que tinha Blumenau sob sua responsabilidade, as escolas em Blumenau já estavam funcionando e assim que foi instruído por telegrama sobre as determinações do decreto, comunicou para as unidades escolares da área central da cidade sendo as duas escolas católicas: uma dirigida pelos padres franciscanos e a outra pelas irmãs da divina providência, além da Escola Nova que recebia subvenção municipal. Ainda segundo o chefe escolar, todas as outras escolas não puderam ser comunicadas pessoalmente devido a dificuldade de chegar até muitas delas ou mesmo por suas localizações não serem conhecidas devido a falta de mapas. Na tentativa de amenizar o problema, o chefe escolar solicitou à imprensa local que publicasse um comunicado sobre o decreto com a intenção de que a notícia se espalhasse. (OFÍCIO RECEBIDO, 2 fev. 1916, APESC).

As três escolas informadas pela chefia escolar em 4 de fevereiro de 1916 se recusaram a suspender o funcionamento das aulas argumentando que iriam justificar a decisão diretamente ao governador com a intenção de reverter a decisão determinada em decreto. Francisco Margarida emitiu seu posicionamento referente a importância do decreto estadual considerando:

mui necessária e bastante justa à bem da hygiene e da uniformidade do ensino público, além dos prejuízos que causavam tais estabelecimentos, abrindo suas aulas 1º de Fevereiro, à matrícula dos grupos escolares, que tão reais serviços vão prestando à educação da nossa mocidade mormente nos municípios em que impera o estrangeirismo que, por meio de suas escolas, que jamais respeitaram as disposições regulamentares, procura educar a nossa mocidade alheia à importância e o valor dos nossos homens, à beleza e a fertilidade da natureza, ao civismo e heroísmo pátrios, além da língua, que não se ensina. (OFÍCIO RECEBIDO, 4 fev. 1916, APESC).

Fica evidente que Margarida apresenta críticas incisivas as escolas na região de Blumenau destacando que não respeitavam os interesses nacionais e denunciando que a língua brasileira não era ensinada, o que para ele dificultava o reconhecimento do Brasil como sua pátria pelos mais jovens. As escolas estavam sendo consideradas uma ameaça porque estariam desenvolvendo mecanismos para burlar os propósitos do poder público voltados para o estímulo da nacionalidade.

Outros telegramas e ofícios de respostas são encaminhados entre os dias 2 e 4 de fevereiro tanto pelo chefe escolar quanto pelos representantes das três escolas comunicadas sobre o decreto. Aliás, todas elas se posicionaram da mesma maneira argumentando que por “motivos plausíveis e graves [...] é impossível suspender o funcionamento das aulas já reabertas no dia 1º de Fevereiro”. (OFÍCIO RECEBIDO

COLÉGIO SANTO ANTÔNIO, s/d 1916, APESC). O entrave parece ter sido resolvido, pelo menos em termos legais, com o telegrama do chefe escolar no dia 06 de fevereiro para a Diretoria de Instrução Pública do Estado comunicando que as escolas em região de sua responsabilidade tinham sido fechadas. (OFÍCIO RECEBIDO, 7 fev. 1916, APESC).

Em outro ofício direcionado novamente ao Diretor de Instrução Pública, em 3 de janeiro de 1916, Francisco Margarida denunciou e solicitou medidas para inibir as práticas de pessoas consideradas por ele sem autoridade na administração da educação. Apontou o superintendente de Blumenau, Paulo Zimmermann, como alguém que estava tomando decisões que desqualificavam a sua autoridade perante as escolas, o que estaria dificultando seu trabalho. (OFÍCIO EXPEDIDO, 3 jan. 1916, APESC).

Também em 03 de julho de 1917, mais uma situação é comunicada pelo chefe escolar, através de ofício “acompanhado de provas”, pedindo providências ao governo do estado sobre a postura do professor do Colégio Santo Antônio, Oscar Martus, que havia esbofeteado com um chicote um aluno de nacionalidade brasileira chamado Antônio Manoel Martins. (OFÍCIO EXPEDIDO, 3 jul. 1917, APESC).

É possível perceber que a nacionalização do ensino implantada a partir da década de 1910 não foi tão amistosa como pode ter aparentado se for analisada sem comparações com a nacionalização das décadas de 1930 e 1940. As lideranças locais, relacionadas diretamente ou não com as escolas manifestaram seus incômodos com as intervenções governamentais e buscaram resistir as padronizações, desconsiderar decisões e mesmo desconsiderar as hierarquias estatais.

No relatório administrativo referente ao ano de 1917 o superintendente de Blumenau Paulo Zimmermann fez questão de destacar que obedeceu a determinação do governo do estado e “imediatamente mandei fechar as escolas a que se refere o dito Decreto”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1917, p.31, AHJFS). Ainda apresentou uma listagem apontando que apenas uma escola não tinha sido fechada no universo de 113 escolas particulares no município. (RELATÓRIO PREFEITO, 1917, p.31-32, AHJFS). Ciente do impacto desses fechamentos, o mesmo governo municipal decretou em 16 de dezembro de 1917 a Lei nº 100 que em seu artigo 29 obrigava as sociedades escolares que tivessem interesse em ter suas escolas subvencionadas pelo município, à apresentar diversas informações e deixava claro que seriam “[...] atendidas somente as escolas que ensinam a língua vernácula”. (LEI MUNICIPAL, 1917, AHJFS). Também pela resolução nº 111, de 6 de dezembro de 1917, o governo se comprometeu a “[...] subvencionar os

professores que frequentarem um curso para se aperfeiçoarem na língua vernácula". (LEI MUNICIPAL, 1917, AHJFS).

Apresentar a existência de uma legislação criada para tornar o ensino da língua nacional obrigatório, além de estabelecer regras para o funcionamento da educação no Estado de Santa Catarina, não significa afirmar que tudo transcorreu de acordo com a determinação. No relatório estadual de 1920, o governador Hercílio Pedro da Luz, relembra que "alguns governos municipais, poucos felizmente, tentaram ludibriar, por conveniências locais, de ordem secundária, a ação dos Governos Federal e Estadual, tão harmonicamente empenhados nessa obra de nacionalização [...]" (RELATÓRIO PREFEITO, 1920, p.20, AHJFS).

É possível que Blumenau tenha sido considerado um desses municípios. Em 6 de novembro de 1917, o chefe escolar Francisco Margarida, telegrafou ao Diretor de Instrução Pública do Estado informando que "até agora nenhuma escola desta cidade foi fechada, e nem me consta alguma do interior do município". (OFÍCIO EXPEDIDO, 6 nov. 1917, APESC). No dia seguinte, 7 de novembro de 1917 o Diretor de Instrução Pública informa ao Secretário Geral de Negócios que conforme novo comunicado do chefe escolar, as escolas da sede tinham sido fechadas ontem e as do interior tinham recebido "ordens rigorosas" para serem fechadas. (OFÍCIO EXPEDIDO, 7 nov. 1917, APESC).

Entretanto, o superintendente Paulo Zimmermann anunciou em seu relatório sobre o ano de 1917, que em 30 de outubro recebeu o comunicado do governo estadual sobre o decreto federal que proibia o "[...] funcionamento das escolas que não ensinassem a língua portuguesa" tendo ele cumprido "imediatamente". (RELATÓRIO PREFEITO, 1917, p.31, AHJFS). Tudo indica que novamente determinações não foram cumpridas, já que as escolas teriam continuado a funcionar, mesmo que tenham recebido o comunicado com maior agilidade.

As leis nacionalizadoras não foram unânimes e nem tiveram todos os alcances desejados. Aconteceram resistências como, no caso de uma escola de Indaial, região pertencente ao município de Blumenau até 1934. Conforme o Diretor de Instrução Pública comunicou em 22 de fevereiro de 1918, a partir das informações do chefe escolar de Blumenau, a escola pública de Indaial estava com a matrícula de 70 alunos e solicitava um professor auxiliar. Também outra dificuldade relatada era em relação ao edifício escolar que não suportava tal demanda e "a comunidade escolar de Indaial negou-se a ceder o edifício de sua escola, estando esta fechada, o que implica em uma dificuldade

oposta ao funcionamento mais regular da escola pública". (OFÍCIO RECEBIDO, 22 fev. 1918, APESC).

Essa negação em colaborar com as instâncias públicas dificultando a realização de determinados encaminhamentos permite pensar que não foi preciso agir apenas na ilegalidade para confrontar as decisões. De forma legalizada também se fizeram confrontamentos, como a atitude dos membros da Sociedade Escolar de não emprestar o prédio da antiga escola, naquele momento fechada por opção ou porque não comprovou condições previstas em decreto para voltar a funcionar.

Os impactos das medidas governamentais aplicadas até 1917 provocaram tensões e mesmo após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, a questão da nacionalização do ensino continuava sendo evidenciada. No relatório administrativo do município de Blumenau referente ao ano de 1919 o superintendente Paulo Zimmermann declarou que:

O ensino do portuguez hoje é uma realidade. Historia patria, geographia do Paiz, educação civica e hymnos patrióticos são ministrados aos alumnos de maneira a satisfazer todas as exigencias. Quanto á nacionalização da escola, o fim almejado está realizado; o portuguez, como matéria obrigatoria, está incorporado definitivamente no programma de todos os estabelecimentos primarios do Município. (RELATÓRIO PREFEITO, 1919, p.48, AHJFS).

É compreensível que o superintendente desejou demonstrar seu empenho e compromisso em executar as leis de nível estadual e federal. Apresentar a nacionalização do ensino como um sucesso aparenta ser uma tentativa de encerrar ou mesmo minimizar a fiscalização por parte de outras esferas do poder público. Apesar da referência de alcance do resultado positivo, Paulo Zimmermann não deixa de fazer apontamentos que indicam duas consequências entendidas como “calamidades” para o ensino nas escolas em Blumenau: a considerável falta de professores adequados e a retirada do programa de estudos de matérias avaliadas como importantes: ciências naturais, geometria e desenho. No caso dos professores, ele argumenta que muitos não conseguiram vencer as “dificuldades da aprendizagem de portuguêz e com a rapidez necessária”, por isso, acabaram abandonando o magistério, o que ainda era motivo para várias escolas estarem fechadas. (RELATÓRIO PREFEITO, 1919, p.48, AHJFS).

Contudo, mesmo com essa constatação de escolas fechadas, o número de instituições que estavam funcionando no final de 1918 era equivalente a quantidade de escolas abertas antes das leis aplicadas no final de 1917. No relatório administrativo de Blumenau sobre o ano de 1925, o superintendente Curt Hering apresentou alguns

números sobre a educação no município referentes a anos anteriores e evidenciou que no final de 1918 haviam sido reabertas 98 escolas particulares, além de um total de 20 escolas que estavam sendo subvencionadas, portanto, enquadradas como públicas. Sobre os números do ano de 1925 o relatório apontou que funcionaram naquele ano 62 escolas isoladas subvencionadas mais o Grupo Escolar Luiz Delfino e Escola Complementar. Já as escolas particulares somavam um total de 109 em funcionamento. Desta forma, é possível observar um considerável aumento na quantidade de escolas e também nas subvenções que tornavam muitas escolas que antes eram particulares, em escolas vinculadas ao poder público por meio de recursos financeiros.

Antes que novas restrições legais atingissem as escolas nas décadas de 1930 e 1940, o último relatório do município que foi possível consultar diz respeito ao ano de 1928 ainda na administração do prefeito Curt Hering e informa que em Blumenau existiam 132 escolas particulares, 31 escolas paroquiais e 56 escolas estaduais, portanto consideradas públicas. (RELATÓRIO PREFEITO, 1928, s.p, AHJFS). Ao estabelecer uma comparação com os números apresentados no relatório de 1916 onde foi fornecido maiores detalhes sobre a instrução pública, o superintendente Paulo Zimmermann destacou a existência de 117 escolas particulares e 10 escolas públicas. (RELATÓRIO PREFEITO, 1917, p.32, AHJFS). Com base nesses dados continua evidenciado o aumento do número de escolas entendidas como públicas, após a implantação da lei e do decreto de 1917, entretanto, a quantidade de escolas particulares ainda é predominante tendo, inclusive, aumentado.

Compreender a articulação que desencadeou a alteração de uma escola particular para uma escola pública por meio do vínculo com recursos financeiros subvencionados pelo governo federal, estadual ou municipal, significa analisar muito mais do que apenas uma mudança na nomenclatura da escola. Assumir a subvenção governamental representou abrir mão de certa autonomia nos encaminhamentos cotidianos da escola. Uma instituição escolar subvencionada tinha uma fiscalização mais atuante, por vezes, a presença de professores nem sempre conhecidos pela comunidade, alguns até vindos de outras regiões, o controle mais próximo sobre o material didático utilizado. Mesmo existindo leis que enquadravam todas as escolas, ser uma escola particular permitia assumir algumas práticas que inclusive poderiam representar a possibilidade de ilegalidades pois, os membros da Sociedade Escolar ainda atuavam sobre todas as dimensões da escola e de sua atuação na comunidade.

Isso não significa que nas escolas subvencionadas e, portanto, entendidas como públicas, todas as leis fossem cumpridas sem desvios. Isso porque, as escolas que recebiam verbas específicas, não foram imediatamente incorporadas de forma integral pelo poder público, situação que permaneceu por décadas em algumas instituições de ensino, como na própria Escola de Itoupava Norte, que somente rompeu o vínculo legal com a Sociedade Escolar em 1955, com a doação do terreno para o governo estadual, último bem material sob sua responsabilidade, já que o edifício escolar foi demolido nesse mesmo ano para o início das obras do Grupo Escolar.

Os documentos analisados não permitiram identificar a data de reabertura da Escola de Itoupava Norte, após as leis nacionalizadora de 1917. Apenas que em 1927, a escola estava sendo identificada como pública por receber algum tipo de subvenção governamental. Essa constatação tem fundamento em uma das poucas fotografias do acervo escolar da atual Escola de Educação Básica Professor João Widemann, que mostra a turma e o professor na frente da escola. No quadro, escrito com giz está: “Escola Pública Itoupava Norte Blumenau Julho 1927”.

De acordo com anotações vinculadas com a fotografia e arquivadas como parte do acervo escolar, além do relato escrito pelo senhor Edgar Liesenberg (GUENTHER, LIESENBERG, 2003, p.294), que apresentou sua trajetória de vida e declarou ter sido aluno da escola na localidade de Itoupava Norte no mesmo ano registrado na fotografia afirmando que se tratava de uma escola pública. Nesse mesmo relato, ele menciona que como era uma “escola pública municipal” as aulas eram ministradas em língua portuguesa. Não foi possível encontrar outros vestígios que confirmassem a subvenção proveniente do governo municipal. Com segurança consigo afirmar que a escola foi subvencionada com recursos estaduais por meio da contratação de professores, pelo menos a partir de 1929.

O relato do senhor Liesenberg contribuiu para reiterar o que consta nas anotações do acervo escolar referente ao professor junto com a turma, chamado Fernando Steinhauer. Estabeleci um outro encontro com esse professor ao analisar os Anais da Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário convocada pelo governador de Santa Catarina, Adolpho Konder em 31 de julho de 1927. Inicialmente observei que era um professor de Blumenau, porém, ainda não tinha realizado a associação que se tratava da mesma pessoa. Quando formulei essa ligação o texto apresentado como sendo de autoria

desse professor, apenas intitulado como “These nº 19”¹⁹ adquiriu destaque, já que abordava aspectos de suas experiências como um professor de uma escola subvencionada, em uma área de colonização alemã, a Escola Pública de Itoupava Norte, permitindo conhecer pela primeira vez alguns aspectos do funcionamento da escola e sua inserção na comunidade.

Imagen 4: Estudantes e professor em frente da Escola Pública de Itoupava Norte, em Blumenau/SC – 1927



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia do acervo escolar da atual Escola de Educação Básica Professor João Widemann

O professor Steinhauer inicia suas observações no texto apresentado na Conferência em 1927 analisando o material didático utilizado nas escolas para o ensino da leitura fundamentado nas suas práticas como professor. Afirmou que em escolas que recebem subvenções “[...] os alunos na sua maioria são descendentes de alemães, de gente que só sabe falar o alemão [...]”. (ANAIS, 1927, p.519). Explicou que o professor

¹⁹ Eram textos escritos por pessoas que trabalhavam com educação sendo convidadas para participar da Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário realizada em Florianópolis no dia 31 de julho de 1927. Os textos recebiam pareceres de outras pessoas da área da educação e as sugestões apresentadas recebiam um parecer que considera cada uma delas válida ou não.

precisa traduzir a cartilha e explicar em alemão e ainda assim, os alunos do 1º ano precisariam de cerca de dois anos para “absorverem a cartilha”. (ANAIS, 1927, p.520). O argumento utilizado foi de que para aqueles alunos “[...] a língua vernácula é um idioma completamente estranho e o motivo, porque aprendem com dificuldade é só na hora das aulas a ouvem e falam durante o resto do dia o idioma em uso entre elles é o alemão [...]”. (ANAIS, 1927, p.520). O professor continua suas observações destacando que não apenas na leitura existem dificuldades, também na aritmética os alunos que falam o idioma nacional possuem maiores facilidades em aprender a contar porque sabem o significado dos números, mas para “os nossos” é uma tarefa desafiadora pois, “[...] as denominações dos números são palavras estranhas e não ficam facilmente na memória deles, porque eles não sabem pensar em vernáculo [...]”. (ANAIS, 1927, p.520). Apresentou as problemáticas no ensino de história assumindo que não consegue ensinar os períodos da história conforme as determinações para cada ano de estudo, já que precisa fazer constantes repetições. Sobre a história de Santa Catarina admitiu que os alunos não sabem narrar nenhum trecho. O professor Steinhauer apresentou uma constatação sobre a questão do aprendizado da língua nacional que penso ser importante evidenciar na íntegra:

o que por enquanto podemos conseguir, é que nossos alunos, paes de futuros alunos, sabem alguma coisa do vernáculo, que conhecem o paiz deles e que sentem como brasileiros. Os futuros alunos, isto é, os filhos dos nossos alunos já aprendem o vernáculo com muito mais facilidade, porque os paes deles já os podem ajudar em muitas coisas referentes ao ensino, o que aos nossos alunos falta por completo. (ANAIS, 1927, p.521).

Talvez por prever que poderia ser julgado devido essas posturas, após expressar essas considerações justificou que ensinar em dois idiomas representa uma grande dificuldade que apenas pode ser mensurada por quem teve essa experiência.

Na sequência de suas análises começou a apontar elementos que dificultavam o ensino da língua brasileira que ultrapassavam os aspectos pedagógicos. Avaliou a necessidade de obrigar os pais a manterem a frequência dos filhos na escola até o último ano do curso primário, que ele sugeriu que seja ampliado de três anos para seis anos quando se ensina em dois idiomas. Também enfatizou a importância de as escolas particulares serem fiscalizadas por funcionários da Inspetoria Federal, como acontece com as escolas subvencionadas e de terem que cumprir o programa determinado pelo

governo, o que evitaria a “concorrência às escolas públicas”. Ainda considerou fundamental que:

[...] os professores destas escolas particulares devem prestar exame para poderem lecionar, porque dantes os professores eram obrigados a isto os atuais não prestam exame e fazem concorrência ilícita aqueles e a nós, porque não se importam com as disposições do governo. (ANAIS, 1927, p.521).

Além da concorrência com as escolas particulares, que pelas menções do professor pareciam ter maior autonomia, ele apontou que as “escolas públicas” subvencionadas eram desqualificadas pelos pais devido as dificuldades que seus filhos tinham ao frequentar a doutrina encaminhada pela Igreja Evangélica, já que “[...] tudo que o pastor protestante ensina e pergunta é em língua alemã, tudo que o aluno tem de lá aprender e escrever é em alemão”. (ANAIS, 1927, p.522). Ao apresentar essa questão religiosa, considerada um aspecto importante nas comunidades de descendência alemã no Vale do Itajaí, o professor Fernando Steinhauer fez emergir uma discussão pouco analisada quando se trata da nacionalização de ensino e a insistente manutenção do elevado número de escolas particulares, mesmo após um primeiro movimento com leis nacionalizadoras.

Agora, lá na doutrina encontram-se os alunos de diversas escolas, tanto particulares como públicas. Os alunos das escolas particulares sabem ler e escrever em alemão, em vez de que os alunos das escolas públicas ficam vexados, porque não sabem ou sabem mal ler e escrever naquele idioma e os pais deles por isto não ficam satisfeitos com o ensino das escolas públicas e o que é um mal para a expansão e renome delas nos distritos coloniais. (ANAIS, 1927, p.522).

Talvez também por esse motivo, observei nas conversas informais com funcionários que trabalham comigo na Escola de Educação Básica Professor João Widemann que algumas pessoas que moravam na comunidade de Itoupava Norte não estudaram na escola local, mas estavam matriculadas no ensino primário da escola particular na comunidade de Itoupava Seca, na outra margem do rio, mesmo tendo que fazer o deslocamento de balsa.

As constatações feitas pelo professor Steinhauer argumentavam que era “muito necessário” que por vinte minutos seja possível ensinar oficialmente o alemão sendo esse tempo o suficiente para o aluno elaborar ideias e registros em alemão “[...] o que muito auxilia a memória dos alunos, porque se eles têm a noção daquilo que aprendem, muito mais fácil aprendem a este ensino de alemão reverte em benefício da língua vernácula”. (ANAIS, 1927, p.521).

Analizar esse documento escrito por Fernando Steinhauer quando foi professor da Escola Pública de Itoupava Norte em 1927 significa conhecer aspectos da sua prática nessa escola envolvendo os desafios de ser um “professor nacionalizador”, que precisava lidar com os compromissos do ensino previstos em lei por meio da língua portuguesa, perante as características culturais de uma comunidade que parece não ter alterado seus hábitos linguísticos, preservando o uso da língua alemã.

Elaborei a noção de “professor/a nacionalizador/a” por entender que determinados professores assumiram compromissos com o projeto de nacionalização do ensino implementado nas áreas de colonização estrangeira como em Blumenau. Foram mobilizados pelo poder público para atuar como anunciantes da cultura nacional e para isso também fiscalizaram e denunciaram comportamentos considerados desviantes desse ideal nacionalizador tanto no espaço e tempo da escola como na comunidade. Certamente, de acordo com seu envolvimento na comunidade escolar fazia negociações por entender que, principalmente, a questão da proibição da língua, nesse caso, alemã, trazia tensões para o processo de ensino e aprendizagem.

Não foi possível identificar o professor ou professores que atuaram na Escola Pública de Itoupava Norte após sua reabertura devido aos fechamentos de 1917, apenas que em 1916 quando a escola ainda era particular, o professor responsável era Josef Teichmann. O próximo vestígio é, portanto, a fotografia de 1927 com a presença do professor Steinhauer sendo o primeiro “professor nacionalizador” identificado por essa pesquisa.

A noção de “professor nacionalizador” que apresento e será melhor desenvolvida no percurso da narrativa, entende que esse sujeito incorporou as determinações legais e contribuiu com a (re)elaboração da cultura escolar por meio das alterações provocadas pela implementação das leis. Isso não significa que esse professor ou professora tenha obedecido fielmente os encaminhamentos governamentais, mas que se colocou disponível para participar desse movimento, assumindo compromissos e, por vezes, se indispondo com seus laços comunitários, culturais quando se tratava de um professor local. As declarações do professor Fernando Steinhauer demonstraram que atuar em uma escola pública poderia ocasionar desconfortos para o professor não apenas na execução do seu trabalho de ensinar, mas também para sua imagem e reputação perante a comunidade, já que ele personificava a intervenção do governo na esfera pública e também privada daquele grupo social.

Para esse estudo, a análise desse professor é significativa, principalmente, porque permite dialogar com o contexto em que atuava na Escola Pública de Itoupava Norte onde a escola não esteve inerte aos movimentos de tensões como as reclamações dos pais questionando sobre a qualidade do ensino oferecido a seus filhos que aparentemente recebiam menor influência do ensino em alemão, o que ocasionava críticas por parte dos pastores da Igreja Luterana local. Também ter que lidar com as insatisfações do inspetor, do chefe escolar, que cobravam respeito às leis nacionalizadoras, especialmente em uma escola considerada pública. Como seria possível ser avaliado como um bom professor perante esse cenário? O que fica evidenciado é que essa noção do que era ser um “bom professor” assume dimensões divergentes e repletas de rivalidades.

Essas e outras questões sobre a fiscalização do ensino nas áreas de colonização estrangeira, potencialmente motivaram a sugestão apresentada também na Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em 1927 pelo inspetor escolar Flordardo Cabral por meio da “13 These” intitulada “Inspeção Escolar como deve ser feita?”. Para ele o Estado de Santa Catarina deveria ficar organizado em cinco distritos escolares sendo o 5º distrito fiscalizado pelo governo federal e tendo como sede o município de Blumenau, além de outros como: Joinville, Brusque, São Bento, Itajaí, Itaiópolis e Nova Trento. (ANAIS, 1927, p.221). Os outros municípios seriam fiscalizados pelo governo estadual, o que demonstrou o entendimento de que as cidades mencionadas representavam um desafio maior para o trabalho de fiscalização, já que se tratavam de regiões com predominância de imigrantes alemães e que manifestavam pouca cooperação na implantação do projeto nacionalizador do ensino.

Ser uma escola subvencionada e entendida como pública não resolvia e talvez nem amenizava as questões apresentadas pelo projeto nacionalizador, pelo contrário. O que os documentos investigados estão indicando é que receber subvenção governamental, o que na perspectiva que aciono não transformava totalmente a escola em pública, já que em muitos casos ainda eram mantidos vínculos legais com as Sociedades Escolares, causou alguns desconfortos que não foram vivenciados em escolas que se mantiveram, até onde foi viável, particulares.

Para melhor apresentar a organização das escolas a partir da nacionalização do ensino e mensurar a diversidade das relações, formulei uma tabela que aborda o formato em que a escola foi fundada, quais os elementos conservados e aqueles que foram alterados com as leis. Essa tabela é resultado das análises dos documentos como os

relatórios administrativos dos prefeitos relacionados a educação escolar no município de Blumenau.

Quadro 4: Configuração das escolas com as subvenções e intervenções do poder público a partir da década de 1910

Formato de fundação	Conservação do formato	Alteração do formato
Escolas particulares	Fundadas e ainda mantidas pelas Sociedades Escolares	
Escolas particulares: evangélicas ou paroquiais	Fundadas e ainda mantidas unicamente por grupos associados a Igreja Evangélica Luterana ou a Igreja Católica	
Escolas Particulares católicas	Fundadas pela Igreja Católica	Subvencionadas pelo poder público, mas ainda consideradas particulares
Escolas públicas	Fundadas por iniciativa do poder público: municipal ou estadual sem relação com grupos particulares	
Escolas particulares (também se aplica as escolas particulares de ordens religiosas)	Fundadas pelas Sociedades Escolares (ou grupos associados a Igreja Evangélica Luterana ou a Igreja Católica)	Subvencionadas pelo poder público e consideradas públicas, mas ainda vinculadas as Sociedades Escolares (ou ordens religiosas)
Escolas particulares (também se aplica as escolas particulares de ordens religiosas)	Fundadas pelas Sociedades Escolares (ou grupos associados a Igreja Evangélica Luterana ou a Igreja Católica)	Incorporadas pelo poder público com a transferência completa, por doação ou compra, dos bens materiais antes de propriedade das Sociedades Escolares (ou de grupos associados a

		Igreja Luterana ou a Igreja Católica)
--	--	---------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora, 2019

Essa discussão demonstra que analisar de forma generalizante as escolas impactadas pela nacionalização do ensino em qualquer um dos períodos não é pertinente pois, existem singularidades mesmo perante a duração de alguns elementos que continuam a existir, nem sempre evidentes, em diferentes “camadas do tempo”. Nesse momento estabeleço um diálogo com Reinhart Koselleck (2014) que permeia suas análises referentes aos estratos do tempo e concebe que nem tudo que acontece é inteiramente novo, singular. A duração está manifestada nos acontecimentos, o que não significa que são imutáveis. As alterações possibilitam formas singulares, de acordo com as variações das diferentes “camadas do tempo”, ou seja, como elas se sobrepõem e interagem, além do “grau” de sedimentação elaborado para sustentar a estrutura.

Aquilo que tem *duração* se estende, por exemplo, de um presente passado (não de um passado passado) ao futuro presente, talvez até ao futuro futuro. A *variação* pode ser alocada da mesma forma e pode, por exemplo, levar do passado passado ao presente passado [...]. A *singularidade*, por fim, resulta da sucessão de todo presente concebível com passados mutáveis e futuros que também se alteram. (KOSELLECK, 2014, p.232).

Pensar a Escola Pública de Itoupava Norte com a compreensão de que se tratou de uma escola subvencionada, considerada pública após décadas como uma escola particular, mesmo com muitas lacunas sobre a relação dessa instituição com o poder público, permite perceber que existiram tensões nem sempre expressadas de maneira agressiva. Era na sutileza dos prováveis comentários entre os moradores da comunidade, do pastor da igreja que talvez censurava perante alguns fiéis as práticas do professor ou do governo, das possíveis cobranças feitas pelos alunos para o professor ou para seus familiares por não acompanharem o ensino da doutrina como os colegas que estudavam em outras escolas onde a língua alemã ainda permanecia sendo ensinada, apesar de contrariar as leis. Está anunciado que foi uma escola em que a nacionalização movimentou disputas que certamente não foram esquecidas nem pacificadas com mais um projeto nacionalizador desencadeado a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas. Como será possível observar ao final da narrativa desse estudo, a escolha de um “novo” nome para a escola, permite assumir esse entendimento.

1.2 A cidade de Blumenau vista como uma ameaça nas décadas de 1930 e 1940

Como uma instituição escolar afetada pelos projetos de nacionalização do ensino, a Escola Pública de Itoupava Norte vivenciou experiências que provocaram uma (re)elaboração da sua cultura escolar, motivada pelas leis e instrumentos para implantar os ideais nacionais em regiões de colonização estrangeira que passaram a ser entendidas, principalmente em áreas com a presença de alemães, como não integradas ao “espírito nacional” e sendo potenciais ameaças para a integração do Brasil. Segundo Luiz Felipe Falcão (2000, p.169) “esta imagem de um ‘perigo alemão’ foi ganhando contornos cada vez mais nítidos e acabou se instituindo para muitos indivíduos como uma realidade ameaçadora da integridade do território nacional brasileiro”.

Entretanto, em suas análises Falcão (2000) contribui para a compreensão de que essa ideia não era integralmente ficcional, apesar de existirem versões desproporcionais que visavam criar pânico e desqualificar a organização política e social dos grupos de origem alemã. “Ela não deve ser encarada como uma simples fantasia de nacionalistas brasileiros extremados, uma vez que certas iniciativas levadas à cabo por alguns imigrantes e seus descendentes ajudaram a motivá-la”. (FALCÃO, 2000, p.169).

O fato é que essa noção de “perigo alemão” que estava sendo disseminada em âmbito nacional desde o final do século XIX, adquiriu proporções vultuosas a partir do início da década de 1930 com a organização de grupos políticos em áreas de colonização alemã influenciados pelas ideias do nacional-socialismo (nazismo) e pelo integralismo. De acordo com as pesquisas da historiadora Méri Frotscher (2007, p.113) em junho de 1929 foi fundado em Timbó e Bella Alliança o primeiro grupo local da NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão), que vai reunir vários alemães de origem. Já o grupo integralista em Blumenau, ligado a Ação Integralista Brasileira – AIB, chefiada por Plínio Salgado, conforme notícia publicada em 1º de junho de 1935 no jornal local *Blumenauer Zeitung*, foi fundado em 12 de junho de 1934 e rapidamente conseguiu muito adeptos com a estratégia de se espalhar por várias áreas do município abrindo pontos de coordenação por meio de pessoas que representavam o grupo e disseminavam informações e esclarecimentos sobre o movimento integralista. Inclusive, a notícia publicada no jornal relacionou a localidade de Itoupava Norte como sendo um lugar desses pontos. Outro aspecto que associa a presença do integralismo nessa comunidade diz respeito a fabricação das camisas usadas como uniforme dos integralistas também conhecidos como “camisas-verdes” devido a cor da vestimenta. Segundo os relatos de

Rolf Kuehnrich (1995, p.13), filho mais velho de Paul Fritz Kuehnrich dono da Tecelagem Kuehnrich, era na indústria da família instalada na Itoupava Norte, que as camisas eram produzidas e costurado o símbolo do grupo político na manga.

Não foi identificado se algum membro da família Kuehnrich tinha relações com o integralismo para além de questões comerciais, no entanto, é possível afirmar que essa indústria, como outras empresas em Blumenau, sofreu efeitos da política nacionalizadora por meio da determinação que nomeou intervenientes determinados pelo governo para administrarem seus negócios afastando os proprietários das decisões. (FERREIRA; PETRY apud FROTSCHER, 2007, p.158).

No próprio livro comemorativo em alusão aos 85 anos de fundação da indústria foi anunciado que “Paul Fritz chamou um primo da esposa, Arthur Haertel, ele também grande acionista da empresa, para substituí-lo. Já que [a esposa] Martha era brasileira, pôde continuar trabalhando como supervisora de costura [...]. (AZEVEDO, 2011, p.44). Afastar Paul Fritz Kuehnrich do comando oficial da empresa não impediu que sua influência continuasse a ser exercida pois, “[...] mesmo distante, reunia toda a diretoria em sua casa, diariamente, das 9h às 9h:30, para tomar um café e inteirar-se do andamento dos negócios”. (AZEVEDO, 2011, p.44).

Essa intervenção demonstra o entendimento de que essa indústria têxtil simbolizava uma ameaça ou mesmo era suspeita de encaminhar suas atividades econômicas de maneira conflitante com os ideais nacionais do período.

Imagen 5: Anúncio de jornal da Indústria Kuehnrich na década de 1930



Fonte: Jornal *Blumenauer Zeitung*, 21 mar. 1936, p.4, AHJFS

O integralismo assumiu forte representatividade no Vale do Itajaí, região a qual Blumenau pertence, recebendo do próprio líder do partido – Plínio Salgado, o título de “Cidade Integralista”, em setembro de 1934, durante sua passagem pela cidade. (*Blumenauer Zeitung*, 1934, AHJFS). É pertinente pensar por que um movimento fundamentado por um patriotismo “nativista” brasileiro tenha adquirido tanta evidencia em uma região do estado de Santa Catarina marcada pela imigração europeia.

Por meio de um diálogo com o historiador Luiz Felipe Falcão (2000) compartilho do entendimento de que foi constituído um perfil peculiar de integralista no estado, estando o maior número desses adeptos concentrados em lugares como o Vale do Itajaí. Era “[...] composto pelos pequenos proprietários urbanos e rurais, de descendência alemã, italiana, polonesa, ou de outras procedências, estabelecidos no interior de Santa Catarina [...]”. (FALCÃO, 2000, p.180). Muitas dessas pessoas viram no integralismo uma proposta plausível, de acordo com seus interesses, de se integrar a sociedade brasileira a partir do trabalho, da obediência a legislação, mas com a tolerância de conservar relações culturais e mesmo vínculos comerciais, de financiamentos com a Alemanha, compreendida como a “terra mãe”, que não deveria ser esquecida. A intenção era manifestar “[...] um esforço efetivo para uma integração maior à sociedade brasileira, na condição de serem preservadas especificidades culturais como a língua, os costumes e a veneração pela terra dos ancestrais”. (FALCÃO, 2000, p.181).

Ainda de acordo com Falcão (2000), esse contexto diferenciado não estava desconectado da realidade que envolvia Santa Catarina, ou seja, existiam outros três aspectos que predominavam para favorecer o implemento do integralismo por várias áreas do estado: enfraquecimento político do grupo com ampla adesão em locais de colonização alemã, o Partido Republicano Catarinense – PRC devido a vitória estadual do Partido Liberal Catarinense – PLC; valorização dos movimentos que assumiram a liderança nos países europeus como Alemanha e Itália e repúdio do comunismo temendo seus avanços para o Brasil.

Em um dos jornais de Blumenau que representava os interesses dos integralistas, o *Blumenauer Zeitung*, foi reproduzida em 11 de abril de 1935 uma reportagem do *Jornal Marítimo* proveniente do Rio de Janeiro, sem informação de data. O texto era uma crítica que desqualificava o movimento integralista e em forma de denuncia apresentava o que seria o integralismo no estado. “Em Santa Catarina – para este fato chamamos a atenção das autoridades – os integralistas estão totalmente afastados dos sentimentos nacionais”. (*Marítimo* apud *Blumenauer Zeitung*, 11 abr. 1935, AHJFS). Um acontecimento em

particular foi narrado como tendo ocorrido em Blumenau quando um cruzador alemão teria sido recepcionado por alguns integralistas que não fizeram a saudação do grupo, mas acenaram com a expressão nazista “Heil Hitler”. Também esse jornal carioca evidenciou que em locais com predominância de colonização italiana era utilizada a saudação de Mussolini em vez do tradicional “Anauê” do integralismo.

Apesar das críticas, o prestígio do partido integralista no município e sua influência pode ser evidenciado nas eleições de 1936, quando conseguiram eleger o prefeito e a maioria dos vereadores. A publicação no jornal semanário independente do núcleo integralista de Blumenau chamado de *Alvorada*, no dia 3 de abril de 1936 anunciou a posse dos cargos: “instale-se, hoje, às 14 horas, sob a presidência do M. M. dr. Juiz Eleitoral desta zona, a Câmara Municipal, eleita a 1º de março, e que dirigirá os destinos de Blumenau até 1939”. (*Alvorada*, 1936, AHJFS). Entretanto, essa expectativa anunciada naquele presente na forma de um “presente futuro” não se concretizou, já que em dezembro de 1937 com o golpe do Estado Novo implantado em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas assumiu integralmente o poder desmontando a máquina política dos estados e municípios. O governo federal que passou a governar por meio de decretos-lei, direcionou interventores estabelecendo um alcance direto com o nível administrativo local. “Ou seja, o congresso nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais foram fechados e [...] todos os partidos políticos proibidos”. (FROTSCHER, 2007, p.160). No caso de Blumenau, o prefeito integralista Alberto Stein e todos os vereadores, são destituídos do cargo e a administração do município foi direcionada para José Ferreira da Silva, que acabava de deixar o cargo como vereador eleito também pelo partido integralista. A nível estadual o interventor nomeado foi Nereu Ramos do Partido Liberal Catarinense e já era governador de Santa Catarina desde maio de 1935 sendo mantido no poder até o fim do governo Vargas em 1945.

Imagen 6: Desfile em Blumenau para comemorar a visita de Plínio Salgado, líder nacional da Ação Integralista Brasileira – AIB



Fonte: Jornal *Blumenauer Zeitung*, 1 jun. 1935 (AHJFS)

Apresentar a presença do movimento integralista em Blumenau possibilita dimensionar que o movimento de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940 assumiu contornos bem demarcados perante uma região que representava afrontamentos considerados como ameaças a política nacionalista articulada no governo de Getúlio Vargas e de maneira mais incisiva após o golpe de 1937 e o posicionamento do Brasil contra a Alemanha na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942.

Ao elaborar sua narrativa sobre o Estado Novo, Marcos Napolitano (2017) evidenciou a propagação de uma “ideologia nacionalista” que prezava pela unidade nacional e desqualificava os conflitos sociais como manifestações das divergências e diferenças, na maioria das vezes criminalizando os grupos que destoavam do caráter homogêneo que era a todo custo estimulado. Nesse sentido e pensando o contexto em que está inserida a análise que articulo, acrescento a essa concepção de Napolitano também a noção de conflitos étnicos, que no governo Vargas foi deixando de ser tratada por meio da perspectiva de mediação dos conflitos entre os imigrantes e seus descendentes e os brasileiros natos. Esse entendimento de mediação não deve ser confundido com apaziguamento e passividade, mas concebendo que por algum tempo mediar era a forma de sustentar interesses que potencializavam a presença do imigrante como um benefício para o desenvolvimento do Brasil, principalmente no campo econômico. “A brasilidade estado-novista deveria propiciar um encontro simbólico entre todos os grupos sociais, na

formação de uma novo ‘homem brasileiro’, acima das divisões de classe e região” (NAPOLITANO, 2017, p.126), e a meu ver das questões étnicas.

No breve momento que sua narrativa se posiciona referente aos conflitos étnicos no sul do Brasil, Marcos Napolitano (2017) atribuiu que o olhar “implacável” do governo para essas regiões estava associado a concepção do que já apresentei nesse trabalho como sendo o “perigo alemão”, ou seja, para o historiador a ideia da extensão do domínio de potências europeias sobre lugares de colonização estrangeira no sul do país é destacado como a justificativa para as atuações governamentais envolvendo as populações de origem estrangeira, especialmente alemã. “Sobre elas, aliás, o Estado Novo desenvolveu uma implacável política de vigilância e nacionalização cultural, proibindo, por exemplo, o ensino de alemão e italiano nas escolas comunitárias e religiosas da região”. (NAPOLITANO, 2017, p.131).

Fica evidenciado com esse exemplo apontado pelo historiador e muitas outras pesquisas, que o sistema educacional, de forma mais pontual – a escola, foi a principal instituição impactada pelas leis e ações nacionalizadoras, o que não quer dizer que outros segmentos deixaram de receber atenção tanto na esfera pública como na privada. Em relação a Blumenau, o que essa pesquisa que realizei está demonstrando é que atuar sobre a escola significou a intenção de assumir o controle em ambas as esferas sociais: pública e privada, já que as escolas sendo inicialmente particulares acabavam passando por um processo de transição, que geralmente seguia os “passos” já discutidos por esse estudo como: escolas particulares que assumiam recursos públicos por meio de subvenção governamental e que depois eram integralmente incorporadas pelo governo municipal ou estadual. É esse o caso da Escola Pública de Itoupava Norte.

Existia um outro aspecto que tornava a escola nas duas dimensões, públicas e privadas, uma instituição tão necessária de ser tutelada. Diz respeito ao alcance que as ideias e práticas manifestadas na cultura escolar podiam percorrer para serem propagadas entre as famílias. Não foi à toa que durante a nacionalização nas décadas de 1930 e 1940 a matrícula das crianças era uma obrigação prevista em lei e a fiscalização da frequência responsabilidade do professor, que deveria informar o inspetor escolar no momento das visitas sobre os casos de abandono ou faltas sem justificativas aceitas como plausíveis, por exemplo, doenças. Não foi incomum encontrar nos relatórios dos inspetores, a recomendação para que fosse feita a chamada em dois momentos do período de aula, certamente para observar se todas os alunos, além de terem vindo a escola continuavam presentes até o final da aula.

1.3 A nacionalização do ensino manifestada nas relações escolares da Escola Pública de Itoupava Norte

Ao analisar as atas formuladas na associação escolar – Liga Pró-Língua Nacional²⁰ em funcionamento na Escola Pública de Itoupava Norte, foi possível perceber que mesmo sem mencionar as determinações legais, os interesses governamentais estavam em pauta e eram inseridos no cotidiano da escola pelo professor como um desafio que precisava do empenho de todos para alcançar um resultado de sucesso. Esses documentos foram analisados como vestígios que apresentaram um espaço de experiências onde ecoaram também expectativas possibilitando pensar a escola no movimento, que de múltiplas formas articulou sua engrenagem conforme seu meio de inserção e não exclusivamente pela obediência pontual as leis.

Essa escola em movimento que desejo apresentar pode ser observada por uma articulação de três atas que a princípio foram encontradas e selecionadas sem nenhuma conexão. A primeira produzida em abril de 1944, a segunda em junho de 1944 e a terceira em março de 1945, todas registrando com a escrita de alunas, encaminhamentos referentes ao aprendizado do idioma nacional em detrimento da língua alemã.

A primeira ata é escrita pela aluna Emília Pereira, secretária da Liga Pró-Língua Nacional, associação escolar denominada na Escola Isolada Estadual de Itoupava do Norte de “Dom Pedro II”. Nessa ata foi descrita a assembleia que ela, as professoras Alice Pauli da Silva e Auta Balland, além de outros 69 sócios, realizaram no dia 29 de abril de 1944, um sábado. Destacou em sua escrita, realizada com caneta, bem desenhada e correta para a gramática da época, que a Liga daquela escola “já deu muitos e bons resultados. Só temos alguns alunos no 1º ano B que ainda não falam a nossa língua-pátria mas já entendem bastante e mostram boa vontade de aprender falar bem o português”. (ATAS, v. 55, 1944, APESC). Quase um ano mais tarde, agora em uma quarta-feira, no dia 28 de março de 1945, era a vez da aluna e então secretária, Elfi Schoenau escrever outra ata, também com caneta, letra arredondada e sem erros ortográficos, que “neste ano não há um só aluno que não saiba o idioma nacional”. (ATAS, v. 85, 1945, APESC).

²⁰ O programa escolar, que funcionava por meio de uma associação de alunos supervisionada por um ou mais professores, intitulada Liga Pró-Língua Nacional, foi colocada em prática por Luiz Sanches Bezerra da Trindade, o primeiro inspetor a comandar a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização, criada com o Decreto-Lei n. 124 de 18 de junho de 1938. As Ligas foram direcionadas com maior intensidade para as escolas em áreas de imigração. (LUNA, 2000, p.56).

De acordo com essas duas atas, as ações de nacionalização promovidas na escola e pela Liga Pró-Língua Nacional tiveram êxito, ou seja, no período de quase um ano a escola tinha um público de estudantes que cumpriram o que era considerado um dever patriótico, falar a língua nacional. Entretanto, o que desejo analisar não é obviamente a veracidade dos fatos, sobre ter ou não ter alunos que falavam apenas a língua alemã, mas pensar as intenções desse movimento. Anunciar a presença na escola de alunos que iniciaram os estudos não sabendo a língua portuguesa era uma forma de demonstrar oficialmente a preocupação e o empenho em reverter aquela situação para não fomentar dúvidas que essa era uma escola nacionalizadora.

Ao que tudo indica, a grande estratégia de convencimento estava em inserir os alunos nesse movimento e não apenas implicar as responsabilidades das “professoras nacionalizadoras”. Por meio das crianças, estimuladas a não abandonar as metas fomentadas na escola, seria propício alcançar o núcleo familiar e divulgar a nacionalização na tentativa de influenciar as relações no espaço privado.

Foi o que demonstrou também a ata escolar da Liga Pró-Língua Nacional do dia 15 de junho de 1944, sendo possível observar o interesse de um alargamento das experiências escolares para outros âmbitos e aspectos da vida social. A professora Alice Pauli da Silva fez muitas recomendações aos estudantes que participaram da 5^a reunião mensal: “que fossemos sempre bons alunos e filhos obedientes e falássemos só a nossa língua, também com os nossos irmãozinhos”. (ATAS, v. 55, 1944, APESC). Desta forma, ao longo de um ano, entre a primeira ata analisada – 29/04/1944 e a ata que considerava o resultado de sucesso da escola com todos os alunos sabendo falar o português – 28/03/1945, existe uma ata que descreve uma das estratégias utilizadas pela professora, de orientar os alunos a falarem somente o português com os irmãos menores em casa, estabelecendo a expectativa de que essa prática seria como eficaz, possivelmente contribuindo para que quando essas crianças menores chegassem a idade escolar, já estivessem aptas para falar a língua portuguesa. Portanto, as expectativas que se encontravam inseridas nas sociabilidades (re)elaboradas na cultura escolar possuíam ressonância nas perspectivas de futuro e nas suas formas de representações.

É pertinente pensar que esse estímulo para o uso da língua portuguesa em casa junto aos irmãos menores não se trata de uma manifestação isolada da professora Alice Pauli da Silva, registrada por meio da ata da Liga Pró-Língua Nacional. No ano de 1944 iniciativas governamentais foram colocadas em prática e parecem ter reverberado nas relações da Escola Pública de Itoupava Norte. Isso porque, logo no início do ano letivo,

as escolas tiveram que encaminhar ao governo do estado listas de estudantes que não sabiam falar o idioma nacional. Em 4 de fevereiro de 1944, a professora Alice envia a sua relação com o nome de três alunas associado a data de nascimento, naturalidade, nome dos pais e a profissão dos mesmos. Eram as alunas: Gertrudes Splitter, Herta Uecher, Milda Baer. (RELAÇÃO DE ALUNOS, 4 fev 1944, APESC).

Imagen 7: Relação de alunos que não falavam o português na Escola Pública de Itoupava Norte em 1944

Escola mista estadual de Itoupava do Norte,
distrito e Município de Blumenau.

Relação das alunas que não falam o idioma
nacional

Nomes	Naturalidade	Idade	Filiação	Profissão
Gertrudes Splitter	Blumenau	28-10-1935	Augusto Splitter	Operário
Herta Uecher	x	22-5-1935	Germano Uecher	x
Milda Baer	Itajai	19-12-1937	Willi Baer	Padeiro

Itoupava do Norte, 4 de fevereiro de 1944

A professora
Alice Pauli de Silveira

Fonte: Relação de alunos, 4 fev. 1944 (APESC)

A relação não mencionou qual ano escolar as meninas frequentavam, mas é possível identificar que tinham entre 8 e 9 anos de idade e rastreando outros documentos, observar a presença da aluna Gertrudes Splitter, em outros anos letivos, como uma das sócias da Liga Pró-Língua Nacional. Seu nome consta registrado na ata da primeira assembleia dos anos letivos de 1945 e 1946, ambas do mês de fevereiro. Importante observar que com a pesquisa, encontrei listas de alunos que não falavam o idioma nacional de outras escolas em Santa Catarina e de quatro relações também enviadas pelas escolas ao governo do Estado em fevereiro de 1944, três delas provenientes das localidades: Serra Alta, Mafra e Jaraguá do Sul, associavam o uso da língua alemã em casa ou no caso de Serra Alta, a fala do polonês, como justificativa para que as crianças ainda não soubessem falar o português. Possivelmente destacar essa explicação era

conveniente para deixar subentendido que a escola teria dificuldades de trabalhar para a nacionalização do ensino sem a colaboração da família, que nesses casos, é apresentada como uma espécie de empecilho para o projeto nacionalizador.

O que é pertinente pensar com essa comparação é que a professora Alice Pauli da Silva não registrou explicações sobre a questão, talvez por que Augusto Splitter, pai de uma das alunas relacionadas, Gertrudes Splitter, estava diretamente envolvido com atividades da escola como suplente do Conselho da Caixa Escolar, outra associação criada pelo governo, que funcionava nas escolas com o objetivo de contribuir com a manutenção financeira da instituição de ensino. Nesse sentido, essas relações comunitárias tão estreitas poderiam ter inibido a professora de responsabilizar a família Splitter por não contribuir com o aprendizado da filha, em relação a língua portuguesa desde a primeira infância. (CAIXA ESCOLAR, 10 nov 1945, APESC).

Está evidenciado que durante parte da década de 1940 a Escola Pública de Itoupava Norte tinha como professora e oficialmente responsável pela administração escolar, Alice Pauli da Silva. Sua atuação ficou demarcada pois, a maioria dos vestígios encontrados e que foram produzidos por meio das relações escolares envolviam seu tempo como professora da escola, entre 1941 e 1947.

Para além da documentação escrita, a história oral possibilitou acessar o trabalho de memória que referenciou a “dona Alice”, como foi chamada pelas entrevistadas, que expressaram lembranças dela por meio da descrição de alguns comportamentos e também por momentos de emoção caracterizados pela entonação da voz, das risadas, do canto emocionado.

Na perspectiva desse estudo, Alice Pauli da Silva está sendo entendida como uma “professora nacionalizadora”, ou seja, que encaminhou os propósitos da nacionalização do ensino demonstrando comprometimento com as ideias e práticas que ficaram registradas no papel e, de diferentes formas, na memória das antigas alunas que testemunharam sua atuação apresentada como dedicação em relação ao funcionamento da escola e suas funções como professora em uma instituição que representava o projeto nacionalizador. Aliás, seu desempenho considerado digno de elogios, foi reconhecido não apenas na Escola Pública de Itoupava Norte, mas anteriormente quando atuava em outras instituições de ensino por onde transitou ao longo de sua trajetória como docente e funcionária do governo do Estado de Santa Catarina.

Seu Assentamento Funcional como funcionária do Estado demonstra que a professora, inicialmente chamada de Alice Pauli, vivenciou por muito tempo uma carreira

itinerante pois, foram diversas remoções ao longo dos mais de 25 anos como docente.²¹ Iniciou seu vínculo com o Estado em 16 de março de 1920 atuando na Escola Mista do Warnow, no município de Blumenau²². Poucos meses depois, em 6 de agosto de 1920 foi removida para a Escola Mista de Madre, no município de Tubarão e em 12 de janeiro de 1921 uma nova remoção para a Escola do lugar Mina dr. Paulo de Frontin em Araranguá passando a ser intitulada como complementarista. Em 25 de abril de 1921 outra remoção para a Escola Mista de Officinas no município de Tubarão, porém, já foi encaminhada, como professora em exercício provisório, para auxiliar nos trabalhos do Grupo Escolar Hercílio Luz, por tempo indeterminado. Já em 27 de fevereiro de 1924 aparece sendo exonerada do cargo de professora da Escola de Officinas em Tubarão para ser nomeada ao cargo de professora das Escolas Reunidas da cidade de Mafra. Volta a ser removida em 28 de junho de 1924 para as Escolas Reunidas de Porto União e em 22 de junho de 1925 retorna para as Escolas Reunidas de Mafra. Voltou para as Escolas Reunidas de Porto União em 30 de julho de 1926 sendo posteriormente exonerada do Grupo Escolar Baltheino Cardoso em 9 de fevereiro de 1927 e nomeada para exercer o cargo de professora da Escola Mista de Pedrinhas, novamente no município de Tubarão. Uma nova remoção acontece em 12 de janeiro de 1929 para a Escola Mista de São João também na cidade de Tubarão.

Nessa escola, após uma visita de inspeção, foi elogiada publicamente pela primeira vez em 13 de janeiro de 1931: “pela dedicação e esforço com que cumpre os seus deveres conforme verificou o inspetor João dos Santos Areão, quando visitou a Escola Mista de S. João, no município de Tubarão”. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.93, APESC). Na mesma escola a professora é outra vez elogiada em 15 de abril de 1937 pelo Departamento de Educação: “elogia professora Alice Pauli da Silva, da escola de São João, no município de Tubarão pela dedicação e a vista do bom aproveitamento de seus alunos”. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.93, APESC).

A próxima remoção, sendo destacado que foi a pedido, vai acontecer em 12 de janeiro de 1938 para a Escola do Passo Manso, no município de Blumenau e mais uma

²¹ Na maior parte dos registros, o assentamento funcional não foi declarado se as remoções foram a pedido ou para atender as necessidades do governo catarinense. Entretanto os indícios demonstram que ela se tornou uma “professora coringa”, ou seja, considerada capaz de auxiliar e encaminhar os interesses do Estado junto as escolas onde atuou, já que foi muitas vezes mobilizado.

²² A localidade do Warnow pertenceu ao município de Blumenau até 1935 quando ocorreu o desmembramento de Blumenau ocasionando a emancipação de alguns municípios entre eles Indaial,

remoção, a pedido, em 8 de fevereiro de 1940 para a Escola Mista do Alto Garcia, também em Blumenau.

Foi apenas em 29 de janeiro de 1941 que começou a trabalhar na Escola de Itoupava do Norte e os registros oficiais no assentamento demarcaram sua atuação nessa escola até 16 de agosto de 1945 quando se tornou professora também do segundo turno da escola. Nesse momento, tudo indica que já estava atuando juntamente com outra professora, Auta Balland Schork, que tinha sido designada para substituir Alice Pauli da Silva durante uma licença de 60 dias, a partir de 4 de agosto de 1944.

A presença da professora Alice na escola foi observada até 19 de novembro de 1946 quando aconteceu a última reunião desse ano letivo das associações escolares: Pelotão da Saúde e Liga Pró-Língua Nacional. A partir do ano de 1947 a professora Maria Cecília Moskorz começa a aparecer nos documentos encontrados como sendo responsável pela Escola Pública de Itoupava Norte.

Dedicar espaço para caracterizar aspectos da trajetória de Alice Pauli da Silva se mostra pertinente pois, contribui para dimensionar a relação dessa professora com seu trabalho e em contrapartida como o poder público entendeu sua atuação e potencializou seu desempenho por meio de elogios que conferiram prestígio na sua carreira de docente. Ter sido encaminhada para auxiliar em um grupo escolar, mesmo sendo professora de outra escola, demonstra que potencialmente existiam interesses em jogo partindo da própria professora, que talvez tivesse contatos políticos, o que garantia certas movimentações ou ainda do governo, que considerava a professora um elemento chave para defender e propagandear suas iniciativas como, a partir da década de 1930, a nacionalização do ensino.

Durante esse período a professora foi elogiada publicamente, duas vezes, pelos resultados do seu trabalho em uma escola de Tubarão, onde ela permaneceu por nove anos. Inclusive, foi após a instauração do Estado Novo que a professora Alice se deslocou para Blumenau e permaneceu por pelo menos seis anos na Escola Pública de Itoupava Norte. Nessa perspectiva, parece existir uma associação de interesses em torno dessa professora, para além de preferências individuais.

1.4 Recordações de experiências inscritas nos sujeitos na Escola Pública de Itoupava Norte: “festinhas” em movimento na cultura escolar nas décadas de 1940 e 1950

A presença da professora Alice Pauli da Silva na Escola Pública de Itoupava Norte entre os anos de 1941 e 1946 ficou evidenciada não apenas pelo conjunto documental que foi possível investigar, mas também pelas recordações de duas mulheres entre as que foram entrevistadas, antigas alunas dessa professora. Com as lembranças sendo evocadas, a “dona Alice”, como foi costumeiramente chamada, adquiriu forma, mesmo que por vezes borrada, o que não impediu de contribuir com alguns traçados na busca de definir contornos referentes as experiências que permitiram configurar aspectos dessa escola que estava sendo nacionalizada no período de atuação dessa professora.

Pensar a Escola Pública de Itoupava Norte para além de sua organização institucional significa encaminhar as análises pelo percurso da cultura escolar desejando conhecer a escola pelas relações que os sujeitos estabeleceram entre si e com os objetos. Nesse sentido, a memória vai permitir que experiências sejam anunciamadas por narrativas que pretendem forjar uma leitura do tempo vivido, o que não assegura uma fluidez nessa leitura já que, por vezes, as experiências estão manifestadas nas entrelinhas e precisam ser tateadas por caminhos que nem sempre estão evidenciados sendo necessário alterar o trajeto e procurar nas dobras.

Digo *tatear* em forma de verbo porque diz respeito a uma ação praticada com a intenção de encontrar algo, porém, é um encontro que tem o desejo de ser na sutileza, no contato que nega a dominação, pois propõe uma aproximação que busca não promover intencionalmente uma deformação, mesmo que isso não seja plausível. Tatear ao meu entender possibilita o encontro com²³ a presença e os sentidos daquilo que se quer presente e sentido. Para essa percepção ter chance de ser, é preciso sensibilidade ao tato, inclusive quando aquilo disponível ao toque não é legitimado como tão agradável ou, ao contrário, é apresentado por seu potencial de agradar, convencer.

Associar o ato de tatear com a noção de dobras e tecer uma articulação com a concepção de cultura escolar também tem um propósito. Envolve a compreensão de que nem tudo que existe na escola ou por seu intermédio está diretamente ao alcance da visão. Portanto, somente com o tatear das dobras, daquilo que está muitas vezes emaranhado ou mesmo foi dobrado intencionalmente, é que as reflexões podem ser assumidas como transitáveis e permitir um encontro no cotidiano da escola, considerando seus limites físicos, estruturais, mas também entendendo a escola pelo seu potencial de alargamento porque permeia a vida comunitária e privada.

²³ Paul Ricoeur (2007, p.430) entende que o uso da preposição “com” tem significado de “elo vivido de pertencimento”, ou seja, não se trata apenas de uma expressão de ligação entre as palavras.

Declarar esse caminho de análise significa assumir um encontro com as concepções de Agustín Escolano Benito (2017), que propõe reconhecer na escola primordialmente seu caráter empírico, que foi sendo renegado em muitos aspectos por não ter sido alvo de explicações científicas elaboradas pelo conhecimento acadêmico, principalmente, a partir do século XIX. Desta forma, ele entende que a escola possui uma cultura que vai sendo definida por meio das experiências vivenciadas entre as pessoas e com os objetos materiais que compõem as práticas pedagógicas dentro da escola em diferentes períodos na história.

Entretanto, ainda que considere que a escola também é constituída por “hábitus”, Escolano Benito (2017) evidencia que ela não está isolada e não pode ser compreendida como estática. Existe um complexo jogo de interesses que configuram a escola fazendo com que seja movimento, mesmo que muitas práticas para existir precisem ser ritualizadas e exercidas de maneira habitual, para promover segurança, estabilidade, o que não impede que experiências sejam formuladas fora da órbita já existente ou mesmo que não possa acontecer uma mudança de órbita.

Ao rememorar as experiências do tempo em que viveram na escola, cada mulher que foi entrevistada, elabora uma narrativa com dimensão subjetiva contribuindo com sua biografia pessoal, conforme a percepção de Agustín Escolano Benito (2017, p.179). No entanto, existem elementos considerados comuns que interligam essas narrativas porque configuram inscrições, já que deixaram marcas na memória, sendo a professora Alice Pauli da Silva um exemplo para dar sentido a essa operação.

As das duas entrevistadas, que expressaram lembranças da professora, não frequentaram a Escola Pública de Itoupava Norte e nem interagiram com a dona Alice, no mesmo período e nem igualmente na quantidade de anos letivos. Quando Elfi Schoenau deixou a escola em 1945 tendo sido aluna da professora por três anos seguidos, Maria de Lourdes Ramos estava começando seus estudos e foi aluna da professora por menos tempo, porém, existem elementos em comum na forma de caracterizar a postura da professora.

O retrato traçado apresentando Alice Pauli da Silva foi de uma professora exigente, rígida, mas muito correta, comprometida com a escola e as crianças. Outro relato presente nas duas falas, ambos com uma entonação de pesar, referenciou o deslocamento da dona Alice que morava em um bairro distante da escola e precisava atravessar o rio Itajaí-Açu de uma margem à outra todos os dias de aula, o que foi evidenciado como sendo um sacrifício.

A trajetória como funcionária pública do Estado de Santa Catarina anteriormente descrita, apresenta indícios que possibilitam perceber a professora Alice como alguém que podia ser mobilizada de acordo com as necessidades do governo do Estado de Santa Catarina. Sua chegada tanto em Blumenau e depois na Escola Pública de Itoupava Norte pode ter sido providencial para as intenções da campanha de nacionalização porque ter uma professora considerada de “confiança” poderia ser uma forma de aumentar o controle sobre a comunidade escolar. Inclusive indagar porque a professora Alice Pauli da Silva não fixou residência no bairro da Itoupava Norte, permite ponderar os motivos de escolher atuar em uma escola distante da sua residência. Será que se tratou de uma escolha? Não interessou à professora utilizar a residência do professor junto a escola ou ela não foi disponibilizada? São alguns questionamentos que não puderam ser esclarecidos pela falta de vestígios, mas permitem pensar que existia uma intencionalidade para a presença dessa professora naquela escola.

Imagen 8: Professora Alice Pauli da Silva com os/as alunos/as no pátio da Escola Pública de Itoupava Norte por volta em 1945



Fonte: Autoria desconhecida. Acervo particular da entrevistada Elfi Tompsem.

A entrevistada chamada na infância de Elfi Schoenau²⁴, atualmente com 84 anos e com outro sobrenome, Elfi Thompsem, realizou seu trabalho de memória e recordou experiências do tempo em que foi aluna na Escola Pública de Itoupava Norte, entre os anos de 1943 a 1945. Iniciou sua fala, repleta de entonação afirmativa e, por vezes, interrompida pelos discretos risos, com a recordação de sua professora, Alice Pauli da Silva, evidenciando que “ela levava a sério o ensino dela, era uma professora assim de mão cheia. Ela sempre foi muito respeitada como professora aqui pelo pessoal que morava aqui na Itoupava Norte, os pais dos alunos”²⁵. (Elfi Thompsem, entrevista, 23 set. 2018).

É possível que essa noção de respeito esteja associada as lembranças da senhora Elfi devido as conversas do seu pai, Helmuth Schoenau, que ao que tudo indica, atuava como uma espécie de líder comunitário na localidade de Itoupava Norte. Era comerciante e junto com sua venda tinha um salão de dança, participou da fundação do América Esporte Clube em 1929, foi tesoureiro da Caixa Escolar em 1945 e comprava alimentos cultivados no terreno da escola para vender em seu comércio. Também foi membro da Sociedade Escolar de Itoupava Norte, certamente na década de 1950, inclusive, responsável direto pelas negociações de doação do terreno ao governo estadual para a criação do Grupo Escolar que substituiu a Escola Pública de Itoupava Norte, discussão realizada no terceiro capítulo.

É importante considerar que quando aluna, Elfi Schoenau vivenciou a nacionalização do ensino não apenas como uma descendente de alemães, mas também pela via institucional, já que foi escolhida como secretária da Liga Pró-Língua Nacional durante o ano de 1945, conforme apresentado anteriormente em uma das atas analisadas. A senhora Elfi não declarou de forma direta lembranças sobre essa experiência durante sua entrevista, no entanto, fez questão de afirmar quando perguntei sobre falar em alemão na escola, que era proibido. Desta forma, é possível pensar que os efeitos do projeto nacionalizador introduziram um discurso de afirmação dos resultados positivos das leis e ações encaminhadas pelo poder público e que sua função como secretária da associação escolar contribuiu para a legitimação desse discurso em sua memória. Além disso, como já observado, a interlocução das três atas associadas (abril de 1944, junho de 1944 e março

²⁴ Entrevista realizada na casa da senhora Marilena Terezina Godizigiogesk após conversas informais no dia 10/09/2017.

²⁵ Entrevista realizada na casa da senhora Marilena Terezina Godizigiogesk após conversas informais no dia 10/09/2017.

de 1945) demonstra que a aluna Elfi acompanhou o movimento que procurava alargar a nacionalização para a esfera privada por meio das influências da escola perante as famílias, o que pode ser percebido em momentos da sua entrevista: “eu acho que os pais tinham que falar mais o português. Que através dos pais conseguiram aprender o português”. Com essa fala, ela mobilizou como referências elementos da história familiar para justificar que quando entrou na escola já sabia falar também o português, pois seus pais “tinham comércio, ai então, era só falado o português, quer dizer, nós tínhamos pessoas que vinham e conversavam em alemão com nós e a gente conversava alemão também. Porque a gente é de origem alemã [...]”. (Elfi Thompsem, entrevista, 23 set. 2018).

A família Schoenau parece ter assumido alguns encaminhamentos do movimento de nacionalização praticado na localidade, até mesmo porque, tinha relações estreitas com a Escola Pública de Itoupava Norte, inclusive por contribuir com a manutenção da escola comprando alimentos cultivados em seu terreno como, por exemplo, os abacates. A senhora Maria de Lourdes Pereira, que será apresentada de forma mais apropriada nas páginas a seguir, rememorou na sua entrevista a imagem-lembrança de um abacateiro e associou os abacates aos recursos financeiros que a professora Alice Pauli da Silva conquistava para comprar coisas básicas e manter a escola funcionando. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

Num primeiro momento, o que poderia dizer a lembrança de um abacateiro? Mais do que uma árvore frutífera, os abacates que dali eram coletados tinham uma função de ser. Poderia estar destinado para algum lanche na escola? Tudo indica que não. Segundo a entrevistada Maria de Lourdes eram encaminhados para a venda com a intenção de usar o dinheiro arrecadado para algumas necessidades materiais da escola: “nunca esqueço disso, que ela [professora] dizia: você não apanhe esse abacate, é para vender lá para o seu Schoenau, pai da Elfi Schoenau²⁶. Com aquele dinheiro ela comprava alguma coisa para aula, para a escola”. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

Com o caminhar das análises, fiquei imaginando um cenário que integrava a escola, o abacateiro, os abacates, as crianças e a professora preocupada em manter os frutos íntegros para serem comercializados. Assim, uma curiosidade pulsava devido ao

²⁶A família Schoenau tinha vínculos com a escola pois, o senhor Helmuth Schoenau era membro da Sociedade Escolar e participava da administração local da escola, que nesse período ainda não estava completamente incorporada pelo poder público estadual. Além disso, vivia muito próximo da localidade onde a escola foi construída e mantém seu funcionamento até os dias atuais.

desejo de conhecer mais sobre a cultura escolar: que tipo de “coisa” interessava comprar para a escola? Infelizmente não direcionei essa pergunta para a senhora Maria de Lourdes durante a entrevista. Entendida como movimento, a entrevista não permite muito tempo para reflexões momentâneas e pausar artificialmente o trabalho de memória do entrevistado sem que isso ocasione um efeito, penso ser impossível.

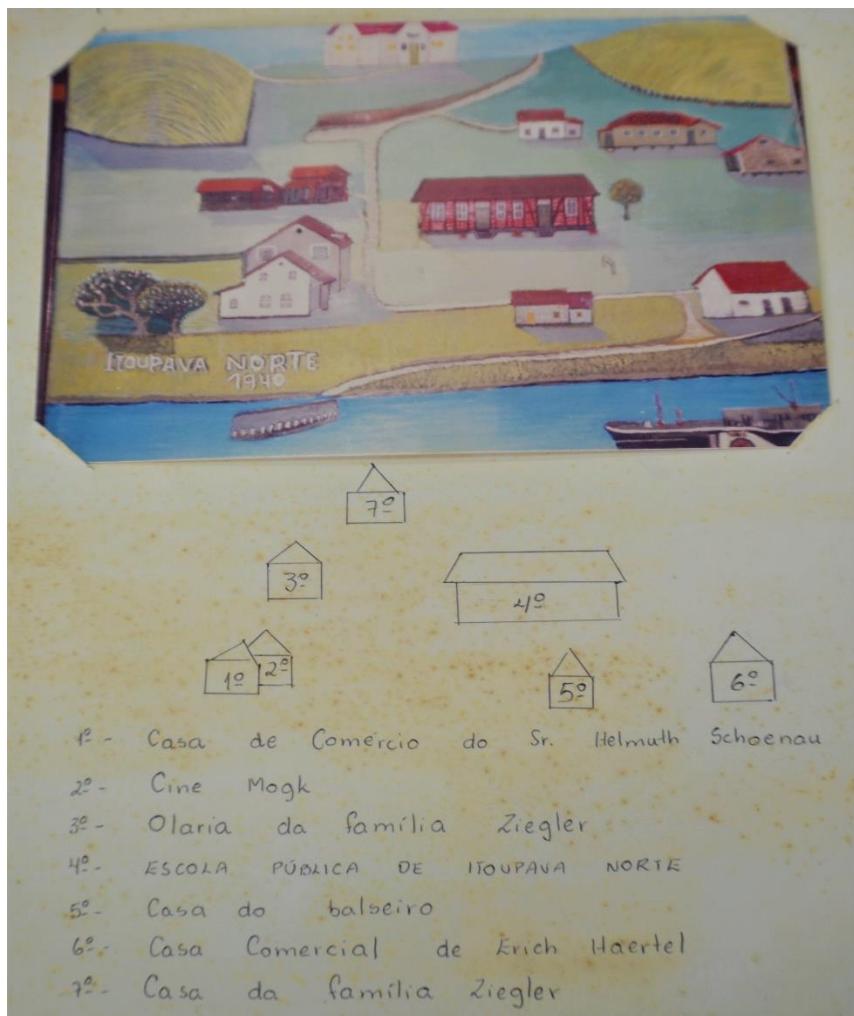
Contudo, com a continuidade das pesquisas, nem tudo estava perdido. Em 27 de abril de 1946, num sábado, a “Liga de Bondade”²⁷ realizou na Escola Isolada Estadual de Itoupava do Norte sua 3^a sessão que foi registrada em ata pelo secretário Valdir Lange. De forma bem organizada, o aluno escreve:

Em seguida temos a registrar o seguinte sobre a campanha do abacate. A mesma foi encerrada no dia dezessete e rende Cr \$ 20,00 cruzeiros. A ex-aluna Tereza Américo ofereceu uma grande barra de chocolate e fizemos uma rifa que rendeu trinta e cinco cruzeiros Cr \$ 35,00. Assim pagamos a pintura dos nossos quadros e compramos um balde novo e vassouras. Nossa professora agradeceu a boa ação de todos (ATAS, v. 96, 1946, APESC).

E pela segunda vez me deparo com os abacates. Desta vez, não mais na escola, porque já tinham sido vendidos, possivelmente para o senhor Schoenau, um dos comerciantes mais conhecidos da comunidade. Conhecer o resultado que a “campanha do abacate” fomentou, contribui para pensar o funcionamento da escola e também o significado das relações entre a escola e a comunidade.

Imagen 9: Quadro de pintura do aluno Lesso Imthuin apresentando a comunidade da Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1940

²⁷ De acordo com a historiadora Maria Teresa Santos Cunha a Liga da Bondade era entendida como uma associação auxiliar ou complementar da escola recebendo maior incentivo para funcionar a partir do Decreto-Lei nº 3.735, 17 de dezembro de 1946. Tinha como finalidade promover e ensinar “bons costumes” para as crianças que fossem consideradas aptas à frequentar aquele grupo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a09n49.pdf>> Acesso em 06 nov. 2018.



Fonte: Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann

As práticas e seus significados que vão sendo entrelaçadas no cotidiano da escola são (re)elaboradas pelos sujeitos e constituem a cultura escolar, o que permite dizer que existe pulsão atravessando essa cultura. É uma travessia que viabiliza múltiplos caminhos, atalhos, por vezes, encruzilhadas, desvios, bloqueios. Nesse transitar, quando as experiências acontecem, reverberaram nas formas de ser e estar do sujeito no mundo, permanecendo inscritas nas memórias e produzindo subjetividades. De acordo com Agustín Escolano Benito (2017, p.26), em uma sociedade que reconheceu a escola como fundamental “isso se projetou na construção de uma nova subjetividade, apoiada nas narrativas que recolhem a experiência da formação, como elemento da identidade biográfica das pessoas [...]”.

Considerar que um “trabalho de memória” foi realizado pela senhora Elfi e as outras mulheres entrevistadas que foram convidadas para esse encontro e na sequência serão apresentadas, significa estabelecer um diálogo com as concepções de Paul Ricoeur

(2007) entendendo que ela percorreu um caminho de busca para recordar o que foi narrado, o que não se trata de acessar a “versão original” daquilo que se passou, mas sim uma espécie de cópia. Nessa perspectiva, existiu um presente que apenas pode ser acionado como aquilo que está ausente, porém, tem significado de ser e estar. Para Ricoeur (2007) existe o tempo vivido que foi presença e possibilitou uma inscrição como “impressão-afecção”, isso porque, deixou marcas por meio de sensações. No entanto, só é possível mobilizar aquela presença anterior como ausência na forma de representação. Conforme a visão aristotélica é a cópia da pintura que poderá ser acessada e não a primeira pintura. A noção de rastros psíquicos²⁸ articulada nas discussões de Paul Ricoeur (2007, p.425) é acionada para pensar que são apenas os rastros que podem ser mobilizados no trabalho de memória e não o acontecimento vivido como tal.

Também na busca de rastros, a senhora Maria de Lourdes Pereira, de 81 anos de idade, na infância chamada de Maria de Lourdes Ramos²⁹, relatou que começou seus estudos na Escola Pública de Itoupava Norte após chegar de Itajaí, com 8 anos de idade, acompanhando a família para morar em Blumenau, por volta de 1945. As lembranças do tempo em que foi aluna evidenciaram especialmente a professora Alice Pauli da Silva que foi referenciada de forma bastante afetuosa, por meio das palavras, do tom de voz, dos gestos com as mãos e as expressões faciais, mesmo quando descrita pela entrevistada como: “enérgica, era brava, assim, não deixava a gente, mas nunca batia num aluno, mas ela trazia os alunos bem ali, muito educados”. As manifestações de admiração permearam todos os momentos da entrevista envolvendo a “dona Alice”, inclusive quando a senhora Maria de Lourdes destacou o comprometimento da professora em planejar e encaminhar as “festinhas” na Escola Pública de Itoupava Norte. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

Essas comemorações, que eram chamadas de “festinhas” tanto pelas mulheres entrevistadas como nas atas da Liga Pró-Língua Nacional, não foram criações da professora Alice, mas estavam relacionadas a política educacional desenvolvida a partir da década de 1930 e fortemente estimulada pelo projeto de nacionalização do ensino. Na reunião promovida com diretores de grupos escolares e inspetores, pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, em 5 de março de 1945, foi tratado do

²⁸ Paul Ricoeur (2007, p. 425) apresenta a noção de rastros definidas em três espécies: rastro documental (vestígios documentais), rastro psíquico (impressão por afecção) e rastro cortical (funcionamento do cérebro). Para a discussão que proponho nessa etapa do trabalho interessa pensar as noções de rastros psíquicos.

²⁹ Entrevista realizada na residência da entrevistada após conversas informais ocorridas no dia 25/04/2018.

assunto “Festas Escolares” e ficou evidenciado a relevância dessas atividades político-pedagógicas por serem consideradas com “finalidade eminentemente educativa. São elas também poderoso elemento em referência à nacionalização do ensino. É preciso que as festas escolares se processem de maneira que exista nelas a desejada atração”. (REUNIÃO, 1945, IDCH).

Entretanto, o que a história oral permitiu perceber, foi que essas atividades na escola foram associadas com a iniciativa e dedicação da professora, que estaria buscando integrar e valorizar o desempenho das crianças. A senhora Maria de Lourdes demonstrou em sua narrativa oral a presença sistemática desses movimentos na cultura escolar e destacou o empenho da “dona Alice”:

Lembro assim das festas que ela promovia, do jeito que a gente tinha festa, dia 1º de maio, então ela festejava o dia 22 de abril que era o descobrimento do Brasil [...], cantava o hino nacional, a gente cantava o hino a bandeira, [...] dizia versinho do Brasil, aquilo tudo para a gente era [sorriso]. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

É possível perceber que essas recordações foram expressadas com entusiasmo e associavam outros alunos como tendo essa mesma emoção, avaliando que era um movimento que agradava as crianças da escola, não apenas ela. Na sequência de sua fala, também evidenciou que após as manifestações cívicas, os alunos eram encaminhados para o campo de futebol e interagiam participando de atividades direcionadas pela professora, que envolviam brincadeiras e comidas:

Depois a gente ia lá para o campo do Guarani e lá a gente fazia uma festinha, então ela fazia corrida de saco, ela fazia corrida de ovo na colher, corrida dos meninos. Depois ela fazia assim um balde cheio de capilé, aquilo era groselha com água do poço e pirulito. Então aquilo para nós era a maior festa. Só que a gente tinha que ir de meia branca e grampo no cabelo, as meninas. Os meninos com sapatos, bem, muitos não tinham sapatos, aqueles que tinham botavam uma meia branca, camisinha. Tinha que ser bem bonitinho. E aquilo era a nossa festa. Aí então, a gente chegava, sete de setembro, então era aquela festa, bandeira hasteada, todos os sábados a gente hasteava a bandeira [...]. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

As recordações mobilizadas pelas entrevistadas, que evidenciaram experiências com a professora Alice, permitem observar que ela foi entendida como uma incentivadora da cultura nacional, demonstrando seu compromisso com as leis e ações nacionalizadoras. Além das festas em datas específicas, como o dia 7 de setembro relatado acima, no período de atuação da professora Alice Pauli da Silva na Escola Pública de Itoupava

Norte, as “festinhas” aconteciam, todos os meses no dia em que se reuniam os sócios da Liga Pró-Língua Nacional, geralmente no sábado de manhã. Nas atas dessa associação escolar, ficaram registradas a organização desses movimentos que eram realizados após os encaminhamentos feitos pela professora e a escolha dos alunos que iriam participar de maneira ativa das apresentações por meio de cantos, encenação teatral, declamação de versos. A senhora Elfi recordou que recitava versinhos e manifestou admiração por essa atividade, entendendo que era uma forma das crianças se sentirem valorizadas: “a gente gostava, era uma pessoa importante porque a professora chamou para a gente dizer um verso. Ela dava para a gente aprender, depois declamar o verso”. (Elfi Thompsem, entrevista, 23 set. 2018).

A própria Elfi quando aluna e secretária da Liga Pró-Língua Nacional em 1945, registrou a organização das “festinhas” na Escola Pública de Itoupava Norte nomeando os alunos que iriam participar das apresentações e manifestações cívicas. Na ata de 25 de agosto de 1945, ela escreveu: “realizamos a seguinte festa em homenagem ao Duque de Caxias e ao valente soldado expedicionário” e continuou o registro com o que habitualmente era chamado de programação, descrevendo as “homenagens” para os símbolos, personalidades ou eventos nacionais que teriam sido estudados naquela reunião por meio de uma “preleção”³⁰ realizada pela professora que de acordo com a ata estava acompanhando aquele momento. (ATAS, v. 85, 1945, APESC).

Nessas “festinhas” não aconteciam exclusivamente manifestações cívicas, ou seja, diretamente atreladas aos símbolos ou figuras nacionais. Por vezes, as noções de patriotismo eram propagadas pelo compromisso com elementos presentes no país e que deveriam ser valorizados como demonstração do patriotismo. A entrevistada Maria de Lourdes apresentou um desses elementos com suas recordações associando com os movimentos vividos na escola:

[...] era muito patriota, muito patriota. A gente tinha festinha no dia da árvore, ela fazia uma festinha para a árvore, lá mandava os meninos plantar uma árvore, a gente cantava, tinha música da árvore. Então, aquilo tudo era, a gente amava aquela professora. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

Ainda de acordo com os relatos da senhora Maria de Lourdes, era grande o estímulo para participar das manifestações cívicas, mesmo em relação aqueles alunos que

³⁰ Esse era o termo utilizado em algumas atas da Liga Pró-Língua Nacional quando se registrava a explicação que o professor tinha realizado sobre determinada personalidade, evento considerado referência de patriotismo para o Brasil.

não precisavam aprender a falar o português e conhecer os símbolos nacionais, como no caso dessa entrevistada, que sempre falou o português. Participar das atividades escolares ficou significado como motivo de orgulho:

hasteavam a bandeira, dizíamos versinhos... a dona Alice era muito assim, ela dizia: eu tenho uns versinhos, quem quer dizer um versinho. Tal dia [...] aquele que decorar primeiro vai dizer o verso [...] Quem decorou o verso: eu, metida. Daí eu dizia os versinhos, saudação a bandeira e isso era todo sábado, principalmente em dia de festa, meu Deus do céu, era verso para a mãe, era verso para o pai, mais era sagrado [...]. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

O desempenho da “dona Alice”, foi por vários momentos evidenciado pela senhora Maria de Lourdes, que recordou alguns versinhos ensinados por essa professora e mesmo envergonhada decidiu por cantar dois deles, incluindo um sobre a árvore. Cantarolou de forma sutil as seguintes partes da música: “cavamos a terra, plantamos nossa árvore, nas sombras ou frutos ou flores dará”. Outra canção apresentada, que a entrevistada considerou ser “de menina” e destacou que “isso a gente cantava em roda”, foi cantada com ritmo: “amiguinha venha cá, vem comigo vem dançar, para lá para cá, vira a roda dance já”.

Pensar pelo percurso da cultura escolar significa reconhecer que existem permanências que atravessam as relações dos sujeitos na escola e que continuam atuantes, mesmo após anos tendo sido manifestadas. Muitas vezes, segundo Agustín Escolano Benito (2017, p.26), os “testemunhos das coisas e das pessoas compõem, precisamente, o patrimônio material e imaterial que o passado da escola nos legou”. Em outras palavras, a senhora Maria de Lourdes conservou a letra, o ritmo dos versos como um patrimônio imaterial, provavelmente porque a experiência foi associada não apenas aos ensinamentos de como cantar, mas com a roda, com o pátio sendo o lugar onde aconteciam as práticas.

Possivelmente, a senhora Elfi Thompsem também fez seu reconhecimento da imagem-lembrança por meio do pátio da escola, evidenciando em sua descrição o movimento que era vivenciado fora da sala de aula. Para essa recordação ter sido narrada, um trabalho de caça que envolve dedicação, paciência, exercício, foi executado. Com a voz firme e ritmada com o sentido que as palavras produziam nela, anunciou:

No pátio, antes de entrar na sala de aula. Eu me lembro quando a dona Alice hasteava a bandeira. Hasteava a bandeira, o hino da bandeira, então a gente cantava o hino a bandeira. Quando ela hasteava bem devagarinho, ela hasteava a bandeira para nós, no tempo que ela levava para hastear a bandeira para nós, então, do começo até o fim cantar o hino da bandeira. Era muito bom esse

tempo, sabe. Acho que era mais sábados, nós tinha aula sábado. (Elfi Thompsem, entrevista, 23 set. 2018).

De acordo com Paul Ricouer (2007) o lugar fundamenta as lembranças pois, permite materialidade para as sensações. Por isso, é chamada de imagem-lembrança porque foi presentificada em uma forma, inserida em lugares.

Assim, as ‘coisas’ lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos ‘lugares de memória’, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico. Os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos [...]. (RICOUER, 2007, p.58).

Convidado novamente para o diálogo Agustín Escolano Benito (2017) considera que a escola está inscrita na memória também por meio dos lugares lembrados com suas características materiais e pelos múltiplos sentidos que permitiram vivenciar aquele ambiente.

O primeiro aspecto que os sujeitos tendem a recordar, em relação à sua passagem pela escola, são os cenários nos quais esse processo se desenvolveu. O papel que os espaços escolares exerceram na formação dos primeiros padrões do esquema corporal das pessoas e nas primeiras experiências de sociabilidade é essencial na construção da memória biográfica. (ESCOLANO BENITO, 2017, p.186).

Ao rememorar a escola, para além dos ideais nacionais, as mulheres entrevistadas associaram as experiências na Escola Pública de Itoupava Norte com suas vidas, com a infância, as relações com outras crianças, no ir e vir pelo caminho entre a casa e a escola. Certamente, elas não entenderam a prática das “festinhas” no cotidiano escolar como parte do projeto de educação que, principalmente, a partir da década de 1930, passou a se interessar e fomentar o potencial articulador da instituição escolar perante a comunidade em que estava inserida anuncmando a escola como uma via de extensão do poder estatal e no caso das áreas de colonização estrangeira, onde a nacionalização do ensino tinha uma função peculiar: integrar essas comunidades no ideal de Nação estabelecido pelo governo de Getúlio Vargas e ativado em Santa Catarina pelo interventor Nereu Ramos a partir de 1935.

As próprias “festinhas”, direcionadas ou que envolviam homenagens a árvore, foram ritualizadas no ambiente escolar, aparentemente demonstrando uma tentativa de padronizar o funcionamento das escolas para estabelecer vínculos com as atividades que

já eram esperadas, pois faziam parte do programa de festas escolares. Por meio da Circular nº 29 de 04 de setembro de 1935 o inspetor Luiz Sanches Bezerra da Trindade determina que os grupos escolares e as escolas primárias comemorem “com maior brilhantismo” a Festa da Árvore, que deveria ser realizada em 21 de setembro devido a chegada da primavera. (CIRCULAR, n.29, 1935, IDCH). No dia 1 de julho de 1941, foi a vez do Diretor Geral do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, com a Circular nº 49 comunicar aos inspetores, diretores e professores das escolas públicas municipais e estaduais, além das particulares sobre a Portaria nº 164, de 30 de junho de 1941 que determinava o dia 21 de setembro como dia da árvore devendo ser comemorado, inclusive com a plantação de mudas de árvores. (CIRCULAR, n.49, 1941, IDCH).

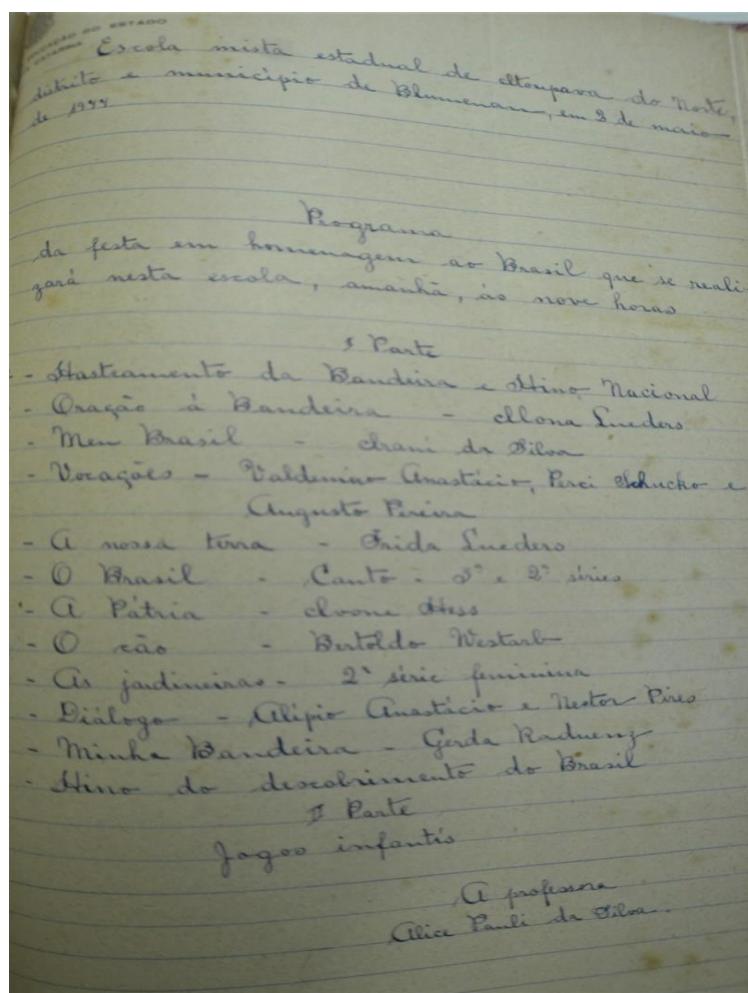
Considero importante evidenciar que as “festinhas”, ao que tudo indica, foram fomentadas, especialmente, pela Liga Pró-Língua Nacional pois, em nenhuma ata pesquisada pelas outras associações escolares da Escola Pública de Itoupava Norte, existe qualquer registro que envolva a realização de algum tipo de manifestação cívica, nem mesmo de comemorações, brincadeiras, homenagens, apresentações de alunos referentes aos propósitos daquelas associações. Essa análise possibilita inferir que ação de atividades lúdicas na escola, tinha uma relação estreita com a promoção da nacionalização do ensino e, portanto, demonstra ter sido um mecanismo governamental para propiciar o envolvimento das crianças com as questões da cultura nacional por meio de uma abordagem mais “pedagógica”, ou melhor, uma estratégia político-pedagógica.

Essas percepções permitem apontar questionamentos sobre a noção, já estabelecida em outros estudos historiográficos, de que a campanha de nacionalização promovida no governo de Getúlio Vargas teria sido “menos pedagógica” em comparação com a campanha de nacionalização da década de 1910 encaminhada em Santa Catarina por Orestes Guimarães. Penso que não se trata de comparar as duas campanhas, pois, cada uma delas foi estruturada com fundamentos e propósitos educacionais, políticos de sua época.

No entanto, as análises desse estudo estão demonstrando que pelo percurso da cultura escolar, é viável observar que muitas experiências inscritas na memória dos sujeitos que vivenciaram a Escola Pública de Itoupava Norte durante a nacionalização do ensino na década de 1940, foram elaboradas como tendo sido prazerosas. O que não significa dizer que a nacionalização do ensino foi implementada com sucesso. Também não inviabiliza a existência de lembranças do cotidiano da escola que remetam à traumas, práticas repressivas, conflitos, formas de imposições.

Para além dos propósitos governamentais, que desejavam eliminar as manifestações culturais estrangeiras e promover os vínculos com a cultura nacional, por meio das recordações narradas pelas entrevistadas, outras reflexões podem ser articuladas referentes as “festinhas”, que inegavelmente ficaram na memória como formas de confraternização, integração e movimento na cultura escolar. Ou seja, ao que tudo indica, não era exclusivamente através de mecanismos repressivos que o ideal de identidade nacional brasileira era introjetado na Escola Pública de Itoupava Norte.

Imagen 10: Programação da festa em homenagem ao Brasil enviada pela professora Alice Pauli da Silva em maio de 1944



Fonte: Programas Escolares, 1944 (APESC)

Ao analisar os significados desses movimentos das “festinhas” e seu caráter pedagógico, retomo de forma direta o contato com as concepções de Agustín Escolano Benito (2017) para pensar que a prática dessas “festinhas”, permitia para as crianças outras percepções da escola, o que não significar dizer que deixavam de existir ou de

serem cobrados contornos rígidos em relação a essa prática. Mesmo de forma mais despojada em relação ao rigor da sala de aula, o que já era visto como uma mudança pelas entrevistadas, as manifestações cívicas associadas as “festinhas” e a maneira didática de ensinar elementos de brasiliidade não perdiam sua ritualística e seu caráter oficializado.

É possível, inclusive, que tais comportamentos sejam praticados com prazer: as crianças gostam dos cumprimentos; às vezes, exageram nas reverências; acatam com entusiasmo determinadas condutas rituais [...] De igual modo, eles gostam dos rituais que repetem, em forma de protocolo bem pautado, executado de forma lúdica, porém com o devido rigor. Mesmo quando criticam ou tratam com ironia, a disciplina ou o humor sempre facilitam a aceitação geral das cerimônias obrigatórias, que requerem a cooperação entre as crianças e os adultos, assim como entre pares geracionais. (ESCOLANO BENITO, 2017, p.86).

Como parte do plano de educação, as práticas de comemorações chamadas de “festinhas” certamente não ficaram restritas a atuação da professora Alice Pauli da Silva, o que também pode ser observado pelas entrevistas realizadas com outras mulheres que estudaram na Escola Pública de Itoupava Norte, mas foram alunas de outros professores, tendo sido evidenciada a presença da professora Maria Cecília Moskorz e do professor José Moskorz. Esse casal chegou na comunidade de Itoupava Norte em 1947, vindo da localidade conhecida como Massaranduba³¹, devido a remoção da professora, que era funcionária pública do Estado de Santa Catarina desde 30 de julho de 1938. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.562, APESC). Não foram encontrados vestígios do professor José como funcionário público estadual, no entanto, sua atuação como professor nessa escola é confirmada pelos relatos das entrevistadas, por registros no assentamento funcional da professora Maria Cecília como professor substituto dela, além do professor estar registrado nas atas escolares. Quando a escola assume a categoria de Grupo Escolar em 1957, seu nome e da esposa constam no livro ponto como professores dessa escola.

Sobre a professora Maria Cecília Moskorz, inicialmente registrada no Assentamento Funcional como Maria Cecília Coelho, foi possível conhecer aspectos institucionais de sua trajetória, já que era professora em cargo público. Menos de um mês após ser nomeada professora complementarista na Escola Mista de Ipira, no município de Concórdia foi exonerada, a pedido, em 12 de agosto de 1938 e nesse mesmo ano, em 11 de outubro, retomou o vínculo com o governo ao ser designada como substituta para atuar

³¹ Até 30 de dezembro de 1948 parte do então criado município de Massaranduba pertencia ao município de Blumenau, sendo considerado um distrito.

na Escola Mista de Capivarí, em Palhoça. Em 23 de fevereiro de 1939, assumiu a vaga como professora interina na Escola Mista de Guaraní Mirim, no município de Blumenau, mais tarde distrito de Massaranduba. Esteve nessa escola como professora complementarista até 16 de outubro de 1943 quando foi exonerada devido a extinção do seu cargo e simultaneamente contratada como professora mensalista. Em 1941, assumiu o sobrenome Moskorz devido o casamento com José Moskorz em Massaranduba. Uma nova mudança aconteceu em 10 de dezembro de 1946 ao ser removida para a Escola Mista de 13 de Maio, no distrito de Itoupava, também município de Blumenau. Poucos meses depois, em 17 de abril de 1947, chegou removida na Escola Mista de Itoupava Norte. Durante um afastamento longo, com mais de seis meses de licença, entre o final do ano de 1947 e metade de 1948, Maria Cecília Moskorz foi substituída por José Moskorz. Reassumiu o seu cargo em 10 de junho de 1948. Outros afastamentos aconteceram até 1949, sendo o último registro no assentamento funcional no ano de 1950 descrevendo uma progressão funcional na carreira de professora estadual.

Imagen 11: Professor José Moskorz na lateral direita dos/as alunos/as no pátio da Escola Pública de Itoupava Norte por volta de 1948



Fonte: Autoria desconhecida. Acervo particular da entrevistada Elfi Tompsem.

Talvez por causa desses afastamentos, as lembranças das mulheres entrevistadas tenham sido remetidas com maior frequência ao professor José Moskorz. Tanto a entrevistada Maria de Lourdes Pereira como a senhora Verônica Stank, ressaltaram as lembranças envolvendo o professor.

Esta última quando criança, era chamada de Verônica Puff e atualmente com 81 anos de idade recordou de vários momentos da sua vida escolar, incluindo as comemorações chamadas de “festinhas”.³² Apesar de ter estudado na escola após o término do Estado Novo, entre os anos letivos de 1946 e 1949³³ cursando até o 3º ano do ensino primário sem interrupções sendo esse último ano frequentado por duas vezes devido a uma reprovação, a senhora Verônica evocou lembranças das manifestações cívicas e reiterou a valorização pela participação dos alunos envolvidos nos cantos e no hasteamento da bandeira: “sábado então, se cantava o hino nacional, [...] tinha todo sábado, tinha com a bandeira [...]. Nós não podia mais nem esperar até que chegasse, era tão bom [...] também o hino do soldado”. (Verônica Stank, entrevista, 2 out. 2018).

Ao significar aqueles momentos como “bons” entendo suas “impressões-afecções”, de acordo com Paul Ricoeur (2007), relacionadas a suas experiências como aluna que vivenciava aquele movimento de forma dinâmica, longe dos rigores da sala de aula, das cobranças dos conteúdos que deviam ser aprendidos. Obviamente que existia o propósito governamental de incutir o “espírito de brasiliade” nas crianças, no entanto, esses momentos ligados as “festinhas” foram considerados atrativos porque permitiam destaque aos alunos, mas também a possibilidade de escapar, em meio ao movimento, da vigilância regrada dos professores.

Ainda sobre as recordações referentes as “festinhas” entendo como pertinente mobilizar a entrevista com a senhora Marilena Teresina Godizigiogesk³⁴ quando criança chamada de Marilena Teresina Moskorz, que além de aluna da Escola Pública de Itoupava

³² Entrevista realizada na residência da senhora Melânia Laitske após conversas informais ocorridas em 27/03/2018.

³³ A senhora Verônica Stank relatou não ter certeza do período em que estudou na Escola Pública de Itoupava Norte. Utiliza como parâmetro as recordações sobre o professor José Moskorz e a professora Maria Cecília Moskorz. No entanto, foi possível identificar que o nome de Verônica Puff (sobrenome quando criança) está registrado na ata da primeira assembleia da Liga Pró- Língua Nacional em fevereiro de 1946. Afirmou que foi a única escola que frequentou, concluindo os três primeiros anos do ensino primário sem interrupções e tendo cursado um ano a mais devido a reprovação no 3º ano primário. Em uma listagem do ano de 1949 contendo uma relação de alunos como sendo da “3ª série” a entrevistada aparece registrada.

³⁴ Entrevista realizada na residência da própria entrevistada após conversas informais ocorridas em 10/09/2017.

Norte, certamente no ano de 1950³⁵, era filha dos professores da escola: Maria Cecília Moskorz e José Moskorz. Em meio a risos envergonhados, enfatizou que “a gente sempre tinha as festinhas. Hoje em dia não fazem, né? Ou fazem ainda, para os alunos dizerem um versinho. Eu só sei dizer que, aí meu deus, eu também dizia bastante versinho”. (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 23 set. 2018).

Ao falar da mãe e professora, acionou lembranças envolvendo uma situação de sofrimento, mas que foi apresentada em sua narrativa como emocionante por se tratar de um elogio conferido à Maria Cecília Moskorz na ocasião do seu velório. Com a voz embargada pelo choro, com a cabeça baixa, contou o que escutou do diácono que fez os rituais fúnebres e que foi aluno da sua mãe: “ele disse: não sabia falar uma palavra em português e daí o que fazia a dona Maria, [...] ela levava nós no campo³⁶ e nós brincava de roda, de rodar, daquele ovo podre, aquelas coisas. E daí eu aprendi a falar o português”. (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 23 set. 2018).

O homem fez uma associação direta entre as brincadeiras e o aprendizado da língua portuguesa evidenciando que as experiências inscritas de uma forma lúdica e descontraída tinham sido elaboradas como positivas.

Imagen 12: Professora Maria Cecília Moskorz na lateral direita e alunos/as na Escola Pública de Itoupava Norte no início da década de 1950

³⁵ A presença dela na escola é afirmada nesse ano devido algumas atas do “Pelotão da Saúde” encontradas no arquivo público do estado.

³⁶ O campo citado era da associação “Guarani Esporte Clube” que tem sua história de fundação e desenvolvimento relacionada a história da escola desde meados do século XIX quando ainda era a Comunidade Escolar de Itoupava Norte. Na época em que esse antigo aluno diz ter estudado, entre os anos de 1955 e 1957, a Escola Pública de Itoupava Norte estava mantendo o funcionamento de suas atividades em um “casebre de madeira” no Clube Guarani. Essa estrutura havia sido emprestada para que as aulas continuassem a acontecer, já que o governo estadual tinha começado as obras de construção do novo prédio escolar, após as negociações para a incorporação completa da escola por parte do governo estadual criando o Grupo Escolar Professor João Widemann.



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia do acervo escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann

No entanto, recordar as atividades que envolviam “festinhas” e anunciar que elas tiveram uma representação atrativa, não significa que os alunos na Escola Pública de Itoupava Norte cumpriram todos os encaminhamentos e aprenderam o idioma nacional afastando a língua alemã do seu cotidiano, além de introduzir o “espirito de brasiliade” e assumir como referência a cultura do Brasil. As mulheres entrevistadas demonstraram que mesmo após décadas, reconhecer que descumpriram, burlaram, desconsideraram as ações nacionalizadoras implementadas pela via institucional escolar, ainda é um desafio.

1.5 A escola como espaço de disputas nem sempre anunciadas

A forte fiscalização e repressão operacionalizadas por várias instâncias governamentais tanto na esfera pública como na privada também ocasionaram impactos fazendo com que muitas pessoas das áreas de colonização estrangeira preferissem o silêncio, tivessem medo de se expressar, escondessem suas referências étnicas como fosse possível. Em relação a escola não foi diferente, a nacionalização do ensino alterou o cotidiano escolar e foi preciso articular formas de vivenciar aquele tempo e espaço de maneira cuidadosa, mesmo se tratando de crianças que, por vezes, apenas desejavam

diversão, integração com os colegas e distanciamento das funções domésticas ou associadas ao trabalho familiar como a produção agrícola, sendo o caso de uma área rural como era a localidade de Itoupava Norte.

Durante sua entrevista, a senhora Verônica Stank recordou um momento em que interagiu com as amigas na Escola Pública de Itoupava Norte. Essa lembrança foi associada a sua declaração de que não falava o português quando entrou na escola, o que não impedia que ela se comunicasse com outras meninas que também falavam o alemão: “ia com as amigas, lá na, como a gente dizia, lá na patente, lá na bananeira para nós conversar. Então, aí nós conversava o que tinha para conversar, em alemão, tudo em alemão”. (Verônica Stank, entrevista, 2 out. 2018).

Convém observar que a aluna Verônica e a Maria de Lourdes estudaram juntas por um período, porém, a senhora Verônica não mencionou a amizade entre elas, ao contrário da senhora Maria de Lourdes que fez questão de destacar a amizade entre as duas na escola, inclusive citando o nome completo da colega. Quando perguntei para a senhora Maria de Lourdes sobre suas relações escolares mesmo ela sendo uma das poucas crianças naquela escola de origem familiar brasileiras, sua resposta envolveu a recordação da amiga: “a gente não tinha assim quase amiga, a única amiga assim que a gente mais se adaptou foi a Verônica Puff que foi minha amiga. Daí tinha mais duas que estudavam comigo”. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

A diferença para que aquela amizade tenha se tornado uma experiência para a senhora Maria de Lourdes, possivelmente, está relacionada as aproximações que foram viáveis para uma criança brasileira em meio a maioria de ascendência alemã. Mesmo estudando em uma escola nacionalizada como a Escola Pública de Itoupava Norte, viver as relações comunitárias e o cotidiano escolar podia ser um desafio. Em outras recordações, a senhora Maria de Lourdes narrou que algumas meninas queriam brincar de roda, mas nem todas “queriam tocar na mão da gente”. É importante refletir que nem tudo se tratava de camaradagem, preocupação com os colegas, harmonia nas relações. O cotidiano da escola está envolto em um campo de forças, também com disputas, conflitos, nem sempre anunciados, muitas vezes encontrados apenas tateando as dobras.

Foi o que fiz para compreender a posição da menina Maria de Lourdes na Escola Pública de Itoupava Norte. Isso porque sua entrevista apresentou elementos que evidenciaram sua participação nas atividades escolares, mas que não podiam ser reconhecidos como destaque em outras fontes disponíveis como, ao articular o cruzamento das duas entrevistas relacionadas acima.

Também, ao analisar as atas escolares do “Pelotão da Saúde”³⁷ e encontrar a aluna Maria de Lourdes Pereira em algumas delas no ano de 1946, onde seu nome aparece como monitora desse clube, não foi possível observar que ela recebia tanto reconhecimento, inclusive se tornou perceptível a postura de indiferença que a senhora Maria de Lourdes relatou em relação as outras alunas da escola. Nos registros da ata do “Pelotão da Saúde” que esteve reunido no dia 23 de fevereiro de 1946 para escolher a nova diretoria do grupo para aquele ano letivo, a aluna Maria de Lourdes Ramos se colocou a disposição para exercer um dos cargos, mas não recebeu nenhum voto ficando como monitora junto com outras crianças menos votadas. (ATA, v. 106, 1946, p.6, APESC).

Possivelmente, o destaque que a senhora Maria de Lourdes buscava ao participar das atividades na Escola Pública de Itoupava Norte, não estava em primeiro plano relacionado ao cumprimento das leis de nacionalização que proibiram a língua alemã nas escolas, principalmente, após 1938 com o decreto-lei nº 88³⁸. Entretanto, é necessário observar que ela não precisava aprender a falar o português, já que era “brasileira pura” conforme declarou na entrevista. Contudo, seus relatos indicaram também que precisou encontrar mecanismos para interagir em uma escola e comunidade de ascendência alemã, onde por meio dos laços de sociabilidades muitas vezes pautados em questões étnicas, não existia muita abertura para aqueles que não compartilhavam certos elementos como a língua. Novamente, em outro momento da sua entrevista evidenciou suas dificuldades: “a maioria é de origem alemã aqui, tinha muito pouco, muito pouco brasileiro. Assim, a gente sentia a diferença, pouca gente falava o português. A gente não tinha assim, quase amiga, a única amiga que a gente mais se adaptou foi a Verônica Puff”. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

Entre os mecanismos para interagir naquele espaço escolar estava sua participação na Liga Pró-Língua Nacional onde aparentemente, recebia destaque, interessando aos professores seu envolvimento. Suas recordações foram narradas enfatizando as experiências junto a essa associação escolar, talvez porque para além dos versinhos ou os cantos que ainda remetem orgulho, seu envolvimento permitiu que ela se distinguisse de outros alunos, já que “era responsável por cuidar pra ninguém falar em alemão na escola

³⁷ Essa associação foi implementada nas escolas brasileiras a partir da década de 1940 sendo responsável por propagar e fiscalizar os hábitos de higiene dos alunos. Um grupo de alunos era escolhido geralmente por votação anual para conduzir junto com o professor esses trabalhos.

³⁸ De acordo com Cristiani Bereta da Silva (2014, p.24), esse decreto trazia implicações mais agressivas se comparado com as leis nacionalizadoras implementadas na década de 1910. “Esse decreto estabelecia normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado”. (DA SILVA, 2014, p.24)

ou também não falar palavrão, assim, falta de educação”. Quando identificava que a proibição contra a língua alemã estava sendo desrespeitada tanto dentro como fora do espaço escolar contava para o professor José Moskorz: “o fulano lá falou palavrão em alemão e xingava a gente em alemão também. Aí o seu José chamava atenção, dava as vezes castigo por escrito, copiar não sei quantas vezes aquelas coisas”. No entanto, perante alguns alunos sua presença era sinônimo de denúncia e possível castigo, o que de certa forma, parece ter dificultado sua interação com outras crianças. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018).

A questão étnica também ficou evidenciada quando a senhora Marilena Teresina Godizigiogesk relatou de forma bem-humorada que seu irmão tinha sido convidado para brincar com outro garoto vizinho da Escola Pública de Itoupava Norte, onde ela, seus irmãos e seus pais, que eram também os professores, moravam na residência para o professor, anexada ao edifício escolar. A mãe do garoto fazia questão que eles brincassem porque desejava que ele aprendesse o português antes de iniciar na escola, mas acabou acontecendo o contrário, foi o irmão dela que aprendeu a falar o alemão.

Eu lembro que o meu irmão o Jânio, era pequeno aí ele brincava com o Nívio, aí a mãe dele dizia, era assim final de ano, [...] vem aqui pra brincar com o Nívio [...] para ele aprender o português, porque ele não sabe nada [...] brincando eles aprendiam. E daí então dou tão engraçado (risos), o Nívio não aprendeu o português e o meu irmão aprendeu o alemão (risos). (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 23 set. 2018).

Esse acontecimento demonstra que mesmo em situações aparentemente livres de conflito, as questões étnicas perpassavam as relações e estabeleciam ou não, as sociabilidades, os jogos de interesses, mesmo sem anunciar os propósitos favoráveis ou contrários a operação de nacionalização. Certamente, viver em uma comunidade formada por meio da imigração, nesse caso especialmente alemã, entre as décadas de 1930 e 1940 significou presenciar, sentir, participar de tensões envolvendo ainda alemães natos, as primeiras gerações de descendentes de alemães, brasileiros nativos e também grupos com a presença de misturas étnicas.

A senhora Marilena Teresina Godizigiogesk evidenciou, quase no final da segunda entrevista concedida para essa pesquisa, que também era alguém que não tinha muitos amigos, considerando que sua presença era avaliada pelos colegas como incomoda. Para ela um dos motivos era por ser filha do casal de professores, além de morar em uma construção nos fundos da escola, o que fazia com que os alunos

desconfiassem dela por acharem que suas conversas e atitudes seriam remetidas por ela a seus pais e ocasionariam consequências para eles. Relatou a questão com lamento dizendo “que tinha as amizades, as vezes eu ia na casa deles quando eles me convidavam. Assim, a gente tinha crianças que gostavam da gente, brincavam, mas a maioria não gostava”. (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 2 out. 2018).

Na sequência dessa fala, a senhora Melânia Laitske³⁹ chamada quando criança de Melânia Puff, que também participou dessa entrevista, apresentou de forma direta sua justificativa: “sempre tinha aquela diferença, eles são caboclos”. Nesse momento foi possível observar que a senhora Marilena é pega de surpresa com essa fala e responde de forma breve aparentando não querer abordar a questão: “há, também tem essa”. Em seguida a senhora Melânia continuou sua fala aparentemente tentando amenizar a tensão: “eram os caboclos. Para nós, os descendentes de alemães, chamavam eles de caboclos. Não só a família dela, em geral. Os brasileiros que não falavam alemão eram caboclos”. (Melânia Laitske, entrevista, 2 out. 2018).

É preciso considerar que as duas entrevistadas: a senhora Maria de Lourdes e a senhora Marilena, possuem memórias de experiências que as aproximam permitindo pensar que elementos comuns como, falar a língua brasileira, estar envolvida com situações ou com pessoas responsáveis pela escola, tinham fortes significados nas relações escolares envolvendo os alunos, inclusive, pela indiferença. Mesmo a escola sendo enquadrada como pública, porque recebia subvenções do governo do Estado de Santa Catarina, isso não assegurava o fim dos problemas étnicos.

Convém observar que ao contrário dos outros dois relatos, a senhora Melânia narrou recordações sobre seu diário que havia sido confeccionado artesanalmente por ela com folhas de caderno costuradas e que circulava entre as suas “várias amigas” para que registrassem recados, mensagens. De forma, muito saudosa e humorada descreveu uma mensagem que uma das amigas “desenhou, colou um bodezinho, e escreveu assim: esse é o bode bem bonito da Melânia (risos)”. (Melânia Laitske, entrevista, 2 out. 2018).

Possivelmente, por ter nascido na localidade de Itoupava Norte, ter relações pessoais mais consolidadas por ser descendente de alemães e reforçar laços comunitários de sociabilidades mais do que as outras alunas, que tinham chegado de fora, a senhora Melânia destacou suas muitas amigas e parecendo que não foi afetada pela indiferença. Entretanto, isso nem de longe significa que não tenha sentido a complexidade dos efeitos

³⁹ Entrevista realizada na residência da própria entrevistada após conversas informais ocorridas em 27/03/2018.

nacionalizadores na escola. No seu caso, o sentimento foi outro, não de indiferença, mas de medo, o que ocasionou ressonâncias que se fizeram presentes por meio de lembranças apresentadas como traumáticas.

Só falava o alemão, eu não entendia nada em português e foi uma época assim, bem difícil pra mim porque meus pais também praticamente não falavam o português. Eu tinha até medo das pessoas que falavam o português. Tinham crianças, assim como nós falamos aqui, os brasileiros, que eu achava, eu tinha medo deles. Eu sei que eu ganhei uma vez uma lembrancinha de uma amiga (risos), que era assim, uma Nossa Senhora num quadrinho e eles, na hora da saída da escola, eles começaram a querer falar comigo e eu fiquei com medo que eles iam me agredir. Eu dei aquela imagem pra eles de presente como se eu tivesse dito assim: agora vocês me deixam em paz. Então essa era a minha situação, medo de ter que falar o português que eu não sabia, eu não entendia eles. (Melânia Laitske, entrevista, 2 out. 2018).

O que se pretende apresentar para reflexão é que os sujeitos não podem ser reduzidos por olhares dicotômicos, que os categorizam exclusivamente como vítimas ou algozes. Essa não é a questão. Cada sujeito e os grupos que se encontram inseridos num processo de dominação, no caso, a nacionalização do ensino, foram capazes de engendrar práticas, sentidos que deixaram marcas efetivas na realidade em que viveram, isso mesmo quando sofreram, lamentaram (LEVI, 2000).

A Escola Pública de Itoupava Norte vivenciou a nacionalização do ensino em uma área de colonização alemã, forjada por vínculos étnicos, que definiam e em certa medida continuaram a atuar como reguladores sociais sendo mobilizados de acordo com os interesses valorizavam a presença dos elementos étnicos ou consideravam pertinente ressaltar sua ausência, mesmo que não tenham sido esquecidos.

2. UM PROFESSOR SOB SUSPEITA: A PRESENÇA DE JOÃO WIDEMANN NA ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE NA DÉCADA DE 1930

2.1 Elementos da trajetória de João Widemann como professor

O trabalho de memória realizado pelas mulheres entrevistadas não referenciou o professor João Widemann, homenageado com seu nome que foi escolhido para representar o Grupo Escolar que substituiu a escola de ensino primário na localidade de Itoupava Norte. Nem mesmo o acervo escolar da atual Escola de Educação Básica Professor João Widemann possui documentos que apresentem elementos da trajetória desse professor ou mesmo sobre sua atuação no cotidiano da Escola Pública de Itoupava Norte durante o período que trabalhou nessa instituição entre 1931 e 1937.

A investigação de outros documentos possibilitou caracterizar a sua presença nessa escola contribuindo para pensar a escolha do seu nome como patrono do Grupo Escolar, em detrimento de outros professores que atuaram na Escola de Itoupava Norte desde de sua fundação ainda no século XIX.

Na história local não é incomum encontrar instituições, associadas a cultura alemã, que buscaram camuflar seu passado com o objetivo de desviar da fiscalização ou outras formas de repressão no período da campanha de nacionalização promovida no governo de Getúlio Vargas, principalmente, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. (ABREU; FERREIRA, 2005).

As poucas informações que existem no acervo escolar referente a esse professor foram divulgadas sem a indicação de fontes e necessitam ser “desnaturalizadas”⁴⁰. Diziam respeito a sua origem em Dresden, uma cidade da Alemanha, seu casamento no município de Brusque com Olga Krieger, o nome dos cinco filhos, sua função de professor nos municípios de Joinville, Brusque e também nas localidades que pertenciam ao município de Blumenau como Indaial e Rio do Testo⁴¹.

⁴⁰ As informações existentes estavam descritas de forma resumida na agenda escolar e até o ano de 2018 não tinham sido alteradas. Em 2019, reformulei a “biografia” da agenda relacionando novos elementos referentes a trajetória do professor João Widemann identificados até aquele momento por esse trabalho de pesquisa.

⁴¹ Esses dois territórios, Indaial e Rio do Testo, pertenciam ao município de Blumenau no período que João Widemann atuava como professor. Mais tarde, serão emancipados como município de Indaial (1934) e Pomerode (1959).

Imagen 13: Professor João Widemann e sua família possivelmente nos fundos da Escola Pública de Itoupava Norte em 1931



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia do acervo escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann

A partir do conhecimento sobre sua passagem por outras regiões do estado de Santa Catarina, considerei pertinente buscar elementos de sua atuação como professor em outros lugares, o que permitiu acrescentar e alterar informações habitualmente descritas na breve biografia de João Widemann. Foi possível reconhecer aspectos sobre sua chegada no porto de São Francisco do Sul/SC em 16 de agosto de 1902, obtendo no documento portuário, dados novos como: a viagem no navio Taquary, o destino sendo o município de Joinville/SC, além da idade declarada - 25 anos, o desembarque como solteiro, de religião protestante luterana, a profissão de lavrador e seu nome registrado como Johannes Widemann⁴².

Em relação a sua vida em Joinville, não foi possível obter informações, apenas referente a sua função de professor em Brusque, no ano de 1909, tendo atuado por um

⁴² Nenhuma dessas informações constavam na memória escolar como elementos biográficos de João Widemann, inclusive a data da sua chegada no Brasil era apresentada como sendo em 1907, sem qualquer documento ou outra forma de argumento que justificasse o destaque para esse ano.

ano na escola da Associação Escolar Evangélica, a partir de “7 de maio de 1909 foi admitido o professor Hans Wiedermann, mediante a remuneração mensal de 95\$000 (noventa e cinco mil réis)”. (RISTOW, 1960, p.418).

É importante observar que o nome e o sobrenome de João Widemann aparecem escritos nos documentos encontrados com variações como a citação acima, onde se observa o nome Hans, incluindo também outras possibilidades: Johannes, Johann. No caso do sobrenome também foi identificado diferentes formas de escrita, entre elas: Wiedemann, Widmann, Wiedmann. No documento cartorial de declaração de óbito, o nome aparece como Johann Wiedemann, que faleceu em 20 de agosto de 1947, as 9 horas, com 70 anos de idade. (CARTÓRIO BRAGA, p.98, AHJFS).

Nesse mesmo registro, assinado pelo escrevente e por Affonso Lerche, genro de Widemann, foi declarado que sua profissão era de comerciário, talvez porque ele havia se dedicado os últimos dez anos de vida ao trabalho na Tecelagem Kuehnrich. Outra possibilidade é que evidenciar o passado como professor, poderia não ser muito interessante devido os acontecimentos que envolveram sua saída da Escola Pública de Itoupava Norte no início de 1937. Em outras palavras, evidenciar que João Widemann tinha sido professor parecia não ser a melhor opção naquele momento onde o fim do governo de Getúlio Vargas era recente e os efeitos das leis nacionalizadoras ainda estavam latentes.

Elaborar análises sobre sua saída da escola se mostrou mais consistente do que arriscar alguma versão para a sua chegada na comunidade de Itoupava Norte ou mesmo na escola. O que seguramente pode ser afirmado é que João Widemann iniciou suas atividades na Escola Pública de Itoupava Norte, no ano de 1931 quando foi estabelecido um vínculo entre o professor e o governo do Estado de Santa Catarina. “A diretoria de Instrução Pública ofício nº 991 06 de outubro de 1931 com a resolução nº 1097 de 06 de outubro de 1931 João Wiedmann foi nomeado para exercer o cargo de professor adjunto”. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.363, APESC). No entanto, sua função como professor não se resume a esse vínculo pois por muitos anos foi professor particular atuando em escolas associadas a Igreja Evangélica Luterana como em Brusque e no Rio do Testo, outra localidade de Blumenau.

Continua em aberto um reconhecimento mais detalhado da trajetória do professor Widemann, tendo sido possível fazer alguns avanços com essa pesquisa, o que não resolveu todas as lacunas existentes. Entre elas, a compreensão do percurso realizado como professor que após chegar em Joinville teria se deslocado para Brusque em 1909 e

iniciado o trabalho de professor. Contudo, uma notícia publicada no *Mitteilungen*, jornal escrito em alemão que estava voltado para assuntos relacionados a educação e as escolas particulares alemães de Blumenau, evidenciou Hans Widemann como professor em uma localidade de Blumenau chamada de Rio do Testo⁴³ em 1906. (*Mitteilungen*, dez. 1906, AHJFS).

Imagen 14: Jornal *Mitteilungen* informando escola, localidade e nome do professor responsável. Em destaque o nome do professor Hans Widmann e a localidade da escola

Mitgliederliste des Deutschen Schulvereins für St. Catharina.

Fonte: Jornal *Mitteilungen*, nº 9, 1906 (AHJFS). Elaboração própria do destaque, 2019

Nessa perspectiva, teria atuado primeiramente em Blumenau e não em Brusque? Deixou a escola do Rio do Testo interessado em ir ou voltar para Brusque? Esses deslocamentos estavam relacionados as vagas para professores? Além disso, em que momento esteve em Indaial? Ainda seria pertinente indagar aonde constituiu o restante da família, após se casar em Brusque? Ou seja, as filhas já nasceram em Blumenau? A única resposta viável em relação a família é referente ao filho homem que nasceu em

⁴³ Essa região atualmente pertence ao município de Pomerode/SC.

1933 e faleceu em 1935 devido a problemas relacionados a uma cirurgia de apêndice. (LISTA FAMÍLIAS EVANGÉLICAS, 1856-1940). Quando a família já estava fixada na localidade de Itoupava Norte, uma das fotografias do acervo escolar evidenciam que as filhas já eram crescidas e uma delas casada.

Outra informação que não pode ser identificada em documentos envolve a comemoração de 25 anos de magistério do professor João Widemann, data que teria sido lembrada na localidade de Indaial, região que ainda pertencia a Blumenau. Desta forma, se for considerado o início de suas funções docentes a partir de sua chegada no Brasil em 1902, essa comemoração teria acontecido por volta de 1927.

Também causa questionamento as circunstâncias que permitiram João Widemann fixar residência na comunidade de Itoupava Norte depois da contratação pelo governo estadual ou mesmo antes, outra dúvida que não foi esclarecida. Apesar de serem apenas conjecturas e nada terem de vestígios concretos, considero pertinente apresentar a percepção de que, possivelmente, a vinda para a localidade de Itoupava Norte estava relacionada a redes de sociabilidades envolvendo pessoas que transitavam por outros lugares, por exemplo, devido a atividades comerciais ou mesmo motivados por práticas recreativas como festas, jogos e ainda encontro religiosos⁴⁴.

O professor Widemann morou com a família na casa destinada para o professor, anexada a Escola Pública de Itoupava Norte, aparentemente durante o tempo que esteve trabalhando na escola. Entretanto, a ocupação da casa precisa ser observada com maior atenção, isso porque, de acordo com os relatórios dos inspetores escolares consultados, a moradia do professor público, muitas vezes era um problema. No caso de uma escola particular quando a comunidade se organizava para fundar e manter uma escola, estava diretamente associada a necessidade de uma moradia para o professor, já que muitas vezes, ele era contratado fora da localidade e em determinadas épocas vinha diretamente da Alemanha. (KLUG, 2003).

Em relação a uma escola subvencionada, em várias situações, a escolha do professor não ficava a critério da comunidade, geralmente representada por sua Sociedade Escolar. Em determinados períodos aconteceram negociações entre agentes do governo e a população local chegou a indicar pessoas consideradas adequadas para o ensino e os próprios interesses daquele grupo. Porém, com a campanha de nacionalização, no período do Estado Novo, esses acordos eram cada vez mais raros, ocasionando conflitos na

⁴⁴ Por exemplo, existem relatos dos contatos comerciais entre Paul Fritz Kuehnrich e a família Karsten, estabelecida na localidade de Rio do Testo.

comunidade onde atuava aquele professor direcionado pelo governo que na maioria das vezes, tinha intenções evidentes de nacionalização e vigilância do cotidiano da comunidade. Esses sujeitos seriam “professores nacionalizadores”, noção já mobilizada no primeiro capítulo, envolvendo professores públicos direcionados pelo poder público para as áreas de colonização estrangeira com o objetivo de propagar os ideais nacionalizadores e também fiscalizar a população local.

O fato de João Widemann ter morado na casa, é uma questão pertinente para pensar sua representação na comunidade pois, ele não era o único professor a atuar na escola naquele momento, nem mesmo aquele que tinha uma função mais reconhecida na hierarquia do magistério da época, já que era um professor adjunto.

A professora regente era Edeltraut Riediger que tinha iniciado sua função como professora pública estadual junto a Escola Pública de Itoupava Norte em 14 de agosto de 1929, após ter sido removida da Escola Mista de Salto Norte, outra localidade de Blumenau, em 27 de julho de 1929. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.335, APESC).

Pelos documentos oficiais ela estava atuando na escola antes da chegada do professor Widemann, no entanto, decidiu não ocupar a casa anexada à escola? Talvez. Existem outras possibilidades, entre elas: outra pessoa poderia estar morando? O próprio professor Fernando Steinhauer, já mencionado no capítulo anterior, que atuava na escola em 1927? O fato da professora ser solteira era um empecilho? Ou a Sociedade Escolar, ainda proprietária do edifício e do terreno, decidiu não disponibilizar a casa? A professora Edeltraut Riediger removida pelos interesses do Estado, pode ter sido vista pela comunidade como uma agente nacionalizadora e não ser bem-vinda, não sendo a moradia oferecida para ela? Ser uma professora e não um professor era um problema para aquela comunidade? As indagações não cessam e ainda é pertinente pensar: o professor João Widemann chegou dois anos depois e conseguiu ir morar na casa? Era por que tinha família constituída sendo um professor e provedor? Sua presença era bem vista pela comunidade escolar e por isso teve o direito de ocupar a casa? Se a presença de João Widemann foi valorizada na comunidade era por se tratar de um professor prestigiado? Ou por ser alemão nato? O professor demonstrou que iria trabalhar voltado para os interesses da Sociedade Escolar? Novamente muitas perguntas para poucas possibilidades de respostas.

Entendo como necessário evidenciar essas indagações em torno da moradia do professor pois contribui para pensar as relações estabelecidas na comunidade escolar entre os moradores e o/a professor/a que estava atuando, já que em uma escola

subvencionada, marcada pela nacionalização do ensino, o principal motivo que permitia chamar a escola de pública eram os recursos financeiros destinados para elas e utilizados, especialmente, para financiar e subordinar perante o Estado uma função valorizada como estratégica: a do professor.

Ter acesso ou não a moradia inserida na comunidade escolar era uma problemática que não dizia respeito exclusivamente a falta de construções associadas ao edifício escolar ou mesmo na localidade. Estava relacionada ao interesse da população em permitir ou não que determinado professor fixasse residência junto a comunidade. Essa questão foi alvo de debates visualizados por meio dos relatórios dos inspetores escolares e do próprio Departamento de Educação.

Em 10 de março de 1943, o diretor geral do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, Elpídio Barbosa, encaminhou ao secretário de Justiça, Educação e Saúde do Estado, Ivo d'Aquino, trechos do relatório elaborado em fevereiro de 1943 pelo inspetor escolar Celso Rila, responsável por fiscalizar a região de Blumenau desde 1935.

Nesse ofício ficou evidenciado o problema das moradias dos professores, justificado por certas dificuldades devido ao alto preço dos aluguéis nos hotéis da localidade, além de não existir hospedagem para solteiros e nem moradia para casados. O inspetor usou como exemplo a professora Alda dos Santos Coelho, removida para Blumenau na Escola Salto Weissbach, que precisou se acomodar na própria sala de aula. Ainda relatou a inexistência de casa para alugar no interior do município, tendo a inspetoria que fazer grande esforço para conseguir que uma casa na localidade fosse desocupada para acomodar a referida professora. Inclusive, destacou que “às vezes tem sido necessário ameaçar-se de deixar a escola fechada”. (OFÍCIO EXPEDIDO, 10 mar. 1943, APESC).

Essa problemática já era conhecida por Ivo d'Aquino que se manifestou em uma conferência no dia 7 de setembro de 1942. Seu parecer apontava que, dificultar a instalação do professor na comunidade, era uma forma de contrariar os ideais nacionalizadores e recomendou que “os professores de escolas isoladas, nos meios coloniais, devem ter residência assegurada pelos poderes públicos, pois uma das formas de resistência passiva à nacionalização do ensino é dificultar o estabelecimento do professor e sua família” (AQUINO, 1942, p.57).

No caso da Escola Pública de Itoupava Norte, o próprio edifício escolar não era do governo do Estado e, certamente, a casa anexada também não, o que permitia certa liberdade para a Sociedade Escolar tomar decisões, pelo menos antes da implantação do

Estado Novo e da Campanha de Nacionalização a partir de novembro de 1937. Essa situação era constatada e exposta em forma de denúncia, no relatório administrativo do prefeito José Ferreira da Silva de 1939 que estava “[...] julgando prejudicial aos interesses do ensino público municipal que êsses prédios não sejam do pleno domínio e propriedade do município, evitando, assim, nêles, qualquer interferência de terceiros [...].” (RELATÓRIO PREFEITO, 1939, p.40, AHJFS).

É importante compreender que em Blumenau e região do Vale do Itajaí, onde prevaleceu a colonização alemã, inúmeras escolas que foram enquadradas na categoria de públicas, a partir do momento que começaram a receber subvenção, ainda tinham bens materiais que pertenciam as Sociedades Escolares, várias delas que tinham sido fundadas ainda no século XIX.

Ao pesquisar os relatórios administrativos dos prefeitos do município de Blumenau, essa categoria de escola pública não é uma definição evidente como pode inicialmente aparentar. Demorei para entender a posição de várias escolas que eram mencionadas sem o uso do termo “pública” e que posteriormente apareciam sendo associadas ao domínio estadual ou municipal.

Na busca de uma análise mais profunda, foi onde consegui perceber que as escolas que recebiam subvenção eram tratadas como públicas, mas incorporar esse nome não foi algo simultâneo pois, muitas dessas escolas permaneceram tendo vínculos legais e financeiros com a Sociedade Escolar que tinha sido sua fundadora. Foi o caso da Escola “Pública” de Itoupava Norte.

Nesse sentido, concordo com a historiadora Luciana Rossato (2014, p.116) quando afirma que os números dos relatórios da década de 1930 demonstram que “[...] em Blumenau existiam mais escolas públicas do que na capital”. Entretanto, essa apenas era uma realidade possível porque com a subvenção, o governo passava a considerar aquela escola como pública, mesmo sem ter sido responsável por dispensar valores vultuosos para a instalação daquela instituição de ensino. Ao contrário de muitas escolas públicas em Florianópolis, que para serem criadas, provavelmente, precisavam de investimentos para o terreno, toda a infraestrutura, materiais e a contratação de professores, além da manutenção, o que demandava um grande esforço financeiro.

Assim, era menos oneroso e mais prático subvencionar escolas que já estavam “prontas” e enquadrar as escolas particulares como públicas se utilizando dos bens privados das Sociedade Escolares, do que criar escolas “do zero” como era necessário fazer na capital despendendo maiores recursos financeiros.

Considero que para pensar essa questão uma história comparativa para analisar os Grupos Escolares seria interessante. No caso de Blumenau, até 1938 havia no município apenas o Grupo Escolar Luiz Delfino. Já nesse ano, o governo estadual criou outro, o “Santos Dumont” recebendo o terreno da comunidade como doação; e o governo municipal criou o Grupo Escolar “Machado de Assis”, também incorporando parte dos bens da Sociedade Escolar que mantinha a Escola Particular de Itoupava Seca que foi substituída.

É inegável que por algum dos motivos que foram conjecturados anteriormente ou por outros, João Widemann teve a preferência para ocupar a casa destinada aos professores. Apesar da professora Edeltraut Riediger ter continuado a frente da escola até 1939, alguns anos depois da saída do professor Widemann, não existem notícias de que ela tenha morado na casa, mesmo depois que se casou e assumiu o sobrenome Ramos.

A afirmação do privilégio direcionado a João Widemann ainda pode ser argumentada pela situação da próxima professora que começou a reger a Escola Pública de Itoupava Norte, a partir de 1941 – Alice Pauli da Silva.

De acordo com as duas entrevistadas que recordaram terem sido alunas da professora, ela não chegou a habitar na casa junto a escola. Morava em uma localidade de Blumenau distante da Itoupava Norte e precisava atravessar o rio Itajaí-Açú de balsa, único meio de transporte possível, para acessar a Escola Pública de Itoupava Norte. As indagações persistem ao pensar nos motivos que levaram também essa professora a não ocupar a moradia. Pode ter sido por opção, mas como se trata de uma professora que solicitou remoção e foi encaminhada ou escolheu atuar naquela comunidade, certamente, estava voltada para o trabalho de nacionalização sendo considerada uma “professora nacionalizadora”. Por isso, é viável pensar que a casa pode não ter sido disponibilizada pela Sociedade Escolar para ela.

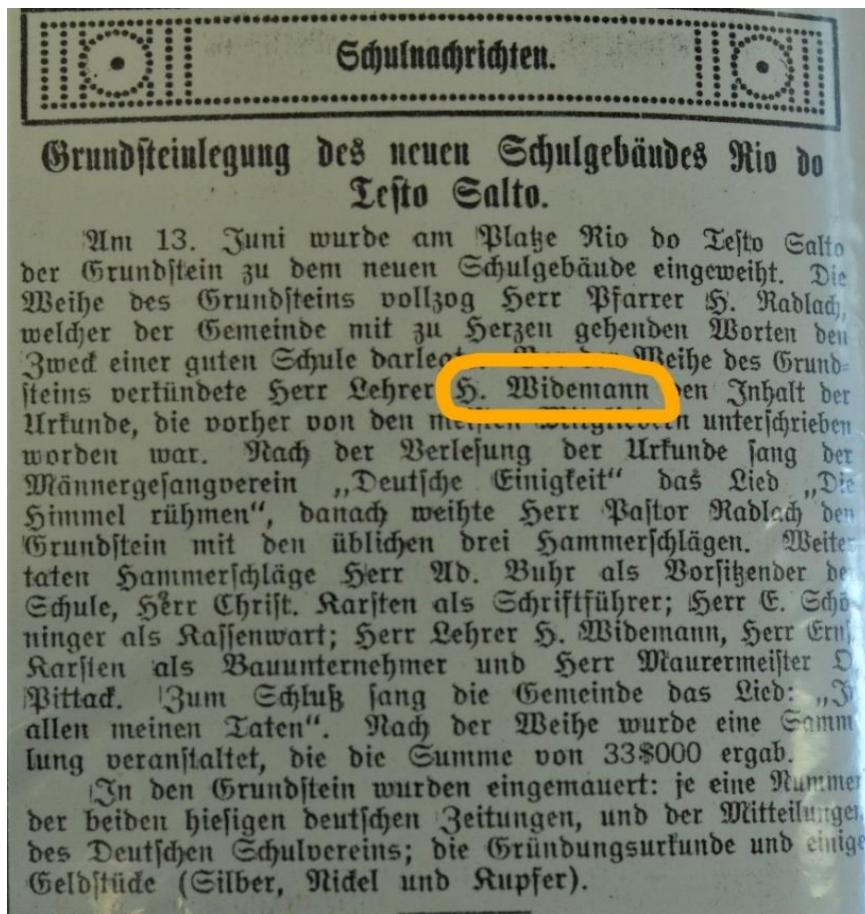
Nessa perspectiva, possivelmente, João Widemann foi considerado alguém de confiança na comunidade, inclusive, sendo autorizado à ele, ocupar a moradia pertencente a Sociedade Escolar, uma decisão que deve ter sido avaliada pelas lideranças locais vinculadas a essa associação de moradores.

Apresentar elementos que demarcam a presença do professor Widemann na comunidade se mostrar pertinente para contribuir com as análises envolvendo a escolha do seu nome como denominação do Grupo Escolar criado em 1957, no bairro de Itoupava Norte, discussão promovida no terceiro capítulo.

Conhecer a atuação de João Widemann como professor adjunto na Escola Pública de Itoupava Norte apenas foi possível pelo percurso institucional, ou seja, por meio dos documentos produzidos pelos agentes do governo do Estado, principalmente, pelos relatórios dos inspetores escolares.

Antes de sua presença nessa escola, o professor havia trabalhado em outras escolas particulares e apenas em uma delas foi possível conhecer poucos elementos de sua atuação. Em 1916 João Widemann esteve associado a Escola do Rio do Testo Salto. Não foi possível nesse momento confirmar se era a mesma escola onde ele atuou em 1906, na localidade de Rio do Testo. O fato de ter a expressão “Salto” no nome, já pode caracterizar uma outra escola pois, nessa região, que mais tarde vai ser emancipada com o nome de Pomerode (1956), funcionavam várias escolas, inclusive, que estavam geograficamente próximas. A atuação do professor nessa instituição de ensino foi noticiada no jornal *Mitteilungen*, de julho de 1916.

Imagen 15: Jornal *Mitteilungen*, noticiando a inauguração do novo prédio da Escola do Rio do Testo Salto com a presença do professor Hans Widemann.



De acordo com a tradução livre e sistematização elaborada pela historiadora Méri Frotscher, a notícia acima diz respeito a um acontecimento de comemoração⁴⁵.

Trata-se de notícia da inauguração da pedra fundamental do novo prédio da escola de Rio do Testo Salto, com a fala do pastor local, do Widemann (que anunciou o conteúdo do documento escrito para o ato, assinado anteriormente pelos membros da sociedade escolar), e cantos do coral masculino Deutsche Einigkeit. São citados os nomes dos membros da diretoria da escola, entre eles o professor. Foi cimentada na pedra fundamental exemplares dos 2 jornais da cidade daquele dia, do informativo daquela sociedade escolar alemã, da certidão da inauguração e de moedas.

É possível observar que João Widemann integrava a diretoria da Sociedade Escolar naquela comunidade onde existia uma relação entre escola e igreja luterana, o que demonstrou se tratar de uma “escola alemã” (KLUG, 2003). A Sociedade Escolar estava inaugurando um novo prédio com recursos da contribuição dos sócios que eram os responsáveis pela manutenção da escola.

No ano seguinte, em 1917, com o Brasil assumindo uma posição na Primeira Guerra Mundial contrária a Alemanha, foi determinado por lei que as escolas apenas podiam funcionar se o ensino fosse ministrado em idioma nacional, portanto, as línguas estrangeiras estavam proibidas. Esse movimento ocasiona o fechamento das escolas particulares que não comprovassem efetivo uso da língua brasileira nas atividades de ensino sendo Blumenau e a região do Vale do Itajaí atingidas por essa legislação. Apesar de terem existido resistências, como já apontado no primeiro capítulo, as escolas acabaram interrompendo seus trabalhos e só puderam reabrir perante autorização do governo, após a fiscalização de inspetores escolares. Foi o caso da Escola do Rio do Testo Salto, onde João Widemann trabalhava, que deixou de atender quarenta e cinco alunos. (RELATÓRIO PREFEITO, 1917, p.33, AHJFS). No mesmo relatório o superintendente Paulo Zimmermann, justificou o fechamento das escolas “por não ensinarem suficientemente na língua vernácula”. (1917, p.32).

Desta forma, existem indícios de que o próprio João Widemann vivenciou esse momento em 1917, provavelmente ainda na Escola do Rio do Testo Salto, tendo que interromper sua função como professor ou mesmo diretor da escola devido ao seu fechamento.

⁴⁵ O contato com a historiadora Méri Frotscher foi estabelecido por e-mail onde solicitei sua contribuição espontânea para esclarecer a notícia que foi escrita em alemão e não tinha tradução associada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. A historiadora fez a devolutiva do pedido, também via e-mail, organizando sua escrita a partir da compreensão possibilitada pela tradução.

Sobre a movimentação realizada pela escola para conseguir a licença e voltar a funcionar não consegui obter vestígios, mas localizei o ofício encaminhado em 15 de fevereiro de 1918 pelo Diretor de Instrução Pública, Horácio Nunes Pires, para o Secretário Geral de Negócios do Estado, Caetano Vieira da Costa, comunicando que os responsáveis por algumas escolas, nomeados naquele ofício, entre eles João Widemann, já possuíam os “pareceres exigidos” e estava sendo enviados os requerimentos “pedindo a reabertura dos estabelecimentos de instrução”. (OFÍCIO EXPEDIDO, 15 fev. 1918, APESC).

Fica evidente que o professor Widemann precisou se adequar as leis nacionalizadoras para reabrir a escola, talvez tendo que comprovar habilidades com o idioma nacional. É plausível que tenha prestado exames na Escola Complementar criada em Blumenau em 1917, anexada ao Grupo Escolar Luiz Delfino para habilitação da função de professor a partir das novas normas ou até tenha se nacionalizado. O fato é que conseguiu a autorização e o que tudo indica é que a Escola do Rio do Testo Salto voltou a funcionar ainda na categoria de escola particular.

As experiências vivenciadas por João Widemann associadas a nacionalização do ensino a partir de 1917 aproximaram o professor das cobranças governamentais interessadas em evidenciar a língua portuguesa por meio de leis e fiscalização que em maior ou menor medida motivaram outras formas de atuação, mesmo que fossem para resistir as normatizações impostas. Anos depois nas décadas de 1930 e 1940, outro movimento nacionalizador se utilizou de leis e formas mais incisivas de coerção para ressaltar os ideais nacionais procurando anular manifestações culturais de outros grupos étnicos como os alemães e o professor Widemann que continuava no magistério precisou novamente vivenciar momentos de tensões.

2.2 Inspeção escolar na Escola Pública de Itoupava Norte

A partir do ano de 1931 o professor João Widemann começou a trabalhar na Escola Pública de Itoupava Norte estabelecendo vínculos com o governo do Estado de Santa Catarina como um professor público. Desta forma, João Widemann estava inserido em uma escola subvencionada, portanto, entendida como pública, em um período onde os ideais nacionalizadores começaram a mobilizar ações que promoviam a exaltação da cultura nacional em detrimento de outras culturas estrangeiras. Essa era uma conjuntura

diferente daquela vivenciada por Widemann em 1917 onde ele atuava em uma escola particular sendo um professor particular, ou seja, sem vínculos com o poder público.

O vínculo institucional que João Widemann estabeleceu com o governo estadual parece não ter sido motivo suficiente para afastar os impactos das fiscalizações desenvolvidas por agentes governamentais. Especialmente, porque o professor era um alemão de origem e representava um risco em potencial por não ter nascido no Brasil, mesmo já estando no país a cerca de 30 anos. Ter um alemão nato atuando como professor público em uma escola subvencionada para certas pessoas era motivo de críticas pois existiam desconfianças perante seu comprometimento com os interesses nacionais. Foi o caso do inspetor escolar estadual Celso Rila, responsável pela 2^a Circunscrição Escolar com sede em Blumenau⁴⁶.

A tensão envolvendo a atuação do professor Widemann na Escola Pública de Itoupava Norte parece ter começado ou extrapolado o cenário escolar a partir da inspeção dos exames finais do ano letivo, em 7 dezembro de 1935, realizada por Celso Rila. No relatório produzido para o Departamento de Educação onde descreveu aquele momento, ficou registrado que a Escola de Itoupava Norte era regida pela professora Edeltraut Riediger e tinha como professor adjunto, João Wiedmann. Também foi relatado que os alunos sob responsabilidade da professora eram considerados com bom desempenho, já “os do primeiro ano pouco sabem. O sr. prof., alemão nato, já cansado no magistério, pouco se esforça no ensino do vernáculo. Chegou, mesmo, a falar, na minha presença, em alemão com a sra. professora”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 24 dez 1935, APESC). No mesmo relatório ainda ficou destacado que segundo a afirmação da professora “é sempre assim, não tendo conseguido modificar-lhe tal hábito. Com os alunos procede da mesma maneira” e ainda concluiu que “é outro professor que precisa de muita fiscalização”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 24 dez 1935, APESC). Junto da escrita datilografada foi acrescentado com caneta associado ao nome do professor Widemann a frase: “censurar em portaria” e ao nome da professora, a escrita: “felicitar”. Além disso, a frase “o sr. prof., alemão nato, já cansado no magistério” foi sublinhada também com caneta.

⁴⁶ A circunscrição representava a área espacial de atuação do inspetor escolar. Segundo o Relatório da 2^a Circunscrição Escolar de março de 1934, pertenciam a essa circunscrição os municípios de Nova Trento, Brusque, Gaspar, Timbó, Indaial, Dalbergia (atual Ibirama), Rio do Sul e Blumenau. (1934, p.1, fl.48).

Imagen 16: Trecho do Relatório de Inspeção Escolar elaborado pelo inspetor estadual Celso Rila em dezembro de 1935

- A 7 realizaram-se os exames da escola de Itoupava Norte, regida pela professora d. Edeltraut Riediger, que tem, como adjunto, o sr. João Wiedmann. Os alunos a cargo da sra. professora apresentaram bom aproveitamento. Os do primeiro ano pouco sabem. O sr. prof., alemão nato, já cansado do magistério, pouco se esforça no ensino do vernáculo. Chegou, mesmo, a falar, na minha presença, em alemão com a sra. professora. É esta afirmação que é sempre assim, não tendo conseguido modificar-lhe tal hábito. Com os alunos procede da mesma maneira. Outro professor que precisa de muita fiscalização.

Fonte: Relatórios de Inspeção Escolar, 24 dez. 1935 (APESC)

Destacar que João Widemann era de origem alemã e não um descendente, significava muito naquela conjuntura, mesmo que ainda não fosse proibido o exercício do magistério aos alemães “natos”, o que iria acontecer com o Decreto-Lei nº 88 de 31 de março de 1938. (SANTA CATARINA, 1938). Isso porque, conferia ao professor, perante aquele inspetor escolar estadual, um estigma de desconfiança, o que demandava maior fiscalização.

A indicação da censura no relatório da inspetoria escolar confirmou o que já tinha sido possível identificar quando pesquisei o assentamento funcional do professor onde foi cumprida a recomendação de Celso Rila e ficou registrado publicamente em 22 de janeiro de 1936, por meio da comunicação da portaria nº 10, de 17 de janeiro de 1936 que “censura o professor João Wiedmann, adjunto da Escola de Itoupava do Norte, no município de Blumenau, em virtude do seu pouco esforço no ensino do vernáculo e de falar em alemão, em horas de aula, com os alunos a seu cargo”. (ASSENTAMENTO FUNCIONAL, p.363, APESC).

Não foi possível ter acesso a outros vestígios envolvendo aquele momento de inspeção na Escola Pública de Itoupava Norte. O fato é que se houve excesso ou não por parte do inspetor ao formalizar sua denúncia e punir João Widemann com uma censura pública, isso não invalida a prática do professor de ter falado, com mais ou menos ênfase, o alemão na escola. Para ser um professor registrado como funcionário público, ele precisou ser considerado apto no conhecimento da língua brasileira. Um dos poucos

vestígios não oficiais, referente a sua atuação como professor, foi rememorado por Edgar Liesenberg, que lembrou de ter sido aluno do professor Widemann no ano de 1931, em uma “classe extra onde se estudava, basicamente, Português e Matemática” e que tinha sido criada para “proporcionar aos jovens uma visão mais ampla sobre a vida profissional”. (GUENTHER; LIESENBERG, 2002, p.295).

Tudo indica que mesmo se não tivesse habilidade destacada com a língua brasileira, João Widemann tinha razoável conhecimento, o que provocou alguns questionamentos como em relação aos motivos que levaram o professor a optar em não se expressar no idioma nacional perante o inspetor escolar Celso Rila e evitar maiores confrontos.

Nesse sentido, primeiramente cabe indagar se foi uma ação deliberada pelo professor para anunciar sua postura referente aos encaminhamentos da nacionalização do ensino ou se realmente o professor estava “cansado” após tantos anos no magistério, conforme a avaliação do inspetor e já não se importava mais com certas consequências. Entretanto, desejo apresentar uma outra possibilidade para pensar que, talvez até então, os momentos de fiscalização não eram tão rigorosos e não inspiravam ameaças iminentes, percepção adquirida com base nas inspeções anteriores. Entendo que é plausível considerar que o professor desconsiderou que deveria ser mais cuidadoso com a questão do idioma.

É importante organizar os argumentos para apresentar que as fontes demonstram uma postura mais incisiva em relação a nacionalização praticada pelo inspetor Celso Rila, que se distinguia dos outros inspetores com que João Widemann já tinha tido contato na Escola Pública de Itoupava Norte.

Certamente, a fiscalização de inspetores direcionados pelo governo não era novidade para João Widemann, apesar das inspeções acontecerem com menor frequência até a década de 1930, principalmente, nas escolas particulares. Essa era, inclusive, uma constante reclamação observada nos relatórios escolares, discursos políticos, relatórios dos prefeitos de Blumenau sendo justificada devido a questões como as distâncias e a precariedade das vias de transporte, a falta de verba apropriada para as viagens e hospedagens, a própria localização geográfica das escolas que, por vezes, era desconhecida. Também, as leis eram “sazonais”, ou seja, ora impunham maior empenho para a inspeção e em outros momentos eram desativadas ou desvalorizadas.

Ao que parece o primeiro contato entre João Widemann e o inspetor Celso Rila aconteceu quando o professor foi punido na forma de uma censura pública em dezembro

de 1935, mesmo a Escola Pública de Itoupava Norte tendo sido brevemente visitada no mês anterior, em novembro de 1935 tendo apenas a professora Edeltraut Riediger sido mencionada e apontada como responsável pela escola.

Perante esse encontro conflituoso com o professor João Widemann, considerei pertinente compreender mais elementos da trajetória do inspetor Celso Rila, que só conhecia por meio dos relatórios de inspeção e depois pelo estudo desenvolvido por Flávio Welker Gentil (2015), que relacionou o inspetor nas reuniões realizadas no Departamento de Educação por Elpídio Barbosa. Porém, Gentil (2015) apresentou poucas informações sobre Celso Rila e de forma desencontrada.

Foi possível identificar alguns elementos da trajetória de Celso Rila por meio do Termo de Promessa, assinado por ele em 1 de dezembro de 1935 onde perante o diretor do Departamento de Educação Luís Sanches Bezerra da Trindade, o professor promete “por minha honra e minha pátria” cumprir os deveres referentes ao cargo de inspetor escolar. (TERMO DE PROMESSA, 1 fev 1935, APESC). No termo ficou registrado que, se tratava de um professor na função de diretor do Grupo Escolar José Boiteux, no distrito de João Pessoa, em São José e que estava sendo promovido a inspetor escolar, pela resolução nº 4.337 de 30 de janeiro de 1935 iniciando seu exercício na 6ª Circunscrição Escolar com sede em Joinville.

Ainda interessa analisar o relatório de dezembro de 1935 pois, além de apresentar a punição aplicada ao professor Widemann, registrou outros momentos da fiscalização praticada por Celso Rila, principalmente, nas escolas subvencionadas. Esse interesse no relatório está associado a importância de perceber a postura do inspetor perante o movimento nacionalizador para pensar como sua visão se diferenciava ou não de outros inspetores.

O relatório de dezembro de 1935 do inspetor Celso Rila destacou a atenção sobre a nacionalização do ensino em duas escolas de Blumenau. Na escola do Baixo Garcia classificou como bom o resultado dos exames finais mesmo estando a escola inserida em um “meio germanizado”. Em relação a Escola da Velha Central apresentou o problema de superlotação considerando que a professora Horací Cunha precisava de um professor adjunto. A questão foi vista com preocupação pois, “aqui não se deve descurar do ensino porque a língua falada pelo povo não é a brasileira”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 24 dez 1935, APESC). Aqui cabe apontar que problemas em relação a essa escola foram mencionados em outros relatórios envolvendo um outro professor chamado João Durval Muller que será apresentado mais adiante.

O inspetor Celso Rila demonstrou assumir as determinações governamentais, que cada vez mais eram direcionadas pelo Departamento de Educação, elaborando relatórios que começaram a evidenciar não apenas a preocupação com a nacionalização, mas demonstrar as ações que deviam ser praticadas perante qualquer forma de “resistência”.

Nesse momento é importante inferir que o ano de 1935 representa uma virada nos encaminhamentos para a educação e na proposta política para o Estado de Santa Catarina, o que não significa que tenha representado uma ruptura, é preciso cuidar com essa ideia ou tatear por meio das “fendas do tempo” o que poderia ser efetivamente entendido como um rompimento. Isso porque, na perspectiva dos estratos do tempo, Reinhart Koselleck (2014) apresenta a noção de que existem camadas de tempo sedimentadas que possuem singularidades na sua formação, mas não estão soltas, como eventos independentes. Existe uma articulação entre essas camadas que permitem que a própria história exista, porque acontecem repetições motivadas pelas camadas anteriores da estrutura.

As mudanças no campo da educação estavam acontecendo de forma acelerada na década de 1930, não apenas a nível federal, mas também no Estado de Santa Catarina. A Diretoria de Instrução Pública, que vigorou até o final de 1934, foi substituída pelo Departamento de Educação, de acordo com o Decreto n. 713 de 5 de janeiro de 1935 que regulamentou a reforma do ensino conhecida como “Reforma Trindade”, implantando subdiretorias para uma organização mais técnica e com maior centralidade do comando da educação do Estado. (ROSSATO, 2014). Para Flávio Welker Merola Gentil (2015) em suas discussões sobre as sociabilidades e cultura política no campo da educação catarinense entre as décadas de 1930 e 1940, “os anos de 1930-1936 são o momento de realocação dos sujeitos, um período em que os mais diversos futuros possíveis estão em jogo e que nenhum projeto ainda está solidificado”. (GENTIL, 2015, p.128).

Considero que naquele momento realmente não existia solidificação e que isso nunca aconteceu pois, mesmo com a criação de uma legislação forte e repressora a partir de 1938 voltada, principalmente, para as regiões de colonização estrangeira, a campanha de nacionalização não deve ser entendida como um projeto plenamente estabelecido, isso porque, seus contornos foram sendo definidos, alterados, reforçados, sem descartar a estrutura que já estava fundamentada. Portanto, compartilho da perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta (2017) que considera a existência de acomodações, que não devem ser tomadas como absolutas, inertes pois, o tempo presente estava sendo elaborado pelas relações em movimento, porém, haviam diálogos com “tempos passados”, mesmo que não estivessem anunciados sendo isso intencional ou não. Essa discussão foi

materializada no terceiro capítulo para pensar em que medida a nacionalização ter sido presença revestida por um discurso de modernidade na criação do Grupo Escolar João Widemann.

No ano de 1936, Celso Rila continua como inspetor na região de Blumenau e inspeciona a Escola Pública de Itoupava Norte sendo possível analisar os relatórios referentes aos meses de abril, julho, novembro e dezembro. Em 15 de abril de 1936, esteve na Escola Pública de Itoupava Norte e comparou o resultado da última fiscalização no final de 1935, com aquela que era a primeira fiscalização depois da aplicação de censura contra o professor Widemann.

No dia 15 estivemos na escola estadual de Itoupava Norte, a cargo da complementarista Edeltraut Riediger. É adjunto da escola o sr. João Widemann. Nos exames de 1935 má impressão nos causaram os alunos a cargo deste professor. Este ano, como pudemos verificar, vem ele cumprindo, como pode, os seus deveres, fiscalizado e auxiliado pela sra. professora, que é bastante dedicada. É uma escola que – esperamos – apresentará melhores resultados no ano corrente. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 5 mai 1936, fl.174. APESC).

Por esse registro entendo que o professor Widemann adotou uma outra postura perante o inspetor, além de evidenciar que a fiscalização também estava sendo feita pela professora que trabalhava com João Widemann. Ao registrar que o professor estava cumprindo “como pode” demonstrou um reconhecimento do esforço, mas também a limitação das habilidades desse professor.

No termo de visita preenchido, assinado por ele e os dois professores, o inspetor se dirigiu ao trabalho que estava sendo feito com os alunos da escola, especialmente, com a turma do 1º ano sob responsabilidade do professor João Widemann.

Observou o seguinte:

[...]

3º que o aproveitamento dos alunos foi regular em leitura e linguagem oral no 1º ano, a cargo do sr. Adjunto; regular a bom em leitura e linguagem oral no 2º e 3º anos, a cargo da sra. professora; esta ministrou uma aula de linguagem oral ao 1º ano, o que vem fazendo diariamente, a fim de orientar o sr. Professor e desembaraçar as crianças.

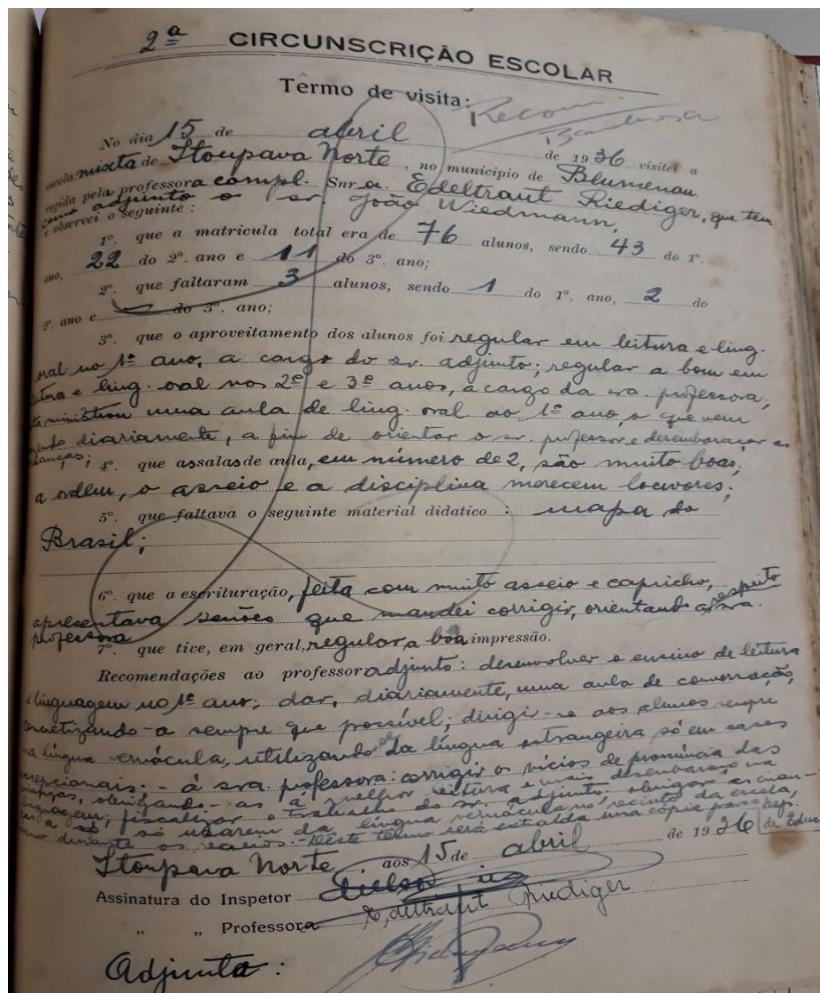
Recomendações ao professor: adjunto: desenvolver o ensino de leitura e linguagem no 1º ano; dar, diariamente, uma aula de conversação, concretizando-a sempre que possível; dirigir-se aos alunos sempre na língua vernácula, utilizando-se da língua estrangeira só em casos excepcionais. – a sra. professora: corrigir os vícios de pronúncia das crianças, obrigando-as à melhor leitura e mais desembaraço na linguagem; fiscalizar o trabalho do sr. Adjunto; obrigar as crianças a não só usarem da língua vernácula no recinto da escola, mesmo durante os recreios.

Outras informações e parecer do Inspetor referentes a esta escola. Está melhorando esta escola. A sra. professora é bastante dedicada. Lutava contra a atuação do sr. adjunto, o qual, com a portaria de censura, motivada pelo péssimo resultado dos exames do ano passado se está modificando. Pude verificar, já, a transformação operada no ensino. Espero muito desta escola no término do corrente ano letivo. A sra. prof^a, diariamente, ministra uma aula de linguagem oral ao 1º ano. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 5 mai 1936, fl.174. APESC).

Os trechos transcritos contribuem para pensar algumas questões anunciadas pelo inspetor, entre elas: a verificação da atuação dos professores estimulando as práticas consideradas positivas ou recomendando atividades voltadas para o ensino e o aperfeiçoamento da língua nacional; o reconhecimento da postura de comprometimento da professora com o ensino da língua vernácula e o incentivo para que ela continuasse fiscalizando o professor adjunto; o convencimento de que ter censurado o professor tinha sido uma atitude eficiente; e a expectativa com os avanços na escola referente ao ensino da língua brasileira.

É possível observar que ainda o inspetor admite a fala da língua alemã em casos atípicos, mas que deveria deixar de fazer parte do cotidiano da escola. Para isso, Celso Rila contava com a própria professora Edeltraut Riediger para fiscalizar o professor João Widemann e não permitir abusos, o que aparentemente ela já estava praticando, não ficando esclarecido de que forma. Apenas o que o inspetor possibilitou entender foi que a professora denunciava o professor nas visitas de inspeção. Com isso, é pertinente pensar que a relação entre os dois professores era no mínimo tensa, até porque, existia uma hierarquia entre os cargos que Celso Rila fazia questão de afirmar descrevendo frequentemente o professor Widemann como adjunto demonstrando que ele estava subordinado a uma professora, portanto, uma mulher.

Imagen 17: Termo de Visita na Escola Pública de Itoupava Norte em abril de 1936



Fonte: Relatório de Inspeção Escolar, 2^a Circunscrição, 5 mai 1936, fl.178 (APESC)

Além disso, existia uma expectativa de que o projeto nacionalizador iria propagar e concretizar o “espírito nacional”, noção que perpassava pelo aprendizado e uso da língua brasileira, valorização das leis e das obrigações como cidadão brasileiro, incluindo o reconhecimento do Brasil como a nação de todos que nele viviam.

Também em torno desse ideal nacionalizador as Semanas Educativas foram realizadas, inclusive em Blumenau. No relatório de julho de 1936 a atenção do inspetor esteve voltada para a Semana Educativa, realizada entre 12 e 18 de julho na cidade de Blumenau, nas dependências do Grupo Escolar Luiz Delfino durante o dia e a noite as atividades artísticas eram apresentadas no Clube Náutico América.

Os registros de Celso Rila apontaram que a Semana Educativa reuniu cento e dois professores, além de dezenove “professorandas” das Escolas Normais Primárias que funcionavam em Blumenau. A direção do evento esteve sob responsabilidade de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, diretor do Departamento de Educação e como auxiliares estavam: João dos Santos Areão, inspetor federal da nacionalização; Barreiros Filho, lente

do Instituto de Educação de Florianópolis; Antônio Lucio, inspetor da 1ª Circunscrição e o próprio Celso Rila.

O inspetor também registrou que os eventos artísticos no salão do Clube Náutico América foram divulgados pela Rádio Cultura Blumenau e as apresentações de educação física foram promovidas na associação desportiva Amazonas Futebol Clube, tendo sido posteriormente oferecida uma feijoada para todos os participantes, patrocinada por João Medeiros Jr, diretor-presidente da Empresa Industrial Garcia.

A programação da semana foi descrita na íntegra, mas cabe evidenciar os temas das atividades e dos discursos que circularam em torno da nacionalização do ensino.

Quadro 5: Apresentações associadas a nacionalização do ensino na programação da Semana Educativa promovida em Blumenau

Dia	Hora	Tema Apresentado	Responsável
13 de julho	11 horas	Diretrizes vernáculo-nacionalistas	Barreiros Filho
	15 horas	A nacionalização do ensino	João dos Santos Areão
14 de julho	9 horas	Aula de vernáculo para os professores dos grupos	Barreiros Filho
	20 horas	O vernáculo como evento imprescindível de pátria	Barreiros Filho
15 de julho	11 horas	Aula de vernáculo para os professores das escolas isoladas	Barreiros filho
17 de julho	9 horas	Aula de vernáculo para os professores de escolas isoladas	Barreiros filho
	10 horas	Aula de vernáculo para professores de escolas isoladas	Barreiros filho
18 de julho	9 horas	Aula de vernáculo para professores de escolas isoladas	Barreiros filho

Fonte: Elaboração da própria autora, 2019

O relatório de Celso Rila ainda destacou que no dia 19 de julho os inspetores, diretores, professores dos grupos e das escolas isoladas foram de trem para o Grupo Escolar Paulo Zimmermann, no município de Rio do Sul, prestigiar as festas pela inauguração do novo prédio escolar, tendo o retorno ficado para o dia seguinte.

O inspetor relacionou os nomes dos professores que compareceram na Semana Educativa e entre eles estavam João Wiedmann, Edeltraut Riediger. Também fez questão de apresentar sua conclusão sobre a importância do evento realizado em Blumenau, considerando que já era possível observar resultados como: “o interesse pelo estudo da língua portuguesa”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 15 ago 1936, APESC).

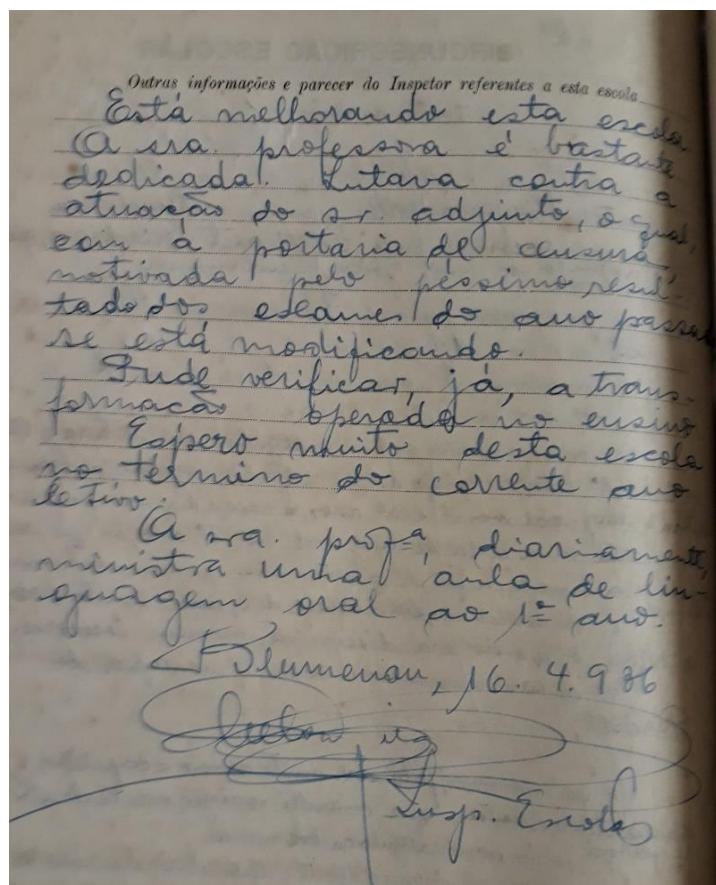
Talvez Celso Rila tenha considerado as mudanças de postura do professor João Widemann como um desses resultados, já que o professor teria passado a se conter no uso da língua alemã. Porém, seu desempenho continuou não sendo entendido pelo inspetor Celso Rila como satisfatório, ao contrário, no relatório de novembro de 1936 ficou registrado outra inspeção na Escola Pública de Itoupava Norte, realizada no dia 5, onde todas as recomendações foram direcionadas ao professor, que foi novamente considerado pouco esforçado.

Assisti a uma aula de canto ministrada pela sra. professora. No primeiro ano, a cargo do sr. João Widmann, arguí os alunos da secção A em leitura, linguagem oral e aritmética e constatei que o aproveitamento não satisfaz. Recomendo ao sr. João Widmann:

a) – usar, somente, o Primeiro Livro e esforçar-se a fim de que as crianças entendam as lições lidas; b) – dar abundantes exercícios de linguagem oral; c) – as crianças devem conhecer a numeração até mil (1.000) e as operações determinadas pelos programas de ensino. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 15 ago 1936, APESC).

Sobre o relatório de dezembro de 1936 é pertinente evidenciar a visão de Celso Rila sobre o desempenho dos professores em áreas onde ainda predominava o uso da língua alemã. Para o inspetor estimular o ensino e a fala da língua nacional era uma questão de dedicação e não de dificuldade pois, aconteceram avanços nas escolas em que o professor foi censurado, demonstrando “cabalmente, bastar, para tanto, apenas a boa vontade e o esforço do professor”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 21 dez 1936, APESC).

Imagen 18: Verso do Termo de Visita na Escola Pública de Itoupava Norte em abril de 1936



Fonte: Relatório de Inspeção Escolar, 2ª Circunscrição, 1936, fl.178v, APESC

Esse entendimento de avanço apresentado por Celso Rila parece que não se aplicava para a Escola Pública de Itoupava Norte com a presença de João Widemann, já que o professor e a escola continuavam a serem criticados pelo desempenho considerado insatisfatório.

Com todas as críticas recebidas, não causou estranhamento quando identifiquei que João Widemann foi exonerado, a pedido, do cargo de professor adjunto da Escola Mista de Itoupava Norte, no município de Blumenau, em 5 de março de 1937, conforme a Resolução nº 2.223 sendo este o último registro no assentamento funcional do professor.

Logo após deixar a escola, aparentemente no mesmo mês, João Widemann assumiu uma função na Tecelagem Kuehnrich, maior indústria da localidade de Itoupava Norte, mantendo o vínculo com a empresa até a sua morte, em agosto de 1947⁴⁷ com 70 anos de idade.

⁴⁷ Essa informação faz parte dos documentos pertencentes ao acervo escolar e que compõe a breve biografia do professor João Widemann. Também foi enfatizada no livro *Minhas recordações* de Rolf Kuehnrich, filho do fundador da indústria e aluno do professor na Escola Pública de Itoupava Norte. Por meio de conversas informais, o setor de Recursos Humanos da indústria, atualmente chamada de TEKA, confirmou o vínculo de João Widemann, apresentando as datas do período trabalhado: 01/03/1937 à 30/08/1947.

Imagen 19: Funcionários da Tecelagem Kuehnrich em frente a empresa possivelmente entre 1937 e 1947



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia do arquivo digital da empresa TEKA (AHJFS). Elaboração própria da montagem com destaque para João Widemann em pé e Paul Fritz Kuehnrich sentado, 2019

O que está consolidado na história local é que o professor João Widemann se aposentou nesse período. Esta é a justificativa apresentada na esfera pública para seu afastamento da Escola Pública de Itoupava Norte e que foi divulgada por meio de documentos escritos que fazem parte atualmente da escola como, por exemplo, o histórico inserido no Projeto Político Pedagógico – PPP, a agenda escolar, os textos comemorativos alusivos aos aniversários de criação da escola com o nome desse professor, além de ser a versão estabelecida na memória do bairro, ou seja, dos moradores mais antigos da localidade.

Entretanto, nos documentos institucionais pesquisados, a aposentadoria do professor não é mencionada, o que não inviabiliza que tenha acontecido. Ter se aposentado, possivelmente, foi uma das motivações para que João Widemann deixasse a Escola Pública de Itoupava Norte em 5 de março de 1937, porém, certamente, as questões apresentadas até então influenciaram suas decisões em relação a deixar a escola de uma forma ou de outra, ou seja, com ou sem aposentadoria.

Ouvir as palavras de reprovação do inspetor escolar, ler as palavras de críticas e desqualificação registradas em um documento oficial provocou em João Widemann uma reação que pode ser entendida como estratégica. Não importa se sua saída da Escola Pública de Itoupava Norte tenha sido por medo de uma perseguição por parte do governo do Estado ou se foi uma forma de resistir aos efeitos da nacionalização e ter que assumir um compromisso com a brasiliidade. De alguma maneira, essas fiscalizações apuraram sensibilidades perante sua condição de alemão nato, do uso da língua alemã, das relações com a comunidade escolar e também das relações institucionalizadas com o poder público. Mesmo sem poder mensurar o que João Widemann sentiu, é certo que ele não ficou inerte e decidiu reagir se afastando da escola. Já dizia Sandra Pesavento (2004, p.223) que “lidar com sensibilidades é tarefa difícil, mas sobretudo, instigante, pois não se trata de algo que se situe no domínio do explícito, mas das insinuações, dos silêncios, dos recursos metafóricos da linguagem, das dimensões implícitas no jogo do social”.

2.3 Nacionalização do ensino e os inspetores

A análise dos relatórios elaborados pelos inspetores escolares da 2ª Circunscrição com sede em Blumenau demonstrou que o entendimento sobre a nacionalização do ensino não estava difundido entre todos os inspetores escolares, da mesma forma, principalmente, para aqueles que tinham ascendência alemã ou italiana e ainda estavam envolvidos com grupos políticos.

Mesmo antes da instalação do Estado Novo, a partir de 1937 até 1945, regiões do Estado de Santa Catarina, com destaque para a área do Vale do Itajaí e, fortemente, o município de Blumenau, já eram considerados um problema para a identidade nacional por negligenciarem o uso da língua brasileira e exaltarem características culturais estrangeiras, relacionadas aos países europeus de origem dos imigrantes como, alemães, italianos, poloneses e outros. Com a manifestação das ideologias nazi-fascistas no poder da Alemanha e Itália, a preocupação com essa parte do país ficou em evidencia, inclusive no âmbito internacional, de acordo com a notícia publicada em 4 de setembro de 1937, pelo jornal de Florianópolis, *A Gazeta*. Nesse jornal foi apresentado trechos de uma notícia do jornal *Times*, de Londres, na Inglaterra, destacando Blumenau e Joinville em Santa Catarina como municípios do interior onde estavam sendo propagadas atividades nazistas, infiltradas “sob a máscara de integralismo”. (*A Gazeta*, 1937, p.6).

O período entre os anos de 1930 e 1937 foi constituído por movimentos tensos em Blumenau e região, isso porque havia margem para interpretar a campanha de nacionalização e chegar a alguns entendimentos, não existindo uma “versão” única. Era como se houvesse um eixo condutor – a língua brasileira, mas as formas de estimular ou obrigar seu uso, ainda não estavam determinadas por um viés repressor. Desta forma, existia espaço para múltiplos discursos e atuações conforme as conveniências sociais, políticas e também econômicas.

Obviamente que determinados posicionamentos podem ser melhor observados por se tratarem de pessoas com maior ou menor grau de influência ou de trânsito entre grupos renomados na sociedade local, estadual ou até federal. A historiadora Méri Frotscher (2007), articula suas análises investigando as elites de Blumenau e suas relações nas variadas esferas de poder, especialmente local, entre os anos de 1929 e 1950 demonstrando como de acordo com as necessidades, as práticas e discursos poderiam ser alterados para conservar certas vantagens e influências.

Entretanto, o desafio da investigação que mobilizei, buscou compreender o movimento de uma figura situada na esfera pública, por ser um professor de uma escola subvencionada, mas que aparentemente não circulava entre a elite política da cidade, o que não significa uma ausência nas relações poder, mas que eram estabelecidas fora dos holofotes da imprensa ou dos palanques.

O professor João Widemann demarcou seu posicionamento, não de forma anunciada por meio de discursos direcionados ou até onde foi viável verificar também não pelo pertencimento a algum grupo considerado suspeito como, o nazista ou o integralista. Apesar da busca de indícios, fragmentos, rastros, não consegui localizar a presença desse professor fora do espaço escolar em que atuou. Mas, como ficou evidenciado, isso não representou passividade. Pelo contrário, foi possível perceber os conflitos que se manifestaram na cultura escolar e transbordaram para fora dos limites territoriais da escola isolada, alcançando dimensões estaduais.

A questão para qual continuo a apresentar argumentos está relacionada ao fato de João Widemann ter falado em alemão perante o inspetor escolar Celso Rila. Considero pertinente evidenciar os posicionamentos dos outros três inspetores escolares que fiscalizaram a Escola Pública de Itoupava Norte e tiveram contato com João Widemann para perceber que o professor pode ter considerado, pelo menos até o final de 1935, a inspeção escolar como prática mais tolerante em relação as imposições da nacionalização que estavam assumindo forma de lei.

Os próprios relatórios e discursos do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, apresentaram em muitos momentos a visão de que a nacionalização é um problema que precisa de grande atenção por parte dos responsáveis por essa questão, já que é necessário “sanar os males legados pelos nossos antepassados, isto é, o de ter negado assistência escolar aos filhos dos imigrantes”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.1, APESC). Também compartilhou a ideia de que os imigrantes alemães trouxeram muitos benefícios para o Brasil com o seu trabalho, argumentando que o Diretor de Instrução Pública estava ciente das tarefas em nome da “nacionalização dos filhos de imigrantes que, como elementos de alto valor, emprestam as suas capacidades na elevação industrial e comercial de nossa Pátria”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.2, APESC).

Os registros que trataram sobre a fiscalização nas escolas destacaram o uso da língua nacional e a presença ou não de estrangeiros. Além de tecer elogios e demonstrar tolerância com as escolas particulares.

Em geral, as escolas particulares são mais bem organizadas do que as Estaduais e Municipais, não só quanto ao prédio, como quanto ao material didático. Mantidas pelas comunidades que delegam poderes a uma diretoria para cuidar da escola, o professor está sendo constantemente vigiado, e, quando não satisfaz as exigências do meio, é dispensado. É por esse motivo que muitos professores descuram do ensino de português, para melhor se adaptarem ao ambiente em que vivem. É justamente por esse motivo que procuramos inspecionar as escolas particulares de preferência, para constatar quais as que satisfazem as exigências da nacionalização. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.5, APESC).

Ficou evidenciado que o inspetor entendia a necessidade do poder público investir na estrutura escolar, com o objetivo de competir e atrair as famílias, já que a escola particular se mostrava uma melhor opção. Desta forma, deixou a entender que não colocar os filhos na escola pública não tinha diretamente a ver com não querer que eles aprendessem a língua portuguesa, mas também pelas péssimas condições das escolas subvencionadas. O professor, que era contratado pela Sociedade Escolar, foi tratado como aquele que não conseguia empregar os ideais nacionais por temer desapontar a comunidade escolar e ser dispensado do cargo.

É importante evidenciar que o inspetor Areão assumiu esse cargo após a saída de Orestes Guimarães devido a seu falecimento em dezembro de 1931. Guimarães foi o idealizador da nacionalização do ensino iniciada em Santa Catarina em 1911. Nesse momento, reproduzir as ideias do antecessor não era visto com maus olhos.

Ainda no cargo de inspetor federal, Orestes Guimarães esteve em Blumenau, certamente, em 6 de maio de 1930, no Grupo Escolar Luiz Delfino, para presidir uma reunião pedagógica onde compareceram 126 professores de escolas subvencionadas e outros diretores e professores de Blumenau, Brusque e Itajaí. A própria Edeltraut Riediger, professora da Escola Pública de Itoupava Norte, foi relacionada como tendo comparecido na reunião. O Diretor de Instrução Pública, Luis Sanches Bezerra da Trindade assistiu o evento, além de autoridades locais, pessoas da imprensa que foram convidadas pelo inspetor.

O próprio Orestes Guimarães apresentou o canto como um importante instrumento nacionalizador, além de discursar sobre outros assuntos como a agricultura nas escolas. Sobre esse assunto dividiu a palavra com Adriano Mosimann. Ao final da reunião o Diretor do Departamento de Instrução Pública agradeceu os professores presentes, principalmente das escolas subvencionadas, pela grande missão de “civilizar e nacionalizar a nossa infância” (*A Cidade*, 10 mai 1930).

Pelo que foi possível perceber analisando a descrição dessa reunião, nesses primeiros anos da década de 1930, os professores foram tratados com compreensão e admiração, muitas vezes romantizados, considerados o elo com a população e precisando de estímulos para se manter na profissão e assumir a causa da educação com seus problemas, no caso das áreas de colonização estrangeira, a nacionalização.

No relatório de abril de 1937, o inspetor federal João dos Santos Areão, manteve o tom ameno em relação a nacionalização e as áreas de colonização estrangeira, evidenciou que nacionalizar é uma das tarefas mais difíceis, repleta de “combates” e que apesar de muito ter sido feito, ainda o trabalho está longe de ser concluído. Registrhou a realização de exames para professores provisórios, de escolas particulares, que devem conhecer o idioma nacional destacando os resultados insatisfatórios pois, “os conhecimentos da nossa língua são bastante deficientes nas zonas coloniais, não podendo, por isso, os professores particulares desenvolver um ensino eficiente, visto que, com muita dificuldade, é que se manifestam em brasileiro”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1937, p.5, APESC).

Expressou novamente seu entendimento da importância de ter boas escolas mantidas pelo governo para poder concorrer com as escolas particulares. Deixou registrado em forma de tabela que o município de Blumenau possuía quatorze escolas subvencionadas, entre elas, a Escola Pública de Itoupava Norte.

Imagen 20: Relação de escolas subvencionadas em Blumenau no ano de 1937

Nº.	Escolas	Professores	Categorias	Data da nomeação	Matrícula		Frequência	
					Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1	Alto Garcia	Rodolfo Heleweger	prov.	15-3-922	47	31	45	30
2	Baixo Garcia	Otávia Braga	compl.	12-3-937	54	38	48,2	34,2
3	Itoupava Norte	Edeltrant Riediger	"	1-8-929	44	35	42	34
4	Massarand. Central	Joaquim Girardi	prov.	16-6-927	29	18	19	12
5	Passo Manso	Elsa Techetin	compl.	25-3-931	17	15	16,72	14,9
6	Pomeroda	Curt Brandes	prov.	23-4-934	25	18	24,00	16,00
7	Pomeroda	Ema Sampaio	compl.	4-8-933	16	18	14,82	17
8	Ponte Aguda	Natália Penkuhn	"	16-3-932	30	32	26,1	28,2
9	Ribeirão Fidelis	Leonor C. Schmidt	"	19-6-936	24	28	23,2	26,5
10	Salto Norte	Ecila Jobin Ferraz	"	1-8-933	39	26	38,3	25,4
11	Testo Rego	Hedwiges P. Wachhols	prov.	2-2-936	37	43	34,7	39,2
12	Velha Central	Horacéf Gunha	compl.	1-3-935	36	29	35,3	28,6
13	Massarand. Sul	Ricardo Hoffmann	efet.	18-9-933	35	33	31,00	29,64
14	Ribeirão Salto	Natália S. Vieira	prov.	1-3-937	23	19	17	13
					456	383	4.153	3.486

Fonte: Relatório de Inspeção Escolar das Escolas Subvencionadas, abr de 1937 (APESC)

A título de comparação, é interessante observar que no relatório que João dos Santos Areão elaborou referente ao 4º trimestre de 1938, evidenciou a importância da união entre governo e Forças Armadas “no sentido de melhor combater a praga que, como planta daninha, visava a devastaçāo do sentimento nacional com a formação de verdadeiros quistos difíceis de debelar”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1938, p.5, APESC).

No momento, após a instalação do Estado Novo, já é possível perceber um endurecimento da fala que antes buscava ser conciliatória e responsabilizar os governos anteriores por permitir a formação dos “quistos étnicos”.

Nesse relatório, o inspetor ressaltou que já havia uma campanha de nacionalização em curso e que as iniciativas do Estado Novo vieram para reforçar e engrandecer o trabalho que já estava sendo realizado.

O Estado Novo veio ao encontro dos desejos que a muito nutríamos e num surto digno de registro, culminará com a implantação da alma brasileira onde os filhos e os netos dos imigrantes, guiados por seus pais e avós, se obstinavam em aprender a língua indígena. Se a campanha encetada em 1918 continua árdua até aqui, não menos árdua será, doravante, pela resistência oposta pelos elementos estrangeiros e estrangeirados. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1938, p.6, APESC).

Apresentou novamente uma lista com as mesmas quatorze escolas subvencionadas pelo governo, portanto, não sendo ampliado a quantidade de escolas consideradas públicas. A diferença está no maior número de matrículas em comparação com o ano de 1937, provavelmente, devido a imposição da quitação escolar, ou seja, obrigatoriedade da família de matricular e encaminhar os filhos para frequentarem a escola, desobediência que seria punida com multa.

Imagen 21: Relação de escolas subvencionadas em Blumenau no final do ano de 1938

N.	Escolas	Professores	Catego-rias	Data da nomeação	Matrícula		Frequência	
					Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1	Alto Garcia.....	Rodolfo Hollenweger	prov.	15-3-922	50	41	42,9	36,6
2	Beixo Garcia	Otávia Braga	compl.	12-3-934	61	50	55,8	47,6
3	Itoupava Norte	Kieltraut R. Ramos	"	1-8-929	55	46	48,0	39,0
4	Massaranduba Central.	Amaro J.de Quadros	prov.	22-10-37	45	34	41,0	29,6
5	Passo Manso	Alice Pauli da Silva	compl.	8-1-938	13	11	12,0	11,0
6	Pomeroda	Curt Brandes	prov.	23-4-924	24	35	21,6	28,0
7	Pomeroda	Ema Sampaio	compl.	4-8-933	25	18	23,8	16,7
8	Ponta Aguda	Natália Penkuhn	"	16-3-932	36	36	34,3	32,9
9	Ribeirão Fidélis	Júlia Salvador	"	9-5-938	23	25	22,7	24,5
10	Salto do Norte	Ecila Jobin Ferraz	"	1-8-933	56	30	51,6	28,1
11	Velha Central	Horaci Cunha	"	1-3-935	35	29	35,0	28,8
12	Testo Rega	Ismenia D.de Oliveira	adj.	15-9-936	36	38	34,0	36,0
13	Massaranduba do Sul ..	Ricardo Hoffmann	efet.	18-9-933	32	24	29,7	21,2
14	Ribeirão do Salto ...	Nila P. Batista	prov.	10-5-938	39	21	30,7	15,4
					530	438	483,1	395,4

Fonte: Relatório de Inspeção Escolar das Escolas Subvencionadas, 4º trimestre, 1938 (APESC)

Em nenhum desses relatórios do inspetor federal João dos Santos Areão foi mencionado o contato entre ele e o professor Widemann, porém, além de Celso Rila, outros dois inspetores registram a interação com João Widemann, entre eles Adriano Mosimann, que atuou como inspetor escolar estadual na 2ª Circunscrição com sede no município de Blumenau, certamente, no ano de 1934.

Foi possível verificar três relatórios elaborados pelo inspetor, porém, em outros documentos ele marcou presença tratando da nacionalização do ensino ou mesmo participando de alguma atividade de ensino na cidade de Blumenau, durante os anos da década de 1930. Nos três relatórios de 1934 analisados, o inspetor Adriano Mosimann deixou transparecer que a nacionalização do ensino precisava ser estimulada com incentivos e de forma gradual, mantendo o discurso que ainda circulava desde a nacionalização promovida a partir da década de 1910.

Entretanto, essa postura também pode estar associada a relação do professor Mosimann com a imigração, já que seu pai, Gottfried Mosimann emigrou da Suíça em março de 1881 e se estabeleceu na localidade de Lageado Alto, uma região que pertencia a Brusque, onde nasceu Adriano Mosimann e os irmãos: José Mosimann, Maria Mosimann, Luiza Paulina Mosimann, João Mosimann e Ivo Mosimann. (MOSIMANN, 2010, p.130-131).

No relatório escrito em 20 de março de 1934, dirigido ao Diretor de Instrução Pública, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, o inspetor evidenciou sua preocupação em interagir com o maior número de escolas possível argumentando que era uma tarefa difícil, já que “muitas escolas particulares existem que nunca viram inspetor, havendo algumas públicas, das quais se pode dizer o mesmo”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.1, APESC).

Convém conhecer o registro de sua visita em uma Escola da Nova Rússia, município de Blumenau, com 12 alunos matriculados e que funcionava apenas quatro vezes na semana. O inspetor Mosimann, recomendou para a professora, que era ao mesmo tempo enfermeira e parteira na comunidade, que procurasse ensinar um pouco do português que sabia e considerou um “absurdo exigir mais ou até fechar a escola”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.2, APESC).

Por esse relato, é possível demonstrar que Adriano Mosimann agia com tolerância em relação as escolas em áreas de colonização estrangeira, entendendo que a nacionalização precisava ser cobrada com parcimônia, até mesmo porque, ainda não existia investimentos volumosos do Estado nessas escolas, o que inviabilizava cobranças muito enérgicas.

Em seus registros constava a passagem em 21 de março de 1934, pela Escola de Itoupava Norte destacando que naquele momento a professora responsável era a substituta Alcida Machado, que ocupava o lugar da professora regente, Edeltraut Riediger, que estava de licença. O professor adjunto João Widemann também é mencionado por ter preenchido a circular da Inspetoria que oficializava a visita naquela escola. Ainda destacou que examinou ““o 3º ano em português, verificando bom aproveitamento. É porém, necessário que os alunos se habituem a ler e responder em voz alta””. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1934, p.2, APESC).

A avaliação que o inspetor Adriano Mosimann fez da visita na escola, considerou que o desempenho era bom, conceito que Celso Rila nunca atribuiu a escola, sempre considerada regular. A maior crítica dizia respeito a tonalidade da voz dos alunos.

Também interessante observar que o inspetor Mosimann examinou os alunos do 3º ano, que estavam na escola mais tempo e melhor adaptados a língua nacional. Novamente diferente do inspetor Celso Rila, que realizou o exame com os alunos do 1º ano, recém iniciados na escola ou até mesmo reprovados, por não terem avançado no aprendizado da língua brasileira.

Imagen 22: Relação de Escolas Estaduais localizadas no município de Blumenau em abril de 1934

N.	Localidades	Professores	Municípios
✓1	Alto Garcia	Rodolfo Hollenweger	Blumenau
"	"	Marta Hollenweger (adj.)	"
✓2	Baixo Garcia	Otavia Braga	"
✓3	Itoupava Norte	Edeltraut Riediger	"
✓4	Massaranduba do Sul	João Wiedemann (adj.)	"
✓5	Massaranduba Central	Ricardo Hoffmann	" (desdoblada)
✓6	Pomeroda	Gustavo Brandes	"
✓7	Pomeroda	Curt Brandes	"
"		Maria Teresa Fischer	" (licenciada)
✓8	Passo Manso	Joana Brandes (substituta)	"
✓9	Ponta Aguda	Elsa Techentin	"
✓10	Ribeirão do Salto	Natalia Penkuhn	"
✓11	Ribeirão Fidelis	Inocencio Chaves de Souza	"
✓12	Salto do Norte	Walter Wagenfuehr	"
✓13	Testo Rega	Ecila Jobim Ferraz	"
✓14	Velha Central	Eduiges Pahl Wachholz	"
"	"	João Durval Mueller	"
		Horaci Cunha (adjunta)	"

Fonte: Relatório de Inspeção Escolar, 1934, fl.87 (APESC)

No relatório elaborado pelo inspetor Adriano Mosimann em novembro de 1934 não foi mencionado inspeção na Escola Pública de Itoupava Norte, porém, os registros feitos são pertinentes para pensar como seu posicionamento, considerado tolerante perante a manifestação de elementos da cultura alemã, nem sempre era visto com normalidade por outras pessoas. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, nov 1934, APESC).

Iniciou seus registros relatando que no dia 2 de novembro esteve em Brusque⁴⁸ e recebeu informações de alguns parentes referente a festa organizada pelo professor Carlos

⁴⁸ De acordo com o livro de João Carlos Mosimann (2010, p.130), a família de Adriano Mosimann veio da Suíça e se estabeleceu no município de Brusque, em uma região onde atualmente é o município de Guabiruba.

Boos, da Escola Guabiruba Norte Alta, no município de Brusque, onde foram apresentados cantos e poesias em alemão. Perante essas denúncias, resolveu censurar o professor por não concordar com sua postura, já que se tratava de alguém que atuava em uma escola pública e era descendente de alemães, portanto, nascido no Brasil, ou seja, alguém que demonstrava não estar interessado em respeitar as leis do país.

Apesar de saber que os alemães valorizam a antiga pátria pois, por ser também descendente de alemães, comprehende essa mentalidade, considerou que não poderia aceitar o desrespeito com as leis.

Perante esse acontecimento, o inspetor Adriano Mosimann declarou sua visão em relação as práticas nacionalizadoras:

Não sou dos que pretendem nacionalizar em três dias e com todos os meios. Sempre fui de opinião que o processo de integrar uma população inteira na comunhão nacional deve fazer-se paulatinamente e sem violências. Exigindo de cada um o que, dadas as circunstâncias, podia e deveria ser exigido [...]. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, nov 1934, p.3, APESC).

É possível observar a presença da ideia do abandono dos imigrantes e da falta de investimentos públicos na escola, visão frequente nos encaminhamentos da nacionalização do ensino a partir da década de 1910.

Nesse mesmo relatório, também evidenciou o apoio dos seus superiores para o desempenho de suas atividades como inspetor e que os mesmos conheciam a cultura alemã e sabiam do seu valor, da sua força,

[...] as duas qualidades características desse laborioso povo: a coerência e a perseverança. E o inimigo se bate melhor com suas próprias armas [...] Não sou, como se vê, ultra-nativista; há, mesmo, quem diga que sou muito germanófilo, acusação que não admira, dado o sangue que me corre nas veias e o nome que tenho. Nunca me lembrei de assumir uma atitude de defesa, pois os meus atos bem indicam o terreno em que me encontro. [o fato] não poderia deixar de chocar meus sentimentos de brasiliade. Já que é doloroso que professores particulares – alemães natos – cumprindo, embora, muitas vezes, á risca, as exigências oficiais relativas ao ensino, não deixem de desnacionalizar seus alunos, porque o coração deles, professores, contra todas as aparências, não deixará nunca de ser alemão. (Sempre fui da opinião que professores primários, públicos e particulares, deviam ser brasileiros natos, do que, infelizmente, a Constituição não cogita). (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, nov 1934, p.3, APESC). (grifo do autor)

Por meio desse parecer, o inspetor Adriano Mosimann evidenciou que enfretava descrédito de algumas partes, por se posicionar de forma mais compreensiva com os descendentes de imigrantes e relativizar o envolvimento deles com as obrigações da

nacionalização do ensino. Chegou a mencionar que mesmo cumprindo as exigências do governo, o professor de origem estrangeira ainda estará “desnacionalizando” o ensino pois, seus laços com a cultura alemã são tão fortes que não podem ser apagados. Por isso, demonstrou sua opinião de que apenas deveriam ser professores os brasileiros natos. Cabe lembrar que esse não era o caso do professor João Widemann, pelo contrário, ele era alemão de origem.

Ainda no relatório consta o ofício nº 193, enviado em 10 de novembro de 1934 contendo a censura ao professor Carlos Boos tendo o inspetor novamente evidenciado sua ascendência germânica buscando se justificar pela iniciativa de punir o professor:

sou como vós descendente da culta raça germânica e me orgulho disto. Não se concebe, porém, que, numa época em que o Governo emprega os maiores esforços no sentido de nacionalizar essa boa gente que tanto vem contribuindo para o progresso da nossa Pátria; não se comprehende que um professor público, pago para ensinar a língua do país, organize festas com programa alemão [...]. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, nov 1934, p.4, APESC).

O inspetor continua a evidenciar sua ascendência alemã, mas admitiu que a punição poderia ocorrer em torno de duas questões: ser o professor descendente e, portanto, nascido no Brasil; e a outra, ter vínculo público, ou seja, atuar em uma escola considerada pública sendo o professor pago com recursos financeiros público. Com essas análises é possível observar que havia uma tolerância com os professores que eram alemães natos e, por isso, seria legítimo ter menor vínculo com o Brasil. Contudo, os professores de descendência alemã, nascidos no país, deveriam demonstrar maior apreço a nação brasileira, principalmente, no caso de um professor público, que teria obrigações mais efetivas do que os professores de escolas particulares.

Outro aspecto observado nos registros de Adriano Mosimann está relacionado a um movimento que o inspetor destacou ter acontecido em Blumenau e que ele chamou de hitlerismo envolvendo a visita de um Ministro da Alemanha ao município. Descreveu que um grupo de alemães foi prestigiar o visitante, o que a princípio não era um problema.

O fato, porém, está de molde a nos mostrar como estamos sendo ludibriados por meia dúzia de alemães, no que diz respeito à nacionalização. A verdade é que, no dia 16 de novembro, à noite, formou um grupo de hitleristas alemães e ia marchando para um salão desta cidade, onde pretendia cumprimentar s. Excia. O Ministro. Nada mais natural. Eu faria o mesmo se estivesse no estrangeiro. O que, porém, não podemos permitir é que, como aconteceu naquele dia, uns 40 meninos brasileiros, vestidos à la Hitler, precedam tais marchas de estrangeiros. Vendo isso e, justamente indignados, um grupo de integralistas e outras pessoas se prontificaram a dispersar o prêstito [...] Soube

deste fato no dia seguinte e verifiquei o seguinte: Em vistas ‘das muitas exigências do Governo’ em matéria de ensino, ressolveram os alemães, ‘para salvar pelo menos parte das crianças’ para a causa alemã, foi resolvida a organização de uma sociedade de crianças de 10 a 15 anos de idade, que ficaram sob a direção espiritual do Pastor protestante [...] Ainda não me foi possível apurar o verdadeiro nome da sociedade [...] Sei, que, entre si, esses rapazes, nascidos aqui, chamam-se ‘Hitlerjungen’ – moços de Hitler. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, nov 1934, p.4-5, APESC).

O inspetor Adriano Mosimann evidenciou questões que entendo ter interferido fortemente para os encaminhamentos do movimento nacionalizador do ensino em Blumenau, mas que pouco foi pensado pelos estudos historiográficos no que diz respeito a circulação, em cargos públicos da educação, de pessoas que pertenciam a esses grupos políticos tanto do nazismo como do integralismo. Novamente o inspetor deixou a entender que o problema não era ser alemão ou descendente, e sim, estar associado ao nazismo, aclamar Hitler como soberano, se recusar a reconhecer o valor do Brasil, inclusive, influenciando deliberadamente as crianças a não estabelecerem vínculos com a cultura brasileira.

Outro ponto que merece destaque está relacionado a forma com que o Integralismo é mencionado demarcando a oposição dos integralistas aos nazistas, com isso apresentando o movimento integralista como voltado aos interesses nacionais. Também considero importante evidenciar que foi possível identificar em uma publicação do jornal *Blumenauer Zeitung* de 1934, Ivo Mosimann, um dos irmãos de Adriano Mosimann como membro do núcleo integralista de Brusque, o que em certa medida, pode justificar algum apreço ou no mínimo cautela, tolerância de Mosimann em relação ao integralismo.

No relatório de dezembro de 1934, o inspetor Adriano Mosimann na companhia do inspetor federal, João dos Santos Areão visitou no dia 5 daquele mês a Escola de Itoupava Norte. Pela forma que está escrito, parece que Mosimann reproduziu o relato feito por Areão, que descreveu a escola com duas salas, uma com o primeiro ano e a outra com o 2º e o 3º ano juntos. O prédio foi considerado regular sendo uma das salas ampla e limpa. Constatou a existência de mapas de geografia na escola, porém, recomendou que era necessário adotar o livro de leitura da Série Fontes para o 3º ano. A matrícula era de 84 alunos com a frequência de 52 devido às chuvas. Também anunciou o nome de João Widemann como professor adjunto.

Do exame que procedi, arguindo a classe mais adiantada nas matérias do programa, notei que a leitura e linguagem oral precisam de mais rigor no seu desenvolvimento, não só para melhorar a pronúncia, às vezes defeituosa, como para desembaraçar a conversação. As demais disciplinas do programa os

alunos conhecem regularmente. O hinário oficial é conhecido pelos alunos, menos o hino João Pessoa, que deverá ser ensaiado brevemente. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, dez 1934, p.2, APESC).

É possível perceber que as observações feitas sobre a escola não se referiram especificamente a nenhum professor, mas demarcou algumas críticas em relação ao desempenho dos alunos na leitura, pronuncia e valorizou o fato dos alunos conhecerem quase todos os hinos. Novamente é pertinente considerar que ao contrário do inspetor Celso Rila que examinou o 1º ano primário, esse foi outro inspetor que avaliou o último ano do ensino primário, de certa forma, com a presença de alunos que tiveram em anos anteriores contatos, mesmo que mínimos, com a língua nacional.

Para além dos relatórios de inspeção onde deixou sua visão sobre a nacionalização do ensino, na Revista de Educação de julho a outubro de 1936, Adriano Mosimann retomou as ideias expostas na Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina, que aconteceu em julho de 1927, no município de Florianópolis⁴⁹. (*Revista de Educação*, jul–out 1936).

Evidenciou no texto publicado na Revista de Educação que continuava acreditando ser preciso criar uma pedagogia própria para Santa Catarina, porque existem realidades distintas em cada região do estado, o que ele próprio constatou por meio do seu trabalho junto a educação catarinense por quase duas décadas. Também fez referência ao que chamou de “palestra pedagógica”, apresentada em 1929 na Conferência de Ensino ocorrida no Grupo Escolar Luiz Delfino, no município de Blumenau. Mencionou que estava reproduzindo várias partes desse discurso e mais uma vez apresentou o que ele considerava como diferenças entre os lusos e descendentes de alemães. Nessa perspectiva manifestou outra vez que os imigrantes não devem ser “censurados” por não saberem a língua vernácula pois, foram abandonados pelos governantes. Porém, ressaltou que

⁴⁹ Em 1927, Adriano Mosimann era diretor do Grupo Escolar Luiz Delfino e da Escola Complementar anexa, em Blumenau e apresentou duas Teses, ou seja, palestras na Conferência. Na Tese nº 30, intitulada: “A adopção de processos pedagogicos condizentes com o nosso meio, constitue um dos problemas mais actuaes. O papel do professor primario de Santa Catharina, na solução desse problema”, o diretor do Grupo Escolar, Adriano Mosimann evidenciou a existência de diferenças em ensinar a criança cabocla que precisa ser civilizada por falta de interesse pela escola, higiene, dedicação ao trabalho continuo e a criança descendente de “raças estrangeiras” (alemães e italianos) que são ordeiras, laboriosas, progressistas e precisa ser nacionalizada (MOSIMANN, 1927, p.495). Destacou que se a comunidade estrangeira fosse convencida de que aprender a falar o português e conhecer a história do Brasil não vai apagar o uso da língua e o sentimento pela pátria de origem, não vão se negar a assumir sua cidadania brasileira. Em suas palavras, “uma vez convencidos de que o uso do vernaculo não exclue a conservação de sua língua paterna, que elles veneram como uma reliquia dos antepassados, tanto o teuto, como o italo brasileiro, aceitam a aprendizagem da nossa língua, sem reluctancia (ANAIIS, 1927, p.495-496).

traição é demonstrar não ter interesse e vontade de falar, além do alemão a língua nacional.

Não sou partidário do nativismo exagerado e estéril. Penso que se deva permitir aos descendentes de estrangeiros o uso e cultivo da língua de seus antepassados. Mas, se para eles é crime deixar de venerar a língua e as tradições da velha pátria, não querer aprender a língua brasileira ou desprezar as tradições nacionais, é traição! (REVISTA DE EDUCAÇÃO, jul./out. 1936, p. 6, APESC)

O inspetor Adriano Mosimann apresentou seu entendimento sobre o projeto nacionalizador que estava em curso considerando que o problema para os descendentes de alemães não era cultivar elementos de sua cultura, como manter o valor da língua alemã, mas se recusar em aprender o idioma nacional para conhecer a história e a geografia brasileira e assumir o Brasil como pátria.

Por algum motivo que não foi possível identificar, provavelmente, no final de 1934, Adriano Mosimann deixou a Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição com sede em Blumenau. O cargo foi assumido por Aristides Largura que em junho de 1935 apresentou o único relatório que consegui encontrar, talvez porque tenha sido o único relatório elaborado por Largura durante o breve tempo que ocupou esse cargo devido os encaminhamentos de sua trajetória política.

Aristides Largura foi um dos inspetores escolares que tiveram contato com o professor João Widemann, além dos que já foram relacionados: Celso Rila e Adriano Mosimann. Em seu relatório registrou a visita na Escola Estadual de Itoupava Norte que aconteceu em 20 de maio de 1935 apontando que a regência era da professora Edeltraut Riediger e como adjunto estava o professor Widemann. Informou que as aulas estavam em pleno funcionamento, em salas limpas e disciplinadas e que estavam presentes 65 alunos, mas que a matrícula era de 76 crianças. No formulário do serviço de inspeção, avaliou a Escola de Itoupava Norte como regular e registrou que faltava um mapa do Brasil, livros da Série Fontes para o 3º ano, giz, tinta, papel, lápis e outros.

Em relação ao ensino e ao desempenho dos professores registrou as suas observações, além de deixar recomendações para os dois professores:

Sob a regência da senhora professora funcionam o 2º ano e o 3º, estando a cargo do snr. adjunto o 1º ano. Examinei os alunos em leitura e aritmética nas três classes e o do 3º ano mais em geografia e história. Verifiquei que os alunos respondem com grande dificuldade, sendo excessivamente acanhados. A leitura não é boa. Lêm baixo, com pouca pontuação e com muitos vícios na pronúncia. Por isso recomendo à senhora professora e ao snr. adjunto: a) que

procurem corrigir a pronuncia desde o 1º ano, exigindo dos alunos sempre respostas completas e corretas. b) que sempre se dirijam aos mesmos na língua vernácula, usando da língua alemã só em casos excepcionais; que façam com que os alunos, quer quando se dirijam aos professores, quer quando falem entre si, sempre o façam na língua vernácula, para isso fiscalizando-os e orientando-os, usando, naturalmente de meios suasórios, mais incentivos do que repressivos. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 22 jun 1935, APESC).

Pela primeira vez, um inspetor incluiu a professora Edeltraut Riediger nas recomendações envolvendo o uso da língua alemã, que aparentemente era utilizada pelos dois professores com os alunos e entre eles. Admitiu que a língua alemã poderia ser falada apenas em casos específicos, mas que a língua brasileira deveria estar em primeiro plano e os alunos constantemente incentivados admitindo que as agressões para ensinar eram cogitadas, porém, deveriam ser evitadas.

Diferente do inspetor Celso Rila que não aceitou a fala em alemão do professor Widemann, Aristides Largura observou meses antes que a língua alemã era usada na escola, mas não considerou essa questão como algo que merecesse punição. Examinou todos os três anos, e recomendou que o 1º ano já começasse a ser cobrado em relação a pronuncia da língua brasileira. Demonstrou preocupação com o desempenho dos alunos em outras áreas, não apenas na leitura e pronuncia.

Nesse mesmo relatório, registrou a situação do Grupo Escolar Paulo Zimmermann, de Rio do Sul, onde precisou ficar por dois dias para orientar os professores devido a ausência do diretor que estava doente, além do descontentamento por parte dos professores. Evidenciou o compromisso que um professor deveria ter perante a educação devendo se doar para a causa, “daí decorre que, não raro, dele são exigidos sacrifícios, aos quais, na medida do possível, deve se submeter com abnegação e boa vontade”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 22 jun 1935, APESC).

Outro registro envolveu vários pais de alunos da escola na Velha Central, localidade de Blumenau, que reclamam da impossibilidade de continuar mantendo seus filhos na escola perante as condições em que ela se encontrava. A escola tinha 86 alunos matriculados e não conseguia manter a mesma eficiência sem o auxílio de um professor adjunto. “Os pais, descontentes, já cogitam da criação de uma escola particular afim de que os alunos não sejam prejudicados no ensino”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 22 jun 1935, APESC).

Ao explicar a situação com mais detalhes evidenciou que aquela escola pública era vista com desagrado pela população do lugar e recomendou que o governo agisse para reverter as opiniões e melhorar a imagem das escolas públicas.

Como se trata de nomear uma adjunta para uma escola que já a possuía (era a atual professora, que em fevereiro do corrente ano, tendo-se exonerado o professor João Durval Muller, foi nomeada para substitui-lo, ficando vago o cargo de adjunta), espero que seja possível solucionar favoravelmente esse caso. Essa Diretoria não ignora a atmosfera de desconfiança que envolve nossas escolas situadas nos meios de colonização alienígena. Diante da impossibilidade em que nos achamos de desfazer essa desconfiança, que, aliás, seja dito com franqueza, tem, em grande parte, sua razão de ser na deficiência das instalações, do material e, principalmente, deficiência de preparo do professorado, acho que devemos envidar todos os esforços para salvaguardar o bom nome das que ainda gozam de bom conceito. É o caso da escola em questão. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 22 jun 1935, APESC).

É possível perceber que nesse relato, o inspetor Aristides Largura desenvolveu críticas à falta de investimentos do governo voltados para as escolas considerando que não era pertinente que ocorressem cobranças perante o desinteresse da população local em direcionar seus filhos para aquela escola. Também ficou visível o modo pessoal com que o inspetor tratou o caso solicitando que a situação fosse resolvida de maneira favorável. Talvez porque o professor João Durval Muller tinha relações próximas com Aristides Largura.

Após sua visita em 13 de maio na Escola de Massaranduba Central, anunciou no relatório o elogio ao professor Anselmo Guesser pelo trabalho com os alunos que cantavam hinos patrióticos e recreativos. Destacou que o professor não tinha exame para comprovar suas habilidades com o idioma nacional, além da escola ter a matrícula prejudicada pela presença de outra escola municipal muito próxima. Mesmo sabendo que o professor não tinha sido examinado para atestar suas competências com a língua brasileira, o inspetor Largura não viu nenhum mal em registrar um elogio por sua atuação considerada positiva.

2.4 Integralismo e as escolas em Blumenau

Como a passagem de Aristides Largura pela Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição foi muito rápida, considerei que havia algo de estranho, porém, apenas foi possível compreender a questão quando identifiquei nas notícias do jornal alemão *Blumenauer Zeitung* de 6 de agosto de 1935, um acontecimento envolvendo Aristides

Largura. De acordo com a notícia apresentada pelo jornal, “Domingo, foram presos os companheiros Aristides Largura e Carlos Brandes de Encruzilhada, município de Timbó, por ordem do delegado daquele município, inclusive o mesmo arrancou-lhes os distintivos da camisa”. (*Blumenauer Zeitung*, 6 ago 1935, AHJFS).

Nesse momento encontrava a resposta para a troca tão rápida de inspetor. Poucos meses depois de assumir o cargo, no mesmo ano de 1935, Largura foi substituído por Celso Rila, que apresentou seu primeiro relatório de inspeção em novembro de 1935.

Portanto, em 22 de junho de 1935, Aristides Largura finalizou seu relatório de inspeção e no dia 6 de agosto ele foi preso no município de Timbó. Essa informação envolvendo Largura é um elemento novo para sua trajetória como pessoa pública, já que em nenhum dos estudos consultados ficou evidenciado essa prisão.

O afastamento de Aristides Largura das atividades da inspetoria escolar, provavelmente está associado a esse episódio que deixou evidenciado perante o governo de Santa Catarina que Largura não era a pessoa mais apropriada para estar em contato com as escolas, os professores, as comunidades escolares localizadas nas áreas de colonização estrangeira e falando em nome do governo estadual sobre questões nefrálginas como a nacionalização do ensino.

De acordo com Laucí Aparecida Cavalett (1998, p.57), Aristides Largura foi membro fundador do núcleo integralista de Joinville, criado em 11 de maio de 1934. Porém, sua participação no movimento parece não ter influenciado, pelo menos inicialmente, sua participação junto ao governo do Estado de Santa Catarina. Nesse período, Largura ocupava o cargo de inspetor escolar estadual na região de Joinville (CAVALETT, 1998, p.69) onde permaneceu até 1935 quando Nereu Ramos movimenta ações contra os integralistas, após ser eleito governador do Estado; e Aristides Largura é deslocado para inspetoria escolar da região de Blumenau.

Aristides Largura foi transferido de Joinville por intermédio de Nereu Ramos, como advertência para que o mesmo se afastasse da política, uma vez que o movimento integralista havia se transformado em partido político. Esse posicionamento não pode ser analisado apenas como uma simples questão de oposição partidária, mas também por existir um grande contingente de integralistas neste Estado, distribuídos pelas zonas de colonização alemã. Entretanto, a estratégia de transferir Largura como forma de pressão para que ele deixasse o movimento, não deu certo. Mesmo retraído em Blumenau, ele continuou sua ação política, o que levou-o à demissão do cargo de inspetor escolar, pois não acatara a ‘sugestão’ do governador Nereu Ramos. Aristides Largura recebeu apoio dos amigos, conseguindo o cargo de diretor de um jornal, tendo como companheiro de trabalho, o integralista José Ferreira da Silva. (CAVALETT, 1998, p.73).

O posicionamento de Aristides Largura perante a questão da nacionalização, conforme verificado no seu relatório como inspetor escolar, abria espaço para negociações em relação a manifestação da cultura alemã, especialmente, o uso da língua alemã, mesmo em lugares ligados oficialmente ao governo do estado como, nas escolas públicas. O professor referenciado no relatório de Largura, João Durval Muller, que havia deixado o cargo na Escola da Velha Central, município de Blumenau, era seu companheiro no movimento integralista e, possivelmente, por isso, o interesse em resolver a situação da escola após a saída do professor, que meses depois apareceu como candidato a Câmara de Vereadores de Blumenau e foi eleito vereador pelo partido integralista. Além desse membro, o integralismo elegeu a maioria dos vereadores no município, entre eles José Ferreira da Silva, que ajudou Largura oferecendo um cargo no seu jornal e o prefeito de Blumenau, Alberto Stein.

Aliás, nessa mesma eleição, Aristides Largura foi eleito prefeito de Joinville, fato que ocasiona estranhamento pois Largura pouco se envolveu com uma campanha eleitoral, além de não ser um nome tradicional na cidade.

Estar atuando junto as escolas, permitiu que Aristides Largura apresentasse sua versão sobre a nacionalização do ensino demonstrando nas comunidades escolares que além de inspetor escolar, ele era um integralista e sua percepção sobre a nacionalização tinha relações com a forma que o movimento integralista compreendia a manifestação da cultura alemã, de forma tolerante com aqueles que desejavam assumir o Brasil como sua pátria, sem que isso custasse abandonar os vínculos afetivos com a Alemanha.

A presença de pessoas ligadas as escolas e também ao integralismo em Blumenau, pode ser um indicativo que contribuiu com os motivos que levaram o movimento integralista a se espalhar pelo município e assumir uma importância capaz de deslocar do poder municipal, forças políticas tradicionais como, o Partido Republicano Catarinense – PRC e vetar uma maior influência do Partido Liberal Catarinense – PLC.

De acordo com Luiz Felipe Falcão (2000), o integralismo assumiu em Santa Catarina algumas peculiaridades em relação ao movimento nacional como, no caso do nacionalismo que foi reivindicado pela Ação Integralista Brasileira – AIB e,

[...] afastava-se de um ‘nativismo’ mais inflexível, como o alardeado por personalidades do porte de Nereu Ramos (ou como o arquitetado por intelectuais e instituições ligadas ao governo Vargas), ao mesmo tempo em que se confrontava com os partidários do germanismo, como era o caso de Marcos Konder e de tantos outros. (FALCÃO, 2000, p.187-188).

Para além das percepções apresentadas no relatório de inspeção escolar que Aristides Largura elaborou, ele também manifestou suas percepções referentes a nacionalização por meio de um texto que foi publicado em 5 de outubro de 1935 pelo jornal *Blumenauer Zeitung* e fui intitulado “A Nacionalização”. No texto, assumiu uma postura defensiva em relação as populações nas regiões de imigração europeia destacando que a discussão referente a nacionalização existe há muito tempo, voltada principalmente para os descendentes dos “elementos alienígenas”.⁵⁰ “E, além de se achar sempre em foco, é causa de uma desconfiança mútua que vive ora latente, ora se manifesta, em ambas as correntes em choque”. (*Blumenauer Zeitung*, 5 out 1935, AHJFS).

Ao mencionar a existência de duas correntes, Aristides Largura estava se referindo aos brasileiros com antepassados nativos e aos imigrantes europeus e seus descendentes deixando evidenciado que os estrangeiros possuíam uma “origem” de maior valor. “Questão vital, quer para os brasileiros, cujo ascendentes se perdem no obscurantismo da nossa primitiva formação, quer para aqueles cuja origem, remonta às primeiras gerações ascendentes e vai firmar-se na velha Europa, deve ser encarada com serenidade”. (*Blumenauer Zeitung*, 5 out 1935, AHJFS).

No entendimento do integralista Aristides Largura para acabar com esse estranhamento é “[...] preciso desfazer a mútua incompreensão que resulta, principalmente, do ponto de vista unilateral em que se colocam ambas as correntes para apreciarem os fatos”. (*Blumenauer Zeitung*, 5 out 1935, AHJFS).

Ao descrever cada “corrente”, novamente avaliou o imigrante como quem merece tolerância e respeito, mas que também necessita aceitar que será influenciado pelo ambiente em que está vivendo. Já os brasileiros são retratados como radicais, que desejam forçar uma adaptação imediata.

De um lado da corrente, os recém-vindos, que saídos de um meio de costumes e tradições perfeitamente delineados por uma civilização secular, querem perpetuá-los deste lado do Atlântico, conservando-os intactos, sem querer perceber que as influências mesológicas e as decorrentes de outras razões, forçosamente terão que modificá-las.

De outro lado, um jacobinismo estreito, querendo que o imigrante, ao penetrar no solo pátrio, se transforme subitamente, deixando do lado de fora de nossas fronteiras, a língua, os costumes, as tradições que, representam um acervo acumulado durante milênios, para substituí-las, mal pisando em terra americana, por aqueles que aqui irão encontrar. (*BLUMENAUER ZEITUNG*, 5 out 1935, AHJFS).

⁵⁰ A expressão “alienígena” é comumente encontrada para caracterizar imigrantes europeus em periódicos, discursos governamentais e relatórios oficiais que tratam da questão da nacionalização.

É possível observar que outra vez, Largura exaltou a “origem europeia” que considerou “perfeitamente delineada” e não poderia ser negada drasticamente, já que foi resultado de um aprendizado milenar. Por isso, entende que é uma questão que demanda disposição, mas principalmente tempo e que não pode ser a base da força. Desta forma, “pecam aqueles que querem impor dogmática e draconianamente os costumes que os imigrantes irão encontrar. De tal, não é capaz, nem o povo mais civilizado que absorvesse um selvagem, senão sob a influência do fator tempo, através de duas ou três gerações”. (*Blumenauer Zeitung*, 5 out 1935, AHJFS).

O integralista, não apenas explanou a situação, mas faz questão de apontar a “verdadeira” forma de resolver o problema apresentando um elemento de integração entre os dois grupos opostos, o idioma nacional.

É indicado pelo supremo interesse da pátria e nele vem se confundir ambas as correntes, através da língua comum, que é o idioma nacional. Cometem um crime porque impedem a esses elementos de se integrarem dentro da nacionalidade, formando um todo, uniforme, para mantê-los segregados ao meio ambiente, como que a ele ajustados. E, colocados assim, fora do todo nacional, não podem ter participação ativa e direta, na sua direção, passando deste modo a ser uma parcela a parte. (*BLUMENAUER ZEITUNG*, 5 out 1935, AHJFS).

A língua brasileira como elemento de integração entre os lados, voltou a ser destacada no final do texto de Aristides Largura, que evidenciou a importância do idioma como estrutura sólida e inabalável do “espirito nacional”. A língua “deve identificar todos os brasileiros, das origens mais diversas, formando acima das raças, da cor ou das religiões, que por ventura os separe, um liame que una todos, na atual e futuras gerações”. (*Blumenauer Zeitung*, 1935, AHJFS).

O texto que foi analisado e publicado em outubro de 1935 demonstrou o entendimento de Largura sobre a nacionalização, percepção que possivelmente ele propagava durante seu trabalho de inspeção escolar pelos vários lugares por onde atuou.

2.5 Anos tensionados para as escolas e a nacionalização do ensino: 1930-1937

Durante o período da sua atuação como professor da Escola Pública de Itoupava Norte, entre 1931 e 1937, o professor João Widemann, certamente, interagiu com os três inspetores escolares estaduais, que foram identificados com essa pesquisa, responsáveis

pela 2^a Circunscrição Escolar: Adriano Mosimann (1934), Aristides Largura (1935) e Celso Rila (1935 – 1936).

As análises evidenciaram que de acordo com o inspetor a fiscalização tomaria rumos diferentes, não existindo uma interpretação única em relação a nacionalização do ensino. Cada inspetor manifestou seu entendimento do que era nacionalizar e do que poderia ou não ser admitido em uma escola localizada em área de colonização estrangeira. Também a categoria da escola e do professor, ou seja, se era público, particular, parece ter sido considerada determinante para a forma de lidar com certas situações.

A princípio, os relatórios interessavam para conhecer as avaliações feitas em relação ao trabalho do professor Widemann na escola e também compreender, à medida do possível, elementos do cotidiano escolar. Entretanto, observei que os relatórios apresentavam as ideias e as práticas dos inspetores sobre a nacionalização do ensino em Blumenau e região, não apenas porque registravam que determinados professores, membros da comunidade escolar, insistiam em falar alemão, mas principalmente, devido ao posicionamento que esses inspetores tinham sobre a forma de conduzir a campanha de nacionalização.

Nesse sentido, trabalho com a ideia de que o professor João Widemann pode ter sido surpreendido com a postura do inspetor Celso Rila pois, os dois inspetores anteriores assumiram um posicionamento contrário a certas ações punitivas, entendendo que a população imigrante dessa região do Vale do Itajaí havia ficado por décadas desamparada pelo poder público brasileiro e que as mudanças em relação ao falar a língua nacional e ter compromisso com o país, seriam desenvolvidas gradativamente. Contudo, o inspetor Celso Rila tinha outros entendimentos voltados para seu compromisso com a língua nacional e a pouca tolerância com quem fosse considerado suspeito de desvalorizar os elementos que caracterizavam a identidade nacional como era o caso da língua. Além disso, é preciso reiterar que o inspetor fez questão de demarcar que se tratava de um professor que era “alemão nato”, evidenciando a noção de que os professores deveriam ter nacionalidade brasileira tendo nascido no Brasil. Essa era uma visão observada em discursos que circulavam na época, inclusive manifestada por Adriano Mosimann, um dos inspetores que atuou na região de Blumenau e em outras funções da educação catarinense.

Estou entendendo o período que se configurou no campo da educação e da escola em Santa Catarina, entre os anos de 1930 até 1937 como “anos tensionados”. Significa dizer que esses anos foram de instabilidades e forjados por meio de tensões abertas pela tomada

de poder com o golpe de 1930 e no caso de Santa Catarina, os encaminhamentos para a entrada e manutenção de Nereu Ramos no comando do estado. Entendo como tensão, algo que está manifestado sem conflitos anunciados, mas nas entrelinhas, nas relações cotidianas, é possível perceber que existe um incomodo, um desconforte perante aquilo que está posto.

Esses anos ficaram encapsulados entre práticas e discursos que assumiram dois lados distintos. De um lado, o movimento iniciado em 1911, onde foi propagado um projeto nacionalizador “processual”, aplicado gradativamente e amparado por bases legais transitórias e menos interessada na repressão como forma de atuação. Do outro lado, a partir do final de 1937, uma política nacionalizadora impositiva e sustentada por uma estrutura legal, criada ou alterada para legitimar as diversas formas de violências que certamente foram praticadas e divulgadas como métodos necessários e eficazes.

Não intencionalmente retirar dos dois movimentos nacionalizadores suas especificidades quanto as negociações que foram realizadas por determinadas pessoas, grupos, os encaminhamentos políticos desenhados em cada um dos momentos, as concepções educacionais que influenciaram as tomadas de decisões. Apenas desejo propor como percepção elaborada por meio da análise dos documentos selecionados para essa pesquisa que atuar na esfera pública, por exemplo, na escola, durante esses anos (1930 até 1937) era vivenciar tensões pois existiam e eram anunciadas “versões” diferentes sobre o que era nacionalizar o ensino em Santa Catarina.

Mesmo com a existência de leis regulamentando o projeto de nacionalização, na prática elas não atuavam com rigorosidade para inibir pensamentos distintos, até mesmo críticos, não necessariamente porque eram falhas, talvez não fosse de interesse de todos que elas funcionassem. A questão é que pessoas ligadas ao Departamento de Instrução Pública e posteriormente ao Departamento de Educação, expressavam nos discursos, nos relatórios, percepções distintas do que era nacionalizar.

De certa forma, como o estudo de Flávio Welker Merola Gentil (2015) demonstrou ao analisar a cúpula do Departamento de Educação, determinados homens transitaram em cargos na área da educação de Santa Catarina por vários anos sendo mantidos mesmo perante os momentos de alterações políticas, novamente é o caso de Adriano Mosimann, além do próprio inspetor Celso Rila, que foi encontrado atuando ainda em cargo de inspeção no ano de 1949.

No caso do professor João Widemann, que teve experiências com as leis nacionalizadoras de 1917 e depois vivencia esses anos tensionados (1930-1937), o que poderia significar uma inspeção escolar?

Dizer que o professor Widemann pode ter sido pego de supressa, nem de longe significa tirar dele o protagonismo por suas atitudes e escolhas como, falar em alemão perante o inspetor Celso Rila ou da professora Edeltraut Riediger, que aparentemente o fiscalizava. A ideia de surpresa assume a percepção de Reinhart Koselleck (2014, p.33) que considera três formas de se obter experiência, entre elas: “o primeiro modo é sempre tão singular como irrepetível. É a experiência que ocorre como surpresa”.

O movimento das inspeções apresentado pelos relatórios anteriores a censura do professor João Widemann, possibilitam pensar que ele tenha sido surpreendido com a postura menos tolerante do inspetor Celso Rila que, diferente do inspetor anterior, Aristides Largura (maio de 1935) e de Adriano Mosimann (março e novembro de 1934), demonstrou que sua fiscalização não iria aceitar atitudes avaliadas como descomprometidas com o Brasil.

Depois da inspeção que puniu o professor Widemann, nos relatórios seguinte não foi registrada nenhuma outra acusação de uso da língua alemã, mas que o professor continuava a ser pouco produtivo na forma de ensinar. Possivelmente, nas inspeções seguintes (abril, novembro e dezembro de 1936), João Widemann tenha contido sua fala na língua alemã para evitar confrontos maiores, por exemplo, ser exonerado a mando do governo estadual e ter sua imagem abalada perante os familiares e a comunidade escolar.

O fato é que, certamente, a punição que recebeu ocasionou desgastes e insatisfação. Não foi possível percorrer de forma minuciosa o trajeto de João Widemann na educação, mas pelas datas que foram identificadas, ele atuava a décadas como professor, já tinha quase 60 anos de idade e talvez estivesse mesmo cansado, não exatamente no sentido expressado pelo inspetor Celso Rila de maneira depreciativa em seu relatório.

A exoneração, a pedido, logo no início do ano letivo, foi responsável efetivamente por afastar João Widemann da Escola Pública de Itoupava Norte e ao que parece, deixar o magistério, indo trabalhar na Tecelagem Kuehnrich, que funcionava bem próximo da escola, até o ano de seu falecimento em 1947.

3. ENTRE O NOVO E O VELHO: A NACIONALIZAÇÃO PRESENTE NA CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO WIDEMANN EM 1957

3.1 Grupo Escolar Professor João Widemann: planejamento e a execução da obra

No mesmo ano em que o professor João Widemann deixou a Escola Pública de Itoupava Norte, em 1937, o período conhecido como Estado Novo iniciou em 10 de novembro e foi mantido até 1945 quando o presidente Getúlio Vargas foi afastado do poder, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Na Escola Pública de Itoupava Norte, a professora Edeltraut Riediger continuou a ser a regente até 1940 quando a vaga foi assumida por Alice Pauli da Silva, a partir de 1941 e encerrou suas atividades em 1946. Portanto, no período do Estado Novo, a escola foi regida por duas professoras entendidas como “nacionalizadoras”.

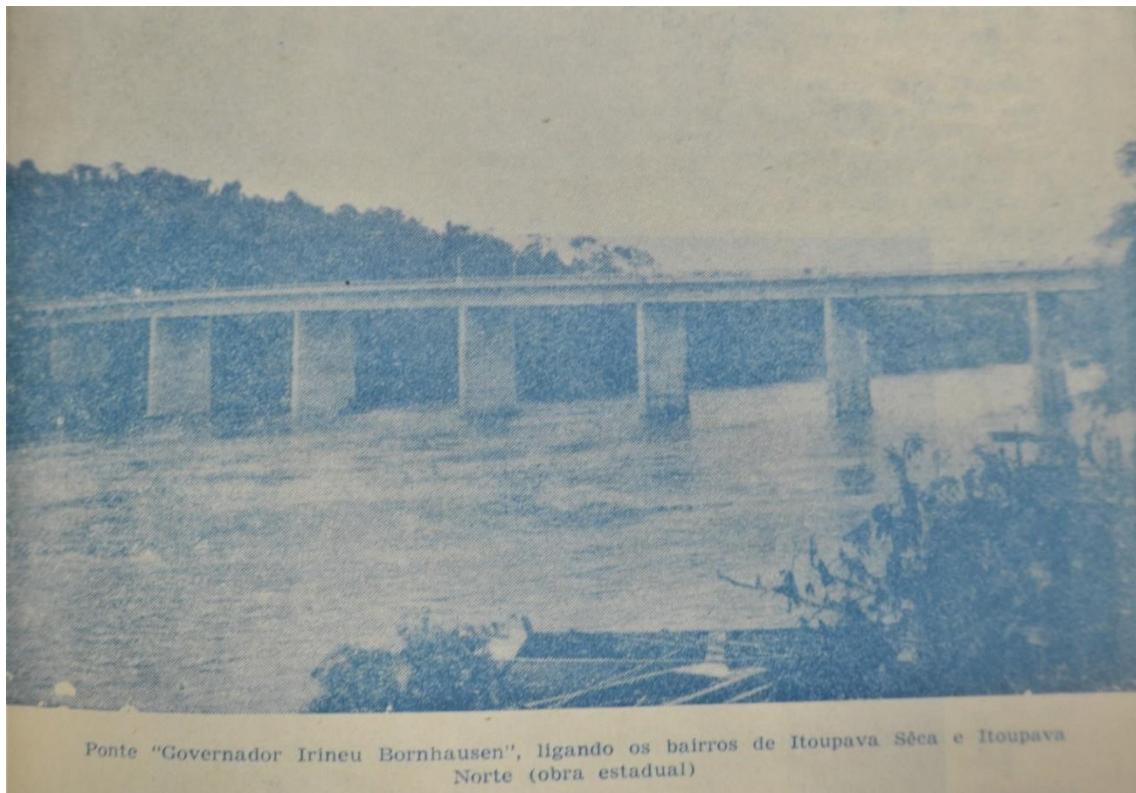
Em 1947, o casal Moskorz, com a professora Maria Cecília e o professor José assumiram funções na escola até o momento em que aconteceu a substituição pelo Grupo Escolar que até o dia da inauguração não tinha outro nome anunciado, a não ser a própria denominação da escola isolada, que sempre foi chamada com o nome da localidade, Itoupava Norte.

As primeiras movimentações para a criação do Grupo Escolar foram formalizadas em 1953 com a presença em Blumenau do governador Irineu Bornhausen e sua comitiva para inaugurar a ponte de concreto armado que foi construída com o objetivo de ligar as localidades de Itoupava Seca e Itoupava Norte, separadas pelo rio Itajaí-Açú. A obra era considerada de grande importância para as áreas da Itoupava Norte e da Fortaleza pois, o outro lado tinha contato por terra com o centro de Blumenau. O jornal *A Nação*, em 14 de novembro de 1953, noticiou a obra como sendo “um marco decisivo na história da população de Itoupava Norte”, além de associar a ponte como essencial para o crescimento econômico da região considerando que “constituirá fato ponderável para o maior desenvolvimento e progresso coletivo de ambas as localidades”. (*A Nação*, 1953, p.1). A notícias ainda descreveram os discursos, as apresentações, o banquete que ocorreu em um clube da Itoupava Norte. Um aspecto fortemente evidenciado na publicação tratava do benefício que a ponte estava trazendo para acabar com o uso da balsa, que era até então, o único meio de transporte que ligava Itoupava Norte as outras regiões próximas do centro de Blumenau. Ainda, segundo a mesma notícia, a obra era muito aguardada

“essa obra se constituía como uma premente necessidade para a maior tranquilidade daquela laboriosa população, que, por diversas vezes, lamentou a perda de vidas durante a travessia do caudaloso rio, no transporte por meio da balsa”. (*A Nação*, 1953, p.1).

No relatório administrativo do prefeito Hercílio Deeke, referente ao ano de 1953 a obra também é registrada com muita satisfação, o que não impede o apontamento de uma crítica do prefeito aos políticos anteriores pois, a ponte era um “velho desejo veemente de sua população, até então desiludida com promessas eleitorais de administradores anteriores”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1953, p.7, AHJFS).

Imagen 23: Ponte Irineu Bornhausen sobre o rio Itajaí-Açú ligando as localidades de Itoupava Seca e Itoupava Norte



Fonte: Relatório administrativo do prefeito, 1953. (AHJFS)

Perante essa manifestação crítica envolvendo as promessas em torno da obra, parece que o prefeito fez questão de registrar que nessa visita a Blumenau, o governador anunciou que “pretende propor verbas para a construção do Grupo Escolar ‘Itoupava Norte’ e Grupo Rural em Passo Manso”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1953, p.7, AHJFS). Não foi possível identificar a origem dessa motivação, talvez devido a cobranças, interesses das lideranças da comunidade por meio dos vereadores que assumiram a

representação da localidade na Câmara de Vereadores. O fato é que em menos de dois anos estaria sendo lançada em 1955 a pedra fundamental para marcar o início da construção do Grupo Escolar. Porém, é importante destacar que a “nova” escola ainda era referenciada com o nome da localidade, sem nenhum indício de que iria homenagear o professor João Widemann.

Antes de prosseguir com o caso do Grupo Escolar, considero pertinente trazer para a cena alguns elementos da movimentação que levou a construção da ponte com recursos financeiros estaduais. Isso se faz necessário pois, observando a postura da imprensa e mesmo no relatório do prefeito, toda a iniciativa parece emergir da “boa vontade” do governo do Estado. Aparentemente existe uma vontade de demonstrar como os governos municipal e estadual estão interessados em trabalhar juntos em nome da população blumenauense.

Para lançar a pedra fundamental demarcando o início da construção da ponte o governador e sua comitiva chegou em Blumenau pela primeira vez desde que tinha começado o seu mandato em 23 de setembro de 1951. Os jornais descreveram uma calorosa recepção por parte do prefeito Hercílio Deeke e outros políticos da cidade, nessa ocasião discursando o vereador Gerhard Neufert. O discurso reproduzido na íntegra pelo jornal *A Nação* de 25 de setembro de 1951, destacou a importância da ponte para o povo “quer seja ele industrial, quer seja colono, quer seja operário, está aqui irmanado”. Também relacionou a obra como moderna em oposição ao antigo, “arcaico” afirmando que a ponte chegaria com o objetivo “[...] de ligar estas duas glebas intensamente industriais e agrícolas, por uma via de comunicação moderna, substituindo a velha e arcaica balsa, que acolá navega”. (*A Nação*, 1951a, p.3). Ainda evidenciou que aquela realização contava com o auxílio de um grupo de industriais que eram liderados por Paul Fritz Kuehnrich e reafirmou que aquela obra era uma promessa e havia sido usada como propaganda eleitoral, mas até então, estava para ser cumprida.

Durante um jantar oferecido em sua homenagem na associação conhecida como Tabajara Tênis Clube, o governador Irineu Bornhausen propagou um discurso onde envolveu o passado de Blumenau buscando referências no período da colônia e destacando o trabalho do fundador Hermann Blumenau.

E, assim, foi o homem montado, peça por peça, esta esplêndida oficina de trabalho, sob a incansável e benemérita orientação do dr. Hermann Blumenau, de quem um ilustre publicista, o Dr. Pedro Calmon, disse ter sido o mais brasileiro de todos os estrangeiros vindo para o Brasil. (*A Nação*, 1951b, p.2).

Associar Hermann Blumenau a um brasileiro mesmo sendo um imigrante tem em suas entrelinhas a presença da nacionalização. O sentido estava em demonstrar o reconhecimento das iniciativas dos imigrantes, sem revirar a memória conflitante do projeto nacionalizador, já que essa tinha se tornado uma questão nefrágica na história local. Para a historiadora Méri Frotscher (2007, p.202) “alguns indícios apontam que, depois da Campanha de Nacionalização e da repressão ocorrida durante a guerra, muitos assuntos e fatos não eram discutidos na esfera pública em Blumenau”.

Esse acolhimento do governo estadual com as demandas de Blumenau não se tratou de mera “boa vontade”, existiram pressões tanto locais como no âmbito estadual envolvendo os partidos políticos, principalmente o PSD e a UDN, os eleitores e os resultados das eleições. Os debates de quase um ano sobre a situação da balsa na Itoupava Norte contribuem para pensar sobre como essa relação entre o município e o estado adquiriu grande valor no período democrático.

Entre o final de 1950 e parte de 1951 circulou pela Câmara de Vereadores um “processo referente a balsa na Itoupava Norte” que movimentou o legislativo e o executivo em torno das cobranças feitas à população que era obrigada a utilizar a balsa para se locomover em direção a outras regiões, por motivo de trabalho, comércio, passeio. Tudo parece ter começado com uma Indicação elaborada pelo vereador Herbert Georg em uma reunião da câmara no dia 29 de agosto de 1950. O vereador argumentou que a Itoupava Norte era uma região constituída de operários, agricultores, além de industriais e comerciantes que utilizavam a balsa frequentemente. Desta forma, ter que pagar por esse meio de transporte não era justo, inclusive, em comparação com outros moradores de Blumenau que pagavam os mesmos impostos da população de Itoupava Norte, mas não precisavam despesar gastos com balsa. Após outras observações, o vereador indicou para que o prefeito autorizasse que o serviço deixasse de ser arrendado e começasse a ser um serviço público. A discussão ganhou folego e o contrato de arrendamento com o balseiro Francisco Hess foi refeito, determinando que pedestres e bicicletas não pagassem tarifa, mas continuou a ser cobrado para carros de mola, carroças, ônibus, caminhão, automóvel e outros. Antes dessa decisão final, que foi alvo de críticas do vereador Georg em um dos seus pronunciamentos na Câmara de Vereadores em 12 de dezembro de 1950 intitulado “Voto Vencido”, as cobranças para o uso da balsa chegaram a serem suspensas por quatro meses, entre outubro e dezembro de 1950 e também janeiro de 1951, mas foram retomadas por determinação do prefeito e aval da maioria dos vereadores. Moradores da região de Itoupava Norte e Fortaleza chegaram a elaborar um abaixo

assinado contendo muitas assinaturas, o que não foi capaz de reverter a situação, entretanto, pode ter contribuído para que a discussão saísse do âmbito municipal e alcançasse o governo estadual, tendo a continuidade do uso da balsa se tornado um problema a ser resolvido.

Evidenciar esses entraves permite que as disputas de poder sejam percebidas para além do que a imprensa desejava anunciar e como uma memória oficial estava sendo elaborada. Também, é possível perceber que os desejos de progresso passam a ser mobilizados como instrumentos para balizar as relações entre o governo municipal e estadual gerando um campo de forças.

Nessa perspectiva, criar um Grupo Escolar entendido como um modelo de escola considerado moderno no bairro de Itoupava Norte também estava indo ao encontro da vontade de progresso que parecia ser manifestada por parte da população e permitiu ao governo do Estado apresentar uma imagem receptiva referente às necessidades de Blumenau e barganhar simpatia do eleitorado, que ainda se mostrava distante após todas as tensões da década de 1930 e parte de 1940.

Após todas as movimentações envolvendo a ponte, era a vez de mobilizar a construção do Grupo Escolar de Itoupava Norte como sendo a obra de grande valor e tão esperada pela comunidade. Assim como em 1953, também em 1955 nenhum documento apresenta o Grupo Escolar com o nome de João Widemann, mesmo quando elementos da história da escola são usados para engrandecer as iniciativas governamentais.

No documento pertencente ao acervo escolar intitulado de “Ata de Lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar Estadual de Itoupava Norte”, do dia 25 de setembro de 1955, foi descrito que

este Grupo Escolar está sendo construído no local onde funcionava uma das mais antigas escolas particulares de Blumenau, fundada e mantida pela Comunidade Escolar de Itoupava Norte, a qual doou ao Estado o respectivo terreno, tendo o município de Blumenau, doado o restante da área a ser ocupada pelo Grupo Escolar. (ATA PEDRA FUNDAMENTAL, 1955)

Como um documento produzido na comunidade, talvez por alguém da própria escola, o destaque de atuação está voltado para a Sociedade Escolar, que é anunciada com protagonismo em detrimento ao governo do Estado. Inclusive, não existe nenhuma menção de que a escola já fosse pública, até porque, como já argumentei no primeiro capítulo, essa é uma percepção que pode ser questionada. O fato é que a presença do

Estado apenas nesse momento, como fomentador das obras progressistas na cidade, ainda ocasionava desconfortos.

No relatório administrativo do prefeito Gerhard Neufert referente ao ano de 1955, a futura obra foi descrita com entusiasmo e ficou registrado que estaria pronta em 1956, o que não aconteceu. (RELATÓRIO PREFEITO, 1955, p.51, AHJFS). Tudo indica que as questões burocráticas em relação ao terreno que estava sendo doado e até mesmo divergências entre os interesses municipais e estaduais tenham dificultado o andamento da obra que foi concluída apenas na metade de 1957.

A demora entre as primeiras conversas em 1953 com o governo estadual sobre um Grupo Escolar e o lançamento da pedra fundamental em setembro de 1955 mobilizou o vereador Martinho Cardoso da Veiga a fazer um requerimento aprovado em 23 de março de 1955, solicitando do prefeito Gerhard Neufert informações sobre os trabalhos de construção pois, a Sociedade Escolar, já tinha realizado sua assembleia onde havia sido autorizada oficialmente a doação do terreno que estava sob sua posse. O prefeito retornou para a câmara de vereadores por meio de ofício, em 5 de abril de 1955, respondendo que na semana anterior tinha estado com o governador e comunicado que a Sociedade Escolar estava pronta para fazer a doação. Em outro ofício, agora em 11 de novembro de 1955, o prefeito informou a câmara que tinha recebido o comunicado do governo do Estado referente a autorização concedida para a execução das obras do Grupo Escolar, sendo os trabalhos iniciados ainda no mês de novembro.

Entretanto, por meio da análise dos documentos cartorários arquivados no acervo escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann, foi possível observar que a doação do maior terreno, com 7.715,42 metros quadrados tinha sido efetivada em 21 de dezembro de 1955, negociação que envolveu a Sociedade Escolar, representada naquele momento por Helmuth Schoenau e Paul Fritz Kuehnrich; e o procurador do Estado. Como a metragem do terreno não estava dentro dos padrões exigidos pelo governo estadual para a construção de um Grupo Escolar, em 11 de fevereiro de 1956, a prefeitura fez a doação da parte que faltava para o negócio ser finalizado.

Aqui, possivelmente se encontra a justificativa ou pelo menos uma delas para a demora em efetivar os trâmites legais e iniciar as obras, tanto que os moradores chegaram a intervir junto a um vereador para cobrar explicações do prefeito Gerhard Neufert em relação a demora, porém, em nenhum momento no ofício encaminhado à Câmara dos Vereadores, o prefeito menciona que o fato da prefeitura ter que participar do negócio com a doação de um terreno, poderia ser um problema.

Em 1955, de acordo com o relatório administrativo do prefeito, a Escola Pública de Itoupava Norte tinha como professora regente Orlandina dos Santos e contava com 126 alunos matriculados, sendo que 120 estavam efetivamente frequentando. Esses números são bastante altos para uma escola que tinha limitações quanto ao espaço físico. Possivelmente, a notícia de que seria criado um Grupo Escolar na comunidade fez com que a procura pela escola aumentasse antes mesmo que a obra estivesse concluída.

A situação em termos de infraestrutura se complica ainda mais no início de 1956 pois, a casa que abrigou a Escola Pública de Itoupava Norte por décadas estava sendo destruída para dar lugar à construção do novo prédio escolar considerado moderno. Durante o tempo de sua construção a sala de aula funcionou em uma casa, apelidada de rancho, no terreno do clube que funcionava ao lado da escola. Ao que tudo indica, o ano letivo de 1956 e parte do ano de 1957 transcorreu nesse lugar, o que possivelmente deve ter ocasionado muitas dificuldades devido a precariedade das instalações e o grande número de alunos.

Imagen 24: Casa onde funcionou provisoriamente a Escola Pública de Itoupava Norte entre o início de 1956 até metade de 1957



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia do Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann

A inauguração do Grupo Escolar no bairro de Itoupava Norte só vai acontecer oficialmente em 1 de dezembro de 1957, porém, seu funcionamento começa antes,

provavelmente, em 1 de agosto desse ano, conforme consta na abertura do livro ponto. Inclusive, esse é o primeiro documento que apresenta o nome do professor João Widemann como nome da escola, não sendo possível afirmar que o nome já estava definido em agosto ou foi acrescentado posteriormente.

Tudo indica que a inauguração teria sido realizada no meio do ano de 1957, se não tivessem ocorrido as enchentes que destruíram muitas áreas do município e deixaram duas crianças, de 6 e 4 anos mortas. Os relatos das elevações do rio Itajaí-Açú e seus ribeirões (em julho e agosto) ganharam as páginas dos jornais locais e muitas páginas do relatório administrativo do prefeito desse ano, Frederico Guilherme Busch Jr.

Grande parte do povo humilde do Município, principalmente a classe operária, encontra-se realmente em situação difícil, tendo perdido todos os móveis e utensílios, inclusive roupas e ficado sem abrigo. A maioria do nosso povo que antes das inundações, era um povo feliz, um povo trabalhador, um povo que contribuía para a grandeza do País, encontra-se ainda bastante desanimado em virtude da destruição de todos os seus pertences. Os nossos colonos perderam ainda suas plantações e muitos animais, ficando até sem sementes ou mudas para o replantio de suas lavouras. (RELATÓRIO PREFEITO, 1957, p.11, AHJFS).

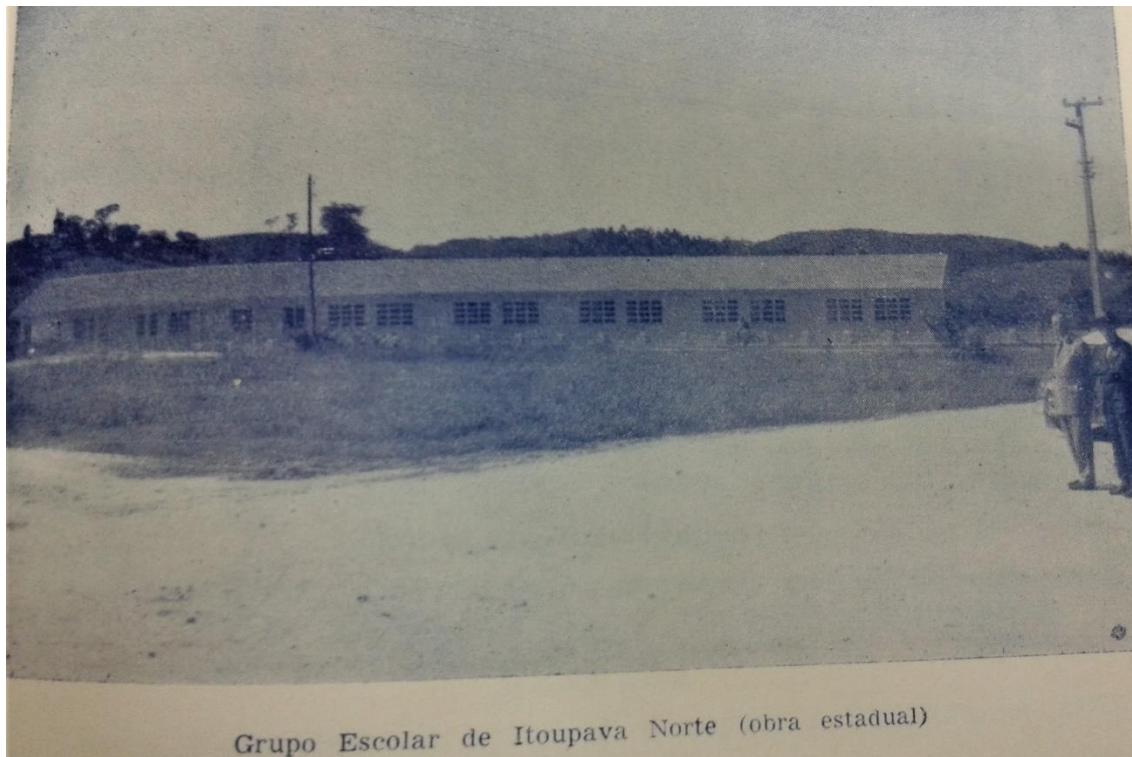
Novamente é possível observar a exaltação ao trabalho e como o prefeito se esforçou para comunicar o problema associando a importância de Blumenau para o restante do país. Outra questão evidenciada é a demarcação entre os dois tipos de trabalhadores: os operários e os colonos, categorização que já tinha sido percebida em outros discursos, principalmente, na imprensa. O colono passa a ter uma definição específica sendo o agricultor, o lavrador, o homem da terra cada vez mais se afastando da representação do imigrante, ou seja, o estrangeiro que ocupou a colônia desde os meados do século XIX.

Convém destacar que no relatório administrativo do prefeito de 1957 foi descrito a chegada do governador e sua comitiva em Blumenau, a recepção por parte da prefeitura, das lideranças locais, porém em nenhum momento houve referência ao nome do Grupo Escolar como João Widemann. Nesse documento continua a vigorar a denominação de Itoupava Norte, redigida por várias vezes. “Apraz-me registrar a conclusão e festiva inauguração, no ano em relato do Grupo Escolar de Itoupava Norte, que, desde o início deste ano, vem atendendo a população escolar daquele populoso e progressista bairro”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1957, p.58, AHJFS).

Os documentos analisados não permitiram afirmar de maneira específica o momento do início das atividades do Grupo Escolar, se aconteceu no começo do ano de

1957 ou em agosto. Entretanto, o que se mostrou evidente foi que o nome João Widemann não foi anunciado antecipadamente, por exemplo, com o lançamento da pedra fundamental, nem mesmo quando a obra foi iniciada.

Imagen 25: Grupo Escolar Professor João Widemann no dia da inauguração em 1 de dezembro de 1957



Fonte: Autoria desconhecida. Relatório administrativo do prefeito, 1957, p.57. (AHJFS)

Os jornais de circulação local também noticiaram a chegada do governador Jorge Lacerda e sua comitiva para inaugurar a ponte da Ponta Aguda e também o Grupo Escolar Professor João Widemann. Portanto, o nome do professor apenas é mencionado no ano da inauguração, mas precisamente quando o governo oficialmente declara inaugurada a obra. Talvez porque ainda existisse dúvidas ou até embates sobre a escolha, também porque fazer um anúncio antecipado poderia ocasionar especulações sobre a decisão de escolher aquela pessoa e sobre o próprio nome do professor.

3.2 A escolha do professor João Widemann para denominar o Grupo Escolar: campo de disputas pela memória

De acordo com a Ata de Inauguração do Grupo Escolar escrita pelo inspetor escolar Altamir Jeronymo da Silva, o dia da inauguração contou com inúmeras autoridades do governo do Estado e do município, além da população e dos alunos da escola.

Depois da homenagem à Bandeira, saudação feita por uma estudante e do discurso pelo senhor Vereador Edgar Müller, o Exmo Senhor Governador do Estado, declarou inaugurados o Grupo, seguindo-se a inauguração do retrato do Patrono do estabelecimento, no Gabinete do Diretor. (ATA DE INAUGURAÇÃO, 1957).

O discurso do vereador Edgar Mueller, publicado no jornal local *A Nação* de 8 de dezembro de 1957, significou naquela festividade a apresentação da justificativa oficial para a escolha do professor João Widemann como nova denominação para a velha escola isolada da localidade de Itoupava Norte. Junto com uma obra entendida como moderna, um nome associado a história da escola figurava como o escolhido. Até aí, não existe especificidade nesse caso pois, a história local possui vários exemplos que demonstram como a memória é forjada sendo a história que se deseja contar, monumentalizar, festejar.

A questão está em pensar que uma história foi anunciada como representante oficial das memórias referentes a fundação da escola, vigorando até a atualidade como a “verdadeira história”. Aquela história que anunciei na introdução envolvendo os funcionários atuais, que desejavam apresentar publicamente na comemoração do que foi considerado os 60 anos de criação da Escola de Educação Básica Professor João Widemann (1957-2017), uma história acabada, que continuava a legitimar a memória sobre o professor que se aposentou e foi homenageado por seu legado no seu tempo de escola. Para Jacy Alves de Seixas (2004, p.41) “a memória encontra-se, assim, prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, transformou-se em objeto e trama da história, em *memória historicizada*”.

Imagen 26: Exposição do acervo escolar na comemoração dos 60 anos da Escola de Educação Básica Professor João Widemann em 2017



Fonte: Fotografia da autora, acervo particular, 2017

O vereador Edgar Mueller fez um convite para todas as pessoas presentes, o de voltar ao passado percorrendo a história dos primeiros moradores da localidade e dos fundadores da Comunidade Escolar.

Nada mais justo e oportuno do que voltarmos os nossos pensamentos para o passado e lembrarmos, neste momento, a abnegação e os esforços dos primeiros itoupava nortenses, que, querendo dar a seus filhos uma pequena parcela da extraordinário força que é o saber, reuniram-se em uma Comunidade Escolar. Comunidade que teria por finalidade construir uma pequena escola. (MUELLER, *A Nação*, 1957, s.p.).

É possível observar o passado sendo acionado como um instrumento para afirmar o presente próspero que legitimava a qualidade daquele povo que deveria se orgulhar por suas conquistas. O passado que se deseja evocar aciona o período da colônia, visto como glorioso devido a todos os desafios enfrentados pelos primeiros imigrantes alemães, porém anula as primeiras décadas do século XX demonstrando não ter interesse em mobilizar lembranças referentes ao movimento nacionalizador. No diálogo com Seixas (2004, p.42)

a memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão de memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a

memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...).

Desta forma, conseguir institucionalizar o nome de João Widemann foi uma forma de controlar a materialidade, nesse caso, o Grupo Escolar, que serviu para monumentalizar uma memória sobre o professor manifestada por meio dos ressentimentos que ficaram recalcados e agora foram apresentados de maneira camouflada, principalmente por algumas lideranças locais.

Continuou o discurso tratando da fundação da escola no século XIX e evidenciando que era uma das escolas mais antigas de Blumenau, construída como “um rancho” com um telhado de molhas de palmito e depois recebendo uma outra construção mais adequada. Mencionou que os professores eram pagos pela arrecadação da Comunidade Escolar e que muitos professores passaram pela “velha escola” e prestaram valorosos serviços, porém, “cabe-me, entretanto, ressaltar o trabalho enaltecedor, desenvolvido pelo professor João Widemann, com muita justiça e boa hora lembrado para ter o seu nome ligado à esta casa de ensino”. (MUELLER, A *Nação*, 1957, s.p.).

A lembrança do professor Widemann foi evocada e associada a justiça que está sendo feita em seu nome. E o que pode significar estar fazendo justiça? O que a análise dos documentos permitiu compreender é que essa justiça tem muitos indícios de estar direcionada ao sentido de reparação, em relação aos momentos de tensão que ele vivenciou como um alemão nato inserido em uma escola pública no período da campanha de nacionalização. Importante considerar que essa memória relacionada ao professor João Widemann foi forjada por uma história com a intenção de demarcar o valor dos imigrantes alemães e suas contribuições para os lugares em que atuaram. Mesmo não sendo mencionada nenhuma palavra sobre os impactos da nacionalização, sua presença mesmo perante a ausência das ações e leis implementadas nas décadas anteriores foi ação.

Essa homenagem parece indicar o desejo de interditar o esquecimento da passagem do professor João Widemann pela comunidade. Poderia também, em certa medida, ser lida como uma forma de resistência às políticas públicas educacionais que proibiram o ensino em outras línguas que não a vernácula. A escolha do nome desse professor parece representar anseios de reparação, justiça diante do que foi entendido pelos alemães e seus descendentes como perseguição injusta, pela forma como aconteceu ou por se considerarem um grupo que trouxe benefícios para o Brasil, como noções civilizatórias à população nativa considerada pouco produtiva.

O vereador ainda apresentou no seu discurso elementos biográficos do professor Widemann, ordenando sua trajetória como professor em algumas localidades, desde sua chegada no Brasil vindo da Alemanha até o convite que recebeu da Sociedade Escolar, no final do ano de 1930, para vir trabalhar na Escola de Itoupava Norte, onde passou a morar com a família, “permanecendo como professor na nossa antiga escola até 1937, ano em que, já com 60 anos de idade, 35 dos quais dedicados ao magistério, afastou-se das lides escolares”. (MUELLER, *A Nação*, 1957, s.p.).

Em nenhum momento do discurso ficou referenciado que o professor João Widemann havia se aposentado, mas que havia se afastado da escola não sendo os motivos explicitados. Muito menos se fez qualquer forma de anúncio da censura que o professor recebeu do inspetor escolar estadual Celso Rila em 1935. A figura de João Widemann foi exaltada como sendo um homem persistente e que sempre atuou como professor, não tendo sido relatado nada específico sobre o seu trabalho nas escolas. O mais próximo que o discurso chegou do seu trabalho na Escola Pública de Itoupava Norte foi ao associar o valor do professor reconhecido por vários antigos alunos que estavam naquela inauguração, “discípulos que foram do saudoso Professor João Widemann, tenho certeza, relembram agradecidos e comovidos os tempos que passaram nos bancos da velha escola recebendo os ensinamentos sábios do venerado mestre”. (MUELLER, 1957, *A Nação*, s.p.).

Novamente a lembrança é açãoada com a intenção de mobilizar o presente do passado buscando aproximar as pessoas de uma história exclusivamente positivada do professor como merecedor daquela homenagem. Por meio das pesquisas foi possível observar que haviam outros professores, já evidenciados anteriormente, que atuaram na escola e não “destoavam” dos interesses governamentais, mas, possivelmente, não eram os que trabalhavam de acordo com os interesses da comunidade escolar, por não serem alemães natos e alguns nem mesmo descendentes de alemães, por terem vindo de fora da cidade, todas sendo mulheres durante o período temporal analisado.

O vereador considerou que os argumentos apresentados eram suficientes para justificar a homenagem ao professor, reiterando junto ao governador e as autoridades presentes que aqueles eram os “méritos do Professor João Widemann, as razões, que nos levaram, a nós moradores deste bairro, a pleitear junto ao Vosso Governo fosse ao velho professor prestada uma homenagem póstuma”. (MUELLER, *A Nação*, 1957, s.p.).

Concordo com as concepções de Jacy Alves de Seixas (2004, p.42) quando afirma que “a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m)”. Portanto, nesse

sentido, conseguir chamar a escola com o nome de João Widemann, foi fundamental para evidenciar perante o governo do Estado, do município, da comunidade escolar, o poder das lideranças locais como Paul Fritz Kuehnrich, Helmuth Schoenau, Edgar Muller, entre outros. Esse grupo foi responsável por anunciar uma memória que estava assentada no subterrâneo, já que em outros momentos não era interessante permitir sua emersão. Assim, “no lugar do caráter espontâneo e natural, ressaltam-se os empreendimentos deliberados de reconstrução empreendidos pela memória, que responde por via de regra a demandas e interesses *políticos precisos*”. (SEIXAS, 2004, p.41). Naquele presente que era constituído de continuidades, mas também por singularidades, aquela memória podia emergir à superfície e ser mobilizada conforme os interesses não apenas da população do bairro, mas também do município. Isso porque, a modernidade que a cidade anuncjava naquele momento, precisava ser sustentada com um certo grau de segurança, estabilidade, sendo necessário elementos do passado.

É possível identificar que para a escola assumir o nome de João Widemann aconteceram negociações e talvez a própria doação do terreno pela Sociedade Escolar tenha ficado condicionada a essa exigência. O fato é que a escola recebeu o nome de um professor que de forma pública e oficial não teve representatividade e ainda foi considerado um professor insatisfatório perante a fiscalização do governo em 1936.

Difícil não ponderar que João Widemann tenha deixado a escola insatisfeita com os resultados das últimas fiscalizações realizadas pelo inspetor Celso Rila entre dezembro de 1935 e final de 1936. Em todas as três inspeções realizadas nesse período o trabalho do professor foi caracterizado como insatisfatório. Significava dizer que não estava em consonância com os interesses nacionais, de acordo com os sentidos que o inspetor Rila desejava incutir, a partir de seu compromisso com uma forma de nacionalizar o ensino que cada vez menos tolerava as manifestações culturais estrangeiras. Talvez por essa postura mais indiciadora, provavelmente, entendida como ideal para as áreas de colonização estrangeira, ele tenha permanecido como responsável pela Inspetoria Escolar da 2^a Circunscrição com sede em Blumenau até o fim do Estado Novo em 1945, além de seguir no cargo de inspetor escolar até onde foi possível verificar, o ano de 1950.

Ao deixar a função de professor na Escola Pública de Itoupava Norte, no início de 1937, João Widemann se dedicou ao trabalho na Tecelagem Kuehnrich e penso que é pouco provável que as tensões do último ano como professor perante a fiscalização do inspetor escolar estadual, tenham se restringido aos limites físicos da escola. Era uma

comunidade pequena, inclusive, geograficamente mais isolada de outras localidades e ainda tinha sua Sociedade Escolar em funcionamento.

Aliás esse é um emaranhado que pouco pude desfazer devido a falta de vestígios, principalmente, das movimentações desencadeadas pela Sociedade Escolar de Itoupava Norte. Considero que esse trabalho seria importante pois permitiria ter maior clareza das relações comunitárias que levaram a fundação da escola e mesmo os motivos para os vínculos com o poder público por meio da subvenção. Digo isso porque, em algum momento em torno de 1929, data oficial da criação da associação desportiva América Futebol Clube (renomeada posteriormente como Guaraní Futebol Clube), houve um entrelaçamento do lugar de funcionamento desse clube com o lugar onde funcionava a escola. O que as poucas informações indicam é que o terreno foi dividido em partes, após acordos entre membros da comunidade de Itoupava Norte, que participavam da diretoria das duas associações: do clube e da escola.

Por sua influência na localidade de Itoupava Norte, Paul Fritz Kuehnrich, fundador da maior indústria da comunidade em 1926, passou a figurar como uma liderança sendo relacionado as movimentações do clube e da escola, especialmente, depois do término do Estado Novo, período em que Paul Fritz, como já mencionado, foi afastado da diretoria de sua indústria por determinação do governo federal. Não foi possível apurar quais eram as denúncias contra ele, mas em alguma medida, sua indústria teve relações com o integralismo, já que era responsável por costurar as “camisas-verdes” junto com e o símbolo desse movimento na década de 1930. Também é importante lembrar que a localidade de Itoupava Norte foi apontada como tendo um subnúcleo integralista, ou seja, a presença desse grupo político se manifestou nessa comunidade por meio de adeptos daquele movimento.

Todas essas análises têm a intenção de argumentar que na comunidade de Itoupava Norte o ressentimento se tornou um elemento simbólico articulador dos entrelaçamentos que mobilizavam as sociabilidades. Isso porque, os efeitos da nacionalização do ensino e a maneira com que o professor Widemann foi impactado pela fiscalização promovida pelo governo, com a punição em forma de censura pública, potencializaram o desejo por um dever de memória onde monumentalizar o professor João Widemann permitia em certa medida exercer uma justa memória.

A noção de ressentimento que mobilizo está associada a proposta de Pierre Ansart (2004, p.15) que procurou refletir de maneira articulada entre ressentimento, história e memória. Essa noção possibilita pensar as relações sociais, constituídas também por

singularidades, na qual a pessoa manifesta sua subjetividade que interfere na maneira como os acontecimentos são apresentados e manifestados nas “práticas sociais e políticas”. Para Ansart (2004, p.15), o termo ressentimento não é um sentimento específico e único, mas aglutina “sentimentos e representações” que adquirem dimensões abertas à várias formas de sentir, lembrar, esquecer, comunicar. Assim, “é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte [...]. Desta forma, a noção de ressentimento deve ser compreendida pela pluralidade das formas, na sua composição e também manifestação.

Assim concebido, o ressentimento precisa ser pensado nas relações, nunca como essência que pretende explicar tudo. Portanto, não deseja assumir uma explicação engessada na subjetividade que cada pessoa tem de sentir, contudo, não deseja negar esse percurso de análise. Em determinadas situações o ressentimento é “reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”. (ANSART, 2004, p.19). O que parece ser a questão que influencia em torno da escolha do nome do professor João Widemann para representar o Grupo Escolar. Oficializar a homenagem a esse professor significou uma forma de retratação com o professor e sua família, mas também como uma forma de reparar as imposições experimentadas nas décadas de 1930 e 1940.

No diálogo que Pierre Ansart (2004, p. 17) estabelece com Nietzsche, ele procura associar a discussão a noção de recalque, ou seja, da “interiorização e denegação” do ódio, que nem sempre se manifesta de forma sangrenta, drástica, mas fica recalcado e é transformado, inclusive, “em valor positivo: a inferioridade transformada em humildade resignada, a fraqueza disfarçada em amor da justiça [...]”.

Na inauguração da escola ou mesmo no lançamento da pedra fundamental, não foram manifestadas palavras de raiva, indignação e nem declaradas frustrações que a campanha de nacionalização provocou, no entanto, não terem sido ditas de forma evidente não significa que não tenham sido sentidas. Mas como sinalizar esses sentimentos? Apenas através dos indícios, dos rastros.

Um desses indícios é a manifestação do vereador Herbert Georg por meio de seu discurso na Câmara de Vereadores em 30 de maio de 1950. Tudo indica que esse manifesto foi provocado após um grupo de vereadores, que não incluía esse vereador, anunciar na imprensa um movimento chamado de “Pacto Pró-Blumenau” relacionando esses vereadores como políticos interessados em assumir um compromisso com o município acima dos interesses partidários.

O discurso proferido pelo vereador afirmava seu comprometimento com o povo que o elegeu e não com interesses partidário, por isso, estava expressando aquelas ideias que outros pensavam, mas não tinham coragem de falar. Herbert Georg considerou que o assunto era delicado. “Assunto tão delicado que chegou a causar celeuma nos meios administrativos e políticos, não só de Blumenau, como do Estado”. Anunciou que mesmo não sendo favorável a administração do prefeito Frederico Guilherme Busch Jr., não poderia deixar de ficar indignado com a postura de negação do Estado perante a solicitação do empréstimo que o prefeito de Blumenau fez para a Caixa Econômica de Santa Catarina, interessado em verbas para os festejos do centenário de Blumenau. Argumentou que Blumenau era preterida historicamente.

Blumenau é uma terra infeliz, habitada por um povo eternamente incompreendido e relegado. As queixas nesse sentido ecoam em nossa história desde os primórdios da fundação. Não nos é possível, nessas poucas palavras, historiar as injustiças de que foi vítima a nossa terra. Compreendendo um território imenso, as administrações municipais de Blumenau jamais admitiam que pudesse chegar o momento do retalhamento. (GEORG, 30 mai. 1950, AHJFS).

Nesse momento, o vereador fez menção a determinação do governo do Estado no ano de 1934 quando decidiu separar algumas regiões de Blumenau e considerou que essa postura visava punir o município devido as disputas políticas e eleitorais e continuou avaliando aquela situação como absurda, já que as administrações de Blumenau direcionaram enormes quantias no desenvolvimento das áreas que foram emancipadas, por vezes, deixando de investir na parte central da cidade.

Além desses problemas causados pela política separatista do governo do Estado, afirmou que a situação do município era agravada porque “perdia sua autonomia administrativa, em consequência da instituição do famigerado ‘Estado Novo’”. (GEORG, 30 mai. 1950, AHJFS). O discurso seguiu acusando o governo estadual de perseguir Blumenau, mesmo perante a postura acolhedora do presidente da República, Getúlio Vargas, a quem o prefeito se dirigiu quando percebeu que haviam problemas com a efetivação do empréstimo. O vereador levantou dúvidas para pensar se foi o presidente que nada fez para resolver a situação ou se em Santa Catarina, as ordens do presidente não são obedecidas. Para finalizar, Herbert Georg convoca todos os membros da Câmara de Vereadores a demonstrarem indignação perante a forma afrontosa que o município de Blumenau estava sendo tratado pelo governo do Estado.

É possível perceber as relações tensas que existiam após o fim do Estado Novo entre Blumenau e o governo estadual, que em 1950 estava sendo governado por Aderbal Ramos da Silva, um membro da família Ramos, que esteve a frente da campanha de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940.

O vereador não se estendeu, mas deixou evidenciado que o Estado Novo tinha causado estragos em Blumenau, especialmente, pela atuação do governo estadual. O que demonstra que existiam ressentimentos que nem sempre eram expressados sendo esse exemplo uma exceção.

Entretanto, no rasteio que realizei nos documentos inventariados não encontrei uma só palavra em relação a campanha de nacionalização envolvendo o professor João Widemann, a Escola Pública de Itoupava Norte ou mesmo outras escolas e professores que pudessem ser usados como exemplos. Havia um silêncio quase que orquestrado, na mesma medida que Méri Frotscher observou ao pesquisar aspectos dos festejos envolvendo o centenário de Blumenau em 2 de setembro de 1950.

Os fatos que ocorreram durante o Estado Novo, principalmente após a declaração de guerra à Alemanha, como perseguições, prisões, repressão, vigilância e controle, marcaram a vida de muitos estrangeiros e descendentes em Blumenau, deixando muitas mágoas e ressentimentos. As lembranças de muitos acontecimentos ficaram restritas à esfera da vida privada e mesmo à memória individual. Na esfera pública, como se pôde perceber, questões como a problemática da ‘assimilação’ dos estrangeiros e descendentes era ainda um terreno espinhoso para se andar”. (FROTSCHER, 2007, p.205).

Ao articular análises referentes aos efeitos das guerras mundiais na consciência social pensando especialmente a Alemanha e a França, o historiador Reinhart Koselleck observou elementos comuns nas experiências em ambos os países, no entanto, evidenciou as singularidades que acompanham cada lugar, por exemplo, em relação as práticas envolvendo o culto político aos mortos e a intencionalidade na criação dos monumentos. Koselleck (2014, p.260) identificou que aconteceram mudanças no que diz respeito aos propósitos dos monumentos erguidos aos mortos que passaram a ser individualizados, ou seja, cada morto com seu valor. Ainda observou a prática da criação de monumentos municipais, voltados para as percepções locais dos efeitos que as guerras produziram. Uma questão que o historiador afirmou trata a inexistência nos dois países de monumentos interessados em exaltar a vitória. No entanto, destacou que na Alemanha alguns monumentos de responsabilidade civil fomentados por grupos frequentemente conservadores e localizados em cidades onde a maioria da população é conservadora,

“tentam compensar a derrota na guerra. Eles sugerem que a Alemanha permaneceu invicta no campo de batalha”. (KOSELLECK, 2014, p.260). Esses monumentos compostos por mensagens que não estão abertamente reveladas causando pouca estranheza, continuam erguidos “subliminarmente, estruturas da consciência que não estavam dispostas a aceitar a derrota. Podemos deduzir desse tipo de monumento pelo menos a possibilidade de retomada da guerra, sem que isso se tenha manifestado visivelmente”. (KOSELLECK, 2014, p.260).

Mobilizar aqui a discussão sobre o ressentimento não significa pensar que as experiências das décadas de 1930 e 1940 tenham fomentado planejamentos de vinganças que foram colocados em prática após o Estado Novo, especialmente na década de 1950. Entretanto, as experiências após o Estado Novo foram permitindo que um desejo de reparação fosse manifestado, mesmo sem ser anunciado como tal.

Concordo com as considerações de Eric Hobsbawm (2013, p.190) envolvendo a dificuldade que é para o historiador lidar com a definição de emoções para pensar os acontecimentos históricos pois, “emoções, em história, não são cronologicamente estáveis, nem socialmente homogêneas, nem nos momentos em que são experimentadas universalmente do mesmo jeito [...]. No entanto, entendo que o estudo que apresentei possibilita ação a noção de ressentimentos em uma comunidade pequena, onde determinadas pessoas circulavam como lideranças sociais na esfera pública local e vivenciaram algumas experiências que deslocaram por um tempo, pelo menos oficialmente, certas pessoas dessa representação de liderança, ou seja, poder, ocasionando tensões nas sociabilidades e instituições antes estabelecidas.

A indicação do nome de João Widemann para denominar o Grupo Escolar parece ter sido um movimento liderado por Paul Fritz Kuehnrich que é diretamente nomeado nos jornais da época e em um documento do acervo escolar, sem referência de autoria e data, intitulado “Quem foi João Widemann”, no qual o empresário foi citado como responsável pelo novo/velho nome. “Inaugurada em 1º de Dezembro de 1957, a nova escola pública de Itoupava Norte passou a usar o nome do professor João Widemann, por indicação do Senhor Fritz Kuehnrich”.

Associar alguns elementos da história dessa indústria demonstra ser pertinente pois, a fundação e desenvolvimento da Tecelagem Kuehnrich, iniciada suas primeiras atividades produzindo acolchoados em 1926, está intimamente relacionada com a organização populacional, as articulações políticas e as sociabilidades na localidade de Itoupava Norte. O fundador da empresa, Paul Fritz Kuehnrich chegou no Brasil da

Alemanha em 1924 e logo em 1925 se casou com Martha Haertel, filha de Louis Haertel, família que morava na localidade desde meados do século XIX. Louis era filho de Anton Haertel redator chefe do jornal *Blumenauer Zeitung* durante anos⁵¹. Os dois jovens se conheceram em um salão de dança, na localidade de Itoupavazinha, onde Paul Fritz Kuehnrich foi aproveitar a domingo, tarde dançante no domingo, com os amigos Erich Haertel e Helmuth Schoenau, também moradores da comunidade, inclusive tendo fortes ligações com a Escola Pública de Itoupava Norte. Por exemplo, no caso de Helmuth Schoenau que se tornou um comerciante muito conhecido na comunidade, foi possível verificar que seus filhos estudaram na escola e que ele chegou a ser membro da Sociedade Escolar de Itoupava Norte, certamente na década de 1950. O próprio Paul Fritz Kuehnrich também encaminhou seu filho mais velho Rolf para cursar o ensino primário na escola. Além disso, participou como representante da Sociedade Escolar, juntamente com Helmuth Schoenau, do processo de doação, em 1955, do terreno onde estava construída a escola, para o governo estadual que iria inaugurar o Grupo Escolar Professor João Widemann em 1957.

A rede de sociabilidade da família Kuehnrich se estendeu com a tentativa de melhorar o negócio da família. De acordo com Rolf Kuehnrich (1995), seu pai Fritz adquiriu em 1931 dois teares que não eram mais usados pela Empresa Industrial Garcia e começou a comprar o fio da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux de Brusque para produzir camisas. A empresa foi sendo ampliada a partir de 1935 com a compra de novos terrenos e se tornou uma Sociedade Anônima chamada de Companhia Kuehnrich empregando 50 funcionários. Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha, os negócios da empresa são direcionados para o mercado da América do Sul permitindo um vultuoso crescimento que fez funcionar o terceiro turno aumentando a produção em mais de 35%. Como não havia quantidade suficiente de mão de obra especializada na cidade, Fritz decidiu deslocar trabalhadores da cidade de Itajaí, mas havia a necessidade de moradias para os novos funcionários. Para resolver esse problema, a empresa adquiriu novas terras e construiu casas que abrigaram as famílias recém-chegadas em torno da empresa.

É possível observar a existência de um desejo de imortalizar, monumentalizar, a figura de João Widemann como um professor que foi exemplar. Aqui cabe refletir sobre qual seria o entendimento do que foi esse exemplo deixado pelo professor. Certamente,

⁵¹ Anton Haertel foi identificado em algumas notícias do jornal *Blumenauer Zeitung* que anunciam a procura de professor para a Escola de Itoupava Norte ainda na segunda metade do século XIX.

estava relacionado a dedicação de anos ao magistério, trabalhando em várias escolas de comunidades diferentes. Porém, ao conhecer elementos da trajetória do professor João Widemann, é impossível não associar essa ideia de dedicação, de superação, com as experiências vividas envolvendo também a nacionalização do ensino, desde a década de 1910 e 1930 até seu afastamento da escola em 1937. Os que acompanharam o dia da inauguração: familiares, antigos alunos, os membros remanescentes da Sociedade Escolar como Helmuth Schoenau, que lá em 1945 já aparece atuando na Caixa Escolar da Escola Pública de Itoupava Norte, o próprio Paul Fritz Kuehnrich que teve o filho Rolf Kuehnrich como aluno do professor João Widemann, que o empregou na sua indústria até o seu falecimento em 1947, todos esses e outras pessoas citadas como apoiadoras da escolha desse nome, conheciam elementos da história do professor Widemann e sabiam das tensões envolvendo os anos de nacionalização.

3.3 Modernidade apaziguadora: o progresso revestindo um passado presente

Começo as reflexões com o pensamento de Reinhart Koselleck (2006, p.327) entendendo que “A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”. Nessa concepção, Koselleck (2006) apresenta o conceito de estratos do tempo que permite mobilizar no presente elementos de outros tempos que se manifestam como partes de uma estrutura que existe para permitir acessar experiências passadas.

No caso que analiso, a criação do Grupo Escolar Professor João Widemann em substituição a Escola Pública de Itoupava Norte é anunciada como progresso que vai encaminhar o bairro e sua população para o futuro. O passado estava sendo usado como suporte para o futuro que estava sendo entendido como modernidade manifestada pelo progresso tecnológico.

Essa ideia de que era criada uma nova escola, fundamentou o entendimento de que a construção de um novo prédio escolar, considerado moderno e seguindo “padrões federais”, estava acompanhando o progresso na região da Itoupava Norte. A casa anterior, que serviu como escola e moradia para professores por mais de quarenta anos, era tratada como o “velho prédio” da “antiga escola”, que não mais satisfazia as necessidades daquele momento. Cabe destacar que a construção era uma casa enxaimel, característica da cultura alemã. O novo edifício era feito de madeira e tinha uma dimensão ampla, com

grandes janelas e mais salas de aula. O jornal local *Cidade de Blumenau*, de 1 de dezembro de 1957, noticiou a obra anunciando a visão de grandeza do empreendimento.

Este moderno Grupo escolar, que hoje será inaugurado, é do tipo padrão federal. A construção foi iniciada em Outubro de 1956, tendo sido concluída em julho do corrente ano. Somente agora, porém, foi concluído o acabamento externo. Custou cerca de Cr\$ 1.125.000,00 e apresenta 5 salas de aulas, residência do Diretor e dependências da administração. O terreno de cerca de 10.500 metros quadrados foi doado pela prefeitura. (*Cidade de Blumenau*, 1 dez. 1957, p.3).

O discurso de modernidade pela via do progresso, apresentou novamente a cena, por meio de outras roupagens, a concepção que por muito tempo foi divulgada em relação a imigração alemã em Blumenau e região, referente a valorização do trabalho. Todos os investimentos públicos realizados no bairro de Itoupava Norte foram evidenciados como obras que iriam contribuir, estimular avanços para a economia daquele lugar e do município. A diferença para outras épocas talvez esteja na forma de relação que Blumenau passou a estabelecer, principalmente, com o governo estadual. Nas décadas de 1930 e 1940 foi preciso rever algumas posturas e discursos perante os encaminhamentos da campanha de nacionalização. Para Méri Frotscher,

os alemães haviam perdido a Segunda Guerra Mundial. Os alemães e descendentes, em Santa Catarina, também perderam a ‘guerra interna’ que se viveu em Santa Catarina por conta da repressão e da Campanha de Nacionalização, quando estes foram tidos como ‘inimigos’ da Nação brasileira. Muito embora tivessem terminado a Segunda Guerra Mundial e o regime do Estado Novo, durante o qual se desencadeou aquela campanha, defender publicamente a manutenção de fronteiras étnicas era algo descabido e inconveniente depois de 1945. (FROTSCHER, 2007, p.199).

O momento era de negociação, ou seja, integrar Blumenau ao Estado pelo discurso do trabalho fabril, disciplinado, interessado nos incentivos do governo estadual. Era necessário anunciar que a população blumenauense tinha interesses em manter vínculos e receber investimentos estaduais e não tinha problemas em associar-se culturalmente e socialmente como parte de Santa Catarina. A ideia amplamente divulgada em anos anteriores, de que existia aqui um “quistão étnico”, deveria ser esquecida para não atrapalhar a reorganização da imagem que a cidade desejava promover perante o Estado e o país.

A forma mais eficiente de fazer isso, parece ter sido por meio da modernidade, que era mobilizada não apenas pelos interesses no progresso, mas também como via de

acesso para relações mais harmoniosas com o governo estadual, retirando de cena as questões envolvendo a etnicidade.

Essa postura oficial, manifestada especialmente nas festividades, parece ter produzido bons frutos entre os poderes políticos, porém, mesmo perante esse movimento de negociação, é possível capturar nas entrelinhas a presença da questão étnica como camada disposta na sustentação da estrutura, portanto, que o passar do tempo não eliminou e continua mantendo as relações.

As inaugurações de três escolas, promovidas na cidade em dezembro de 1957, entre elas o Grupo Escolar Professor João Widemann, obra que vinculou os governos estadual, municipal e a Sociedade Escolar de Itoupava Norte, foram valorizadas como sendo importantes para conservar a dignidade da “nossa raça”. Assim sendo, é, flagrante e notório que nossa cidade marcha para a frente no sector da cultura, cuja a mocidade de hoje deverá, para o futuro, continuar significando a nossa raça”. (*Cidade de Blumenau, 1957*, p.3).

As discussões de Reinhart Koselleck (2006, p.23) em torno das perspectivas de “futuro concebido pelas gerações passadas; dito mais concisamente, a partir do futuro passado”, contribuem para pensar de maneira mais analítica a notícia que circulou em Blumenau no dia 1 de dezembro de 1957. O termo “raça” está carregado de sentidos, mas expressado em Blumenau, por um jornal com longa história na cidade, em um momento de comemoração que destacava a qualidade do povo, o significado mais representativo é a exaltação da etnia alemã. Está apresentada textualmente a concepção de continuidade, que remete a camadas de tempos anteriores, que não poderiam ser renegadas, o que custaria a perda da dignidade da “raça” alemã. O futuro é anunciado pela “marcha” do progresso e as experiências daquela geração (mocidade) que iria usufruir das inovações (escolas inauguradas) deveria efetivar expectativas de conservar os ideais da “raça” que permitiu que aquilo estivesse acontecendo.

Termos como “futuroso bairro”, “progressista bairro”, são mobilizados nos discursos e registros envolvendo a região de Itoupava Norte. O próprio termo “bairro”, que começou a ser utilizado em Blumenau a partir de 1955, aglutina a noção de inovação devido as mudanças na forma de definir o que era parte do urbano e o que era mantido como rural. Essas concepções consideradas modernas na forma de compreender e administrar a cidade ficam evidenciadas pelos relatórios administrativos dos prefeitos, a partir do ano de 1950, onde Blumenau aparece como um lugar que está avançando com a urbanização, ou seja, calçamentos, iluminação pública, calçadas e de maneira muito

anunciada, as pontes. A construção de pontes figura como o ápice do nível de progresso do município sendo uma questão especialmente tratada em relação ao bairro de Itoupava Norte devido a ponte denominada “Irineu Bornhausen”, construída entre os anos de 1951 e 1953 quando foi inaugurada com um grande festejo.

Esses elementos de modernidade foram mobilizados no município de Blumenau na tentativa de revestir memórias ressentidas desencadeadas pelos movimentos de nacionalização iniciados a partir de 1911, mas sobretudo, a campanha de nacionalização promovida no governo de Getúlio Vargas e do interventor estadual Nereu Ramos.

Acredito que essa pesquisa demonstrou como certas memórias foram forjadas e açãoadas na tentativa de elaborar uma história por meio dos festejos, das construções de infraestrutura que anunciam a modernidade como forma de acessar o futuro. Entretanto, esse futuro precisava estar acompanhado pela solidez que só o passado tinha credibilidade para fornecer. O término do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial em 1945 motivou que determinadas memórias fossem encapsuladas, mas não esquecidas.

Por vezes, essas memórias foram expostas, mesmo que nem sempre problematizadas, como no caso do relatório administrativo de Blumenau referente ao ano de 1951 que especificou a quantidade de alunos aprovados no final do ano letivo nas escolas municipais. O resultado de 57% foi considerado bom, já que ter mais da metade das crianças aprovadas era um movimento importante, contudo, como a região de Blumenau foi constituída por influências estrangeiras, principalmente, por alemães, o prefeito argumentou que “não é uma fácil promover grande número de alunos, tendo em vista que ao se matricular uma grande parte não fala o português, o que dificulta o ensino no primeiro ano onde a promoção é a mais baixa”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1951, p.47, AHJFS).

Não desejo com essa análise discutir o valor da língua alemã para os moradores de Blumenau, contudo, intencionei evidenciar que essa discussão envolvendo a língua, os costumes dos antepassados, não deixou a pauta da educação a partir de meados da década de 1940 e da década de 1950. O mesmo relatório continua informando que “das 2.100 crianças matriculadas no ano de 1951 nas escolas municipais 174 desconheciam a língua pátria”. (RELATÓRIO PREFEITO, 1951, p.47, AHJFS).

A inauguração da ponte na localidade de Itoupava Norte, do Grupo Escolar Professor João Widemann, ambos fazem parte do que Alessandro Portelli (2006) entende como memórias divididas, ou seja, memórias que dividem um campo de tensões e reivindicam cada uma para si o direito de se manifestar na esfera pública. Nesse sentido,

existiria uma memória oficial e uma memória “combativa” envolvendo a localidade de Itoupava Norte após os encaminhamentos do movimento nacionalizador, especialmente das décadas de 1930 e 1940.

No caso do Grupo Escolar Professor João Widemann, que defini pela percepção de Sandra Pesavento (2004, p.226) como um entre tantos “espaços de ancoragem no tempo”, por ser um lugar de memória, foi disputado por uma memória oficial que valoriza a substituição da Escola Pública de Itoupava Norte como a modernização da educação, da escola, do bairro; e a memória “alternativa”, que considera essa mudança como uma forma de monumentalizar a memória de um professor alemão que passou a representar a vontade de outro moradores da comunidade em manifestar as suas memória ressentidas. O fato das memórias estarem divididas não significa que estão em constante confrontamento, por vezes, elas podem negociar nas brechas, porém, sempre estarão em uma relação de tensão, na qual existem ressentimentos de ambos os “lados” e que não são fáceis de identificar pois, “não há provas, só há indícios, traços de sentimentos, que se insinuam em discursos, práticas e imagens, [...] para exploração desta ordem sensível de percepção da realidade” (PESAVENTO, 2004, p.236).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em como encerrar textualmente uma pesquisa se mostra um desafio, porque a impressão que persiste, mesmo com o ponto final na narrativa, é de que muito ainda era possível dizer, pensar, conjecturar. As fontes continuam pulsando, como se pedissem outras oportunidades para expressar sentidos. Os historiadores, filósofos, com quem dialoguei, por vezes, de maneira íntima, como no caso de Reinhart Koselleck, Paul Ricouer, Pierre Ansart, continuam a emitir suas percepções, atravessadas pela minha maneira de olhar o mundo, de atuar em sala de aula. Certamente, grande parte dos/as alunos/as de quem sou professora, conhecem esses sujeitos através de mim.

Em 2017, quando iniciaram os preparativos para a comemoração de 60 anos de fundação da Escola de Educação Básica Professor João Widemann, já tinha a noção de que existia grandes chances daquela data, 1 de dezembro de 1957, não ser condizente com o primeiro momento em que a escola foi idealizada. Portanto, que outros marcos foram estabelecidos intencionando demarcar outras memórias por meio da história. Essa não é uma questão nova na história local. Em vários sentidos essas formas de “(re)fundação” constituíram-se em estratégias que permitiram que a cidade lidasse com seus traumas, como foi o caso da campanha de nacionalização.

Abordar esse assunto foi até o último instante motivo de preocupação pois tive receio de não conseguir fugir da perspectiva binária entre opressor e oprimido, percepção que permeia as narrativas da imprensa e mesmo de alguns trabalhos de pesquisa no município de Blumenau, principalmente na área da Educação. Outra questão que ocasionava receio era o acesso a documentos referentes as escolas do município e região do Vale do Itajaí. Já imaginava que eles eram escassos, existindo em maior quantidade aqueles de natureza institucionalizada e oficial.

Ao identificar elementos superficiais que estavam arquivados na escola sobre o professor João Widemann e conhecer o período em que ele trabalhou nela, entre 1931 e 1937, ficou evidenciado que qualquer reflexão proposta não seria capaz de se esquivar da campanha de nacionalização, promovida no governo de Getúlio Vargas (1930–1937). Essa questão dificultava ainda mais o acesso a documentos pois, muitos foram eliminados devido as leis e ações nacionalizadoras ou ainda se encontram entrincheirados no mundo privado.

A medida que as pesquisas foram adquirindo os primeiros contornos, ficou evidente a necessidade de compreender as relações entre a escola e o poder público. Após identificar que a escola era subvencionada, era preciso entender o que isso significava pois, não se tratava de apenas recursos financeiros destinados a escola. A relações da Escola de Itoupava Norte, inicialmente uma “escola alemã” tendo sido fundada por uma Sociedade Escolar e mais tarde alterada para Escola Pública de Itoupava Norte, assumindo vínculos com o governo sem abandonar completamente a dependência da associação escolar pois, ela ainda detinha o domínio sobre os bens materiais da escola. Portanto, ser uma escola subvencionada significava ter que lidar com as demandas governamentais, inserida no cotidiano de uma comunidade com a maioria da população composta de alemães e seus descendentes. A comunidade avaliava o funcionamento da escola, inclusive, descredibilizando sua atuação, já que em comparação com outras escolas particulares fazia maiores cobranças no que diz respeito ao uso da língua nacional.

A Escola Pública de Itoupava Norte representou o alcance do projeto nacionalizador. Ela foi encampada desde as primeiras ações de nacionalização do ensino, ainda na década de 1910 e vivenciou as movimentações nas décadas de 1930 e 1940, até ser incorporada integralmente pelo governo do Estado com a criação do Grupo Escolar na década de 1950. Isso não significa dizer que a nacionalização do ensino foi implantada com sucesso e abnegação naquele espaço escolar. Certamente, foi possível perceber a presença de estratégias como, negociações ou mesmo enfrentamentos relacionados a política nacionalizadora, até mesmo antes do Estado Novo, que inicia no final de 1937 até 1945 e foi considerado o mais repressor. Considero que esse período foi de “anos tensionados” pois, eram manifestadas diferentes “versões” sobre o projeto nacionalizador por parte de agentes governamentais. Algumas com características menos radicais em relação ao rompimento imediato com o uso da língua alemã, por vezes, consideradas até tolerantes, outras mais incisivas e que decidiam aplicar punições para aquelas pessoas avaliadas com mais potencial de ameaça.

Como a Escola Pública de Itoupava Norte já era na década de 1930 uma escola subvencionada, recebia maior atenção por parte do governo estadual, a inspetoria federal, do que outras escolas que foram mantidas como particulares. A frequência da inspeção escolar pareceu ser mais atuante devido a sua dimensão pública. Era preciso que a escola, além de nacionalizar seus estudantes, servisse de exemplo para as outras escolas na região e adquirisse credibilidade em relação a comunidade escolar.

Uma das responsabilidades do Estado perante uma escola subvencionada era a contratação de professores, que eram mobilizados de acordo com as necessidades do projeto de nacionalização. A presença de “professores nacionalizadores” na Escola Pública de Itoupava Norte foi evidente pois, as professoras que atuaram, principalmente, nas décadas de 1930 e 1940 tinham como característica comum o deslocamento para diferentes escolas no Estado, possivelmente, pela facilitação de se removerem ou porque eram estimuladas à fazer esse movimento. As professoras Edeltraut Riediger (1929-1940), Alice Pauli da Silva (1941-1946) e até Maria Cecília Moskorz (1947-1957) eram professoras de fora da localidade de Itoupava Norte. Tinham como demandas de trabalho ensinar as crianças o que estava no currículo escolar em uma língua que a maioria delas desconhecia até chegar na escola. Precisavam lidar com as tensões em uma comunidade que não era originalmente a sua, por vezes, assumindo posicionamentos que não eram interessantes para aquela comunidade escolar. Como professoras públicas precisavam demonstrar compromisso com o governo, mesmo que no cotidiano fizessem concessões, ajeitamentos, para poder continuar atuando.

O trabalho de memória, realizado por algumas mulheres entrevistadas, apresentou elementos para pensar uma escola que estava sendo nacionalizada, principalmente, com as recordações da professora Alice Pauli da Silva. Como professora regente, ela dirigia as associações escolares como a Liga Pró-Língua Nacional, o Pelotão da Saúde, a Liga da Bondade e praticava na escola as “festinhas”. Essa atividade escolar esteve muito presente nas recordações de todas as entrevistadas, mesmo as que não foram alunas dessa professora. As “festinhas” geralmente aconteciam após as reuniões da associação Liga Pró-Língua Nacional e assumiram destaque nas rememorações dessas entrevistadas pois, foram legitimadas como momentos que se afastavam dos rigores da sala de aula, das limitações impostas pelas mesas e cadeiras. Participar de uma “festinha” significou estar por um tempo no pátio, mesmo com regras de posicionamento que, por vezes, eram burladas, brincar no campo de futebol do clube vizinho, ter responsabilidades perante a professora e a turma com as apresentações em torno dos símbolos nacionais. Todas essas atividades, caracterizaram para essas mulheres uma “outra” escola, que elas atribuíram como sendo iniciativa da “dona Alice”, da “dona Maria” ou do “seu José”, mas que fazia parte de uma política de nacionalização interessada em formar “espíritos nacionais”.

Em meio a essas recordações, estavam alguns nuances das tensas relações que foram constituídas na cultura escolar que precisou ser (re)elaborada como, por exemplo, as crianças brasileiras que não tinham muitos amigos e eram associadas as denúncias

feitas contra crianças descendentes de alemães. Essas questões não foram anunciadas de forma deliberada nas narrativas, mas se manifestaram nas entrelinhas, quase como se não pudessem ser ditas.

Mesmo com o término do Estado Novo, a nacionalização do ensino continuava presente na Escola Pública de Itoupava Norte por meio das Sociedades Escolares que foram ainda por um período mantidas, do casal de professores que podem ser considerados nacionalizadores, das crianças descendentes de alemães que não se interessavam em brincar com as brasileiras. O término do governo de Getúlio Vargas certamente não representou o fim da nacionalização pois, havia sido capaz de alterar comportamentos, práticas, não apenas de forma superficial, mas por ter incutido rivalidades, medos, disputas, ressentimentos nas regiões de colonização estrangeira, o que não poderia ser modificado de forma imediata ao encerramento de um governo.

Nessa perspectiva, a escolha do nome de João Widemann para representar o Grupo Escolar que estava sendo inaugurado no bairro de Itoupava Norte em 1957, foi entendida como a presença da nacionalização do ensino, mesmo perante a ausência de um governo com ideais nacionalizadores. Isso porque, o professor Widemann trabalhou na Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1930, não pode ser identificado como sendo um dos professores nacionalizadores que atuaram na escola, pelo contrário, suas relações com a comunidade escolar se mostraram estreitas devido a elementos étnicos como, ser um imigrante alemão, ter sido professor em escolas alemãs, conservar o uso da língua alemã. Essas relações podem, inclusive, terem permitido que fosse autorizado a ocupar a moradia do professor, questão que motivou disputas entre a Sociedade Escolar e o poder público, o que não foi possível para as professoras, que trabalharam na escola no período entre os anos de 1930 até o ano de 1945.

Ser um professor público para João Widemann ocasionou enfrentamentos que talvez ele não tenha vivenciado como um professor particular, mesmo tendo que se adaptar as leis nacionalizadoras para reabrir a Escola do Testo Salto onde atuava em 1918. Na Escola Pública de Itoupava Norte o professor precisou lidar com a maior frequência de fiscalizações até que um dos inspetores avaliou que sua postura era desnacionalizadora e o puniu com uma censura pública por falar em alemão na escola, inclusive, na presença do próprio inspetor Celso Rila, em 1935.

O que foi possível observar, permitiu apresentar a ideia de que o professor Widemann pode não ter, até aquele momento, considerado as fiscalizações como uma ameaça devido a postura mais tolerante dos inspetores anteriores a Celso Rila. Os

inspetores Adriano Mosimann e Aristides Largura demonstraram por meio dos relatórios e discursos terem uma visão mais conciliadora em relação a nacionalização do ensino.

O fato de o professor Widemann falar o alemão na escola aparentemente não era caso isolado pelo que se depreende dos argumentos do inspetor, que registrou a denúncia da professora regente da escola, Edeltraut Riediger sobre essa prática. Entretanto, se comunicar deliberadamente em alemão perante um inspetor não parece ser a atitude mais natural. Tudo indica que os impactos da fiscalização do inspetor Celso Rila sobre João Widemann tiveram influência na sua decisão de pedir exoneração do cargo público de professor em março de 1937 e, portanto, deixar a Escola Pública de Itoupava Norte, assumindo uma função na Tecelagem Kuehnrich, que exerceu até o ano de seu falecimento em 1947.

Em algum momento, a justificativa que se tornou pública e oficial para que João Widemann tivesse deixado a escola foi devido a sua aposentadoria, versão que não foi identificada nos documentos, nem nos discursos políticos manifestados publicamente no momento da inauguração do Grupo Escolar. Também não foi apresentada qualquer menção sobre a punição direcionada ao professor em 1935 evidenciando que não era oportuno anunciar essa memória. Como seu nome foi recomendado pelas lideranças comunitárias e apresentado publicamente como sendo a escolha para representar o Grupo Escolar Estadual que estava sendo inaugurado em 1957, essa memória deveria permanecer intocada.

A substituição da escola que estava sendo entendida como antiga/velha, para uma escola anunciada como moderna/nova, assumia o nome de um professor avaliado como resistente a nacionalização. Isso acontece em um período no qual o progresso aparece sendo mobilizado no município de Blumenau como uma ferramenta para legitimar as negociações, acomodações que permitiam outras roupagens para as relações entre o município e o governo do Estado de Santa Catarina. Além de buscar restaurar a imagem do blumenauense perante o restante do país, pela via da valorização do trabalho disciplinado.

Assumir o nome de um professor alemão, censurado publicamente quando atuava em uma escola pública, parece ter um sentido de reparação anunciado pelos membros remanescentes daquela comunidade escolar ressentida devido aos acontecimentos do projeto nacionalizador. Existia o interesse em demarcar resistências, monumentalizando o professor João Widemann como patrono da antiga escola pública, agora revestida de modernidade.

A partir da perspectiva de Reinhart Koselleck (2006), o Grupo Escolar Professor João Widemann se tornou um espaço de experiência porque a sua materialidade representou a presença de camadas de diferentes tempos depositadas. Para Koselleck (2006, p.311) “tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos do tempo anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”. É possível compreender que mesmo tendo as singularidades do seu tempo, aquela escola enfatizada como nova permanece sustentada por alguns passados que foram mobilizados por meio de memórias ressentidas, que assumiram a representação de uma memória oficial e continuam reverberando na Escola de Educação Básica Professor João Widemann, inclusive tendo fundamentado as comemorações dos 60 anos de fundação dessa escola.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Anne Caroline Peixer; FERREIRA, Cristina. Os Clubes de Caça e Tiro após a Segunda Guerra Mundial em Blumenau. *Revista Blumenau em Cadernos*, Blumenau, tomo XLVI, n. 11/12, 2005. p.65-87.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: LUCAS, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p.223-249.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márica (orgs). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004. p.15-36.
- AZEVEDO, Elizabeth. **Teka**: 85 anos tecendo uma história de sucesso. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2011.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p.23-79.
- BENITO, Agustín Escolano. **A Escola como Cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas/SP: Alínea, 2017.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre.; SIRINELLI, Jean François. (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BITTER, Daniel. Bandeiras e Máscaras: sobre a relação entre pessoas e objetos materiais nas folias de reis. In: BITAR, Nina Pinheiro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (orgs) **A Alma das Coisas**: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013. p.123-154.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.
- CAVALETT, Laucí Aparecida. Dissertação UFSC 1998. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Pós-Graduação em História. Orientador João Klug. **O integralismo e o teuto-brasileiro**: Joinville – 1930-1938, Florianópolis, UFSC, 1998.
- Centenário de Blumenau**. 1850-1950. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Das mãos para as mentes. Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952). *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 49, p. 139 -159, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a09n49.pdf>> Acesso em 06 nov. 2018.
- DA SILVA, Cristiane Bereta. História Nacional e a construção do “espírito brasileiro” (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: _____ (org.). **Educar para a Nação**:

cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014. p.19-42.

DA SILVA, José Ferreira. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (integralismo, nazismo e nacionalismo). In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.167-198.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p.80-108, jan./mar. 2018.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FROTSCHER, Méri. **Identidades Móveis**: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

GENTIL, Flávio Welker Merola. Acervo professor Elpídio Barbosa: nacionalização do ensino, culturas políticas e escolares (Santa Catarina, 1930-1940). Florianópolis (**dissertação de mestrado**), 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (org). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 4, 2013. p.41-89.

GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p.69-91.

GUENTHER, Anita; LIESENBERG, Gisela. **Cor: Verde**. Crônica da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Pomerode de sua fundação a 2002. Pomerode: Fundação Cultural de Pomerode, 2003.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos Fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (org). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p.141-154.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2006.

_____. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

KRAMER, Johannes; KRAMER, Méri Frotscher (orgs). **Crônica do vilarejo de Itoupava Seca**: Altona desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau. Blumenau: Edifurb, 2015.

KUEHNICH, Rolf. **TEKA**: Minhas recordações. Blumenau: Livraria Acadêmica, s/d.

LAPOUJADE, David. **Potências do tempo**. São Paulo: N-1, 2017.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.15-25.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O português na Escola Alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática. Itajaí: Ed. da Univali; Blumenau: Ed. Furb, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márica (orgs). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004. p.223-238.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição a História da Educação. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

MOSIMANN, João Carlos. **As famílias de Brusque, Guabiruba e Botuverá**: nos meandros do Itajaí-Mirim. Florianópolis: Edição do autor, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p.109-137, jan./mar. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.

- RÉMOND, René (org). **Por uma História Política.** 2ª. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RISTOW, Arno. **Álbum do Centenário de Brusque: 1860-1960.** Blumenau: Tipografia e Livraria Blumenauense, 1960.
- ROSSATO, Luciana. Formar a alma da criança brasileira: as escolas nas áreas de colonização em Santa Catarina (décadas de 1930 e 1940). In: DA SILVA, Cristiani Bereta (org.). **Educar para a Nação:** cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014. p.19-42.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015. p.309-328.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2014.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Mária (org). **Memória e (Res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.37-58.

Fontes documentais

1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS)

1.1 Legislação Municipal

Leis Municipais de Blumenau: 1910–1919. A.H.J.F.S. Coletânea de Resoluções extraídas dos jornais de Blumenau. Lei nº 100, artigo 29, 16 de dezembro de 1917. AHJFS.
 Leis Municipais de Blumenau: 1910–1919. A.H.J.F.S. Coletânea de Resoluções extraídas dos jornais de Blumenau. Lei nº 111. AHJFS.

1.2 Executivo

BLUMENAU. Prefeito (Schrader). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1904,** apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Alwin Schrader, p.23. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1915,** apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1916**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann. p.32. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1917**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1919**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1920**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann. p.20. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Hering). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1928**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Stein). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1936**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Alberto Stein. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Silva). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1939**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente José Ferreira da Silva. p.20. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Rabe). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1941**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Afonso Rabe. p.20. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Rabe). **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1942**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Afonso Rabe, p.20. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Deeke) **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1951**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Hercílio Deeke, p.47. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Deeke) **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1953**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Hercílio Deeke, p.7. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Neufert) **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1955**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Gerhard Carlos Francisco Neufert, p.51, 107. AHJFS.

BLUMENAU. Prefeito (Busch) **Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1957**, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Frederico Guilherme Busch Jr., p.11, 58. AHJFS.

1.3 Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Indicações**. Vereador Herbert Georg, Indicação n.11, 29 ago. 1950. AHJFS.

CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU. **Moções–Discursos**. Vereador Herber Georg, 30 mai. 1950. AHJFS.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Discursos Diversos 1950**. Vereador Herbert Georg, Voto Vencido, 12 dez. 1950. AHJFS.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Ofícios recebidos do executivo.** Prefeito Hercílio Deeke. Abaixo assinado dos moradores da localidade de Itoupava Norte e Fortaleza requerendo gratuidade para o uso da balsa, 27 fev. 1951. AHJFS.

CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU. **Requerimentos.** Vereador Martinho Cardoso da Veiga, 23 mar. 1955. AHJFS.

CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU. **Ofícios recebidos do executivo.** Prefeito Gerhard Neufert, 5 abr. 1955. AHJFS.

CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU. **Ofícios recebidos do executivo.** Prefeito Gerhard Carlos Francisco Neufert, 11 nov. 1955. AHJFS.

1.4 Periódicos

Alvorada. O Novo Governo do Município. Ano II, n. 90, 3 abr. 1936. Pasta 11.6.1 Política – Integralismo – Imprensa. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. Artigos traduzidos do Jornal *Blumenauer Zeitung* do ano de 1885 a 1901. Pasta 6.11.5.2.1. Educação – Diversos – Imprensa – Artigos – Blumenau. Doc-01. Tradução Sophia Eimer, 1989. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung* do ano de 1934 a 1937. 18 set. 1934. Ano 53, n. 104. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. O integralismo em Santa Catarina. Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung* do ano de 1934 a 1937. 11 abr. 1935. Ano 54, n. 43. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. O desenvolvimento da A.I.B. em Blumenau. 1 jun, 1935. Ano 54, n. 64. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo: Artigos extraídos do 1934-1937. *Blumenauer Zeitung*. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. Lokales. 6 ago 1935. Ano 54, n. 91. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo: Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung* – 1934-1937. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. A Nacionalização. 5 out 1935. Ano 54, n. 115. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo: Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung* – 1934-1937. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

Blumenauer Zeitung. 21 mar, 1936. Pasta 11.6.2. Política – Integralismo – Publicações. Integralismo: Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung* – 1934-1937. Tradução Edith Sophia Eimer. AHJFS.

NEUFERT, Gerhard Carlos Francisco. “Digo e afirmo, é intensa a alegria que vai na alma de cada um dos moradores desta zona”. *A Nação*, Blumenau, Ano VIII, n. 351, 25 set. 1951a, p.3. AHJFS.

BORNHAUSEN, Jorge. Prosseguem as festividades programadas em homenagem ao sr. Irineu Bornhausen: Palavras do governador Bornhausen pronunciadas no “Tabajara Tênis Clube”. *A Nação*, Blumenau, Ano VIII, n. 350, 23 set. 1951b, p.2. AHJFS.

Obra que será o símbolo de fecunda administração. *A Nação*, Blumenau, Ano X, n. 227, 14 nov. 1953, p.1. AHJFS.

Grandes melhoramentos públicos inaugurados ontem em Blumenau. *A Nação*, Blumenau, Ano XI, n. 216, 25 set 1955, p.2. AHJFS.

Ponte Adolfo Konder: Demonstração da capacidade técnica administrativa e financeira de Blumenau. Outras inaugurações. *Cidade de Blumenau*. Blumenau, Ano XXXIV, n. 138, 1 dez. 1957, p.3. AHJFS.

MULLER, Edgar. Discurso do vereador Edgar Mueller na inauguração do Grupo Escolar “Prof. João Widemann” em Itoupava Norte. *A Nação*. Ano XII, n. 279, 8 dez. 1957, s.p. AHJFS.

Reunião educacional dos professores das zonas rurais. *A Cidade*. Blumenau, Ano VI, n 34, 10 mai. 1930. AHJFS.

2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

2.1 Atas Escolares

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC), v. 55/59, 1944, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1944.

_____, 4 fev. 1944, Escola Pública de Itoupava Norte, Relação de Alunos, ESC/GE, 1944.

_____, jun. 1944, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1944.

_____, v.85, 1945, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1945.

_____, 25 fev. 1945, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1945.

_____, 25 ago. 1945, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1945.

_____, 10 dez. 1945, Escola Pública de Itoupava Norte, Caixa Escolar, ESC/GE, 1945.

_____, 23 fev. 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1946.

_____, v.96, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1946.

_____, v.102, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1946.

_____, v.106, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1946.

_____, v.111, 1946. Escola Pública de Itoupava Norte, Atas Escolares, ESC/GE, 1946.

2.2 Assentamento Funcional

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC), Alice Pauli da Silva, Assentamento Funcional.

_____, Edeltraut Riediger, Assentamento Funcional.

_____, João Widemann, Assentamento Funcional.

_____, Maria Cecília Moskorz. Assentamento Funcional.

2.3 Ofícios

SANTA CATARINA. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Ofício expedido**. Florianópolis, SC: Diretor Geral da Instrução Pública no Estado, 3 jan. 1916. Assunto: Denúncia contra Paulo Zimmermann, superintendente de Blumenau. APESC.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Ofício recebido**. Florianópolis, SC: Diretor Geral da Instrução Pública no Estado, 2 fev. 1916. Assunto: Publicação na imprensa sobre determinação do governo estadual para fechamento das escolas. APESC.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Ofício recebido**. Florianópolis, SC: Diretor Geral da Instrução Pública no Estado, 4 fev. 1916. Assunto: Fechamento das escolas em Blumenau. APESC.

_____. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. **Ofício recebido**. Florianópolis, SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 7 fev. 1916. Assunto: Cumprimento do fechamento das escolas em Blumenau. APESC.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Ofício recebido**. Florianópolis, SC: Diretor Geral da Instrução Pública no Estado, s/d. 1916. Assunto: Comunicado do Colégio Santo Antônio que não irá fechar a escola. APESC.

_____. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. **Ofício expedido**. Florianópolis, SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 3 jul. 1917. Assunto: Denúncia contra o professor Oscar Martus. APESC.

_____. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. **Ofício expedido**. Florianópolis, SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 6 nov. 1917. Assunto: Desobediência em fechar as escolas devido a proibição do ensino da língua alemã. APESC.

_____. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. **Ofício expedido**. Florianópolis, SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 7 nov. 1917. Assunto: Cumprimento da ordem de fechamento pelas escolas da cidade e ordens expressas para as escolas rurais. APESC.

_____. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. **Ofício recebido**. Florianópolis, SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 22 fev. 1918. Assunto: Escola particular de Indaial se recusa a ceder o prédio escolar para escola pública da região. APESC.

_____. Diretor de Instrução Pública, Horácio Nunes Pires. **Ofícios expedidos**. Ofícios da Instrução Pública, jan.- dez. 1918. Florianópolis/SC: Secretário Geral dos Negócios do Estado, 15 fev. 1918. Assunto: solicitação de reabertura das escolas. IP. APESC.

_____. Diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa. **Ofício expedido**. Florianópolis, SC: Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Ivo d'Aquino, 10 mar. 1943. Assunto: moradia para professores em áreas de colonização estrangeira. ESC/GE. APESC.

2.4 Relatórios

AQUINO, d'Ivo. **Nacionalização do Ensino**: aspectos políticos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942. APESC.

Relatório 1934, Inspetoria Escolar, 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de abril, inspetor Adriano Mosimann, apresentado ao diretor de Instrução Pública Luiz Sanches Bezerra da Trindade, 4 abr. 1934, fl.48. APESC.

Relatório 1934, Inspetor das Escolas Subvencionadas. João dos Santos Areão. Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde, out de 1934. APESC.

Relatório 1934, Inspetoria Escolar, 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de novembro, inspetor Adriano Mosimann, apresentado ao diretor de Instrução Pública Luiz Sanches Bezerra da Trindade, nov. 1934. APESC.

Relatório 1934, Inspetoria Escolar, 2^a circunscrição, Blumenau, Inspetor Adriano Mosimann, apresentado ao diretor de Instrução Pública Luiz Sanches Bezerra da Trindade, dez. 1934. APESC.

Relatório 1935, Inspetoria Escolar 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de maio, inspetor Aristides Largura, apresentado ao Diretor do Departamento de Educação, 22 jun. 1935. APESC.

Relatório 1935, Inspetoria Escolar 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de dezembro, inspetor Celso Rila, apresentado ao Diretor do Departamento de Educação, 24 dez. 1935. APESC.

Relatório 1936, Inspetoria Escolar 2^a circunscrição, Blumenau, Roteiro e Relatório de abril, inspetor Celso Rila, apresentado ao Diretor do Departamento de Educação, 5 mai, 1936, fl.174. APESC.

Relatório 1936, Inspetoria Escolar 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de julho, inspetor Celso Rila, apresentado ao Diretor do Departamento de Educação, 15 ago. 1936. APESC.

Relatório 1936, Inspetoria Escolar, 2^a circunscrição, Blumenau, Relatório de dezembro, inspetor Celso Rila, apresentado ao Diretor do Departamento de Educação Luiz Sanches Bezerra da Trindade, 21 dez. 1936. APESC.

Relatório 1937, Relatório do Inspetor Escolar das Escolas Subvencionadas. João dos Santos Areão. Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde, abr 1937. APESC.

Relatório do Inspetor Escolar das Escolas Subvencionadas, APESC.

Relatório 1938, Relatório do Inspetor Escolar das Escolas Subvencionadas. João dos Santos Areão. Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde, 4º trimestre, 1938. APESC.

2.5 Legislação

SANTA CATARINA. Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado. In: **Coleção de decretos, lei de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.

TERMO DE PROMESSA 1928-1937. Celso Rila perante o Diretor do Departamento de Educação Luiz Sanches Bezerra da Trindade, 1 fev. 1935, v.2, fl.69. APESC.

3. Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH)

3.1 Acervo Elpídio Barbosa

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS (IDCH), Caixa II, Acervo Elpídio Barbosa. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Reunião de Inspetores Escolares e Diretores de Grupos Escolares. Assunto 14: Festas Escolares. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945.

_____. Circulares, n.29, 1935. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

_____. Circulares, n.49, 1941. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941.

_____. Circulares 1930-1941, n.29, Festa da Árvore, 4 set, 1935.

REUNIÃO DOS INSPECTORES ESCOLARES E DIRETORES DE GRUPOS ESCOLARES EM 1945. Assunto n. 14, Festas Escolares. Imprensa Oficial do Estado, 1945. Estado de Santa Catarina, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento da Educação. Caixa II, Amarela, Acervo Elpídio Barbosa.

4. Acervo Escolar

ATA, Lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar Estadual de Itoupava Norte. 25 set. 1955. Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann.

ATA, Inauguração do Grupo Escolar Professor João Widemann. 1 dez. 1957. Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann.

CARTÓRIO DE BENS E IMÓVEIS. Escritura de doação do terreno pertencente a Comunidade Escolar de Itoupava Norte, 21 dez 1955. Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann.

CARTÓRIO DE BENS E IMÓVEIS. Escritura de doação do terreno pertencente a Comunidade Escolar de Itoupava Norte, 21 jan 1956. Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann.

Documento datilografado. Quem foi João Widemann. 1 dez. 1957. Acervo Escolar da Escola de Educação Básica Professor João Widemann.

5. Referências Eletrônicas

Anais [...] Florianópolis: Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101115>> Acesso em: 20 set 2018.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Governador Hercílio Pedro da Luz. Mensagem de 22 de julho de 1920, p. 5. http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 28 fev 2017.

CABRAL, Flordardo. These nº 13: Inspeção Escolar como deve ser feita? **Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina**, 1927, Florianópolis.

Coleção Memória da Cidade Carlos Ficker. **Lista de Imigrantes**. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06>Listas-de-imigrantes-de-Joinville-de-1851-a-1891-e-de-1897-a-1902.pdf> Acesso 19 mar 2018.

Jornal *A Gazeta*. **Um artigo do “Times” sobre nazismo em Santa Catarina**. Ano IV, n. 957. Florianópolis, 1937, p.6. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/agazeta/1937/GAZ1937957.pdf> Acesso em 3 jun 2019
LISTA. Famílias Evangélicas de confissão Lutherana da colônia Blumenau Período: 1856-1940. Tradução e transcrição Curt Hoeltgebaum. Catalogação e formatação Rita de Cássia Barcellos. Disponível em:

<http://pergammum.blumenau.sc.gov.br:8084/pergammumweb/vinculos/000000/0000004e.pdf> Acesso em: 28 fev 2019

Revista de Educação: órgão do professorado catarinense. A missão do professorado primário Ano I, n. 4/5, jul a out, 1936. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/reveducacao/REV1936JUL-OUT004-005.pdf> Acesso em: 3 jun 2019

Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Bairros – Divisão Administrativa. Itoupava Norte. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-urbano/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativabairros>> Acesso em: 20 mar 2019.

STEINHAUER, Fernando. These nº 19. **Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina**, 1927, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101115>> Acesso em: 20 set 2018.

6. Entrevistas

GODIZIGIOGESK, Marilena Teresina. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 23 set. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]

GODIZIGIOGESK, Marilena Teresina. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 2 out. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]

LAITSKE, Melânia. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 2 out. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]

PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 26 set. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]

STANK, Verônica. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 2 out. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]

THOMPSEM, Elfi. Entrevista concedida a Anne Caroline Peixer Abreu Neves. Blumenau, 23 set. 2018 [A entrevista se encontra transcrita como acervo pessoal]